

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO

NOEMIA DAYANA DE OLIVEIRA

ANTES DO PADRE IBIAPINA, UM POLÍTICO NO IMPÉRIO DO BRASIL

PORTO ALEGRE

2023

NOEMIA DAYANA DE OLIVEIRA

ANTES DO PADRE IBIAPINA, UM POLÍTICO NO IMPÉRIO DO BRASIL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Doutora.

LINHA DE PESQUISA: Relações de Poder Político-Institucionais.

ORIENTADOR: Professor Dr. Luiz Alberto Grijó

PORTO ALEGRE

2023

NOEMIA DAYANA DE OLIVEIRA

ANTES DO PADRE IBIAPINA, UM POLÍTICO NO IMPÉRIO DO BRASIL

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Doutora.

Aprovada em: 24/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (UFRGS)
ORIENTADOR e PRESIDENTE DA BANCA

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann (UFRGS)
MEMBRO INTERNO

Prof. Dra. Irineia Maria Franco dos Santos (UFAL)
MEMBRO EXTERNO

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)
MEMBRO EXTERNO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Rui Vicente Oppermann

VICE-REITORA

Jane Tutikian

DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Claudia Wasserman

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Maria Izabel Saraiva Noll

DIRETOR DO INSTITUTO DE LETRAS

Sérgio de Moura Menuzzi

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS

Beatriz Cerisara Gil

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Vladimir Luciano Pinto

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira, Noemia Dayana de
Antes do Padre Ibiapina, um político no império do Brasil /
Noemia Dayana de Oliveira. -- 2023.
237 f.
Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Biografia. 2. Câmara dos Deputados. 3. Curso Jurídico
de Olinda. 4. Padre Ibiapina. 5. Seminário de Olinda. I. Grijó,
Luiz Alberto, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese contou com a contribuição de muitas pessoas, instituições de pesquisa e financiamento da CAPES, e a menção a todas elas, sem incorrer em faltas ou erros, é quase impossível. Por isso, de maneira geral, agradeço imensamente a todas elas.

Aqueles que compõem o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, o Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, ambos localizados no Recife (PE) e o Arquivo Público do Estado do Ceará, localizado em Fortaleza (CE), agradeço pela atenção e a disponibilidade em me receber e fornecer os documentos necessários a realização desse estudo, inclusive, disponibilizando informações digitalizadas durante a pandemia de Covid-19.

Aos colegas de trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde atuei durante a realização dessa tese e pude contar com as sinceras reflexões sobre a minha pesquisa e as minhas expectativas acadêmicas.

Aos alunos e alunas, que durante esse período, me fizeram perceber os meus limites teóricos e metodológicos e, a partir disso, crescer e despertar para outros temas e discussões historiográficas. Agradeço igualmente aos alunos e alunas do curso de Ciências Sociais (noturno), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde realizei o meu estágio docência, entre os meses de março e julho de 2019.

Aos amigos e amigas que fiz durante o curto espaço de tempo que morei em Porto Alegre (RS), que foram essenciais para me manter firme e forte, acolhida e aquecida em uma cidade tão fria! Muito obrigada por todo o carinho e por terem me ajudado a não desistir.

Ao meu orientador, o professor Dr. Luiz Alberto Grijó, por confiar em mim e na minha pesquisa, me indicando novos caminhos e interrogações às fontes, como também me apresentando outras perspectivas teóricas e historiográficas. Sou grata por tudo!

Aos professores Eduardo Neumann e Irineia Franco, por terem compartilhado comigo o momento da qualificação, apresentando outras leituras e propiciando outros caminhos para a minha pesquisa que ainda estava em andamento. Agradeço duplamente por aceitarem fazer parte da minha banca de defesa, juntamente com o professor Jonas Vargas, todos fundamentais para finalizar essa etapa da minha vida.

A professora Clarice Gontarski Speranza que, sem me conhecer, me aceitou como estagiária na disciplina de “Introdução à História do Brasil”, no período 2019.1 e me possibilitou a realização dessa etapa fundamental, já que, se eu tivesse esperado um pouco

mais, não teria feito a pesquisa nos arquivos públicos, devido ao impacto da pandemia no funcionamento das atividades presenciais.

Ao meu companheiro de vida e de lutas, João Marcos de Souza Rodrigues, que está comigo há oito anos, e no início da jornada do doutorado, passou a morar comigo e dividir as angústias e alegrias. Agradeço profundamente pela paciência, pelo amor e pelo carinho que tem comigo e com os assuntos que me interessam.

A minha mãe, mulher forte e desenrolada que, apesar de ser analfabeta, muito me incentivou a estudar e dar esse passo tão distante geográfica e culturalmente da nossa realidade. Serei eternamente grata por me amar e confiar em tudo o que eu pensei em desenvolver na vida, mesmo que não contássemos com a ajuda de familiares e amigos, assim como do meu pai (*in memoriam*).

A minha tia Josefa Costa Campos (*in memoriam*), que faleceu durante a construção dessa tese, deixando um vazio tremendo nas nossas vidas, mas que me ajudou durante toda a formação na educação básica, pagando os meus estudos e mantendo financeiramente as minhas despesas. Obrigada! Nunca vou te esquecer!

“(...) Bebendo pelo gargalo/Enchentes e ribeirões/Na
terra tem mil vulcões/**No tempo só tem
espaço**/Nada digo e tudo faço/Viajo nas
amplidões/Por entre pedras e rios/Planetas e
hemisférios/Há poderes e impérios/Há sérios
homens e fios/Há beijos que são macios/Há bocas e
palavrões/Há facas e cinturões/**Há dor e muito
cansaço**/Nada digo e tudo faço/Viajo nas
amplidões/Bem no tempo do estio/No inverno e no
verão/No eixo e na rotação/No plano que lhe
envio/**É nos deuses em quem confio/No poder das
orações/No sangue desses canhões/No cabelo e no
cangaço...**”

MOTE DAS AMPLIDÕES – Zé Ramalho (da Paraíba)

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo investigar as práticas educativas, jurídicas e parlamentares do cearense José Antônio Pereira Ibiapina, popularmente conhecido no Nordeste brasileiro, como Padre Ibiapina (1806-1883). Tal investigação partiu da lacuna de estudos sobre as funções que ele desempenhou como professor, deputado, juiz de direito, chefe de polícia e advogado, antes de se tornar padre, em 1853. Essa lacuna é, na verdade, uma construção narrativa de biógrafos e acadêmicos que condicionam os eventos passados ao presente vivido, os quais se expressaram, no caso aqui estudado, no condicionamento das atividades seculares à vida religiosa. Na contramão disso, priorizamos as participações políticas desse sujeito nas instituições imperiais, considerando, sobretudo, como Ibiapina construiu as suas leituras e interpretações sociais. Para tanto, nos fundamentamos na perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural, especificamente, das práticas e representações, cuja opção analítica se justificou no caráter das fontes que utilizamos na pesquisa: (a) as fontes manuscritas de origem educacional – registro de matrículas, súmula de disciplinas, relação de professores, plano de estudos, relação de compêndios e outros – que possibilitaram mapear os livros, os autores e as bibliotecas que Ibiapina teve contato quando estudante; (b) as fontes impressas e manuscritas de origem político-administrativas – os Anais da Câmara dos Deputados, as correspondências e os ofícios provinciais – que contribuíram para levantar quais eram as representações de direito, de parlamento e de sociedade que teve esse sujeito, antes de se tornar padre. Para tanto, construímos as análises dedicando-se, primeiramente, aos estudos primários e superiores de Ibiapina e, posteriormente, a atuação na Câmara dos Deputados. Ao final, consideramos que essa trajetória – hoje construída não apenas pelo discurso católico – pode ser tomada mais amplamente como uma chave de interpretação da realidade nas primeiras instituições do império brasileiro.

Palavras-Chave: Biografia. Câmara dos Deputados. Curso Jurídico de Olinda. Padre Ibiapina. Seminário de Olinda.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the educational, legal and parliamentary practices of José Antônio Pereira Ibiapina, popularly known in Northeast Brazil as Padre Ibiapina (1806-1883). Such an investigation started from the lack of studies on the functions he performed as a professor, deputy, judge, chief of police and lawyer before becoming a priest in 1853. This gap is, in fact, a narrative construction of biographers and academics that condition past events to the lived present, which were expressed, in the case studied here, in the conditioning of secular activities to religious life. Against this, we prioritize the political participation of this subject in imperial institutions, considering, above all, how Ibiapina constructed her readings and social interpretations. For that, we base ourselves on the theoretical-methodological perspective of the New Cultural History, specifically, of practices and representations, whose analytical option was justified by the character of the sources we used in the research: (a) the handwritten sources of educational origin - registration of enrollments, summary of disciplines, list of professors, study plan, list of textbooks and others – which made it possible to map the books, authors and libraries that Ibiapina had contact with as a student; (b) the printed and handwritten sources of political-administrative origin – the Annals of the Chamber of Deputies, correspondence and provincial letters – that contributed to raising the representations of law, parliament and society that this subject had before become a priest. For that, we built the analyzes dedicating firstly to the primary and higher studies of Ibiapina and, later, the performance in the Chamber of Deputies. In the end, we consider that this trajectory – today built not only by Catholic discourse – can be taken more broadly as a key to interpreting reality in the first institutions of the Brazilian empire.

Keywords: Biography. Chamber of Deputies. Legal Course in Olinda. Padre Ibiapina. Seminar in Olinda.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CEHILA	Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PUCGO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RIC	Revista do Instituto do Ceará
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa “As missões do Padre Ibiapina”	45
-----------	-------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Distribuição de professores régios na capitania do Ceará (1784-1792)	62
Quadro 02	Distribuição de professores régios na capitania do Ceará (1799-1822)	63
Quadro 03	Estudos Inferiores Jesuíticos (Plano de Estudos do <i>Ratio Studiorum</i>)	72
Quadro 04	Plano de Estudos do Seminário de Olinda	81

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DAS PRIMEIRAS LETRAS AO SEMINÁRIO DE OLINDA	39
2.1	OS ESTUDOS PRIMÁRIOS DE “PEREIRINHA”	47
2.1.1	“Dezessete” no Ceará	53
2.1.2	Primeiras letras e latim no cariri cearense	59
2.2	IBIAPINA CHEGOU AO SEMINÁRIO DE OLINDA	69
2.2.1	Estatuto do Seminário <i>versus</i> Estatuto das Casas de Caridade	74
2.2.2	A família Ibiapina na Confederação do Equador	86
3	DA FACULDADE DE DIREITO À CORTE IMPERIAL	96
3.1	NO CURSO JURÍDICO DE OLINDA “NASCEU” O DOUTOR IBIAPINA	103
3.1.1	Ibiapina e os oratorianos: livros e leituras em Pernambuco	121
3.1.2	Acadêmicos de Direito e as revoltas regenciais em Pernambuco	126
3.2	IBIAPINA NO MAGISTÉRIO: CONSTRUINDO ALIANÇAS POLÍTICAS	135
3.2.1	A Congregação de Lentes: um espaço de disputas políticas	144
3.2.2	Novos lentes substitutos: o ex-aluno Ibiapina	151
4	DA CÂMARA DOS DEPUTADOS À RECLUSÃO SOCIAL	159
4.1	NO IMPÉRIO DAS PALAVRAS PREVALECEU O SILÊNCIO DO DEPUTADO IBIAPINA	168
4.1.1	Primeiros anos da terceira legislatura	174
4.1.2	Ibiapina nas funções de Juiz de Direito em Quixeramobim	184
4.2	RETORNANDO AS ATIVIDADES PARLAMENTARES: IBIAPINA É O OUTRO	194
4.2.1	Últimos anos da terceira legislatura	198
4.2.2	Será o fim da carreira política?	204
5	CONCLUSÃO	209
	REFERÊNCIAS	214
	ANEXO A: <i>Preciso</i> (Manifesto da Revolução Pernambucana, 1817)	229
	ANEXO B: Manifesto de proclamação da Confederação do Equador (1824)	231
	ANEXO C: Relação de deputados da terceira legislatura do império (1834-1837)	233
	ANEXO D: Resultado das eleições para deputado no Ceará – quarta legislatura do império (1838-1841)	237

1 INTRODUÇÃO

Pouco ou nada se falou a respeito da trajetória secular de José Antônio Pereira Ibiapina (1806-1883), um cearense de Sobral, mais conhecido popularmente no Nordeste brasileiro, como Padre Ibiapina¹. Diferentemente do que muitos acreditam, este padre não se tornou deputado geral vestindo batinas. Considerando isso, essa tese investigou as práticas educativas, jurídicas e parlamentares desse sujeito, antes de se tornar padre, em 1853. Tal problemática surgiu da inexistência de estudos sobre essas experiências, em contrapartida a demasiada ênfase dada ao sacerdócio, o que contribuiu para a sacralização das suas ações.

Assim como outros sujeitos do passado², Ibiapina foi construído pelos biógrafos que compartilhavam da mesma “ilusão biográfica”³, ou seja, que organizavam a vida como uma narrativa de ordem cronológica, no duplo sentido de início-princípio e fim-realização⁴. Assim, produziram uma narrativa de vida em que os acontecimentos cotidianos aparecem alinhados para dar sentido e significado às práticas missionárias e religiosas que ele desenvolveu aos cinquenta anos de idade, de modo que todas as experiências anteriores aparecem condicionadas a realização do sacerdócio.

Essas biografias também reforçaram concepções essencialistas, mesmo metafísicas e lineares, pois “os caracteres atribuídos ao sujeito continuam sendo apresentados como essências a ele fixadas desde a origem e para sempre, ou seja, como uma *arché* relacionado a um *telos*”⁵. Nesse sentido, o *arché-telos*, presente nessas narrativas, tem duplo sentido, ou seja, de uma vida com um início (*arché*), um “começo”, uma “origem” e um fim, uma “realização” (*telos*).

Diferentemente disso, a nossa proposta de pesquisa buscou construir a trajetória de Ibiapina, evidenciando as suas participações e contradições, especialmente educativas, jurídicas e políticas, de modo que o sacerdócio, embora não seja o nosso foco, quando considerado, foi visto como uma ação igualmente concreta e interessada. Na contramão dos biógrafos – na maioria foram padres⁶ – que afirmam ser a decisão pelo sacerdócio uma

¹ Cabe considerar que utilizamos a nomenclatura “Padre Ibiapina” no título, considerando o nível de ampliação que ele pode proporcionar ao nosso trabalho, mais do que o nome completo do sujeito do nosso estudo. Contudo, esse uso não corresponde ao interesse que temos na trajetória religiosa (1860-1883), uma vez que aqui ela é pouco explorada.

² Padre Cícero e Antônio Conselheiro.

³ Termo cunhado por Pierre Bourdieu (1996).

⁴ GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

⁵ Id., p. 86.

⁶ Esses padres-biógrafos são Paulino Duarte, Francisco Sadoc, José Comblim, Eduardo Hoornaert. Falaremos sobre eles mais adiante.

“vocação” que ficou silenciada ou uma “decepção amorosa”, nós, ao contrário, buscamos os interesses envolvidos e os condicionamentos históricos.

Por isso, as memórias e as biografias na nossa operação histórica⁷ não tiveram um fim em si mesmo, ao contrário, para um melhor aproveitamento, elas foram utilizadas como guias para identificar as fontes, criar a problemática e atingir os objetivos metodologicamente delimitados, de maneira que a vida de Ibiapina foi deslocada para as relações objetivas que teve com outros sujeitos. Para tanto, consideramos que os condicionamentos históricos só se realizam mediante a interiorização de práticas específicas, as quais distinguem indivíduos ou grupos por meio das representações sociais⁸.

Porém, escrever uma trajetória de vida implica ainda “esquecer” e há muitas formas de induzir ao esquecimento, bem como muitas razões para provocá-lo. Exemplo disso, é que as biografias sobre Ibiapina também contaram com fontes que eram da sua própria autoria, como os textos em formato de memoriais, que escreveu antes de morrer, onde ele indicava as suas representações políticas e da sua família, sem descuidar da linguagem, essencialmente católica, mas nem por isso, isenta de interesses materiais.

Essas representações políticas da família no leito de morte não têm a ver apenas com transitoriedade e crescimento do “espírito” religioso, como o querem os padres-biógrafos, tem a ver com os atos de esconder, ocultar, despistar e confundir vestígios da vida secular⁹. Não é à toa que acadêmicos, quando investigaram a trajetória religiosa de Ibiapina, mencionaram as missões como heranças do irmão e do pai, que foram condenados à morte por participar da Confederação do Equador. Há que se considerar que essa preferência de abordagem da trajetória de Ibiapina está relacionada ao poder da narrativa católica, que incentiva a construção de “modelos ideias”, como é o caso de Ibiapina, sem falar que existe um processo de beatificação em seu nome que está em andamento¹⁰.

Independentemente das motivações que o levaram a se tornar padre, o que nos fez estudar a trajetória de Ibiapina antes do sacerdócio, inicialmente, foi a inexistência de estudos

⁷ Compreendemos, a partir de Certeau (1995), que a operação histórica é a combinação entre um *lugar social* e as *práticas científicas*, de modo que analisar os antecedentes históricos que o discurso biográfico e/ou memorialístico não fala permite circunscrever as leis silenciosas que estão no espaço dessa produção. Para maiores informações ver CERTEAU, Michel de. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.

⁸ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n. 5, p. 172-191, 1991.

⁹ ROSSI, Paolo. *O passado, a memória e esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

¹⁰ O processo de beatificação do padre Ibiapina encontra-se na Santa Sé (Vaticano) desde 2016, sendo por ele responsáveis os italianos Paolo Vilotta e o padre Paolo Lombardo, que estiveram no santuário de Santa Fé, na cidade de Solânea/PB, durante 10 dias, para coletar informações e documentos que contribuíssem para tal finalidade.

mais sistemáticos em torno dos seus discursos parlamentares, que estão disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados, pelo menos, desde 2015. Nesse período, desenvolvíamos pesquisas sobre as obras sociais realizadas por ele nas províncias do Norte, especialmente, as Casas de Caridade¹¹, que eram instituições educacionais direcionadas às meninas órfãs e pensionistas, com oferta de aulas de primeiras letras e pequenos trabalhos manuais.

A recorrência desse objeto (as Casas e as Irmãs de Caridade) em monografias, dissertações e teses acabou nos colocando frente a frente com questionamentos, tais como: quais eram os princípios políticos e filosóficos norteadores dessas Casas? Como elas se mantinham material e intelectualmente? Qual era a relação de Ibiapina com as Irmãs de Caridade? Essas perguntas remontavam a formação de bacharel em Direito, a relação com a família e a política, ou seja, a rede de relações que desenvolveu antes da vida religiosa, especialmente, no Ceará, em Pernambuco e na Corte do Império.

Com os esforços empreendidos na monografia¹² e na dissertação¹³ em História, nas quais pontuamos as ideias e a linguagem parlamentar do personagem, aqui buscamos analisar conjuntamente a trajetória educativa, jurídica e política de Ibiapina, levando em consideração as representações religiosas (dos livros sagrados, das orações e ladainhas), do Direito (Natural, Romano e nas Codificações brasileiras) e parlamentares (considerando como referência as práticas na Câmara) que ele teve contato. Para isso, consideramos os livros e as leituras que desenvolveu com a família, nos estudos primários com os professores do cariri cearense, no Seminário de Olinda e na Academia de Direito.

Diante das singularidades que envolvem o nosso problema de pesquisa, que não só questionou a necessidade de conhecermos a trajetória secular de Ibiapina, mas visou, sobretudo, politizar todas as suas práticas, inclusive, a do sacerdócio, achamos por bem expor alguns produtos biográficos produzidos sobre ele, sem deixar de frisar que existem inúmeros títulos e em variados formatos (escrito e visual), nos levando a selecionar aqueles em que

¹¹ As Casas de Caridade consistiram no maior projeto social atribuído ao padre Ibiapina, a partir de 1860, o qual tinha como objetivo educar e profissionalizar preferencialmente meninas órfãs e carentes, mas também aceitava a entrada de meninas pensionistas. Vale ressaltar ainda que essas instituições não se constituíram como um espaço de formação e ordenação de freiras, como, por exemplo, as escolas carmelitas. Ao contrário, as internas das Casas eram formadas para o casamento, ou, quando não desejavam, permaneciam nas instituições como Irmãs ou Professoras da Caridade.

¹² OLIVEIRA, Noemia Dayana de. *Um intelectual à deriva: O padre Ibiapina e as articulações intelectuais no Nordeste oitocentista* (2017). Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017. 66f.

¹³ OLIVEIRA, Noemia Dayana de. *O parlamentar do silêncio: Atuação política do deputado Ibiapina na Assembleia Legislativa Brasileira* (2019). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2019. 166f.

Ibiapina é representado como sacerdote por “força das decepções políticas” e que tem como autores os padres católicos.

A primeira biografia sobre Ibiapina foi escrita pelo padre cearense, Paulino Nogueira Borges da Fonseca, e publicada pela Revista do Instituto do Ceará (RIC). Com o título *O Padre Ibiapina* (1888)¹⁴, esse texto foi produzido no período em que os Institutos Históricos estavam se estabelecendo em congêneres estaduais, num cenário cultural, em que imperava as narrativas de “homens ilustres” ou “homens de exemplo”, tendo sido Ibiapina, um dos homenageados no segundo ano da RIC. Sobre isso, é bom frisar que Ibiapina foi destituído do controle e poder nas Casas de Caridade do Ceará, um fato que colaborou para construção da sua imagem heroica e santa nessa biografia.

Para construir esse produto cultural apologético, esse biógrafo era amigo de Ibiapina, formado em Direito, advogado, político e jornalista, cuja rede de relação que possuía, facilitou o acesso às correspondências e depoimentos recolhidos entre amigos e confidentes do “padre mestre”, que serviram como subsídios para biografias posteriores, inclusive, para a construção do nosso estudo.

Uma das biografias que se serviu desse acervo recolhido por Paulino Nogueira, embora tenha ampliado o conteúdo e se transformado em livro, foi construído pelo escritor paraibano Celso Mariz, biografia intitulada *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste* (1942)¹⁵. O autor possuía lugar social diferente do primeiro biógrafo, pois este não era padre, mas inspetor de ensino estadual, secretário legislativo e editor do jornal “A União”, um órgão informativo e responsável por imprimir essa biografia e outros títulos do mesmo autor¹⁶. Além disso, esse biógrafo possuía fácil trânsito entre os círculos oficiais do poder estadual, facilitando a impressão do texto em formato de livro, que contou com prefácio de Gilberto Freyre.

Até aquele período, as biografias produzidas sobre Ibiapina eram “ligeiras, iluminadas com a relação de suas fundações de caridade”¹⁷, apontava Mariz (1942), que estava interessado em enfatizar a trajetória do padre por um viés regionalista, típico de um período excepcional (Segunda Guerra Mundial), quando se buscou resgatar personagens tradicionais

¹⁴ NOGUEIRA, Paulino. O padre Ibiapina. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1888. P. 157-220.

¹⁵ MARIZ, Celso. *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UEPB, 1980.

¹⁶ Celso Marques Mariz (1885-1982) escreveu títulos como *Através do Sertão* (1910), *Apanhados Históricos da Paraíba* (1922), *Evolução Econômica da Paraíba* (1939), além de outros textos de cunho biográfico, como o de Carlos Dias Fernandes e *Cidades e Homens* (1945). Para maiores informações sobre o escritor, ver AQUINO, Viviane de Fátima. *Em busca da ‘paraibanidade’: Celso Mariz e a construção da identidade sertaneja em Através do Sertão*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, 2016; e AQUINO, Viviane de Fátima. *A construção de um povo e de um lugar: Estratégia da criação da identidade sertaneja paraibana na obra Através do Sertão de Celso Mariz e sua diferença do projeto do IHGP*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

¹⁷ MARIZ, op. cit., p. 4.

como exemplos de vida para os leitores(as). É bem verdade que as biografias produzidas até aqui destacavam Ibiapina como um exemplo a ser seguido e, mesmo que elas não tenham sido produzidas por padres, foram eles os que mais acumularam informações sobre a sua vida antes do sacerdócio.

Um exemplo disso é a biografia do monsenhor cearense, Francisco Sadoc de Araújo, intitulada *Padre Ibiapina, peregrino da caridade* (1995)¹⁸. Esse texto se baseou em fontes da infância, dos estudos primários e superiores e da família de Ibiapina, que estão preservados em locais de memória e acervos públicos até hoje, na cidade de Sobral (CE). Esta, por sua vez, é a cidade de nascimento de Ibiapina e, até hoje, moram pessoas dessa família, o que contribuiu para a preservação dos documentos referentes aos primeiros anos de vida. Diferente do estado da Paraíba, que possui acervos e monumentos relacionados, especialmente a vida adulta e missionária, além de ser o local onde Ibiapina está enterrado.

Fazendo uso de outras fontes, contudo, Sadoc (1995) não foge à regra dos precedentes, ainda que ofereça mais informações sobre os primeiros anos de vida de Ibiapina ou que o autor tenha mais conhecimento do passado desse sujeito no Ceará¹⁹. Porém, a tentativa de investigar outros espaços e temporalidades da vida de Ibiapina, serviu para condicionar todas as outras práticas à “vocação religiosa”. Sobre isso, o texto desse biógrafo-padre é de tipo confessional²⁰, isto é, compreende todos os momentos da vida de Ibiapina, sob a perspectiva da abnegação a vida material.

Mas existem aqueles padres-biógrafos que evocam a vida missionária de Ibiapina por outros aspectos que não o do essencialismo. Exemplo disso, é o padre José Comblim. A trajetória de vida desse autor – exilou-se durante o período da ditadura civil-militar e adotou as práticas católicas da Teologia da Libertação – fizeram-no aproximar de uma leitura materialista da “missão Ibiapina”. Importante reconhecer isso para entender a biografia que ele escreveu, intitulada *Padre Ibiapina* (1993)²¹ e publicada na coleção *Biografias*²², da editora católica Paulus. Comblim não só fez essa biografia, mas publicou outros textos sobre Ibiapina e evocou as camadas populares, de modo que potencializou as discussões sobre a caridade e a pobreza.

¹⁸ ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Padre Ibiapina, peregrino da caridade*. Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará, 1995.

¹⁹ *Cronologia Sobralense (5 vols)* (1974-1990).; *História da Cultura Sobralense* (1978) e outros estudos biográficos como *Ceará – Homens e Livros* (1981) e *Traços biográficos de Dom José Tupinambá da Frota* (1982).

²⁰ Relativo às práticas de confissão, comum ao universo dos padres e demais fiéis católicos.

²¹ COMBLIM, José. *Padre Ibiapina*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2011.

²² Antes desse título, Comblim também escreveu para a coleção a biografia do *Padre Cícero de Juazeiro* (1991).

Antes dessa biografia, Comblim publicou o manuscrito produzido por Ibiapina, que o autor intitulou de *Instruções Espirituais do Padre Ibiapina* (1984)²³, inserido na coleção *A Oração dos Pobres*²⁴, da Editora Paulinas. Na introdução que contextualiza o documento, o autor menciona as singularidades das orações dos pobres, que fogem as ladainhas oficiais como o “Padre Nosso” e a “Salve Rainha”, bem como a sobrevivência do texto por cópias feitas por mãos trabalhadoras e analfabetas – embora com a capacidade de copiar as letras com cuidadosa caligrafia – que seguiam o padre nas missões religiosas²⁵.

Ambos, a biografia e as instruções, são produtos culturais que recortam a vida de Ibiapina a partir dos seus feitos como religioso, o que recaiu novamente no silenciamento sobre os feitos da vida secular. O fato é que, independentemente da formação e/ou da atuação dos biógrafos, Ibiapina só se tornou popularmente conhecido, por meio das missões católicas, bem como das obras sociais em que esteve à frente. Para tanto, os estudiosos da religiosidade popular não deixam de tomar esses feitos como um marco fundacional da Igreja dos Pobres no Brasil²⁶. Antes mesmo de Antônio Conselheiro e Padre Cícero que, coincidentemente, também eram cearenses, o padre Ibiapina desenhava no sertão, longe das primeiras aglomerações urbanas, os caminhos do catolicismo não-oficial. Para reforçar esse discurso de “liderança católica”, os adeptos da Teologia da Libertação, elegeram esses padres, como Ibiapina, e discutiram esse símbolo no I Simpósio Sobre o Padre Ibiapina, realizado em Lagoa Seca/PB (1983) o qual rendeu uma publicação sobre a vida religiosa.

Intitulado *Padre Ibiapina e a igreja dos pobres*²⁷, foi organizado pela irmã Georgette Desrochers e o padre Eduardo Hoornaert. Esta produção reuniu textos de religiosos, historiadores, antropólogos e médicos, que pactuavam com a nova conduta institucional da Igreja Católica, indicada na Conferência de Puebla, que ocorreu no México, em 1979. Essa concepção fez surgir no Brasil, o Centro de Estudos da História da Igreja Latino-Americana (CEHILA), que reuniu estudiosos sob uma suposta influência da leitura e do método materialista-histórico, cujos textos e autores evidenciavam a memória das lideranças católicas

²³ COMBLIM, José (org.). *Instruções espirituais do Padre Ibiapina*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

²⁴ Essa coleção, baseada no fortalecimento da concepção de Igreja dos Pobres no Brasil, tinha como objetivo publicar orações presentes no Catolicismo Popular ou Não Oficial. Apesar disso, o autor afirma que o manuscrito não é uma “oração”, mas traz importantes observações sobre a oração do trabalho.

²⁵ COMBLIM, 1984.

²⁶ Para mais informações ver: GALVÃO, Walnice Nogueira. *O império do Belo Monte: Vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, e HERMANN, Jaqueline. *Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 121-160.

²⁷ DESROCHERS, Georgette e HOORNAERT, Eduardo (orgs.). *Padre Ibiapina e a igreja dos pobres*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

populares, que agiram no cenário de miséria, de seca, das doenças e da fome. Por pertencerem ao CEHILA, os organizadores dos textos do Simpósio seguiram essa leitura no livro, o que rendeu textos sobre Ibiapina e a história regional do Nordeste; Ibiapina e as beatas; Ibiapina e a marginalidade; Ibiapina e os desclassificados; Ibiapina e a ação modernizadora nas cidades, entre outros.

Essa apresentação dos principais materiais biográficos não dá conta, nem de longe, de mapear todos os textos que já foram produzidos sobre ele, desde o seu falecimento, em fins do século XIX, até hoje, quando outras linguagens, como o cinema documental ou ficcional²⁸ surgem para falar sobre Ibiapina. Contudo, essa explanação nos ajudou a mapear o modelo narrativo e o perfil dos autores que prevaleceram entre essas produções. No entanto, diante da necessidade de compreendermos o papel social desse tipo de texto (narrativa de vida), ampliaremos a seguir a discussão sobre biografias e a sua relação com a História.

A biografia, por muito tempo, foi considerada como um gênero híbrido, controverso, problemático. O termo biografia é oriundo do grego e significa *bios = vida* e *graphein = escrever*. Na antiguidade, a biografia como relato de vida, apareceu em Damásio, cerca de 500 d.C. Contemporaneamente, o termo foi descrito como uma narrativa, que tem por objeto a vida de uma só pessoa e, mesmo que os historiadores usem o termo sem grandes problemas, muitos estudiosos se opuseram ao gênero, por considerá-lo arte ou escritos que não eram científicos²⁹. Por essa razão, a disciplina de História exerceu, em contraposição, um papel de contar a “verdade” sobre a vida das pessoas, enquanto a biografia era escrita para atribuir “valores morais”. Maior exemplo desse tipo de narrativa de vida, são as hagiografias³⁰.

Foi nos séculos XVII e XVIII que a biografia sofreu transformações, especialmente, com os novos métodos que incidiram diretamente na relação entre o biógrafo e o biografado. Tratava-se de uma relação psicológica, cujo papel do autor seria a de revelar um mistério da vida do sujeito, o que evidenciou a autoria individual e, conseqüentemente, fortaleceu o interesse pela vida privada, a personalidade única e a aparência física dos indivíduos³¹. Apesar disso, se pretendia apresentar em totalidade a vida humana e as suas intimidades, mas por

²⁸ *Eu sou o servo* (2001) é um curta-metragem de tipo ficção sobre o padre Ibiapina, dirigido por Eliézer Rolim.

²⁹ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla. (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

³⁰ A palavra hagiografia vem do grego *hagiographon*, que significa escrita santa. É conhecida desde a Antiguidade como uma escrita “inspirada”, embora tenha ganhado a dimensão santoral e hoje designa biografia de santos e/ou milagreiros. Para mais informações, ver PEREIRA, Ana Paula Lopes. O relato hagiográfico como fonte histórica. *Revista do Mestrado de História*, Vassouras, v. 10, p. 191-204, 2008.

³¹ BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Estudos Históricos*, vol. 19, 1996, p. 83-97.

influência da Filosofia da História e do positivismo, os indivíduos perderam a sua importância nos escritos, dando lugar às instituições, aos grupos e à coletividade.

Se pensássemos a biografia articulada aos regimes de historicidade³², teríamos pelo menos, quatro momentos diferentes: 1º – Antiguidade – o modelo plutarquiano prevaleceu e ligava intimamente a moral e a história, buscando exemplos do passado para ensinamentos no presente; 2º – da Idade Média ao século XIX – o modelo biográfico, que buscava por um exemplo único; 3º – fins do século XIX – foi marcado pela discussão a respeito do papel do indivíduo na História, uma vez que, ao se construir como disciplina, a História acabou menosprezando o estudo de trajetórias individuais; 4º – século XX – o presente foi visto como único tempo possível. A partir dos anos 1980, este regime de historicidade pautado no “presentismo”, sofreu fissuras, o que alterou o interesse dos historiadores pela biografia, especialmente, por meio da busca pelas raízes e pela identidade.

Nas últimas décadas do século XX, muito se anunciou a respeito do “retorno da biografia”, como se tal gênero houvesse caído no desgosto popular. No entanto, essa “retomada” só faz sentido no âmbito acadêmico, já que, no horizonte de produção cultural, as biografias e/ou materiais de tipo biográfico, não deixaram de existir e ter incentivos de produção, seja por parte das editoras e livrarias, seja por iniciativas privadas. Esse tipo de produção, que nunca cessou de ser consumido, tem “carimbado” determinados exemplos de vida que servem como uma espécie de literatura de “autoajuda”, as quais servem para formar, conformar e reforçar interesses de determinados grupos³³.

Diferentemente do que se anunciou, “o recurso biográfico seria agora bastante diferente, ou seja, mais propriamente um recurso, instrumento, ferramenta, e não um fim em si mesmo”³⁴. Uma das primeiras críticas feitas a esses produtos culturais, é de Pierre Bourdieu³⁵, que atentou para as abordagens lineares e unilaterais dos pesquisadores e biógrafos, que constroem narrativas marcadas pela sucessão cronológica de fatos, organizando-os em sequências ordenadas e relações inteligíveis. Tratar a vida como um relato coerente e uma sequência de acontecimentos com significados e direção, implica conformar-se com uma ilusão retórica, a qual uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar³⁶.

³² Quem fez isso foi o professor Benito Schmidt, baseado em François Hartog. Maiores informações ver: HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, julho 1997; SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 2, n. 3. Jan./Jun. 2003, p. 57-72.

³³ Cf. GRIJÓ, 2008.

³⁴ *Ibid.*, p. 92.

³⁵ BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.

³⁶ *Id.*

Diante disso, o autor sugere a superação do conceito de biografia pela noção de trajetória, que é “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”³⁷. Assim, para compreender uma trajetória, é preciso construir previamente os estados sucessivos do campo em que o sujeito esteve, bem como o conjunto das relações objetivas que uniram o agente ao conjunto de outros agentes no mesmo campo. Desse modo, “são levados em consideração os determinantes estruturais dos espaços sociais ocupados pelo mesmo sujeito e também o seu *habitus*, como única possibilidade de unificação de um *eu* fragmentado”³⁸.

Em contrapartida, a historiadora Sabina Loriga³⁹ diz que essa noção de trajetória tende a afogar as condutas individuais, reforçando laços normativos pela força do *habitus*. Para ela, apoiada em críticas literárias, como as de André Gide, Paul Valéry e Robert Musil, os textos biográficos enclausuraram a existência em busca de uma unidade, revelando a ingenuidade de que a literatura não cansou de revelar, isto é, a descontinuidade do real. A solução apresentada pela autora aos historiadores seria a de utilizar o “eu” para romper com o excesso de coerência do discurso histórico, de modo que seria possível interrogar não só o que foi e o que aconteceu, mas também as incertezas do passado e as possibilidades perdidas.

Outro estudioso que ofereceu contribuições para os estudos biográficos, foi o italiano Giovanni Levi⁴⁰, que avaliou o interesse dos historiadores pela biografia e a autobiografia, nas últimas décadas do século XX. Ele afirmou que a emergência da biografia se encontrava num terreno ambíguo, cujo instrumento poderia servir para estimular a pesquisa social ou para evitá-la. Para os historiadores, especificamente, a biografia, serviu para reavaliar questões metodológicas, sobretudo, “as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas”⁴¹.

Das aproximações feitas pela História com outras disciplinas, a partir da década de 1980, a biografia é um canal privilegiado com a Literatura, uma fornecedora de técnicas argumentativas que, nos entraves da pesquisa documental, serviram para pensar a vida cotidiana, nas suas incertezas, fragmentações, dinamicidade e contradições. Com isso,

³⁷ Id., p. 189.

³⁸ FERREIRA JÚNIOR, Francisco. *O rei dos falsários: a trajetória de um moedeiro falso no Brasil Imperial (1830-1861)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, p. 16.

³⁹ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

⁴⁰ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 169.

⁴¹ Id., p. 169.

ampliou-se o interesse por outros tipos de fontes, que revelavam ações do dia a dia, mas insuficientes para responder a questões, como quais foram as motivações, emoções e as incertezas que desenharam o cenário desse ou daquele acontecimento.

Inicialmente, a biografia, com seus “modelos”, supôs uma simplificação, ao descrever o que é “significativo em uma vida. Tal confiança culminaria, aliás, no positivismo e no funcionalismo”⁴², o que fez com que o caráter exemplar, bem como a dimensão pública em detrimento da privada, fosse acentuado. Adentrando o século XX, a crise se processaria com os novos paradigmas nos vários campos científicos, os quais ajudaram a conhecer o ponto de vista do observador, o inconsciente, a complexidade da identidade, entre outros.

No entanto, a incoerência entre as trajetórias individuais e as normas sociais, além das trajetórias como validação para hipóteses de funcionamento das estruturas sociais, só pode ser solucionada a partir da observação da incoerência interna das normas, das racionalidades propostas para os sujeitos e a relação entre os indivíduos e os grupos⁴³. Para Giovanni Levi, é necessário tratarmos a biografia, afastando-se da tradição dos *Annales*⁴⁴, de modo que sejam priorizadas questões como a escala e o ponto de vista, o que nos faz recair sobre a importância de descrever normas e seu funcionamento efetivo, sem desconsiderar a “existência irreduzível de uma certa liberdade *vis-à-vis* as formas rígidas e as origens da reprodução das estruturas de dominação”⁴⁵.

Nessa esteira da micro-história italiana, Carlo Ginzburg⁴⁶ propôs caminhos para a pesquisa histórica, a partir de trajetórias, perseguindo nas fontes os nomes, as famílias, os casamentos e as genealogias, visando a quantidade e a qualidade das informações. Para tanto, esses casos observados não só deveriam ilustrar a pesquisa, mas principalmente, trazer à tona as mais variadas respostas às estruturas sociais, quando localizadas em seus contextos. Com críticas ao estruturalismo e ao funcionalismo, o autor acreditava que as classes subalternas também protagonizavam acontecimentos históricos.

Consideradas as nossas divergências em torno da maximização das singularidades e/ou trajetórias como uma “nova resposta” da História aos modelos estruturalistas e funcionalistas, todas as discussões elencadas acima acerca das biografias e/ou produtos biográficos, são importantes para construirmos a nossa pesquisa. Isto porque, graças a ampliação teórico-

⁴² Ibid., p. 172.

⁴³ Id.

⁴⁴ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlos. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Nerino. Lisboa: DIFEL, 1989. pp. 169-178.

⁴⁵ Ibid., p. 180.

⁴⁶ Id.

metodológica das pesquisas em História, as quais passaram a evidenciar os sujeitos em seus contextos, é que foi possível desenvolvermos as considerações sobre Ibiapina, antes de se tornar padre. Em outras condições historiográficas, ele seria interpretado como simples reflexo do espaço-tempo em que viveu. Diferentemente disso, evidenciamos a sua trajetória como parte integrante e propositiva do contexto, a qual mediante a rede de relações, foi possível observar as interações e as limitações políticas desse sujeito. Diante disso, a nossa pretensão foi a de observá-lo não como um predestinado ao sacerdócio, mas um sujeito interessado e politicamente orientado.

Notamos que as primeiras pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre Ibiapina não foram tão diferentes dos biógrafos, já que os objetos de estudo permaneceram evidenciando as práticas religiosas. Sem falar que os acadêmicos não questionaram a noção de causa-efeito do sacerdócio sobre a vida de Ibiapina, presente nas narrativas biográficas. Apesar disso, não podemos desconsiderar que as mudanças historiográficas fizeram despontar estudos (dissertações e teses) que contemplaram não só o padre Ibiapina, mas também as irmãs, as internas e as Casas de Caridade, privilegiando os conceitos de gênero, disciplina e cotidiano na análise das fontes. Assim, Ibiapina passou a ser representado como um padre normatizador dos corpos femininos ou ainda como um religioso carismático, capaz de desenvolver uma pedagogia católica conciliatória.

Levando em consideração que o levantamento bibliográfico é parte essencial para a delimitação do tema de pesquisa, buscamos os estudos sobre Ibiapina em plataformas digitais, tais como o Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), que nos forneceu dezesseis resultados, divididos entre teses de doutoramento, dissertações de mestrado e dissertações de especialização (pós-graduação *latu sensu*), defendidas entre os anos 2000 a 2020. Estas são, em grande maioria, oriundas dos programas de pós-graduação da região Nordeste, sendo apenas três desenvolvidas em outros estados. O maior número de pesquisas foi contabilizado entre as dissertações (de mestrado e especialização), embora já existam quatro teses de doutoramento sobre o padre.

A primeira⁴⁷ tese defendida sobre Ibiapina é de autoria da professora Maria das Graças Loiola Madeira e se intitulou “Entre orações, letras e agulhas: a pedagogia feminina nas Casas

⁴⁷ A primeira pesquisa acadêmica sobre Ibiapina é anterior aos anos 2000. De autoria do historiador Plínio Araújo Victor, intitulou-se *Ibiapina e os donos da memória*, foi defendida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1995, mas não tivemos acesso à obra por ser anterior ao sistema de digitalização dos trabalhos desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduações no Brasil. Apesar disso, soubésemos desse título por conta da publicação feita pela Revista Clio, em que mencionava as

de Caridade do padre Ibiapina – sertão cearense (1855-1883)”. Defendida na Universidade Federal do Ceará (UFC), no ano de 2003, ela teve como objetivo analisar a pedagogia feminina desenvolvida nas instituições, buscando formatar um tipo feminino sertanejo. Em função disso, a tese está inserida nas discussões da História Cultural, utilizando-se do conceito de “apropriação” para entender as práticas das Casas. Em relação às fontes, a autora estudou as correspondências trocadas entre Ibiapina e as irmãs da caridade, as peças teatrais produzidas por ele para encenação das meninas internas, as crônicas de autoria das beatas e dos beatos, além do jornal “A Voz da Religião no Cariri”⁴⁸.

Vale ressaltar que, no mesmo ano, foram defendidas ainda duas dissertações de mestrado, são elas: “As beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica. Uma análise histórica usando a abordagem de gênero sobre o papel feminino nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina (1860-1883)” e “Entre a penitência do corpo e o corpo em festa: uma análise das missões do padre Ibiapina no Ceará (1860-1883)”, de Andréa Bandeira e Josiane Maria de Castro Ribeiro, respectivamente. A primeira defendida na UFPE, e a segunda, na UFC, ambas priorizaram questões históricas que relacionam o feminino, o corpo, a festa e a religião cristã.

Andréa Bandeira analisou o cotidiano das Casas, evidenciando o abuso vivenciado pelas irmãs e internas, por meio do sistema normativo criado pelo padre Ibiapina, com vistas à produção material e/ou intelectual das mulheres e, conseqüentemente, à manutenção das relações de poder patriarcal. Já Josiane Ribeiro discutiu as missões religiosas realizadas pelo padre como um processo de reorganização dos trabalhadores pobres livres no Ceará (na segunda metade do século XIX), numa dinâmica de trabalho sistemática e cotidiana, diferente da organização do trabalho, baseada apenas na necessidade imediata.

Josiane Ribeiro não deixou de frisar que a positivação do trabalho feita por Ibiapina contribuiu para manter a ordem social vigente, baseada nas relações patrimoniais e escravistas. Apesar disso, as missões católicas eram também espaços de lazer que, por meio das festas, tornavam-se formas de rebeldia e justiça popular, ainda que camufladas em submissão aos poderosos locais. Verificamos que, em ambas as dissertações, o objeto de estudo foi o produto do trabalho religioso de Ibiapina, bem como as fontes oriundas dele, chegando à conclusão que ele colaborou com a manutenção da ordem social. Contudo,

dissertações e teses defendidas no PPGH-UFPE. Para maiores informações ver: CLIO, *Revista de Pesquisa Histórica da Universidade Federal* de nº 16. Recife, UFPE, 1996, p. 185.

⁴⁸ O jornal *A Voz da Religião no Cariri* circulou durante dois anos na região do cariri cearense, entre os anos de 1868 e 1870. Foi organizado pelo padre Ibiapina, sob a redação do jornalista José Joaquim Telles Marrocos, natural de Crato/CE, primo do padre Cícero Romão Batista.

Josiane Ribeiro concluiu que os seguidores do padre resistiam à dominação por meio dos espaços de lazer e de outras atividades culturais proporcionadas pela dinâmica das Casas de Caridade.

Até aqui, as dissertações e teses defendidas sobre Ibiapina estavam concentradas na área da História, mas Alberto Rodrigues de Oliveira defendeu a primeira dissertação em outra área – Ciências da Religião – na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). O estudo intitulou-se “Da fé à promoção social: a atividade missionária do padre Ibiapina”, que teve como objetivo compreender como a atividade religiosa foi utilizada instrumentalmente para encarar e transformar a realidade precária do interior do Nordeste (Norte imperial), na segunda metade do século XIX. Para isso, o autor, influenciado pelos estudos da Teologia da Libertação, em especial, àqueles do CEHILA, recorreu à História, à Sociologia e à Teologia para compreender as práticas missionárias, ou seja, o autor baseou-se na leitura de uma igreja pelos pobres e da religiosidade não-oficial, que representou Ibiapina como o primeiro líder católico de projetos sociais, capaz de alterar a desigualdade social entre os sertanejos. As fontes documentais (cartas e outros textos de Ibiapina) que o autor frisou no discurso sagrado, associando a realidade concreta das missões ibiapinianas.

No mesmo ano (2007), outra dissertação de mestrado foi defendida sobre o padre Ibiapina, fora da área de História (em Ciências Sociais). O estudo de Cláudio Souza de Carvalho intitulou-se “Padre Ibiapina: A construção de um santo”, defendido na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), analisou as práticas religiosas em torno de Ibiapina, tomando como cenário central do estudo, o processo de beatificação. Por esse motivo, a pesquisa utilizou discursos biográficos e entrevistas com fiéis, realizadas no Santuário de Santa Fé (PB), onde as imagens que sobressaíram do padre foram baseadas em tipos ideais de Max Weber, em diálogo com as discussões feitas por Pierre Bourdieu acerca do lugar social dos entrevistados. Além disso, o autor considerou na pesquisa que a concepção de “santo”, defendida pela Igreja Católica, tem perdido espaço para os populares e não beatificados como, por exemplo, o padre Ibiapina. Considerando isso, a dissertação de Carvalho (2007) se debruçou na discussão de Saint-Pierre⁴⁹ sobre o tipo ideal prático, isto é, quando um tipo ideal está presente entre os homens de uma época e acaba agindo como elemento normativo das práticas sociais. Portanto, o autor chegou à conclusão que Ibiapina permaneceu nas representações sociais como elemento que normatiza as condutas e estabelece valores a serem seguidos.

⁴⁹ SAINT-PIERRE, Héctor Luís. *Max Weber: Entre a paixão e a razão*. 3ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

Em 2009 foi defendida a primeira dissertação sobre Ibiapina fora do Nordeste. O estudo foi intitulado “O Echo das Maravilhas: o Jornal A Voz da Religião no Cariri e as missões do Padre Ibiapina no Ceará (1860-1870)”, do professor Elias Ferreira Veras, desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Com o objetivo de compreender o lugar do jornal produzido por Ibiapina e outros, o autor tomou esse jornal como um espaço constituído de múltiplas narrativas sobre as experiências religiosas e, para isso, o autor utilizou as discussões feitas por Roger Chartier acerca das práticas, representações e apropriações para conceber essa pesquisa.

Nesse sentido, o jornal “A Voz da Religião no Cariri” foi tomado não só como o espaço de manifestação do padre, mas também de outras narrativas que o colocavam como milagreiro ou como conivente com as práticas não-oficiais do catolicismo. Por isso, as sessões do jornal são consideradas como espaços democráticos da escrita, o que, segundo Elias Veras, provocou uma indisposição entre o missionário e o primeiro bispo cearense, Dom Luís Antônio dos Santos. Isso porque a concepção institucional de Ibiapina e a de Dom Luís (representante da Romanização⁵⁰ no Ceará) são diferenciadas, levando o padre-mestre a se retirar da província e realizar a entrega das Casas de Caridade ao poder do bispo.

As pesquisas em História que priorizam outros objetos como os grupos excluídos⁵¹ também elegeram o padre Ibiapina para analisar. Exemplo foi a dissertação de mestrado de Maria Célia Marinho do Nascimento intitulada “Filhas e irmãs do padre Ibiapina: Educação e devoção na Paraíba (1860-1883)”. O objetivo foi o de analisar o cotidiano das mulheres e meninas nas Casas de Caridade, dando “mais voz às mulheres (beatas) do que ao próprio Ibiapina”⁵². Diante disso, a autora se valeu dos referenciais da História Cultural, que percebe a vida cotidiana como parte do mundo da cultura, especialmente, a partir dos modos de vida, das práticas e das representações. A justificativa encontrada pela autora para a realização dessa pesquisa, foi a de que os “Caminhos do Padre Ibiapina”, um roteiro ecológico, turístico e religioso, desenvolvido pelo governo do Estado da Paraíba, em parceria com o Serviço

⁵⁰ Segundo Maurício de Aquino, Rui Barbosa foi o primeiro a se utilizar do termo para designar o movimento de controle do sistema de padroado (nomeação de bispos e padres pelo monarca) sobre a Igreja Católica no século XIX. Além disso, os termos “romanisar” e “romanização” foram utilizados à época para expor pretensões teológicas e políticas dos ultramontanos, que, em poucas palavras, podem ser definidos como aqueles padres que defendiam o domínio papal sobre o país. Para mais informações sobre o ultramontanismo, ver AQUINO, Maurício de. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, out./dez. 2013. Para uma análise comparada do ultramontanismo no Brasil e em Portugal, ver OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *O catolicismo plural: A Congregação da Missão e a construção do ultramontanismo oitocentista*. Curitiba: Ed. Prismas, 2019.

⁵¹ Mulheres, operários e prisioneiros são alguns dos “excluídos” apontados por Michele Perrot.

⁵² NASCIMENTO, Maria Célia Marinho do. *Filhas e irmãs do padre Ibiapina: Educação e devoção na Paraíba (1860-1883)*. 167f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. P. 18.

Brasileiro de Apoio a Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE) e outros órgãos, impulsionou as atividades comerciais de artesãos, artistas e religiosos em torno dos patrimônios culturais do Brejo paraibano, que tiveram Ibiapina como idealizador, mas omitiu a participação de beatos e beatas na construção desses patrimônios, fazendo com que a figura do padre Ibiapina tenha sobressaído no projeto.

Em 2010, foi defendida a segunda tese de doutorado sobre o padre Ibiapina intitulada “Trabalho, pobreza e caridade: as ações do padre Ibiapina nos sertões do Nordeste”, autoria da professora Osicleide de Lima Bezerra, defendida no programa de pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O objetivo foi o de “investigar o processo de educação, moralização e disciplinamento dos pobres dos sertões do Nordeste, na segunda metade do século XIX”⁵³, tomando como exemplo para análise, as missões do padre Ibiapina e as Casas de Caridade. Segundo a autora, é ilustrativa essa experiência sertaneja para aquilo que determinava a ordem paradoxal do país, ou seja, a ordem social que comportava dois elementos: o moderno e o tradicional em disputa pelo poder. A autora considerou que o padre Ibiapina não combatia a pobreza porque acreditava que ela fosse uma ameaça para o sistema estabelecido, mas contra o flagelo social e a indignidade humana. Contudo, apesar do discurso cristão, a autora acredita que Ibiapina estabeleceu o assistencialismo, a partir de uma educação para o trabalho, forjando corpos trabalhadores em contrapartida aos ociosos pobres e livres. Sobre isso, a autora ratifica a tese do padre Hoornaert (1984), que o “projeto ibiapiniano” foi o da conciliação de classes, que temia a “procrastinação” dos pobres livres, optando, assim, por financiar as reformas educacionais e econômicas propostas pelo sacerdote⁵⁴.

Dada a importância da casa de Santa Fé (PB) para o projeto ibiapiniano, Danielle Ventura Bandeira de Lima desenvolveu duas pesquisas sobre o padre Ibiapina. A primeira foi a dissertação de mestrado em Ciências da Religião, intitulada “A caridade segundo Ibiapina: história e imaginário em Santa Fé”, visando analisar o imaginário da principal Casa de Caridade, por meio das narrativas históricas sobre a casa e o imaginário das pessoas envolvidas nesse projeto. Por intermédio de relatórios dos presidentes de província, jornais como “A Voz da Religião no Cariri” e “Tribuna Católica”⁵⁵, cartas e entrevistas realizadas

⁵³ BEZERRA, Osicleide de Lima. *Trabalho, pobreza e caridade: as ações do Padre Ibiapina nos sertões do Nordeste*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010. P. 18.

⁵⁴ HOORNAERT, Eduardo. Ibiapina e os desclassificados. In: DESROCHERS, Georgette e HOORNAERT, Eduardo (orgs.). *Padre Ibiapina e a igreja dos pobres*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. P. 69-84.

⁵⁵ Periódico cearense do Partido Católico que criticou o “progresso laicizante e laicista” no final do século XIX. Para mais informações, ver MORAIS, Cleidiane da Silva. *De antidoto da desordem a obstáculo do progresso:*

pela autora com os moradores atuais da casa, foi possível perceber como esses sujeitos idealizaram o padre Ibiapina.

A segunda pesquisa dessa autora foi a tese de doutorado desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO), intitulada “Devoção e santidade nas Casas de Caridade: a idealização mariana do Padre Ibiapina”, de 2014. O objetivo foi analisar as relações socioculturais nas Casas, especialmente, aquelas fundamentadas na Mariologia Clássica⁵⁶. Para tanto, Danielle Lima fundamentou a pesquisa “na capacidade de se refletir sobre a importância dos valores religiosos como fundamentadores das práticas sociais de grande número de indivíduos, e como esses valores são determinantes na formação das identidades de gênero”⁵⁷. Baseada nos mesmos documentos consultados na dissertação, a autora buscou reafirmar a opção de Ibiapina em institucionalizar um projeto social e educacional, como as Casas de Caridade, fazendo uso do “gênero” como categoria analítica e os pressupostos metodológicos da história da recepção,

Outra dissertação que não foi desenvolvida por estudiosos da História foi a de Diógenes Faustino do Nascimento, defendida no PPG de Ciências da Religião (UFPB), que teve como objetivo geral analisar as práticas religiosas do Padre Ibiapina e suas influências nos séculos seguintes. Para isso, defendeu a hipótese de que esta ação missionária foi precursora da Igreja dos Pobres, no aspecto geral, e uma escolha determinada pelas decepções políticas e jurídicas, no aspecto particular. A pesquisa foi de origem documental e etnográfica, esta última realizada no Santuário de Santa Fé. A conclusão do autor é a de que Ibiapina foi um colaborador da Teologia da Libertação na América Latina, com práticas católicas e pastorais diferentes, as quais não buscavam pela realização pessoal em vias da “administração pública, e menos ainda no aparato burocrático curiático”⁵⁸.

Sobre isso, cabe uma indagação: Caso Ibiapina não acreditasse no aparato burocrático, por que produziu documentos com caráter normativo, como os Estatutos, o Regulamento Interno e as Máximas Morais para as Casas de Caridade? Não podemos negar que, ao seguir carreira religiosa, ele teve práticas que fugiam do catolicismo oficial, mas não era contraditória a ideologia católica predominante, ou que “à vontade divina caberia submeter o

ensino moral e religioso na Instrução Pública Primária do Ceará Imperial (1874-1890). 219f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

⁵⁶ Segundo a autora, a Mariologia Clássica é a construção de comportamentos femininos relacionados à figura bíblica de Maria, uma mulher recatada, dócil e mãe.

⁵⁷ LIMA, Danielle Bandeira Ventura de. *Devoção e Santidade nas Casas de Caridade: a idealização mariana do Padre Ibiapina*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014. P. 18.

⁵⁸ NASCIMENTO, Diógenes Faustino do. *O imaginário da libertação pela caridade: Ibiapina e as missões em Santa Fé na Paraíba*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, 2017. P. 18.

mundo dos homens”⁵⁹. Mesmo com as desavenças com parte constituinte e construtora da burocracia da igreja⁶⁰, ele não desobedeceu a hierarquia, mas optou por outras práticas como as missões populares.

O aspecto teológico das missões de Ibiapina foi objeto de estudo de Anastácio Ferreira de Oliveira⁶¹, na dissertação de mestrado em Teologia, que tinha o objetivo de analisar a experiência missionária e sertaneja de Ibiapina como precursora da Igreja dos Pobres, que foi originalmente proposta pelo Concílio Vaticano II, em 1962. Segundo o autor, essa opção cristã já tinha sido feita cem anos antes por Ibiapina, afirmação que ele sustentou partir das produções do padre e intelectual José Comblin. Já vimos que esse padre-autor foi um dos biógrafos de Ibiapina, que contribuiu para construção das representações do sujeito que foi predestinado ao sacerdócio.

A última tese (e mais nova) defendida sobre Ibiapina, é de 2019, com autoria de Gilvan Gomes das Neves. Desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da UNICAP, o objetivo foi o de estudar as missões do Padre Ibiapina, partindo do pressuposto que, durante cem anos, elas foram esquecidas e estão em processo de reconstrução e ressignificação social. Para tanto, “foram resgatadas e analisadas a prática pastoral, missões, mutirões e mística do Bom Pastor, que moviam o Padre-Mestre”⁶². O método empregado foi o estudo qualitativo das fontes, as quais se dividem entre as de autoria de Ibiapina, dos beatos e das beatas, e as de autoria dos biógrafos.

O esquecimento em torno da obra do missionário, segundo o autor, é fruto da renovação do modelo eclesial implantado no Brasil, a partir do século XIX, que se distanciou das camadas populares e organizações de base. Somente com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a figura de Ibiapina voltou a ser manipulada. Tal esquecimento, contudo, deve ser questionado, já que a publicação de artigos e livros sobre Ibiapina, não deixou de acontecer durante o século XX⁶³. Portanto, esse “esquecimento” não ocorreu pela

⁵⁹ AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. P. 116.

⁶⁰ Nos referimos ao desentendimento com o bispo Dom Luís, do Ceará, de onde Ibiapina foi expulso e perdeu a direção das Casas de Caridade. Para melhores informações, ver ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Padre Ibiapina e Dom Luís*. *Revista Cearense de Letras*, 2003. pp. 49-56.

⁶¹ O título é *Igreja dos pobres e imagens de Deus à luz da Teologia do povo de Deus em José Comblin: Convites à práxis cristã emergentes da Missão Ibiapina no semiárido nordestino*.

⁶² NEVES, Gilvan Gomes das. *“O passado é a morte das coisas” – Padre Ibiapina: Ante o esquecimento, a memória em construção*. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Pernambuco, 2019. P. 15.

⁶³ Para mais informações, ver DUARTE, Paulino. *Padre Ibiapina: traços biográficos encontrados no arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé/Arara*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, 1913; _____. *O Padre Ibiapina, notas sobre sua vida extraídas do arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*, 1915; TÁVORA, Manoel Nascimento Fernandes. *Personalidade moral e cívica do padre Ibiapina*. In: *Revista do Instituto do Ceará*, 1952. p. 241-251;

Igreja Católica, já que muitos autores (padres-biógrafos) escreveram nesse período, nem tampouco por jornalistas e/ou literatos.

Desse modo, existem duas monografias em pós-graduação *latu sensu*, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)⁶⁴, que investigam as obras sociais de Ibiapina. Na pós-graduação em Educação, Ednaldo Fernandes de Almeida analisou o trabalho educacional desenvolvido nas Casas de Caridade; já Michel Galdino do Nascimento, na especialização em História Local, avaliou o tombamento do Santuário do Padre Ibiapina, a partir da discussão de lugar de memória, feita por Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff e outros. Em ambos, foi feito o manuseio das fontes já mencionadas, embora tenha havido o acréscimo de fotografias atuais do santuário no último estudo.

Com essa exposição das principais biografias e dos trabalhos acadêmicos realizados sobre Ibiapina, buscamos evidenciar o ineditismo da nossa proposta, que remonta à mesma pergunta feita por Lucien Febvre em *Martinho Lutero, um destino*⁶⁵: Como uma personalidade, que ficou popularmente conhecida pela sua atividade religiosa, pode ser estudada a partir das suas participações políticas? Essa é a questão central que percorreremos nessa tese e será mais bem desenvolvida adiante. Por ora, sabemos que o historiador francês buscou por um Lutero secular, para, assim, integrá-lo no seu tempo e nos marcos de um acontecimento, como o da Reforma Protestante. Do mesmo modo, priorizaremos as práticas seculares (educacional, jurídica e parlamentar), visando integrá-lo ao contexto em que viveu e problematizando as representações sociais que produziu como respostas ao tempo vivido.

Sobre isso, é interessante observar que os outros sujeitos que atuaram nos mesmos espaços que circulou Ibiapina, já foram alvo de investigação por parte dos historiadores. São eles: Pedro de Araújo Lima, Zacarias de Gois e Vasconcelos, Diogo Antônio Feijó e Eusébio de Queirós⁶⁶, que também são personagens de produções biográficas como as coleções *Perfis Brasileiros* e *Formadores do Brasil*, da Companhia das Letras e Editora 34, respectivamente. Apesar da pretensão mercadológica editorial, a formação acadêmica dos biógrafos (historiadores, antropólogos, jornalistas) dessas coleções, desviou do modelo cronológico e

⁶⁴ Os títulos são: *Padre Ibiapina e as Casas de Caridade: Contribuições educacionais no Nordeste do século XIX* (2014); *Memórias entrelaçadas em um patrimônio: A Santa Fé de Padre Ibiapina* (2020);

⁶⁵ FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Trad. Dorothee de Bruchard. São Paulo: Três estrelas, 2012.

⁶⁶ Respectivamente são: CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança no Brasil no século XIX*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira. *Zacarias de Gois e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002. RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre-regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 1998. ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *Eusébio de Queirós e a chefia de polícia da corte: Um laboratório saquarema (1830-1840)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

apologético, preocupando-se em “identificar as contradições das personalidades, os dilemas pessoais e profissionais, assim como o retrato que ‘fizeram de si’ e que outros fizeram deles”⁶⁷.

Nesse sentido, até os religiosos como o Padre Feijó e o Frei Caneca foram biografados nessas coleções, numa perspectiva sociopolítica, embora não acreditemos que haja separação possível entre o religioso e o político. O que difere é o interesse ao biografar a vida de determinado personagem que, como afirmou Ricci, é “menos a de humanizá-lo genericamente e mais a de historicizá-lo contemporaneamente. Em um movimento de diálogo, o passado e o presente fundem-se em suas diferenças, mais do que nas semelhanças”⁶⁸. Apesar desse avanço no que diz respeito aos pressupostos metodológicos, acreditamos que as duas modalidades (cronológico-linear e a história-problema) coexistem nessas coleções, evidenciando os interesses e os conflitos que marcam as produções de biográficas.

Apesar de construirmos o nosso texto cronologicamente, acompanhando Ibiapina nos primeiros cinquenta anos de vida, buscamos por um exame politizado das práticas institucionais (Seminário de Olinda, Faculdade de Direito, Parlamento Nacional) e das representações educacionais, jurídicas e políticas que ele teve, antes de se tornar padre. Para tanto, a política é uma dimensão que desponta como o de articulação entre o social e a sua representação, cujo enfoque biográfico possibilitou “o reconhecimento da liberdade de escolha do homem e o confronto entre a sociedade e o indivíduo na fixação de valores”⁶⁹.

Inserido num contexto em que novos exercícios de poder, como as lutas pelas representações sociais nas Câmaras Municipais ou na Câmara dos Deputados, por exemplo, surgem além da força física e dos enfrentamentos sociais, priorizamos a investigação das práticas de leitura e escrita de Ibiapina, apontando o que havia de contrário aos dispositivos dominantes, mas também reconhecendo o que existia de naturalização das desigualdades⁷⁰ nessas produções. Para isso, no tratamento das fontes, que são, sobretudo, escritas e de origem pública, buscamos pelas “transformações das estruturas da personalidade quanto as das instituições e das regras que governam a produção das obras e organização das práticas”⁷¹.

Para compreendermos esse contexto histórico que Ibiapina estava inserido, nos apoiamos, sobretudo, nos estudos que tiveram como objeto de investigação as representações

⁶⁷ ROIZ, Diogo da Silva. A coleção Perfis Brasileiros: um estudo da biografia no mercado editorial brasileiro. *História Social*, n. 21, 2º semestre de 2011, p. 121-150. P. 138.

⁶⁸ RICCI, op. cit., p. 12.

⁶⁹ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Editora FGV, 2003. P. 167.

⁷⁰ CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul. dez./2011.

⁷¹ Id., O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 11, n. 5, 1991. P. 188.

e práticas institucionais no Brasil Império. Por isso, o texto de José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem: A elite política/Teatro das sombras: a política imperial*⁷² nos ajudou compreender a composição social das elites políticas, as relações partidárias, os cenários políticos (províncias e Corte) da chamada “política formal”. Segundo o autor, a unidade desejada pela elite nas tomadas de decisão política, só era possível com a unidade político-ideológica que forjaram os juízes, os padres, os soldados e os magistrados.

Diferente de países europeus, onde as elites políticas se formaram num longo processo de tensão popular, o Brasil se formatou institucionalmente, segundo Carvalho, pela homogeneização ideológica operada pelos bacharéis em Direito e outros políticos. Sobre isso, é importante frisar que a tese do autor visava as interpretações sociais em que as permanências históricas, políticas e culturais se sobressaíam, enquanto a produção historiográfica atual dá ênfase as intervenções provinciais no poder central, os estudos de trajetórias, as diferenças políticas, enfim, o que foge a repetição, ao convencional, ao poder centralizado.

Considerando isso, o nosso estudo investigou a trajetória de Ibiapina a partir dos embates políticos e das contradições sociais, como por exemplo, o fim do apadrinhamento político e a denúncia pública que ele fez acerca das relações clientelísticas nas instituições do Império⁷³. Mas, independentemente do local em que atuou, seja na política, na justiça ou na religião, ele defendeu o reformismo contrário ao radicalismo de Estado e uma maior burocratização das relações institucionais.

Por isso, o estudo de Miriam Dolhnikoff⁷⁴ contribuiu para conhecermos os diferentes projetos políticos do Império, especificamente, das elites provinciais e das tensões entre a centralização e a autonomia política. Nesse sentido, ela contestou a “vitória” da centralização anunciada por Carvalho, tomando como referência, o período Regencial, já que esse foi o momento em que mais se evidenciou as diferenças políticas e provinciais do Brasil. Conforme a autora, as representações e práticas preponderantes eram os da descentralização, de modo que as elites provinciais tiveram papel decisivo na construção do Estado imperial, ao passo que proporcionou a continuidade de dispositivos institucionais de herança colonial atuando na realidade brasileira.

⁷² CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

⁷³ Analisamos esse acontecimento em OLIVEIRA, Noemia Dayana. Conciliar para consolidar: As disputas do partido Liberal Moderado cearense no parlamento brasileiro (1836). *Temporalidades*, Revista de História, ed. 28, v. 11, n. 1, set./dez. 2018.

⁷⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

Desse modo, evidenciando a participação de diversos grupos na construção da política do Brasil pós-independência, a autora questionou a unificação ideológica e política anunciada por Carvalho, tendo em vista que, na tese, são analisados três exemplos provinciais (Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro), diversos em suas dinâmicas econômicas e políticas, mas que tiveram seus interesses resguardados no mesmo projeto nacional.

Na esteira dessa discussão, mas contrária a unificação político-ideológica do projeto imperial, Andréa Slemian na tese “Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)⁷⁵”, analisou as práticas do constitucionalismo moderno e afirmou que foram elas que proporcionaram a consolidação dos governos provinciais, dando-lhes ferramentas para garantir a representação política tanto local quanto nacional. A autora reconheceu que essas práticas são de bases liberais, isto é, defendiam o direito à propriedade, à liberdade, à segurança e à divisão dos poderes.

Esse estudo analisou três momentos do constitucionalismo no Brasil, sendo o primeiro deles, a Assembleia Constituinte de 1823, que marcou a transição do Império português ao Império brasileiro. Apesar do fechamento e da outorga da Constituição de 1824, a autora defendeu que o constitucionalismo brasileiro teve bases liberais, o que não garantiu a ausência de conflitos entre as províncias, já que muitas recusaram a hegemonia fluminense, como foi o caso das províncias do Norte Imperial no movimento da Confederação do Equador.

O segundo momento observado são os trabalhos legislativos do Parlamento Nacional, que organizou e colocou em prática os interesses provinciais. Esse momento é o que Carvalho chamou de “construir a política antes do social”, isto é, foi preciso forjar instituições para o novo Estado brasileiro, onde os conflitos, tensões, acordos e consensos feitos nas instâncias locais, provinciais e nacional se encontrassem e garantissem a unidade territorial. Sem perder de vista a defesa do constitucionalismo liberal, Slemian mencionou ainda as reformas aprovadas, que aprofundaram a defesa dos direitos individuais, como os Juizados de Paz e os Códigos de Processo Criminal e Penal.

O terceiro momento observado pela autora é a reforma da Constituição e a afirmação definitiva das províncias, isto é, o período Regencial. Aqui são observadas as consequências da abdicação de D. Pedro I, além da instalação das regências, que se operou com práticas reformistas, cujas tensões políticas se davam entre os radicais e os reformistas. Slemian oferece a explicação de que, num momento de efervescência popular, mediante revoltas e

⁷⁵ SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

insurreições, para manter a legitimidade e a ordem, as elites recorreram à Constituição, sendo esta, uma base para as reformas de 1834.

Tendo em vista a criação de novas instituições políticas e jurídicas nas províncias, analisamos isso no Ceará e no Pernambuco, locais onde Ibiapina esteve antes de seguir para o Rio de Janeiro, como deputado geral. Sobre isso, os estudos acerca das relações entre o Estado imperial e o Ceará⁷⁶, os projetos políticos cearenses⁷⁷ e a formação do “Partido” Liberal Moderado⁷⁸ nas províncias, foram importantes para entender as representações culturais que estão presentes nos textos que ele produziu e nos discursos parlamentares que pronunciou.

Considerando isso, o nosso *corpus* documental é constituído em dois níveis. Primeiro, aquelas fontes que nos ajudaram a formular as perguntas centrais da nossa pesquisa: Por que Ibiapina se tornou padre aos cinquenta anos, após longa carreira pública? Como e por que Ibiapina optou pelas práticas do sacerdócio itinerante? Quais as leituras e os autores que Ibiapina teve contato para construir um projeto sócio-pedagógico-religioso como as Casas de Caridade?

Inicialmente, partimos das mesmas fontes que outros pesquisadores tiveram acesso, isto é, os textos e as imagens produzidas por Ibiapina, quando foi padre e que estão disponíveis hoje, em biografias, produções acadêmicas, produções literárias e audiovisuais. São cartas enviadas por Ibiapina para as irmãs de caridade e o Estatuto das Casas de Caridade, disponíveis como anexo da biografia *Padre Ibiapina: um apóstolo do Nordeste*⁷⁹. Além disso, analisamos textos autorais, escritos antes de morrer, que constituem as *Crônicas das Casas de Caridade* como também aqueles publicados no jornal “A Voz da Religião no Cariri”, disponíveis no *site* da Hemeroteca Nacional.

O segundo nível das fontes foi aquele que nos permitiu investigar outras práticas de Ibiapina, que não só àquelas associadas à Igreja Católica – a prática jurídica e a parlamentar. Nisso, nos ajudou a digitalização e disponibilização dos registros de matrícula de Ibiapina e as Atas da Congregação dos Lentes pelo Arquivo da Faculdade de Direito de Recife (UFPE) ou Arquivo CCJ (Centro de Ciências Jurídicas), hospedado em *site* da universidade e com

⁷⁶ ARAÚJO, Reginaldo Alves. *A parte no partido: Relações de poder e política na formação do estado nacional brasileiro, na província do Ceará (1821-1841)*. 445f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

⁷⁷ FELIX, Keile Socorro Leite. “Espíritos inflamados”: *A construção do Estado Nacional Brasileiro e os Projetos Políticos no Ceará (1817-1840)*. 229f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

⁷⁸ ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. *Pelas tramas da política: A constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

⁷⁹ Cf. MARIZ, 1980.

possibilidade de *download* em formato PDF, completamente gratuito. *Online* estão também os discursos parlamentares que ele pronunciou como deputado geral, entre 1834 e 1837, os quais foram compilados nos Anais da Câmara dos Deputados, hospedados em *site* e disponíveis para *download*. Ainda sobre a prática jurídica, conseguimos dois processos de defesa, produzidos por Ibiapina, que são manuscritos e resistiram apenas pequenos trechos em um cartório do município de Areia (PB). Um desses processos, tornou-se mais conhecido por ter circulado em outras linguagens, como o da literatura de cordel, do romance literário e do estilo musical “Repente”.

Sendo assim, essa tese está dividida em três capítulos. O primeiro deles, esta introdução. O segundo analisou o cotidiano familiar e do ensino primário de Ibiapina – partindo das escolas frequentadas por Ibiapina no interior do Ceará e em Olinda, até a morte dos pais. Num estudo comparado, analisamos o Estatuto das Casas de Caridade como uma representação do Estatuto do Seminário de Olinda. Num segundo momento, levantamos os ofícios produzidos pela Confederação do Equador no Ceará, onde o pai e o irmão mais velho foram citados. Nesse cenário, Ibiapina construiu as primeiras interpretações sociais da política, da educação e da violência social.

Mas essas leituras de mundo não foram construídas baseadas tão somente no trauma da orfandade. Por isso, no terceiro capítulo investigamos como foi o ensino superior em Direito e a atuação como professor e advogado, evidenciando o processo de instalação do curso de Direito de Olinda e os anos das revoltas regenciais, ou o “laboratório da nação”⁸⁰. Partimos das experiências dos estudantes e professores da Faculdade, questionamos a ausência do nome de Ibiapina em espaços de leitura e de escrita criados nesse momento, como o jornal editado pelos estudantes de Direito “O Olindense”, que circulou por mais de um ano com textos sobre o dia a dia daquela instituição.

Fechamos a investigação no quarto capítulo, cuja hipótese que levantamos sobre as ações de Ibiapina, sobretudo o sacerdócio, serem politicamente orientadas, se confirmou. Isso porque acreditamos que essa trajetória ainda não foi investigada a partir de outras práticas que não as religiosas, como as de deputado, juiz e chefe de polícia. Com isso, partimos dessas experiências para entender as representações sociais que não estavam baseadas em leituras ou autores, necessariamente católicos, mas eram leituras conservadoras de mundo, apoiadas em

⁸⁰ Termo cunhado por Marco Morel e apropriado por Marcello Basile como alusão ao período Regencial, o qual é interpretado a partir de um período de transformações (progressão e regressão) ideológicas, que contribuíram para singularizar a década de 1830 no diz respeito às liberdades necessárias à construção da nação. Para mais informações, ver BASILE, Marcello. O Laboratório da Nação: A Era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

juristas portugueses, economistas franceses e outros estudiosos. A partir disso, ele rompeu com o líder do grupo político que fez parte, José Martiniano de Alencar e acusou o Ministro da Fazenda de roubo, não se reelegendo em 1838.

Acreditamos, por fim, ter construído outras leituras sobre essa trajetória, que não se resume aos feitos religiosos, mas ao contrário, se alongou para outras instituições que não só as católicas, como quiseram os biógrafos-padres e outros estudiosos. À vista disso, ampliar essa perspectiva de análise contribuiu para adentrarmos as salas das primeiras instituições liberais do império do Brasil, especialmente, às educacionais e parlamentares, que foram importantes espaços para a unificação ideológica e a manutenção do poder e da ordem vigente. E Ibiapina, independentemente de onde atuou, agiu para que esse projeto conservador fosse exitoso.

2 DAS PRIMEIRAS LETRAS AO SEMINÁRIO DE OLINDA

Tenho simpatia pelas ruínas. Pensando nas ruínas de Cartago, Palmira, Egito e muitas outras, meu espírito se impressiona e me convida a meditar sobre os destinos da humanidade e a marcha sapientíssima com que Deus leva o homem ao fim para o qual foi criado. O presente e os sucessos ordinários da vida não me impressionam. Sou o homem do passado e do futuro. As obras da natureza me convidam às reflexões sublimes que me elevam até o Criador, a quem curvado adoro, admiro e me confundo. Donde me vem este pensar e sentir?⁸¹

A noção passadista registrada no texto de Ibiapina, escrito pouco antes de ele morrer, é a representação de uma realidade de miséria material, doenças das pernas e, segundo os biógrafos⁸², uma vida de missões religiosas e itinerantes, em que ele se deslocava carregado em cima de uma cama por “beatos e beatas da caridade”⁸³. Essa experiência de tempo foi construída no esgotamento de um presente material, em que a sobrevivência física dos sertanejos estava comprometida pela fome, pelas doenças, pelo analfabetismo e pela violência social.

Essa noção de tempo também estava associada ao projeto político-religioso que ele tinha construído com esses homens e mulheres pobres, conhecido como as Casas de Caridade, que atuou não oficialmente (não foi reconhecido pelas respectivas dioceses) no interior das províncias do Norte. Esses recolhimentos abrigavam meninas órfãs, mas também serviam de apoio aos retirantes das secas e aos que não tinham o que se alimentar. Eram ações imediatas

⁸¹ IBIAPINA, 1879. Para uma melhor compreensão do leitor, adotamos a atualização ortográfica da Língua Portuguesa em todos os documentos que serão utilizados ao longo deste trabalho.

⁸² Cf. NOGUEIRA, 1888; MARIZ, 1980; ARAÚJO, 1995.

⁸³ Celso Mariz, na primeira versão biográfica (em formato de livro, 1942), teve acesso aos Manuscritos? Para contextualizar, esse texto foi produzido pelos beatos e beatas (homens livres (não-escravos) e pobres) em missões, que se manteve sob a posse e conservação da irmã Cícera, residente da casa de Pocinhos até a década de 1980. Esse texto, conhecido hoje como “Manuscritos das Casas de Caridade” veio a tona após a doação da irmã ao padre Eduardo Hoornaert, que transcreveu e modificou a ortografia para melhor entendimento do público leitor e pesquisador, num livro que ficou conhecido através da publicação de 1981 pela editora *Edições Loyola*.

sobre a miserabilidade, mas que não abalava o discurso católico das certezas no tempo passado e futuro.

A partir desse texto, podemos afirmar que Ibiapina não rompeu com as práticas do catolicismo oficial, nem com a noção de tempo da Igreja Católica, cujo cenário era o de disputas de poder entre os padres regalistas e os ultramontanos⁸⁴, sendo estes últimos, os que Ibiapina se alinhou publicamente⁸⁵. No texto acima, dez anos depois, as representações dele continuavam baseadas nas práticas ultramontanas que interpretavam o mundo com um discurso de submissão da ordem natural à ordem sobrenatural⁸⁶, da razão à fé, da filosofia à teologia e das incertezas do presente às certezas do passado e do futuro.

Os padres e religiosos que se declaravam ultramontanos, como o fez Ibiapina, atuaram ao lado de intelectuais, como Brás Florentino Henriques de Souza, José Soriano de Souza e Pedro Autran da Mata e Albuquerque, professores de Direito em Olinda. Este último, em seus escritos, evocava a *Quanta Cura*⁸⁷ para legitimar a leitura que ele fazia da dinâmica social brasileira como uma “agitação contínua”, em que o combate dos ultramontanos às práticas regalistas era motivada pela desconfiança no presente vivido. Esse presente era marcado pelas relações entre os padres católicos e a maçonaria, os chamados “regalistas”, que representaram e conservaram o interesse de D. Pedro II no interior da Igreja Católica no Brasil, distanciando-se do interesse papal e da Santa Sé⁸⁸.

Mas as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil estavam longe de representações atemporais ou a noção passadista que os padres ultramontanos tinham da realidade, e que imperou nesse texto de Ibiapina, antes de morrer. A experiência esgotada do presente, a querela do padroado⁸⁹ e a prisão das lideranças ultramontanas, Dom Macêdo Costa e Dom

⁸⁴ O ultramontanismo é uma palavra polissêmica, que na modernidade corresponde aos movimentos eclesiásticos católicos que defendiam maior autoridade do papa sobre as igrejas. No entanto, esses movimentos entraram em conflito com outros interesses como os poderes do Estado que atuavam em exercício dentro das igrejas, nomeando bispos e padres, por exemplo. De forma mais ampla, os ultramontanos estavam em desacordo com movimentos que defendiam a maior autonomia dos bispos e dos Concílios em contrapartida ao papa, sem falar que desprezavam as ideias liberais e socialistas. Para maiores informações ver SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. *Revista Reflexão*, vol. 42, n. 2. Campinas: julho-dezembro, 2017. p. 170.

⁸⁵ Publicou texto no jornal *A Voz da Religião no Cariri*, intitulado “A Igreja Contra a Maçonaria”, de 1868-1870?

⁸⁶ AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. P. 116.

⁸⁷ Bula papal expedida em 8 de dezembro de 1864 pelo papa Pio IX, contrário as práticas do liberalismo, do socialismo, do racionalismo, do naturalismo e todas as proposições políticas e/ou filosóficas que questionavam o poder do papa católico.

⁸⁸ VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. P. 55.

⁸⁹ Segundo Santirocchi (2015) o padroado dava ao Estado alguns direitos sobre a Igreja, como a nomeação de bispos e padres, bem como usufruir dos dízimos. Em compensação, o Estado deveria arcar com a manutenção do clero, a propagação da fé católica e a construção de igrejas. Para maiores informações ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). *Itinerantes. Revista de História y Religión*, n. 5. Tucumán, Argentina, 2015. p. 66.

Vital, foi o estopim dessa relação. Consequentemente, as leituras e os escritos dos representantes do papa Pio IX e do antiliberalismo⁹⁰, investiram numa interpretação social antimoderna, a nova chave da pregação católica a partir de 1870⁹¹.

No entanto, isso não implicava o rompimento de Ibiapina e dos ultramontanos com a ordem escravista, mas o discurso católico e conservador que ele fazia uso, explicavam as desigualdades sociais a partir de uma noção de tempo futuro ou vindouro, em que as incertezas materiais do presente são compensadas pela força extraterrena de um deus. Por isso, antes de morrer, as estratégias de escrita dele afirmavam que “para se curar da ação do tempo é preciso voltar atrás”⁹² e fazer uma retrospectiva dos fatos e das pessoas que fizeram parte da sua vida.

Levando em consideração que ele tinha consciência da sua morte e se manifestava sabendo disso, tais produções textuais são uma tentativa de “morte domada”, em que as experiências do tempo se transformaram em “lamento da vida, uma evocação triste, mas muito discreta, dos seres e das coisas amadas, uma súplica reduzida a algumas imagens”⁹³.

Desde o começo de minha vida que as desgraças me cercam; meu pai, fuzilado pela política; meu irmão desterrado, onde morreu desgraçadamente; minhas irmãs, em tenra idade, abandonadas em casa de parentes, deram ao meu espírito uma direção tão penosa, que aprendi a pensar seriamente na idade da juventude e com pendor sempre para coisas penosas. Reconheço que esses reveses de minha vida explicam (sic) esta tendência do meu espírito, mas bem vejo que tudo isso é providencial, que Deus assim dispôs as coisas e o meu espírito para o fim que ele me criou⁹⁴.

Escrever sobre si antes de morrer era empregar uma lógica a própria trajetória, já que despontavam nesse período versões sobre ele e seus familiares. Acamado, ele padecia cada vez mais da saúde física debilitada, que agora, o fazia se remeter as imagens do passado como derrotas, não mais como vitórias ou grandes impérios. Nesse presente vivido, o passadismo não foi uma saída para as misérias da realidade, mas para domar as representações que alguns jornalistas criavam do pai e do irmão como revoltados ou uma família desorientada. A estratégia era a de reconhecer as derrotas e se colocar no lugar de vítima do destino.

⁹⁰ VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. P. 53.

⁹¹ Id.

⁹² OLIVEIRA, Noemia Dayana de. “Para se curar da ação do tempo é necessário voltar atrás”: As memórias existenciais do Padre Ibiapina. *Bilros*, Fortaleza, v. 7, n. 14, p. 131-145, jan.-abr., 2019.

⁹³ ARIÈS, Philippe. As atitudes diante da morte. In: _____. *História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias*. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. P. 37.

⁹⁴ Cf. IBIAPINA, 1879.

Nascido na fazenda Morro do Jaibaras, vila de Sobral, a região sertaneja do Ceará, no dia cinco de agosto de 1806, ele era filho de Tereza Maria de Jesus e Francisco Miguel Pereira. Ao ser nomeado escrivão da comarca de Icó, no Centro-Sul cearense, Francisco mudou-se com a família, adotou um estilo de vida mais urbano e envolveu-se com a Confederação do Equador. Junto com ele, foi o filho mais velho, Alexandre Raimundo Pereira Ibiapina.

As irmãs citadas por ele no texto são Maria José Ibiapina e Ana Ibiapina que, ao ficarem órfãs, foram morar no Recife (PE), na casa de acolhimento feminino, Nossa Senhora da Glória, fundada pelo bispo Dom Azeredo Coutinho. Maria se casou e Ana seguiu a vida religiosa, tornando-se irmã superiora da Casa de Caridade, em Gravatá do Jaburu, atualmente, Gravatá do Ibiapina (PE). Ela faleceu em 1913 e, junto com ela, a última pessoa que participou da fundação e continuidade das Casas de Caridade. Além delas, existiam ainda os irmãos Francisca Maria da Penha, José Carlos Pereira Ibiapina e Rita Teresa Ibiapina. A primeira, casou-se com o primo Otaviano Néri Pereira; o segundo, se tornou advogado e deputado provincial; e a terceira, permaneceu no Ceará, casada com Celestino da Silva Coutinho, pais de Cesário Pereira Ibiapina, que era o tronco da família Ibiapina em Sobral, até a década de 1990⁹⁵.

Essa família de sete irmãos obteve cargos em instituições educacionais, políticas e jurídicas por meio de relações sociais típicas de um Estado Intermediário⁹⁶, isto é, onde as autoridades locais mantinham vínculos muito débeis com o governo central. Mesmo com a independência, que visava concentrar o poder e as decisões no imperador, o Estado brasileiro não eliminou às bases das relações clientelísticas, com vínculos personalizados e um sistema de reciprocidade. Portanto, para pertencer às instituições políticas, era necessário estar sob o espectro da influência dos senhores locais⁹⁷.

Na prática, essa rede de relações reproduziu uma ordem inimiga do poder público, das autoridades formais e do cumprimento da lei⁹⁸. E foi especialmente nas tramas políticas regionais que o clientelismo se desenrolou, sendo o Ceará dominado pela influência da família Alencar. José Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar, foi quem ajudou a família e os estudos de Ibiapina. De aliados políticos, eles se tornaram inimigos, mas sobre essa experiência do passado, ele escreveu questionando-se:

⁹⁵ Cf. ARAÚJO, 1995.

⁹⁶ GONZALBO, Fernando Escalante. *Ciudadanos imaginarios*. México: El Colegio de México, 1993

⁹⁷ Id.

⁹⁸ Id.

Deste mesmo ponto em que Deus nos colocou posso *gozar os frutos da contemplação dessas obras de virtude, que mais valor tem por se não verem e serem de longa dita. Que mérito tem as coisas passadas há longos anos que, pensando nelas, dizem mais que do importam, por encerrarem mistérios providenciais que só no correr dos anos e com a reflexão se descobre?* Se a isto juntarmos as ruínas que se contemplam, encerrando a grandeza abatida e tudo que encantou os mundanos, reduzidas ao nada... Digo: essas contemplações imprimem na alma sentimentos grandes para desprezar o mundo e abraçar o caminho da virtude e escapar às ilusões desta vida sempre enganosa⁹⁹.

Nem glorioso, nem derrotado. O passadismo que rege esses escritos submete a experiência vivida, como as que ele teve em questionar o poder local e as alianças políticas que dominavam as instituições políticas do Ceará a uma realidade que ainda não existia. Isso porque, o presente vivido, o das Casas de Caridade em crise – sem comida, com doenças, com falta de água e de incentivos – era também uma resposta de Ibiapina às relações políticas pessoalizadas.

Essa obra, antes mesmo de existir concretamente, foi indicada como solução para o clientelismo em um ofício que ele escreveu a Alencar, em Quixeramobim (CE): “os Juizes de Paz que, ou são parentes, dependentes [...] ou se não querem comprometer”, não tinham outro remédio, senão o de “trabalhos mui longos; porque está todo na educação”¹⁰⁰. Portanto, as experiências do passado de Ibiapina, que não estão expostas nos textos do pré-morte, são condição *sine qua non* para a construção de uma resposta como a das Casas, seja pela conciliação de classe que ele operou, seja pela ideologia que adotou (o ultramontanismo).

Mas é bom que se diga que esse projeto educacional não abandonou as práticas liberais, ou seja, ele teve como princípio mais do que evangelizar, educar para o trabalho. Sendo o público alvo meninas pobres e órfãs, Ibiapina produziu as primeiras ações em termos civis e sociais para mulheres no Brasil. Ele reconheceu a mulher como um sujeito de direito, garantindo a alfabetização e um ofício manual ou a habilitação para professora. Assim, os ramos de ensino oferecidos pelas Casas de Caridade também eram mais liberais do que católicos – as primeiras letras, a gramática portuguesa e trabalhos manuais, como a costura, a produção de flores e de chapéus¹⁰¹.

Para ele, não bastava apenas alfabetizar as mulheres, era preciso dotá-las de alguma habilidade profissional que pudesse agir sobre o cenário do latifúndio, da concentração de

⁹⁹ Cf. IBIAPINA, 1879.

¹⁰⁰ IBIAPINA, 1835.

¹⁰¹ ESTATUTOS para as Casas de Caridade, 1860.

renda, da fome, da sede e das doenças que matavam os sertanejos pobres. Assim, ele fugia à regra de outras iniciativas educacionais católicas, que indicavam o casamento para as meninas, o qual era custeado pela caridade. Essa política visava abater a ignorância e a miséria, já que formar freiras não teria o mesmo impacto social que formar e casar meninas, que eram reprodutoras de mão de obra e, sobretudo, trabalhadora ou conhecedora de algum ofício manual. Por isso, o sacerdócio de Ibiapina não pode ser observado como um fato isolado, independente e alheio ao contexto social, nem tão pouco se deve negar a formação que ele teve em Direito, as funções que exerceu como professor, juiz, deputado e advogado. Assim, resolvemos investigar a coerência produzida nas narrativas de vida que ele escreveu no fim da vida, em consonância com o discurso ultramontano, mas também com as incertezas históricas do presente vivido, pois entendemos que o sacerdócio se tornou uma decisão política, um caminho possível para a efetivação de projetos políticos antigos.

Mas antes de morrer, não foi só o passadismo que imperou nos escritos de Ibiapina. A noção do futuro aparecia como “o espírito pensador não pode deixar de cismar sobre o seu próprio destino e das coisas que o cercam, e por isso perder o desvanecimento de possuí-las”¹⁰², quer dizer, o discurso e a prática teocêntricos expressavam uma nova linguagem, que não a do Direito e da Constituição, que ele havia usado antes, mas o sacerdócio não era uma divergência intelectual e política com os princípios morais de antes. Longe disso, o sacerdócio foi uma estratégia pessoal e social, que visava manter-se num cenário de crise interna da Igreja e do Estado em nível crítico¹⁰³.

Por isso, ele exerceu o ofício missionário até mesmo quando teve paralisia nas pernas, quando ficou privado de celebrar missas e de inspecionar as Casas, e mandou “fazer uma cadeirinha de 4 rodas e nela ia levado à capela do Cemitério da Caridade [em Santa Fé] assistir as devoções que todos os dias ali faziam a gente da caridade”¹⁰⁴. Essa imobilidade física foi mais um componente retórico, utilizado por biógrafos, para legitimar a justificativa religiosa da escolha pelo sacerdócio, calculando um total de 601.758 quilômetros percorridos por Ibiapina ou 7,07% do território brasileiro¹⁰⁵.

Mesmo nessas condições, ele acompanhou sistematicamente a organização e o desenvolvimento das suas obras, em lugar de permanecer atuando dentro das instituições católicas como vigário geral ou professor de eloquência no Seminário de Olinda. Essa

¹⁰² Id.

¹⁰³ MACEDO, Ubiratan Borges de. *A liberdade no império*. São Paulo: Convívio, 1977.

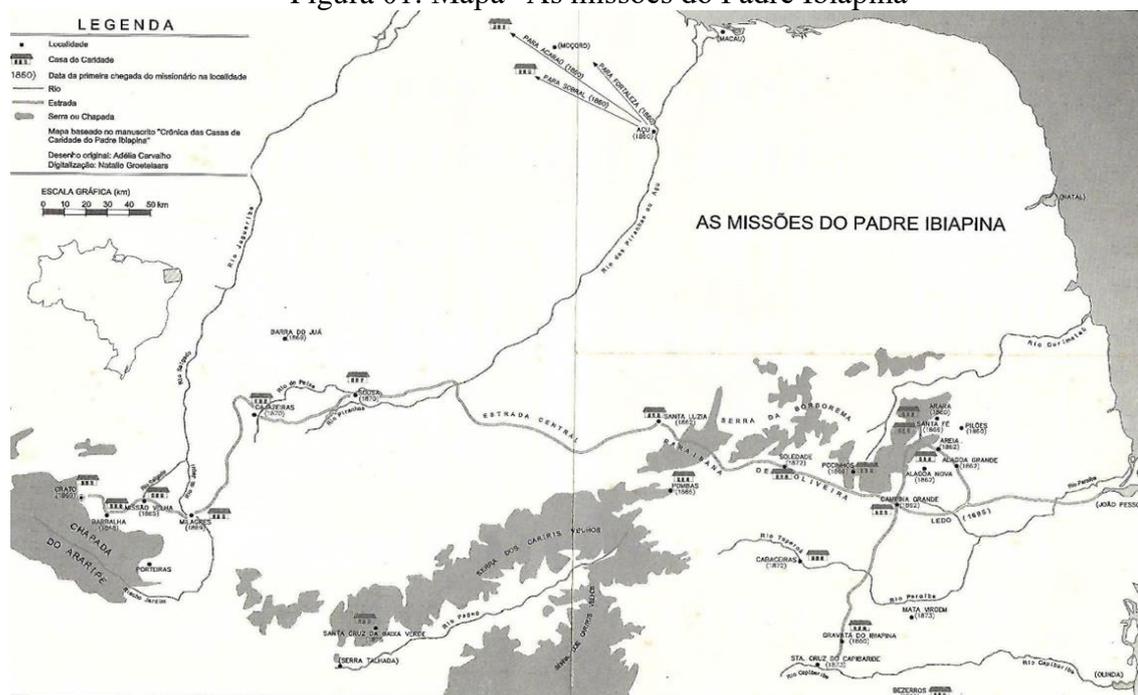
¹⁰⁴ HOORNAERT, Eduardo. *Crônicas das Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina*. São Paulo: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 180.

¹⁰⁵ Cf. MARIZ, 1980.

atividade missionária teve início com a epidemia do *Cholera morbus*, na província da Paraíba, em 1860, onde ele buscou resolver o problema imposto pela quantidade enorme de cadáveres insepultos, gerando a primeira obra¹⁰⁶ – um cemitério chamado “Soledade”, o qual fez crescer em seu entorno uma comunidade, hoje, cidade de mesmo nome, localizada na microrregião do Curimataú oriental paraibano. A partir disso, Ibiapina se tornou cada vez mais requisitado para ajudar os pobres e doentes, tendo parado as peregrinações em 1875, quando fez a última viagem para a Casa de Caridade de Baixa Verde (atualmente, cidade de Triunfo (PE), que estava em grave crise econômica¹⁰⁷. Depois disso, ele se recolheu em Santa Fé e morreu em fevereiro de 1883.

Para melhor visualizar os locais por onde ele passou e onde fundou as Casas, o mapa produzido por Adélia Carvalho, a partir das narrativas das *Crônicas das Casas de Caridade*, que foram construídas por beatos e beatas que o seguiram, hoje está disponível como material anexo e vendável ao texto organizado por Eduardo Hoornaert:

Figura 01: Mapa “As missões do Padre Ibiapina



Fonte: Hoornaert (2006).

¹⁰⁶ Ibiapina não construiu apenas Casas de Caridade, mas agiu de maneira reformadora e modernizadora de muitas cidades oitocentistas do interior do Norte imperial. Esse é o objeto central da tese de doutorado em Ciências Sociais de Osicleide de Lima Bezerra sobre a qual falamos anteriormente nesta introdução.

¹⁰⁷ CARVALHO, Gilberto Vilar de. O padre Ibiapina, um homem que viveu e morreu pelo seu povo. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 43, fasc. 169, março de 1983.

A construção dessas instituições em diversas localidades, como se vê no mapa, indica a rede de relações que possuía Ibiapina, uma vez que estas construções foram financiadas e/ou erguidas em terrenos doados por senhores locais. Os próprios Estatutos previam o cargo de Regente, ocupado majoritariamente, pela elite econômica local, cuja função era a de proteger financeiramente as casas na ausência do Inspetor Geral (o próprio padre). Embora não seja o nosso objetivo analisar a criação e a manutenção dessas Casas, não poderíamos desconsiderá-las, já que elas expressam concretamente o poder de conciliar os interesses dos dominantes e dominados, que foi traduzido em iniciativa assistencial e religiosa aos pobres.

Feita essas considerações sobre os momentos finais da vida de Ibiapina e da sua obra social, buscaremos a seguir, caracterizar como eram os ambientes social, cultural e político que ele esteve inserido, antes do sacerdócio, com atenção especial para o Seminário de Olinda e a Faculdade de Direito. A realidade histórica é investigada aqui pelas práticas e representações oriundas dessas escolas que, mediante as condições históricas de miséria, fome e crise, se tornaram distintas de outras localidades.

Em primeiro lugar, porque o Seminário de Olinda foi criado em fins do domínio português no Brasil, mas não fugiu do controle educacional, que era exercido pelo Estado e pela Igreja oficial; em segundo lugar, devido à tradição ocidental a que se filiou o nosso país, onde estão presentes contrastes nos estilos de pensar, nos modos de discurso e nas práticas retóricas¹⁰⁸; em terceiro lugar, os cursos jurídicos, como o de Olinda, foram criados e controlados para formar homens hábeis na burocracia do Estado recém-independente. Assim, professores e estudantes ocupavam cargos públicos por indicação político-partidária ou porque possuíam engajamento político que vinha “de casa”¹⁰⁹, como na trajetória aqui estudada.

Por esse motivo, os cursos jurídicos tiveram a função de mediar o mundo do interior com os grandes centros e a Corte, em que os estudantes voltavam ao seu lugar de origem e passavam a usufruir da ampliação e da diversificação de contatos, estendendo as relações. “O título escolar ou os recursos culturais adquiridos passam a valer alguma coisa na medida em que os agentes que deles dispõem são capazes de transformá-los em capitais reconversíveis em capital social”¹¹⁰, ou seja, o capital econômico e as relações sociais dos grupos familiares

¹⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, 2000.

¹⁰⁹ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Os nomes do poder: A Faculdade de Direito de Porto Alegre, o Ensino Jurídico e Política no Brasil (1900-1937)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 76.

a que esses estudantes estavam ligados eram convertidos em recursos culturais, retornando como capital social, político, etc.

Por essas singularidades, o cenário em que viveu essa elite letrada, foi marcado por conflitos políticos, que visavam, sobretudo, a manutenção das dimensões territoriais e um modelo institucional, em que estivessem garantidas as autonomias provinciais. Mas os cursos jurídicos eram instituições oficiais, controladas administrativamente, pelo governo imperial, fazendo com que os recursos financeiros, o currículo, a escolha de compêndios e a nomeação de lentes e diretores passassem pela decisão do imperador¹¹¹.

Dito isso, embarcaremos agora na análise dessas instituições de ensino, considerando primeiramente, o Seminário, sem esquecer os estudos primários que Ibiapina realizou no interior da província do Ceará. Analisaremos ainda os Estatutos do Seminário de Olinda em comparação ao Estatuto das Casas de Caridade, que foi escrito por ele em 1860. Após isso, os ofícios trocados pelos integrantes cearenses da Confederação do Equador nos permitiram conhecer o engajamento político da família dele antes de adentrar as salas do curso de Direito de Olinda.

2.1 OS ESTUDOS PRIMÁRIOS DE “PEREIRINHA”

José Antônio Pereira Ibiapina, seu nome secular, encetou os estudos primários. Moreno, de crescimento inferior, constituição de aparência frágil, “Pereirinha”, antonomásia que logo inspirou na escola, era, entretanto, de inteligência lúcida e vivaz. Seu progresso nas lições assim o indicou¹¹².

Nascidos no Ceará, Ibiapina e os seus irmãos estudaram as primeiras letras no Cariri. Anexa ao Pernambuco até final do século XVIII, essa capitania foi um território que demorou a ser colonizado, por ser visto como uma terra de desolação e miséria, representações produzidas devido à natureza áspera, com flora e fauna paupérrimas, o solo estéril e o clima inapto para o desenvolvimento da agricultura¹¹³. Apesar de demorada, a colonização do Ceará não foi efetivada pelo litoral, como em outras capitanias do Norte. Alguns historiadores acreditam que “o povoamento do Ceará se processou simultaneamente, no litoral, no sertão e

¹¹¹ Ibid.

¹¹² MARIZ, op. cit., p. 8.

¹¹³ BRÍGIDO, João. Povoamento do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 241-248, 1900.

no Sul”¹¹⁴. Foi por meio das expedições, oriundas de outras capitânicas, que os colonizadores chegaram até as margens do rio Jaguaribe, seguindo rumo à Serra da Ibiapaba e contrariando as primeiras impressões que viam o território como apenas de “passagem”.

Logo, o Ceará foi tomado pelos colonizadores e se tornou um importante entreposto para a dominação das terras do Piauí e Maranhão. Só após a invasão holandesa, em fins do século XVII, cujas circunstâncias ocasionaram emigrações para os sertões do Ceará, é que se efetivou a fundação de fazendas de criação de gado, nos vales do Jaguaribe e Acaraú¹¹⁵. Com essa atividade econômica, o litoral foi secundarizado, embora o reconhecimento das primeiras vilas – Fortaleza e Aquiraz – tenha ocorrido justamente lá, contrariando, mais uma vez, os padrões metropolitanos de apropriação e acumulação de excedentes. Em outras palavras, a política metropolitana era a de transformar as vilas em veículo para captar excedentes, seja por meio de bens ou de tributos, o que não ocorria com as vilas supracitadas¹¹⁶.

Em busca de terras para a fundação das fazendas de criar, os sertões do norte cearense e o cariri despontaram pela qualidade geográfica dos pastos, profundidade e alargamento dos aluviões dos rios, abundância e qualidade de água, além das serras frescas e apropriadas para a atividade agrícola e pecuarista. Consta nos livros de Sesmarias cearenses, a solicitação dos primeiros colonizadores na região do rio Acaraú¹¹⁷. Este local estava a três léguas da fazenda onde se assentou o povoado de Sobral, onde nasceu e foi batizado Ibiapina:

José, filho legítimo de Francisco Miguel Pereira e Maria, digo Tereza Maria de Jesus, naturais e moradores nesta freguesia de Sobral, nasceu a cinco de agosto de mil oitocentos e seis, e foi batizado solenemente nesta fazenda de Olho D’Água, a vinte e cinco do mesmo mês e ano pelo reverendo Padre Antônio Mendes de Mesquita e foram padrinhos Joaquim José de Souza e sua mãe Maria, digo Tereza Maria de Assunção, e para constar mandei fazer este assento que assinei. Padre José Gonçalves de Medeiros, vigário colado de Sobral¹¹⁸.

A fazenda Olho D’Água foi uma propriedade que, primeiro, pertenceu ao avô paterno, o capitão de milícias Manuel Pereira de Souza¹¹⁹. Esta propriedade, onde o Ibiapina viveu os

¹¹⁴ ALVES, Joaquim. O vale do Cariri. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1945. P. 108.

¹¹⁵ THÉBERGE, Pedro. Esbôço histórico sobre a província do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1970. p. 104-118.

¹¹⁶ LEMENHE, Maria Auxiliadora. A economia pastoril e as vilas coloniais no Ceará. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, vol. 12/13, n. 1/2, p. 75-106, 1981/1982.

¹¹⁷ BRASIL, João Pompeu de Souza. Sobral: Tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizada sobre a região. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, vol. 3, nº 2, p. 105-121, 1972.

¹¹⁸ LIVRO de Batismos de Sobral, 1804-1808, fl. 12.

¹¹⁹ Cf. ARAÚJO, 1995.

primeiros dez anos de vida, foi logo abandonada pelo seu pai e seu irmão mais velho¹²⁰, que foram viver em São Pedro do Ibiapina, atualmente, município de Ibiapina (CE). Tal povoação era composta de uma simples igreja construída de taipa, além dos casebres dispersos, mas situados em terreno fértil, rodeados de florestas e cabanas indígenas. Todos os moradores eram provindos da vila Sobral, que lá se estabeleciam e exerciam atividades agrícolas¹²¹.

Nesse contexto, Sobral e os sertões do Norte cearense foram ocupados por moradores originários de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que estavam fugidos da guerra contra holandeses, mas, sobretudo, pelo interesse da posse de terras devolutas, que passaram a rrear na Zona da Mata pernambucana¹²². Não é à toa que o local onde Ibiapina nasceu teve origem numa fazenda de gados, chamada de “Caiçara”. Este povoado era reconhecido pelo bispado de Olinda, através do João de Matos Monteiro, nas primeiras décadas do século XVIII.

Vale ressaltar que Sobral estava situada numa importante localização de cruzamento, onde os caminhos possuíam movimento considerável, facilitando a comunicação periódica entre os moradores da povoação com o bispado, até o seu reconhecimento da vila em 1712¹²³. Esse tipo de acordo correspondia a tentativa tardia da colonização das terras do Ceará, já que o enfrentamento físico e os conflitos armados com os povos indígenas, não foi suficiente para desterrá-los, investindo em aldeamentos e no controle ideológico dessas populações. Daí em diante, os caminhos que levavam à Sobral, evoluíram para as estradas mais movimentadas da capitania, pois lá se concentrava a primeira etapa da comercialização de gados do Brasil. Com o desfavorecimento do clima e das longas distâncias, os fazendeiros passaram a investir em indústrias de abate, salgamento e secagem da carne, o que levou o Ceará a ser o segundo maior produto de exportação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba¹²⁴. Com a seca de 1790-1794, a atividade da pecuária teve significativa diminuição, passando a ter incentivo o cultivo de algodão.

Nesse período, a família de Ibiapina ainda não assumia esse sobrenome, o que só ocorreu durante a Confederação do Equador, quando o pai e filho mais velho aderiram ao movimento. Este sobrenome tem origem tupi e significa **Iby** – Terra; **Apina/A-pin** – lavar, pelar, limpar. Assumir este sobrenome estava relacionado ao período em que os dois viveram

¹²⁰ A mudança para São Pedro do Ibiapina foi feita apenas por Francisco Miguel e Alexandre Raimundo, um pouco antes de a família toda se mudar para o Icó, no centro-sul cearense.

¹²¹ GIRÃO, Raimundo. Tentativa de interpretação do Cariri. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, p. 34-41, 1953.

¹²² Cf. BRASIL, 1972.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Cf. LEMENHE, 1981/1982.

na povoação de São Pedro do Ibiapina, que era habitada por indígenas tabajaras e tapuias, colonizados pela Companhia de Jesus a partir do século XVI¹²⁵. Com a morte do avô de Ibiapina, Tereza Maria de Assunção (avó paterna), se responsabilizou pela educação dos filhos e a manutenção dos bens da fazenda de gado em Sobral. Ela foi auxiliada pelo filho, capitão Alexandre Néri Pereira Nereu, que exerceu funções militares durante as primeiras décadas do século XIX, mais especificamente, nas batalhas travadas pela independência do Ceará e do Piauí¹²⁶. Era o irmão mais velho de Francisco Miguel e tinha em comum com seu irmão, o casamento entre os filhos (que era primos) Otaviano Néri e Francisca Ibiapina.

A mãe de Ibiapina, Tereza Maria de Jesus, também era descendente das famílias mais abastadas de Sobral, inserida especialmente, no clero¹²⁷. Apesar disso, a família de Francisco Miguel não consentia o casamento, pois desejavam que ele seguisse o sacerdócio. Contrariando, ele se casou com Tereza nos primeiros anos do oitocentos:

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de mil oitocentos e três, de manhã, nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Sobral, feitas as diligências na forma do Sagrado Concílio Tridentino em a dita matriz, donde os contraentes são naturais e moradores, sem resultar impedimento algum, como consta dos banhos que ficam em meu poder, em minha presença e das testemunhas o sargento-mor Antônio de Sousa Neves e o capitão Antônio Furtado do Espírito Santo e mais pessoas, todas conhecidas e moradoras desta freguesia, se casaram, em face da Igreja solenemente por palavras de presente, FRANCISCO MIGUEL PEREIRA, filho legítimo de Manuel Pereira de Souza e Tereza Maria de Assunção, com TERESA MARIA DE JESUS, filha legítima de Antônio Pereira de Azevedo e Maria Furtado de Mendonça e logo receberam as bênçãos nupciais conforme os ritos e cerimônias da Santa Igreja, e para constar fiz este, em que assinei. Alexandre Bernardino Gonçalves dos Reis, cura e vigário da vara de Sobral¹²⁸.

Os pais da noiva eram Antônio Pereira de Azevedo e Maria Furtado de Mendonça, com ascendência que remonta ao português, Antônio Furtado de Mendonça e Menezes. Este chegou à capitania para exercer o cargo de escrivão, em Riacho do Sangue, atualmente, município de Jaguaratama (CE). Lá, ele requereu uma Sesmaria, constituiu família e se estabeleceu economicamente com a atividade agropastoril¹²⁹. Resultado disso, é que a fazenda

¹²⁵ Cf. ARAÚJO, 1995.

¹²⁶ COSTA, João Paulo Peixoto. Mata que é corcunda! Os índios do Ceará na Guerra de Independência do Piauí. *Habitus*, Goiânia, v. 14, n° 2, p. 243-262, jul./dez. 2016.

¹²⁷ Para maiores informações ver MARTINS, Vicente. Notas biográficas do Clero Sobralense (Partes 1 e 2). *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1920;1945.

¹²⁸ LIVRO de Casamentos de Sobral, 1803-1811, fl. 11.

¹²⁹ ALVES, Guarino. Claras figuras do passado. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, vol. 100, p. 44-80, jan./dez. 1980.

Olho D'Água, pertencente aos pais de Francisco Miguel tinha como limite a fazenda de Manuel Furtado de Mendonça, irmão de Tereza.

Do casamento entre Francisco e Tereza, nasceram oito filhos, tendo um deles, falecido ainda criança¹³⁰. Os primeiros anos do casamento foram vividos na fazenda Olho D'Água, quando o esposo foi nomeado para exercer as funções de escrivão do crime e correições na vila do Icó, localizada no Cariri. Esta foi a terceira vila fundada na capitania com considerada produção pastoril e, posteriormente, significativa indústria da carne. Durante o período de fundação da vila, contabilizava-se mais de quatro mil cabeças de gado, além de ser um importante entreposto de convergência de boiadas para o litoral leste cearense¹³¹.

Nesse contexto, Icó era o principal povoado do interior da capitania, e quando surgiram as primeiras administrações coloniais no Ceará, estas deveriam ter sido lá, já que era uma das principais áreas produtivas da região. No entanto, a lógica metropolitana não obedeceu às motivações fiscais, mas ao ordenamento das relações pessoais e religiosas, como vimos com as vilas de Fortaleza e Aquiraz. Essa necessidade burocrática fez surgir conflitos envolvendo fazendeiros, missionários, indígenas e a força militar. A discordância dos fazendeiros do cariri com a instalação das vilas de Fortaleza e Aquiraz, improdutivas economicamente, resultou na pressão para o reconhecimento das vilas, que ocorreu nos seguintes anos: “Icó (1738), Aracati (1748), Messejana, Caucaia e Parangaba (1758), Viçosa (1759), Baturité e Crato (1764), Sobral (1773) e Quixeramobim (1789)”¹³².

Entretanto, a atividade pecuária no cariri sofreu baixas na produção devido a “produção ampliada [que] correspondeu uma baixa de preço decorrente da própria relação entre oferta e demanda, mas, sobretudo, pelo controle exercido pela Metrópole, através da agência monopolista”¹³³, além de que, com a expansão da indústria de tratamento de carne no Rio Grande do Sul e os curtumes do Recife, esmagou a produção caririense, que teve longos períodos de seca¹³⁴. Antes disso, Icó já tinha sido considerada relevante para o Estado, tanto na pecuária, quanto no cultivo mais sistemático do algodão para interesses mercantis¹³⁵.

Diante disso, a família Ibiapina, ao chegar à vila de Icó, encontrou um cenário de reorganização econômica, mas um contexto educacional referenciado, em que a elite econômica já tinha passado pelos bancos da escola de primeiras letras do professor José

¹³⁰ Francisco Araújo (1995) afirma que o filho é Félix Ibiapina, cujo registro de batismo encontra-se na matriz de Sobral, livro nº 16, folha 42, com as seguintes informações: cerimônia aos dois dias do mês de agosto de 1812, padrinhos Félix da Costa Barros (tio materno) e Maria Furtado de Mendonça (avó materna).

¹³¹ Cf. LEMENHE, 14981/1982.

¹³² Ibid., p. 89.

¹³³ Ibid., 110.

¹³⁴ Cf. BRÍGIDO, 1900.

¹³⁵ BRASIL, op. cit., p. 113.

Felipe. Lá também, se formaram os irmãos mais velhos e Ibiapina em 1816¹³⁶. Nesse período, o professor e outros funcionários reais conviviam com o ouvidor do Ceará, que era João Antônio Rodrigues de Carvalho, acusado de utilizar a toga de magistrado para propagar as ideias republicanas no interior¹³⁷. Esse ouvidor foi o responsável por nomear Francisco Miguel ao cargo de escrivão do Icó, cuja fama de republicano, provavelmente, não escapou a família, que estava financeiramente abalada e buscava outros meios de sobrevivência, não impedindo a aproximação com o ouvidor. Nessa localidade, as representações liberais e republicanas foram disseminadas por José Martiniano de Alencar, que era estudante do Seminário de Olinda.

Nessa conjuntura, cresceu Ibiapina, como aluno de José Felipe e também do pároco local, Domingos da Mota Teixeira, reconhecidos publicamente como republicanos e anticoloniais¹³⁸. Diferentemente de Pernambuco, que contestava o poder colonial, desde o fim do século XVIII, com a “conspiração dos Suassunas”¹³⁹, o Ceará era reconhecido pela fidelidade aos portugueses, já que a maioria, eram comerciantes e latifundiários, e não concordaram com os republicanos de 1817¹⁴⁰. Por isso, foi concedido privilégio ao Ceará àqueles que se mantivessem opostos aos integrantes dessa revolta, especialmente, os padres que atuaram no cariri como “Frei Pescoço”, residente em Barbalha, e o padre Luís José Corrêa de Sá, conhecido em todo o sertão do Rio do Peixe¹⁴¹. Devido ao impacto desse movimento na formação intelectual e política de Ibiapina, consideramos importante analisá-la.

¹³⁶ Cf. ARAÚJO, 1995.

¹³⁷ FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. 7ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

¹³⁸ CARVALHO, Gilberto Vilar de. *A liderança do clero nas revoluções republicanas 1817-1824*. Petrópolis: Vozes, 1980. P. 16.

¹³⁹ A “conspiração dos Suassunas” foi um movimento em Pernambuco, mais especificamente em Olinda, com liderança dos irmãos Paula Cavalcante de Albuquerque, donos do engenho “Suassuna”, que eram motivados pelos princípios iluministas de igualdade e liberdade, aos moldes da Revolução Francesa (1789) e Americana (1776). Fracassados economicamente, eles denunciavam o sistema colonial português, visando à emancipação da capitania. No entanto, foram denunciados por José da Fonseca Silva Sampaio, episódio que não contou com condenação. Para mais informações, ver NEVES, Guilherme Pereira das. *A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos tradicionais?* *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v. 2, t. XXXIII, p. 439-481, 1999.

¹⁴⁰ FARIAS, op. cit., p. XX.

¹⁴¹ A bacia de São João do Rio do Peixe está localizada na porção noroeste do estado da Paraíba, inserida na região semiárida do Nordeste do Brasil, com área de 3.419 km², abrangendo 17 municípios (CUNHA, et. al., 2012), cuja região faz limites com o Ceará, mais especificamente Icó e Barbalha.

2.1.1 “Dezessete”¹⁴² no Ceará

O movimento pela emancipação política do Brasil já estava posto antes mesmo da chegada da família real ao Brasil, em 1808. Exemplo disso, está nas revoltas ocorridas em Minas Gerais (1789), no Rio de Janeiro (1794), na Bahia (1798) e em Pernambuco (1801). Isto porque, a partir da segunda metade do século XVIII, as transações comerciais de Portugal com os países da Europa, tornaram-se secundárias, uma vez que o setor mais dinâmico da economia passou para o noroeste do continente europeu, bem como a competição com outras colônias desfavoreceram os brasileiros. Por isso, internacionalizar o mercado agroexportador no Brasil, tornou-se inevitável, o que resultou na infiltração inglesa no sistema colonial português e a sua conseqüente desintegração¹⁴³.

Com esse novo arranjo social, dado pelo afrouxamento das relações com a metrópole, despontavam comportamentos radicais, que reivindicavam interesses materiais divergentes dos interesses da Coroa, o que abalou o processo colonizador, o que resultou em mudanças constantes no aparato burocrático, devido à insuficiência de mão de obra especializada, como foi o caso de Francisco Miguel e da sua família nesse período da sociedade colonial, representavam não só uma mudança geográfica, motivada pela decadência da atividade pastoril, “mas também possibilidades de alterar a sua posição no corpo social – mobilidade, vale dizer – na nova área para a qual se dirige”¹⁴⁴. Essas transformações sociais do início dos oitocentos se expressaram em vários níveis e, ao mesmo tempo, isto é, nos níveis do colonialismo, das relações internacionais, da religião e da cultura. Para tanto, os proprietários rurais que eram os responsáveis pela agroexportação, passaram a pressionar a metrópole pela autonomia do Brasil, o que fortaleceu dois tipos de sentimento: o antilusitanismo e o de fidelidade aos interesses da Casa de Bragança. Tais ações antilusitanas não eram vazias de sentido ou expressavam apenas xenofobia, existia uma situação econômica, social e cultural que embasava as ações. Exemplo disso, era a exploração da lavoura e do comércio pernambucanos, com remessas monetárias ao reino de mais de 1 milhão de contos de réis anuais, enquanto isso as principais vilas de Recife e Olinda padeciam sem luz urbana, sem calçamentos adequados e bloqueios comerciais¹⁴⁵.

¹⁴² Revolta anticolonial ocorrida em Pernambuco e capitânicas anexas, em 1817. Para mais informações, ver MELLO, Eivaldo Cabral de. *A outra independência: O federalismo pernambucano de 1817 e 1824*. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

¹⁴³ MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de revolução no Brasil (1789-1801)*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 35.

¹⁴⁵ MELLO, op. cit.

Nesse período, o principal produto exportado pela capitania do Ceará era o algodão, tendo sido as vilas do Icó, Sobral e Crato, estimuladas à produção e à exportação, proporcionando considerado aumento na agricultura familiar¹⁴⁶, quando o trabalho pobre e livre era sufocado pelos latifúndios. Cabe notar que além da diferença econômica das capitanias do Norte, estas eram politicamente diferentes do Sul. Enquanto no Norte, as capitanias haviam entrado em contato com os holandeses e com o pensamento utilitarista do Marquês de Pombal, por meio do Seminário de Olinda, que foi o cenário da revolta de 1817 e importante espaço de leitura e escrita de outros acontecimentos anticoloniais, foi de lá que saíram os padres responsáveis por disseminar as representações republicanas no cariri cearense.

O estudante José Martiniano de Alencar foi o primeiro responsável, tendo recebido as instruções dos padres republicanos (professores do Seminário) João Ribeiro e Domingos José Monteiro:

Irão os patriotas fazendo sua viagem com toda paz, política e cautela, obrando por este modo: *quando tratarem com os Povos por onde passarem, se os acharem dispostos para a boa causa procurarão acender ainda mais o seu patriotismo*, mostrando-lhes as antigas opressões e os bens que nos virão de não sermos mais governados por ladrões, que vem de fora chupar a nossa substância; *se acharem os Povos em uma total ignorância e abatimento procurarão dar-lhe algumas ideias a favor da causa e inflamá-los*, porém *se acharem algum tenaz partidista da tirania não entrarão com ele em discussões, baste que o fiquem conhecendo*. Assim irão direto até se avistarem com o Vigário do Pombal, dele haverá notícias do estado da Comarca do Ceará, tanto do seu interior, como beira mar, e terão notícia do Pe. Luiz José. Se o Pe. Luís José se tiver declarado pela boa causa, irão ter com ele, e dali partida o patriota B pelas cabeceiras do Rio do Peixe ao seu destino, ficando com o Pe. Luiz José o patriota A para dali escrever cartas e mandar papéis para os seus amigos do Icó [Padre Domingos da Mota Teixeira, professor José Felipe]. Estas cartas devem ser persuasivas sem darem a entender que as pessoas foram dirigidas, tem princípios de quererem a Liberdade para os não comprometer. E chegando ao Pombal se houver certeza de que o Pe. Luiz José não é pela Pátria, daí seguirão o mesmo destino. E se parecer, ambos irão para o Crato por cima. Revolucionando o Crato, o Icó, mandarão logo a Pernambuco aviso para lhe ir socorro, e estas vilas podem com cartas e proclamações fazer, se levantem Aracati e Sobral, e mesmo sem socorro de Pernambuco poderão atacar a vila de Fortaleza e destruir o tirano (grifos nossos)¹⁴⁷.

¹⁴⁶PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, agricultores, artesões: Origens do trabalho livre no Ceará colonial. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 20/21, nº 1/2, 1989/1990. P. 16.

¹⁴⁷ Padres João Ribeiro Pessoa e Domingos José Martins In: *Revista do Instituto do Ceará*, 1917, p. 16. O patriota A é Miguel Joaquim Cesar, nomeado pelo Governo [revolucionário de 1817] para Inspetor das tropas de Pombal e Luiz Souza; Luiz José é o Padre Luiz José Corrêa de Sá, que se uniu aos revolucionários e negou depois qualquer convivência com eles para evitar o castigo. Já o patriota B é José Martiniano, e o tirano é o governador da capitania do Ceará, Manuel Inácio de Sampaio. Além disso, os amigos do Icó são exatamente o

Os signos que produzem o sentido dessa carta, que foi escrita pelos padres João Ribeiro e Domingos José Ribeiro, são representações do republicanismo e patriotismo que os integrantes da revolta de 1817 produziram a partir das práticas dos poderes locais (“o tirano”) e nacional (“partidista da tirania”). Esses padres e demais adeptos possuíam interpretações do sistema colonial, que estavam baseadas nas experiências de exploração da mão de obra, dos impostos extraordinários, enfim, das riquezas expropriadas pela metrópole. E, na carta produzida pelos republicanos, estavam reconhecidas as diversas opiniões sobre o poder colonial, mas a péssima comunicação entre as localidades é o que dificultava as ações.

Por isso, era importante a adesão do cariri cearense ao movimento de 1817, pois de lá “havia muitos laços familiares entre os habitantes. Vários dos intermediários nas compras de algodão cearense eram pernambucanos. Muitos dos padres que atuavam nos sertões haviam se ordenado no revolucionário Seminário de Olinda”¹⁴⁸, além do Convento de Goiana/PE, que formou frei Francisco de Santa Mariana (o “Frei Pescoço”), apoiador do padre Alencar e quem o recebeu quando chegou ao Crato, em 29 de abril de 1817.

Com a adesão das capitânicas como a Paraíba (17 de março) e o Rio Grande do Norte (25 de março), as instruções dadas ao estudante Alencar, era sublevar as vilas do Crato, Icó, Aracati e Sobral, sendo imprescindível obter adesão massiva do cariri e partir para a capital, Fortaleza. No entanto, o governador cearense Manuel Sampaio era um dos principais representantes dos interesses reais no Norte, tendo enviado ao rei D. João VI um ofício reafirmando a fidelidade antes da ação dos republicanos no cariri¹⁴⁹. Mas as divergências políticas entre o norte e sul da capitania, abalavam a coesão nos negócios coloniais, de modo que os próprios padres recorreram ao capitão-mor José Pereira Filgueiras – conhecido dono de terras e funcionário real do cariri cearense – com o intuito de convencê-lo a aderir ao movimento. Escreviam eles, questionando: “que província mais cativa e mais tiranizada do que o Ceará? E não haverá entre os seus honrados filhos um que levante a voz para salvar a pátria? Aonde (*sic*) está o valoroso capitão-mor José Pereira?”¹⁵⁰.

clérigo Domingos Teixeira da Mota e o professor de Primeiras Letras, José Felipe. Essas informações foram obtidas na edição especial de 100 anos da Revolução de 1817 no Ceará da RIC.

¹⁴⁸ FARIAS, op. cit., p. XXI.

¹⁴⁹ GOVERNADOR Manuel Inácio de Sampaio, 6 de abril de 1817 In: *Revista do Instituto do Ceará*, 1817.

¹⁵⁰ Cf. nota 134.

Esse capitão, segundo o padre Francisco Muniz Tavares¹⁵¹, testemunha ocular dos acontecimentos de 1817, era um “malfeitor cruel a quem os supersticiosos sertanejos reverenciavam dando-lhe o irrisório título de mandingueiro, devido à impunidade da sua vida infame”¹⁵². O poder econômico do capitão-mor agregava ao seu redor homens perigosos que cometiam crimes por ele e para ele, sendo estes “*cabras*”, homens livres e pobres, que se ligavam aos donos de terra numa relação de dependência material e até religiosa (com os apadrinhamentos).

Nesse sentido, as populações do cariri cearense são representadas a partir de dois aspectos negativos: o fanatismo religioso e as atitudes violentas. Ambos são provenientes de pequenos núcleos urbanos, onde o ambiente cultural e político se diferenciava das vilas do litoral, que contavam com instituições de ensino, como o Seminário de Olinda, bem como de uma vida urbana mais movimentada. A ausência disso formava um “ambiente favorável aos abusos de autoridades fortes e dos proprietários senhores de grandes latifúndios”¹⁵³, os criadores de “milícias de *cabras*”.

Questionando essas relações de poder, das quais o capitão Filgueiras era produto e produtor, os padres republicanos escreviam: “quem é que o demora? O medo? Não, porque ele não tem medo. O ser só? Não, porque à sua voz se levantarão a seu lado milhares de patriotas que respeitam as suas virtudes”¹⁵⁴. Essas provocações indicam que o “Dezessete” foi uma revolta anticolonial e antilusitana, mas não antiescravista e antilatifundiária, já que não defendia o fim da escravidão e ainda buscou adesão de funcionários reais.

A revolução de 1817, todavia, defendia os princípios políticos das revoluções de independência americana (1776) e francesa (1789), isto é, os direitos individuais do homem, contestando o poder e a sacralização dos reis e, conseqüentemente, o Estado absolutista. Nessa ocasião, a noção de indivíduo surgia juntamente com as máximas iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, que desconsiderava os escravos e os pobres livres. Junto a isso, as instituições coloniais eram esvaziadas de sentido, já que os colonos brasileiros passavam a questionar a centralização do poder do Rei e a ostentação da Corte no Rio de Janeiro¹⁵⁵.

É importante lembrar que os integrantes de 1817 eram frequentadores das lojas maçônicas, o que contribuiu para popularizar as leituras e os escritos dos republicanos das

¹⁵¹ Foi um padre, escritor e parlamentar pernambucano. É autor do livro *História da Revolução de Pernambuco de 1817*.

¹⁵² Cf. nota 134.

¹⁵³ ALVES, Joaquim. O vale do Cariri. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1945. P. 22.

¹⁵⁴ Cf. REVISTA do Instituto do Ceará, 1917, p. 124.

¹⁵⁵ Cf. MELLO, 2014.

capitanias do Norte. Em Pernambuco, esses homens foram organizados pelo naturalista Manuel de Arruda Câmara¹⁵⁶, no Areópago de Itambé, que fugiu da tutela do Grande Oriente Lusitano e foi recebida por Londres. Não é à toa que o padre Domingos José Martins, líder que escreveu as indicações para Alencar, apresentou uma proposta para a conexão franco-luso-brasileira em resposta aos portugueses, que queriam acabar com o privilégio inglês no comércio colonial¹⁵⁷.

Por esse motivo, essa revolta é interpretada à luz do fracasso colonial, e os republicanos indicavam no manifesto *Preciso*¹⁵⁸ reformas para a educação, a política e a hierarquia institucional. Destas propostas, as que tiveram mais resistência entre os integrantes foram àquelas relacionadas ao trabalho, já que alguns participantes defendiam a libertação do trabalho escravo, embora não tivessem projetos para a inserção deste grupo à nova ordem social. Portanto, a busca pela “ordem perdida” ou, como disseram os republicanos, a “segunda restauração”¹⁵⁹, correspondia ao reajuste do sistema colonial aos interesses “patriotas” – o que implicava manter a propriedade privada e os negócios baseados na exploração do trabalho escravo.

Essas ambiguidades do discurso republicano também estiveram no Ceará, já que os mesmos nomes que foram procurados para aderir ao movimento, eram também latifundiários e escravistas. Essa adesão, inclusive, foi curiosa em algumas vilas cearenses, como no Crato, que durante a missa, o padre Alencar leu o manifesto e liderou a população para Câmara, hasteando a bandeira da nova república¹⁶⁰. Em outras localidades do cariri, como a vila de Jardim e do Icó, esta última, onde estava a família Ibiapina, ocorreram as mesmas

¹⁵⁶ Pernambucano, naturalista, médico e religioso, ele foi o responsável por fundar a primeira Loja Maçônica no Brasil, o Areópago de Itambé. Para mais informações, ver “A agitação republicana no Nordeste” em “O Brasil Monárquico”, tomo II, de Sérgio Buarque de Holanda (2003).

¹⁵⁷ MELLO, op. cit.

¹⁵⁸ Esse panfleto foi escrito pelo magistrado José Luís Mendonça, tipografado em 10 de março de 1817, com a reprodução de várias cópias, objetivando mobilizar as classes pobres para aderirem à República de Dezesete. O documento menciona as opressões e traições vividas pelos brasileiros, evocados como “patriotas”, em contrapartida à Coroa e aos portugueses. Acesso em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/2022/wp-content/uploads/2017/03/Preciso.pdf>.

¹⁵⁹ “Conseguida com nossos próprios esforços a restauração deste belo país do poder do batavo e tendo nós a generosidade de o entregar a D. João IV, que não se atreveu a defendê-lo e menos a restaurá-lo, entretanto este chefe em si, prometeu por atos solenes, assim como seu sucessor, de não nos incomodar com tributos e não mandar para a administração pública e força armada gente exótica. [...] Tendo pois (sic) os encarregados dos direitos do povo faltado ao contrato a que se ligaram com juramento solene, não só se tornaram perjuros, porém pelos seus fatos nos reintegraram em nossos primitivos direitos de que haviam desapiedadamente abusado’. É significativo que o Padre João Ribeiro tenha mandado imprimir no primeiro jornal publicado pela revolução, ter sido ele rodado na Oficina Tipográfica da República de Pernambuco, ‘segunda vez restaurado’, aludindo certamente à vitória sobre os holandeses, conhecida como sendo a primeira restauração” (CARVALHO, 1980, p. 26).

¹⁶⁰ LEOPOLDO E SILVA, Dom Duarte. *O clero e a independência*. São Paulo: Edições Paulinas, 1972. P. 80.

conclamações, com a presença dos vigários locais, como Domingos da Mota Teixeira¹⁶¹, convocado pelos líderes de Dezessete. Este padre foi um jurista – conhecedor e consultor de questões jurídicas – e apareceu como um dos participantes na fundação da primeira capela do Icó, conhecida como capela de Nossa Senhora da Conceição do Monte¹⁶². Não sabemos exatamente a data em que ele chegou ao Icó, embora esteja nos escritos memorialísticos¹⁶³ representado em Goiás (1800) nas funções de secretário do governo, professor de filosofia e vigário.

Mesmo não sabendo como se deu a atuação de Domingos da Mota, na revolta de 1817, é certo que ele foi preso por seu próprio irmão, durante a devassa¹⁶⁴ que foi concluída em 1818¹⁶⁵. A relação de presos cearenses na Fortaleza do Brum (Recife/PE), contou com nomes como o de Alencar e a sua mãe, Bárbara Pina de Alencar, que foi, em companhia da escrava Vicência, o frei Francisco de Santa Ana Pessoa¹⁶⁶ e do padre Domingos da Mota Teixeira, que foi indicado na “relação das pessoas que por suspeitas se acham retidas nesta vila [Fortaleza]”, tendo sido preso em Icó em 1817¹⁶⁷. A prisão desses cearenses ocorreu após a acusação feita pelo capitão-mor, José Pereira Filgueiras, que escreveu ao governador Sampaio, colocando-se como vítima¹⁶⁸. Filgueiras atuou contra os republicanos do Dezessete, e se retratou ao governador por ofício como “abalado por cartas de Pernambuco”, isto é, a convocação dos padres José Ribeiro Pessoa e Domingos José Martins. A instauração da devassa demorou a ocorrer porque a elite local, da qual ele fazia parte, tinha insatisfações com o poder da Coroa. Sobre isso, é necessário pontuarmos que as adesões nas capitânicas vizinhas não foram totais. No Ceará, por exemplo, não houve a deposição do governador Sampaio, que cuidou para abafar a revolta com tropas militares.

¹⁶¹ REVISTA do Instituto do Ceará, 1917. O Deão Bernardo Luís Ferreira Portugal esteve em exercício pelo cabido de Olinda durante os meses que sucederam a Revolução de 1817, devido à morte do bispo diocesano Dom Francisco José Maria de Araújo, o qual foi envenenado, fruto do erro da dosagem do remédio que lhe fora aplicado. Em seu lugar, foi indicado o bispo Dom Antônio de São José Bastos, que não chegou a tomar posse por motivos da ausência do papa Pio VII em Roma, que era prisioneiro de Napoleão Bonaparte em 1810. Pelas hostilidades recorrentes entre o cabido e o a diocese de Olinda, a morte do bispo foi atribuída a Bernardo Portugal, mas isso não foi comprovado. Para mais informações, ver BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo-Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

¹⁶² ABREU, Júlio. O Padre Domingos da Mota Teixeira e a Vigaria do Icó. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1954. P. 143.

¹⁶³ MAGALHÃES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*. Goiás: Tipografia Provincial, 1863.

¹⁶⁴ Foi instaurada na província de Pernambuco e, posteriormente, transferida para Bahia, um processo de apuração minuciosa das pessoas envolvidas e os atos praticados na “Revolução de 1817”, cujo presidente da ação foi o desembargador Bernardo Teixeira Coutinho Alvares de Carvalho, irmão do Pe. Domingos da Mota.

¹⁶⁵ Id.

¹⁶⁶ DOCUMENTOS Históricos. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 104. Fortaleza, 1917. p. 4.

¹⁶⁷ Op. Cit., p. 174, 186, 191.

¹⁶⁸ CARTA do Capitão Filgueiras. In: Documentos Históricos. *Revista do Instituto do Ceará*, 1917, p. 130-132.

Nesse cenário de instabilidade das instituições, funcionários como Francisco Miguel, que acabava de ser nomeado como escrivão do Icó, não aderiu publicamente aos acontecimentos do Dezesete. No entanto, o período de contestação que estava ocorrendo no Brasil e, mais especificamente, no cariri, não cessou com a reprimenda aos republicanos. Isso porque o intercâmbio político e cultural entre Ceará e Pernambuco, já era uma prática recorrente, e as instituições educacionais confirmam isso, já que era o local para onde iam a maioria dos filhos abastados das capitanias do Norte.

Com o fim da devassa, houve banimento dos republicanos do Ceará, o que culminou com o afastamento do padre Domingos da Mota, da vigaria do Icó, retornando somente em 1826¹⁶⁹. Esse fato confirma que ele foi considerado participante da revolta de 1817 e obteve a absolvição do Estado, assim como outros cearenses – Alencar e a sua mãe, que retornaram em 1821, todavia, o cenário político da capitania já não era o mesmo.

2.1.2 Primeiras letras e latim no cariri cearense

As propostas políticas elaboradas em Dezesete continuaram vivas nos âmbitos social, cultural e educacional. Antes mesmo do estopim desse movimento, outras representações liberais rodavam a colônia, expressando-se nos movimentos inconfidentes, mencionados no início desse tópico. Esses movimentos foram produtos dos estabelecimentos de ensino, como o Seminário de Olinda. Esse educandário, por sua vez, foi criado com incentivo de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O responsável pela execução dessa obra foi o bispo Azeredo Coutinho que, orientado pelas propostas pombalinas nos estudos secundários, formou um quadro de padres, que se espalhou por todo o interior das capitanias do Norte. Nesse contexto, as disputas pelo poder eram disputas por representações, que se dividiam entre as religiosas e o racionalismo.

Na educação, os projetos incentivados pelo Marquês de Pombal eram contrários ao monopólio religioso ou, mais especificamente, jesuítico na instrução escolar. Isso porque a predominância do método aristotélico, de caráter especulativo, era pouco produtiva para as novas pretensões econômicas portuguesas. Pombal acreditava na independência de Portugal em relação à Inglaterra e, para isso, era necessário construir projetos sociais que estivessem

¹⁶⁹ Para mais informações, ver PINTO, José Marcelo. Eleição de senador na vaga do padre Domingos da Mota Teixeira. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 156-160, 1958.

orientados pelo empirismo e utilitarismo, especialmente, as propostas pedagógicas em nível dos estudos menores e maiores¹⁷⁰.

De maneira mais ampla, o projeto político do Pombal visava, sobretudo, ao incremento as indústrias, ao progresso científico e à vitalidade do comércio interno, revendo os privilégios da nobreza portuguesa, a partir dos acordos entre os grupos dominantes, mas sem deixar de vincular a Igreja ao Estado. Com isso, o Estado português buscava modernizar-se, mas sem deixar de centralizar o poder no monarca, modelo que ocorreu em países onde os grupos burgueses eram fracos e a economia estava ainda em estágio agrícola. Por isso, no projeto de Pombal, a educação passava de um controle para outro: dos jesuítas ao controle dos monarcas¹⁷¹.

Vale ressaltar que as preocupações dele com o estado de dependência inglesa e as dificuldades comerciais já estavam presentes em escritos, como os de Dom Luís da Cunha, Antonio Nunes Ribeiro Sanches e Luís Antonio Verney. Todos eles tinham exercido cargos políticos em reinados anteriores, conheciam os privilégios da nobreza e acusavam o clero, especialmente, o modelo jesuítico na educação como insuficiente para formar homens de Estado¹⁷².

No Brasil, as reformas pombalinas chegaram a ritmo lento, já que houve diversos problemas para a implantação das aulas régias, como a arrecadação do subsídio literário¹⁷³, a contratação de professores, entre outros. A instrução escolar na colônia modernizou os métodos de ensino, propondo racionalização, secularização e centralização da educação, priorizando poucas leituras e muitas cópias¹⁷⁴. Para isso, dois livros são a base para o novo modelo de estudos – *Verdadeiro Método de Estudar*, de Verney, e *Método para aprender a estudar a medicina*, de Ribeiro Sanches. Neles, propunham o controle dos materiais didáticos, dos livros e dos compêndios utilizados pelos professores, sob a aceitação do Diretor Geral de Estudos, que era indicado pelo monarca, além dos professores e visitantes.

As prioridades do novo sistema educacional não eram as visões religiosas, estas passavam a ser um recurso auxiliar¹⁷⁵. O empirismo e o utilitarismo ganhavam importância

¹⁷⁰ SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

¹⁷¹ BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 44, p. 282-299, 2010.

¹⁷² BOTO, op. cit.

¹⁷³ Subsídio literário era um imposto cobrado sobre bebidas e carnes frescas, criado por Alvará Régio de 1772, destinado a custear as reformas educacionais do Marquês de Pombal. Esse imposto era especialmente destinado ao custeio do salário dos professores primários, que apesar de terem sofrido muitos atrasos, o imposto não deixava de ser cobrado.

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ Ibid., p. 282.

em relação ao método jesuítico taxado de “escuro e fastidioso”, perdidos nas “miudezas da Gramática”¹⁷⁶. Seguindo esse raciocínio, os estudos menores (ensino primário e secundário) foram reformados a partir do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, embora o ensino das primeiras letras só fosse contemplado na segunda fase da reforma, em 1772, juntamente com os estudos maiores (universitários).

Com essas alterações, a figura do padre jesuíta foi substituída pela figura do diretor de ensino, que era nomeado pelo rei D. José I. Igualmente, era o controle real com as aulas régias que habilitavam os alunos ao ingresso nos estudos maiores. Esses cursos secundários tinham a duração variada entre um ano e meio e dois anos, a depender do curso escolhido – Latim, Retórica, Lógica¹⁷⁷. Aos professores dessas disciplinas, não seria concebido o ensino, nem público nem privado, sem passar pelo crivo real. Já as mudanças pedagógicas nas primeiras letras, que contemplavam ortografia da Língua Portuguesa, quatro operações aritméticas e o catecismo, ocorreram mais tarde, em 1772, e era expressamente proibida a expansão aos pobres e escravos. Baseados em leituras como as do filósofo e economista holandês, Bernard Mandeville, o período pombalino defendia a pobreza e a ignorância como indispensáveis para manutenção da ordem vigente.

Os pobres livres e os escravos eram empregados “nos serviços rústicos e nas artes fabris, que ministram sustentos dos povos e constituem os braços do corpo político”¹⁷⁸, restando-lhes as instruções primárias dos párocos em suas igrejas. Por isso, o plano traçado pelo filósofo português Ribeiro Sanches, em suas *Cartas sobre a educação da mocidade*, discutiu sobre o ensino de português e propunha a divisão de três grupos sociais – povo, classe média e nobreza, concentrando a maioria de letrados nesses dois últimos.

O caráter excludente das reformas pombalinas versou também sobre a quantidade de escolas no território do reino e em seus domínios. No Brasil, que contou com 43 professores régios, inicialmente, representou apenas 5,1% do total de escolas em relação à metrópole, que concentrava 88,7%¹⁷⁹. Com as reformas, Pernambuco contava apenas quatro escolas de primeiras letras.

Na capitania do Ceará, a quantidade de escolas antes da expulsão dos jesuítas, era de apenas duas, localizadas em Aquiraz e Fortaleza. Só seguia os estudos secundários (cursar as aulas régias), quem seguia a vida clerical. Foi somente com as reformas pombalinas que houve uma crescente fundação de vilas e a ampliação do número de escolas em Viçosa Real

¹⁷⁶ SAVIANI, op. cit., p. 83.

¹⁷⁷ SAVIANI, op. cit.

¹⁷⁸ LEI de 6 de novembro de 1772.

¹⁷⁹ SAVIANI, op. cit.

(Ibiapaba), Messejana (São Sebastião de Paupina), Soure (Caucaia), Arronches (Parangaba) e Monte Mor (Paiacu), divididas entre as de primeiras letras com 387 alunos; as de ensino doméstico (fiar, tecer e coser) com 150 moças; e as ensino profissional, com 23 rapazes¹⁸⁰.

Essas escolas permaneceram sob o incentivo dos poderes locais por muito tempo, até que as reformas pombalinas se efetivassem, por meio da ação do governador João Batista de Azevedo Montauray, que resolveu pelo “estabelecimento de aulas de gramática latina em Fortaleza, Aracati e Icó, além de escolas de ler escrever e contar nas primeiras vilas e povoados”¹⁸¹. A precariedade nas condições de trabalho, sem remunerações e a desmobilizadora burocracia estatal fizeram com que o Ceará constituísse um dos piores sistemas de ensino da colônia, apesar da significativa quantidade de nove escolas, seguido de Alagoas, com seis, Paraíba com cinco e o Rio Grande do Norte com quatro.

A capitania que mais expandiu educacionalmente com as reformas pombalinas foi Pernambuco, com 36 escolas, sendo 21 de primeiras letras, 10 de gramática latina, 2 de retórica, 1 de filosofia, 1 de geometria e 1 de grego¹⁸². Esse fator condicionou jovens como Ibiapina e seus irmãos a buscarem nessa capitania os estudos secundários. Além do mais, com a instalação do Seminário de Olinda e a nomeação do bispo Dom Azeredo Coutinho, o número de disciplinas aumentou, com oferta de mais aulas de latim e de primeiras letras nas capitanias anexas¹⁸³.

Para melhor visualizarmos esse aumento de aulas régias nas capitanias anexas, indicamos abaixo a relação dos professores régios cearenses, nomeados entre 1784 a 1792, com destaque para as vilas e as categorias “ler, escrever e contar”, equivalente às primeiras letras; e “latim”, equivalente ao ensino secundário. Os dados foram organizados por Tomaz Pompeu, a partir das informações do Barão de Studart. A tabulação foi feita por Plácido Castelo¹⁸⁴ e publicada pela Revista do Instituto do Ceará.

Quadro 01: Distribuição de professores régios na capitania do Ceará (1784-1792)

ORDEM	NOME	LUGAR	ANO	CATEGORIA
1º	José Barros Wanderley	Ibiapina	1784	Ler, escrever e contar
2º	Teodósio Luiz Costa Moreira	Aracati	1785	Latim

¹⁸⁰ OLINDA, Ercília Maria Braga de. Ceará Colonial – Primórdios de um projeto formativo civilizador. *Educação em Debate*, Fortaleza, v. 1, nº 45, 2003. p. 58

¹⁸¹ CASTELO, Plácido Aderaldo. História da Instrução e da Educação do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1943. P. 53.

¹⁸² LIVRO de correspondências da corte, nº 11, p. 166, de 03 de outubro de 1798.

¹⁸³ PINTO, Sousa. Instrução Pública Primária do Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, p. 63-110, 1939.

¹⁸⁴ Cf. CASTELO, 1943.

3°	Pe. Francisco Souza Magalhães	Aquiraz	1787	Latim
4°	Manuel Antunes Almeida	Aracati	1788	Ler, escrever e contar
5°	João Camilo de Deus	Soure	1789	Ler, escrever e contar
6°	Manuel de Sequeira Braga	Nossa Senhora da Assunção	1789	Ler, escrever e contar
7°	Albino Pereira Barreto	Aquiraz	1790	Ler, escrever e contar
8°	Luiz Moreira Sá	Nossa Senhora da Assunção	1790	Ler, escrever e contar
9°	Félix Gonçalves Ribeiro	Aracati	1792	Ler, escrever e contar

Fonte: Castelo, (1939, p. 56-57).

Nota-se ainda, a predominância de escolas de primeiras letras, bem como a concentração na região litorânea e/ou serrana da capitania. Mesmo após a emancipação do Ceará, em 1799, a capitania se arrastou com apenas 27 escolas, até o fim do período colonial, em 1822. Tendo em vista o aprofundamento do caráter excludente do ensino com as reformas pombalinas, estima-se que, se todos (livres e escravos) tivessem acesso à escola, uma quantidade de 7.407 pessoas ocuparia cada estabelecimento, considerando uma população total de 200 mil habitantes¹⁸⁵.

Por esse motivo, não se pode negar que o acesso ao ensino das Primeiras Letras esteve relegado a uma pequena parcela, como a família Ibiapina, que conseguiu formar, só na primeira metade do século XIX, dois bacharéis em Direito – Ibiapina e seu irmão José Carlos, portanto, os únicos a concluírem todas as etapas da vida escolar. E foi na primeira metade dos oitocentos, que as primeiras letras chegaram ao cariri cearense, especialmente no Icó, onde eles estudaram. Nas biografias¹⁸⁶, sabe-se que o professor era José Felipe que, talvez, não tivesse reconhecimento régio, já que não consta o seu nome nas listas organizadas pelo Barão de Studart:

Quadro 02: Distribuição de professores régios na capitania do Ceará (1799-1822)

ORDEM	NOME	LUGAR	ANO	CATEGORIA
10°	Ana Clara da Encarnação	Soure	1799	Ler, escrever e contar (sexo feminino)
11°	João José de Noronha	Sobral	1804	Ler, escrever e contar
12°	Antônio Dourado de Azevedo	São Bernardo das Russas	1804	Ler, escrever e contar
13°	Manuel Vaz	Buriti-Viçosa	1805	Ler, escrever e contar
14°	Maria Gertrudes Ferreira	Fortaleza	1808	Ler, escrever e contar (sexo feminino)
15°	João Lázaro de Oliveira	Icó	1811	Ler, escrever e contar

¹⁸⁵ Cf. Nota 174.

¹⁸⁶ Cf. NOGUEIRA, 1888; MARIZ, 1980 e ARAÚJO, 1995.

16º	Carlos Antônio Pereira	São João do Príncipe	1813	Ler, escrever e contar
17º	José Carvalho da Silva	Canindé	1822	Ler, escrever e contar
18º	Antônio José de Souza	Santa Cruz de Uruburetama	1822	Ler, escrever e contar

Fonte: Castelo (1943, p. 58-59).

Dada a inexistência de referências a José Felipe, que esteve instalado na vila do Icó, em 1816, ano que Ibiapina e seus irmãos ingressaram, acreditamos que o professor João Lázaro, é o que possuía o reconhecimento régio. Por outro lado, ao ser descrito pelos biógrafos de Ibiapina, como um republicano no cariri, pode ter enfrentado dificuldades para conseguir esse reconhecimento. O fato é que esse professor formou gerações que não só a de Ibiapina e seus irmãos, mas foi reconhecido pelos padres republicanos como importante para movimento de 1817.

As transformações pombalinas na educação obtiveram maiores resultados durante a administração do governador Sampaio, que incentivou projetos agrícolas, militares e de urbanização na vila de Fortaleza, com mapeamento sistemático e de cartografia, produzidos pelo engenheiro Silva Paulet. A partir desse incentivo, foi possível fazer o primeiro mapeamento demográfico da capitania e, conseqüentemente, controlar a população. Para isso, incentivou o recrutamento de companhias locais de ordenanças e a caça à “vadiagem”¹⁸⁷. Vale considerar ainda o controle sobre as mulheres, o que fez despontar duas escolas de primeiras letras no litoral, com as professoras Ana Clara e Maria Gertrudes (Quadro 2).

Esse controle fazia parte do projeto governamental¹⁸⁸ de Sampaio, que afirmava não ser o meio físico da capitania, o seu maior problema, mas a “desfalecida” população que inviabilizava o seu desenvolvimento. Por isso, ele fortaleceu os projetos de centralização do poder e o severo controle sobre as populações indígenas, enquanto as iniciativas educacionais foram desencorajadas. No quadro 2, vimos que durante os anos de 1812 e 1820, somente uma aula régia foi criada e, diferentemente dos jesuítas, as reformas pombalinas operadas nesse período, previam o trabalho para os indígenas e demais populações pobres e livres, não as letras e a educação letrada¹⁸⁹.

Foi nesse momento que a família Ibiapina se mudou por motivos de Francisco Miguel passar a exercer as funções de tabelião vitalício no Crato. Essa atividade, assim como a de

¹⁸⁷ COSTA, João Paulo Peixoto. A disciplina nos sertões: Manuel Ignácio de Sampaio e um projeto de civilização no Ceará (1812-1820). *Revista História*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, 2011.

¹⁸⁸ Para mais informações, ver COSTA, João Paulo Peixoto. *Disciplina e invenção: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820)*. 284f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

¹⁸⁹ Cf. COSTA, 2012.

escrivão, estava diretamente relacionada ao universo da leitura e da escrita, mas as transferências para trabalhar refletiram negativamente sobre os estudos primários dos filhos, já que eles não conseguiam se fixar por muito tempo em uma localidade.

A vila do Crato, por exemplo, era movida a economia agrícola, que se combinava com o baixo índice de escolarização, sem falar que a primeira nomeação de professores régios, ocorreu depois de 1822. Pela inexistência de escolas primárias, Ibiapina e seus irmãos receberam lições do vigário local, Miguel Felipe Gonçalves¹⁹⁰, sexto pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Penha, quando os republicanos declararam adesão ao movimento do Dezesete. Mais uma vez, o cenário político do cariri proporcionava a Ibiapina e seus irmãos o contato com as ideias republicanas, além de que esta região possuía contato político, cultural e intelectual intenso a província de Pernambuco. Apesar disso, nem todo o cariri era republicano. A vila de Jardim, que foi emancipada do Crato, em 1814, ficou conhecida pela oposição aos republicanos, especialmente, o padre Antônio Manuel de Souza, que ficou conhecido como o “Benze-Cacetes”, pois armava seus fiéis com porretes de madeira e benzia-os antes das ações diretas contra os adversários do reino.

Antes de se tornar vigário colado¹⁹¹ na vila do Jardim, exerceu as funções de vigário na freguesia de Apodi (RN)¹⁹². Era irmão do coronel Francisco Joaquim de Souza Campelo, residente em Sobral e casado com um familiar de Francisco Miguel. Concluídos as primeiras letras no Crato, Ibiapina se mudou para o Jardim e foi recebido pelo “Benze-Cacetes”. Sem a presença da família, ele prosseguiu os estudos com o professor Joaquim Teotônio Sobreira de Melo, um latinista que ficou famoso no cariri cearense por não haver professores de Latim no interior (ver quadros 1 e 2) e por ter tido alunos com proeminência política, a exemplo de Inácio Brígido dos Santos¹⁹³ e Francisco de Assis Bezerra de Menezes¹⁹⁴.

Com os dados biográficos destes alunos, entendemos que Teotônio foi professor por um longo período na região do cariri, não se limitando à vila de Jardim, já que Bezerra de

¹⁹⁰ Francisco Araújo (1995) afirmou que o pároco era José Manuel Felipe Gonçalves, nome que não consta entre os párocos da paróquia de Nossa Senhora da Penha, aproximando-se o de Miguel Felipe Gonçalves. Informações disponíveis em: <https://diocesedecrato.org/>.

¹⁹¹ Era um cargo imperial, com funções determinadas após a aprovação em concurso público e cerimônia de “colação de grau”.

¹⁹² BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A rebelião de Joaquim Pinto Madeira: Fatores políticos e sociais*. 91f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

¹⁹³ Pai do historiador *ah doc* João Brígido dos Santos. Para mais informações, ver Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, disponível em: https://portal.ceara.pro.br/index.php?searchword=Jo%C3%A3o+Br%C3%ADgido+dos+Santos&ordering=date&searchphrase=all&areas=289,290,291,292,293&Itemid=133&view=pesquisa&option=com_pesquisa/.

¹⁹⁴ Neto materno do confederado Antônio Bezerra de Souza e Menezes. Para mais informações, ver Dicionário Bio-bibliográfico Cearense Barão de Studart, disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1037&catid=292&Itemid=101.

Menezes “começou seus estudos de latim na cidade do Icó... em 1828”¹⁹⁵. Sobre isso, é importante ressaltar que as reformas pombalinas nos estudos menores formataram as aulas de latim em “aulas avulsas, portanto, os alunos podiam frequentar umas ou outras indiferentemente, pois, além de avulsas, eram isoladas, isto é, sem articulação entre si”¹⁹⁶. Os materiais a serem adotados eram o *Novo Método da Gramática Latina*, do padre Antônio Pereira, da Congregação do Oratório, ou a *Arte da Gramática Latina*, reformada por Antônio Félix Mendes, professor de Lisboa”¹⁹⁷.

O método das aulas de Latim deveria seguir as indicações destes compêndios, já que “elas atendem ao requisito de que ‘o método deve ser breve, claro e fácil, para não atormentar aos estudantes, com uma multidão de preceitos que, ainda em idades maiores, causam confusão’”¹⁹⁸. Assim, privilegiava-se a repetição “para estabelecer os rudimentos da matéria que está sendo estudada”, sem que houvesse diálogo em Latim durante as aulas “pelo perigo que há de cair em infinitos barbarismos, sem que, aliás, se tire utilidade alguma do uso de falar”¹⁹⁹.

Com os novos métodos, que eram válidos não só para o Latim, como também para o Grego, o Hebraico e a Retórica, os professores preparavam os alunos para dar prosseguimento aos estudos secundários em Seminários e/ou Conventos, bem como ingressar nos estudos superiores de Teologia, Filosofia, Ciências Sociais e Jurídicas e Medicina. No Brasil, “o funcionamento das aulas régias não impediu os estudos nos seminários e nos colégios das ordens religiosas, tendo sido, inclusive, criadas algumas dessas instituições no espírito das reformas pombalinas”²⁰⁰. Devido à inexistência dessas instituições no Ceará, Ibiapina ao concluir os estudos de Latim, preparou-se para frequentar o Seminário de Olinda.

De volta ao Crato, Ibiapina fortaleceu os contatos com os republicanos, que haviam retomado o fôlego com o retorno da família Alencar da prisão e o fim do governo centralizador de Sampaio, substituído por Francisco Alberto Rubim²⁰¹. Enquanto isso, Francisco Miguel cuidava da matrícula do filho no Seminário, vivenciando as tensões

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ SAVIANI, op. cit., p. 108.

¹⁹⁷ ALVARÁ Régio de 28 de junho de 1759.

¹⁹⁸ SAVIANI, op. cit., p. 86.

¹⁹⁹ Id., ibid.

²⁰⁰ Ibid., p. 104.

²⁰¹ Foi capitão de mar e guerra, assumindo primeiramente o governo do Espírito Santo (1812-1819), quando foi chamado a administrar o Ceará. Era português de nascimento e dispunha de um currículo expressivo de serviços prestados à Coroa portuguesa. Foi um homem alinhado ao projeto reformista, sendo convocado a assumir a promoção e o desenvolvimento das potencialidades locais na América portuguesa. Para mais informações, ver SCHEINER, Livia Mauricio. *Redes de Poder e Elites Locais: O Espírito Santo nos quadros do império luso-brasileiro*. 16f. *Anais do XXIX Simpósio de História Nacional*, Brasília, 2017.

políticas devido às disputas entre os partidários do reino e os partidários da independência nas instituições públicas, local onde ele trabalhava como tabelião.

Esse cenário de disputas se aprofundou com a Revolução Liberal do Porto (Portugal, 1820), que questionava as práticas centralizadoras de D. João VI, propondo um novo sistema político baseado na promulgação de uma Constituição que limitasse as ações reais e estabelecesse a representação política. Mas a resposta ao movimento não tardou, com a instauração das Cortes Gerais, em Lisboa, onde se conservou a cultura política baseada em práticas jurídicas e políticas portuguesas de base religiosa e conservadora²⁰².

Buscava-se pelo novo, mas sem desconsiderar o antigo. Por isso, as críticas ao despotismo não resvalavam no rei, e os republicanos eram constantemente silenciados, por meio de reformas políticas sem revoluções, com a classe dominante orientando os interesses do povo, a “liberdade” dentro da ordem escravocrata e a “igualdade” regulamentada pela lei. O limite político desses agentes (tanto os republicanos de 1817, quanto os constitucionalistas de 1820), confirmou-se “nas cortes constituintes de 1821-1822, [cuja] propriedade estabelece uma sólida associação com a liberdade e a segurança”²⁰³.

As práticas liberais que davam consistência ao movimento pela independência política do Brasil, eram as mesmas do movimento constitucionalista de Portugal, em que as relações sociais entre os cidadãos-proprietários e as instituições da esfera pública, exigiu procedimentos que a elite dirigente não estava disposta a implementar. A saída pactuada foi “uma independência administrativa, compatível com os interesses dos dois reinos”²⁰⁴. A escolha de representantes brasileiros para participarem das Cortes Gerais, contando com representantes cearenses, como José Martiniano de Alencar, despertou intrigas entre os grupos políticos das capitâneas.

No Ceará, a eleição para escolher os representantes políticos despertou o posicionamento dúbio do governador Rubim, que ficou entre acatar ou não a elaboração da Constituição no Brasil²⁰⁵. Apesar disso, foram enviados a Lisboa, José Martiniano de Alencar,

²⁰² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e prática (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013. P. 76.

²⁰³ PINA, Ana Maria. Liberdade: Vicissitudes de um conceito no Portugal liberal (1820-1910). In: CARVALHO, José Murilo de et. al. (orgs.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. P. 73.

²⁰⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das.; NEVES, Guilherme Pereira das. Independência e liberdade antes do liberalismo no Brasil (1808-1831). In: CARVALHO, José Murilo de et. al. (orgs.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. P. 103.

²⁰⁵ FELIX, Keile Socorro Leite. “Espíritos inflamados”: *A construção do Estado Nacional Brasileiro e os Projetos Políticos no Ceará (1817-1840)*. 229f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

Manuel do Nascimento Castro e Silva, Antônio José Moreira e Pedro José da Costa Barros, homens contrários ao governador Rubim. Mas os conflitos políticos eram mais amplos e estavam relacionados ao jogo político, isto é, entre os “desejavam um governo baseado na soberania popular, tendo D. Pedro como chefe escolhido pelo ‘povo’ e subordinado aos seus representantes [brasilienses], e os que defendiam uma constituição que limitasse os poderes da Assembleia Legislativa, aceitando a autoridade do soberano [coimbrãs]”²⁰⁶.

Em nível local, a formação de Juntas Governativas, compostas a partir 1821, trouxe à tona os conflitos entre as famílias políticas, que resultou na produção tardia de um documento²⁰⁷ a respeito da adesão do Ceará à Independência do Brasil. A resistência viria, mais uma vez, do cariri cearense, ou melhor, “do Capitão mór, José Pereira e o Tenente Coronel Antônio Bezerra do Riacho do Sangue”, escreveram os membros da Junta do Governo, eleita em 17 de fevereiro de 1822²⁰⁸.

José Pereira Filgueiras e seus “*cabras*”, que eram fiéis aos interesses portugueses no Ceará, foram os responsáveis por defender o recém-aclamado imperador, D. Pedro I. O governador da capitania, que era contrário à independência, escreveu que a província estava composta por “brasileiros estultos, e de má conduta, sem que até o presente, se tenham providências que possam atalhar este mal, obrigam os europeus, sensatos e prudentes, principalmente os empregados, a abandonarem a província e o Brasil”²⁰⁹.

Com a vitória do chamado “governo temporário”, em Fortaleza, o capitão José Pereira Filgueiras se tornou presidente do Ceará, em 1823, e passou a compor o poder local com a família Alencar. Mas o cenário político e institucional para famílias, como a de Ibiapina, continuou na instabilidade, já que os cargos conquistados eram originários de nomeações portuguesas. Considerando isso, o pai Francisco Miguel foi levado a se aproximar dos republicanos ou liberais, como passaram a ser chamados, após a independência. Por isso, ele resolveu seguir de mudança para Fortaleza, engajando-se publicamente com os interesses das famílias no poder.

Todos os filhos, exceto Ibiapina, seguiram para Fortaleza com o pai, porque, ao completar os estudos de Latim, ele estava habilitado para ingressar no Seminário de Olinda. Nesse período pós-independência, a província do Ceará e outras do Norte Imperial, foram palco de desavenças políticas, longos períodos de estiagem, baixa na produção agrícola e

²⁰⁶ NEVES, op. cit., p. 96.

²⁰⁷ Documento de 24 de novembro de 1822, redigido nas Casas da Câmara e Paços do Conselho da vila de Fortaleza. In: Revista do Instituto do Ceará, 1972, p. 220-221.

²⁰⁸ Carta do deputado Pedro José da Costa Barros, assinada por Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães, Mariano Gomes da Silva e José de Castro e Silva. Cf. FELIX, 2010.

²⁰⁹ FELIX, op. cit., p. 92.

diminuição da mão-de-obra escrava. Pernambuco, mesmo com toda a importância econômica e cultural, não deixou de ser atingida, mas expressou também mudanças com as novas instituições educacionais que surgiram ou foram adaptadas à nova ordem social. Esses espaços foram necessários a reestruturação produtiva e intelectual dos jovens aprendizes.

2.2 IBIAPINA CHEGOU AO SEMINÁRIO DE OLINDA

Estes quatro anos foram os mais dolorosos de toda sua vida. Não é fácil aquilatar o mar de amarguras que lhe envolveu a alma de jovem nesse transe afligente. Havia pouco perdera a mãe na flor dos seus 38 anos. A 7 de maio de 1825 o pai é injustamente arcabuzado e o irmão mais velho, Alexandre Raimundo, banido para o arquipélago de Fernando de Noronha, é barbaramente trucidado, ambos mártires da Confederação do Equador. A 15 de outubro do mesmo ano, é assassinado em Sobral o cunhado Otaviano Néri, deixando sua irmã Francisca na viuvez precoce, menos de dois meses depois do casamento. Na completa orfandade ficaram os irmãos menores João Calos com 14 anos, Rita com 13 anos, Maria José com 10 e Ana com 9²¹⁰.

Na insistente construção de uma imagem sacrossanta, os padres biógrafos de Ibiapina escreveram-no em acontecimentos como a morte dos pais e a orfandade, evidenciando as dores, mas, na verdade, para apontar a “maturidade” e a “bondade” com que ele viveu essas adversidades. O modelo dessas narrativas de vida remonta as hagiografias, que mobilizam elementos textuais e de vida a partir das frustrações e perdas, com o intuito de construir um desfecho de superação para a vida dos indivíduos.

São “exemplos de vida” construídos para controlar as populações miseráveis, ainda que elas não soubessem ler e escrever, já que essas representações são facilmente repassadas

²¹⁰ ARAÚJO, Francisco Sadoc de. Padre Ibiapina e o Seminário de Olinda. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1992. p. 274.

na oralidade ou compartilhadas em espaços coletivos, como as novenas, as procissões, os grupos de oração, etc. Tanto a construção biográfica quanto à circulação dessa narrativa, possui um lugar social comum (os espaços católicos), onde o interesse pela vida de Ibiapina, especialmente, os primeiros anos, de onde são selecionados fatos cotidianos para evidenciar a predestinação ao sacerdócio.

Por isso, a mobilização dos elementos textuais e de vida não são por acaso, eles contêm um objetivo a ser alcançado e foge a leitura politizada dos eventos, como a morte dos pais e a orfandade, ambos decisivos na escolha por um sacerdócio itinerante, dos pobres e leigos, não oficializado. Contudo, antes disso, esses eventos o fizeram mudar de província e assumir economicamente a família. Neste tópico, analisaremos tais mudanças, evidenciando o caráter político que elas tiveram na formação intelectual de Ibiapina, isto é, o cenário de leituras e autores que ele esteve inserido.

Inicialmente, é importante frisar que mudar-se para o Recife (PE), correspondia ao movimento que quase todos os rapazes abastados da sua idade faziam – buscar o Seminário de Olinda, mesmo sem ter a intenção de tornar-se padre. No entanto, quando isso aconteceu, a instituição passava por uma crise devido o envolvimento de padres e seminaristas nas revoltas anticoloniais, além da criação de uma organização política “composta de onze deputados eleitos e um poder moderador, que era o reitor”²¹¹.

Nesse período, o Seminário havia sido fechado em 1817 e reabriu somente em 1822, quando os bispos pernambucanos entenderam a importância da instituição para a educação e para sociedade. Com a reabertura, a direção era do Frei Miguel Joaquim Pegado, um português, que diminuiu as suspeitas das autoridades e pais dos alunos de que não mais repetiriam os “erros do passado”²¹². Entretanto, ele havia sido professor de matemática na primeira fase do Seminário, quando a presença política e intelectual do bispo Azeredo Coutinho era mais intensa.

O descrédito público do Seminário impactou nas matrículas, que se manteve aberta durante todo o ano letivo, já que na abertura do educandário, o último registro foi o de Ibiapina: “Ceará – José Antônio Pereira, filho de Francisco Miguel Pereira, 10 de novembro até 15 de dezembro. 14\$400”²¹³. Antes dele, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, também

²¹¹ NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife: FUNDARPE, 1985. P. 214-215.

²¹² ARAÚJO, op. cit., p. 269.

²¹³ LIVRO de matrículas dos porcionistas do Seminário de Olinda, ano 1823, fl. 2v. Importante observar que o nome do estudante vinha acompanhado do pai e da quantia a ser paga.

sobralense, efetivou a matrícula em setembro de 1823, tendo estudado lá por seis anos, antes de começar os estudos na Faculdade de Direito.

No entanto, o Seminário de Olinda não era a única instituição educacional em Recife a disputar o interesse dos jovens abastados. Outros espaços, como o Convento dos Oratorianos, também estavam nessa contenda pela hegemonia no ensino secundário²¹⁴. Possuíam a maior biblioteca da cidade, com títulos e autores não só da Teologia, mas da Física, Botânica e outras áreas empíricas. Apesar dessas leituras, que falaremos mais detidamente no próximo capítulo, os padres congregados não se envolveram com revoltas anticoloniais e só aceitavam padres vindos de Portugal, informação registrada nos seus Estatutos²¹⁵.

No Brasil, a educação colonial não foi uma obra exclusiva dos jesuítas, mas o reconhecimento oficial do projeto que eles desenvolveram formatou os estabelecimentos de ensino até depois das reformas pombalinas, que tiveram mais incentivo após a chegada da família real, em 1808²¹⁶. É nesta última fase que se insere o Seminário de Olinda, buscando firmar-se na contramão do plano de ensino jesuíta, chamado de *Ratio Studiorum*. Nele, o aprendizado da língua portuguesa visava à apreensão da doutrina cristã. Indicava-se ainda o canto orfeônico e a música instrumental (opcionais), além de alguns aprendizados agrícolas.

A instrução jesuítica conciliou o aprendizado trivial da língua portuguesa, da escrita e da leitura com a catequese dos índios, que eram organizados em aldeamentos. Esse trabalho jesuítico contribuiu progressivamente com o desmantelamento do universo cultural indígena e com a dominação da Coroa nos séculos XVI e XVII, o que levou à institucionalização do projeto educacional desses padres. Para tanto, o modelo pedagógico adotado por eles foi o *modus parisienses*, seguido na capital francesa, que tinha “como aspectos básicos, a distribuição dos alunos em classes, realização de exercícios e mecanismos de incentivo ao trabalho escolar”²¹⁷. Práticas que estão na origem da escola moderna, combinando um discurso de crescimento pedagógico progressivo com os níveis de escolarização, isto é, em séries, disciplinas, classes e professores.

Mas o *Ratio Studiorum* não só oferecia os estudos inferiores, Latim e Retórica, como também preparavam para os estudos superiores os rapazes que desejassem seguir a formação religiosa fora do Brasil. A inacessibilidade ao ensino superior era parte da política educacional portuguesa, que proibia a instalação de cursos superiores nas colônias, mesmo os

²¹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. A briga dos Néris. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, nº 20, p. 153-181, 1994.

²¹⁵ Cf. NOGUEIRA, 1985.

²¹⁶ Segundo Dermeval Saviani, a educação colonial teve três fases: o período heroico (1530-1570), o período jesuítico (1570-1759) e o período pombalino (1760-séc. XIX). Cf. SAVIANI, 2010.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 52.

curso teológicos, pois era uma das formas de manter a submissão e a homogeneidade ideológica à metrópole.

Por isso, os jesuítas atuaram por mais de 200 anos com apenas um curso de humanidades, que tinha a duração de seis a sete anos e “privilegiava o latim e o grego sobre a língua pátria, a teologia sobre a filosofia, o aristotelismo e o escolasticismo sobre o cartesianismo, numa demonstração da natureza defensiva do ensino religioso, após o Concílio de Trento”²¹⁸. Esse concílio buscava reafirmar a disciplina eclesiástica e a coesão da fé católica, tendo sido Portugal um dos países mais participativos, ao enviar bispos e alinhando as reformas educacionais nos seus territórios. Todavia, com esse alinhamento, Portugal e seus domínios se isolavam política, intelectual e economicamente de outros países que avançaram, graças ao desenvolvimento de técnicas para o domínio das riquezas naturais e minerais.

Sobre isso, os métodos e os conteúdos da educação jesuítica, mesmo depois de banidos dos territórios portugueses, isolaram as elites, devido o plano de ensino adotado que remontava ao *Trivium* da Idade Média, ou seja, que se constituía apenas em três disciplinas: a gramática, a dialética e a retórica. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 03: Estudos Inferiores Jesuíticos (Plano de Estudos do *Ratio Studiorum*)

CURSO DE HUMANIDADES (6 OU 7 ANOS)		
Gramática Superior (1 ano)	Dialética (1 ano)	Retórica (1 ano)
Gramática Média B (1 ano)		
Gramática Média A (1 ano)		
Gramática Inferior B (1 ano)		
Gramática Inferior A (1 ano)		

Fonte: Elaborado por Noemia Oliveira a partir de Demerval Saviani (2010).

Os cinco anos (ou séries) do curso de gramática teve como objetivo o domínio da expressão clara e precisa, valorizando as práticas de repetição e cópias escritas. A dialética, com duração de um ano (ou uma série), era um método apreendido para dominar as expressões verbais, a partir dos diálogos com refutações e argumentos. A retórica, com um ano de duração, também tinha o objetivo de formatar as expressões verbais, preocupando-se, principalmente, com a forma em relação ao conteúdo. Fora esses domínios, o grego e o latim eram estudados em consonância com a língua portuguesa, além da história e da geografia, que eram ensinadas por meio das leituras de autores clássicos, como Platão e Aristóteles.

Os jesuítas e o Estado português viravam as costas para os avanços produzidos por outros países e a necessidade do estudo de ciências físicas e matemáticas, além de partirem do

²¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. p. 52.

pressuposto de uma essência humana universal, cujo ensino serviria para moldar a existência aos interesses religiosos. Foi o tomismo, primeira filosofia moderna cristã²¹⁹, que adaptou as leituras religiosas aos estudos clássicos de Aristóteles. Com isso, buscava-se o inteligível das coisas, não só por uma “iluminação divina”, mas esta foi uma proposta que moldou os estudos brasileiros, católicos ou não, até fins do século XIX.

No Brasil, o projeto pedagógico que frisou o empirismo em detrimento do gnosticismo jesuíta, foi o projeto pombalino do Seminário de Olinda. Embora o bispo Azeredo Coutinho não fosse um leitor de obras francesas ou alemãs, tornou-se um dos mais avançados pensadores políticos de Portugal, já que na base dos escritos que produziu, havia transcrições de outros autores, confirmando o conhecimento de boa parte do que existia na Europa no período.

Apesar disso, o bispo era escravista, defendia a propriedade da terra para que as colônias portuguesas continuassem operando com um pequeno número de latifundiários, controlando a maioria rural que serviu apenas como mão de obra, especialmente, os escravos. Nesse sentido, a defesa da escravidão estava relacionada à posse da terra e não ao grau de alfabetização dessas populações, já que defesa do bispo era por uma “escola útil aos fins do Estado em substituição àquela que servia aos interesses eclesiásticos”²²⁰, mas sem considerar os escravos e os livres pobres.

Não sendo possível disputar em iguais condições materiais pela posse da terra, Azeredo Coutinho e outros autores portugueses, acreditavam que a massa trabalhadora do campo, especialmente, os escravos, se mantivesse sujeitada aos proprietários rurais, garantindo a propriedade privada nas mãos de uma minoria. Essa lógica do bispo representava o utilitarismo que praticou, ou seja, aquele que considerava a propriedade privada como originária das desigualdades sociais e não a condição de nascimento como escravo ou pobre.

Por isso, Azeredo Coutinho acreditava na “justiça relativa, que pressupõe ser a sociedade movida a optar, em seu desenvolvimento, entre o maior bem e o menor mal da coletividade”²²¹. Com o discurso colonial, ele interpretava a crise do Antigo Regime com o regalismo, a escravidão e o fortalecimento da propriedade privada. Porém, incentivou nova postura da classe dominante, apostando nas práticas científicas, para melhor interpretar e dominar a natureza. Por isso, a proposta do Seminário de Olinda investiu na formação de

²¹⁹ Movimento intelectual que deriva do nome do filósofo São Tomás de Aquino e está na base do *Ratio Studiorum*.

²²⁰ SAVIANI, op. cit., p. 107.

²²¹ ALVES, op. cit., p. 59.

“filósofos naturalistas”²²², que tinham como objetivo inventariar os reinos mineral, animal e vegetal.

Para construir sua obra, Azeredo Coutinho acumulou os cargos de Bispo, de Diretor Geral de Estudos e Governador da Capitania de Pernambuco. Esse acúmulo foi estratégico no momento de crise interna que a Igreja Católica estava vivendo – de um lado, os que defendiam o fortalecimento do poder real em relação ao poder papal; do outro lado, os que defendiam o poder papal e o alinhamento aos interesses da Santa Sé. Sendo os primeiros, apoiados por Azeredo Coutinho, as práticas “regalistas”, como eram conhecidas, foram traduzidas no sistema do padroado que, entre outras coisas, defendia a nomeação de párocos e bispos pelo monarca.

Bem relacionado com a Corte portuguesa, esse bispo chegou à Pernambuco em 1798, alterando as práticas educacionais até depois da independência política do Brasil, quando Ibiapina frequentou o Seminário de Olinda e, posteriormente, desenvolveu a obra das Casas de Caridade.

2.2.1 Estatuto do Seminário *versus* Estatuto das Casas de Caridade

O Seminário de Olinda teve alunos que se destacaram no cenário político e jurídico do Brasil, a exemplo de Ibiapina e Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. No caso do primeiro, não existe documentação durante o período em que ele esteve matriculado no educandário, a não ser os registros de matrículas realizadas em 1823 e em 1828. Nas duas ocasiões, ele não passou mais de seis meses frequentando o educandário, já que em 1823, precisou retornar ao Ceará, devido a morte da mãe e, em 1828, trocou o Seminário pela Faculdade de Direito.

Considerando isso, resolvemos analisar as representações do Estatuto do Seminário de Olinda presentes no “Estatuto Para as Casas de Caridade”, criado sessenta anos depois, por Ibiapina e reproduzido em cópias à mão pelas irmãs, para ser seguido pelas diversas Casas que ele criou. Essa é uma representação da obra pombalina de Azeredo Coutinho, que teve ramos de ensino parecidos e a mesma disciplina rígida com as internas. Assim, mediante uma análise comparativa, indicaremos as semelhanças e as diferenças entre os documentos que

²²² O “filósofo naturalista” do tempo de Azeredo Coutinho era um homem de gabinete, incapacitado de embrenhar-se em terras distantes e, conseqüentemente, de ter maior domínio sobre os recursos naturais. E, já que o profissional não se arriscava, o ofício caberia, segundo o Bispo, ao sacerdote, que, com “uma boa formação em ciências naturais, em desenho, em geometria, poderia, efetivamente, contribuir para a realização do projeto de desenvolvimento de Portugal” (ALVES, op. cit., p. 63). Não foi à toa que Ibiapina, como aluno do seminário e, posteriormente, ordenando-se padre, embrenhou-se pelo sertão das capitanias do Norte Imperial e fundou Casas de Caridade para a educação, especialmente, de meninas órfãs (gratuitamente), como também de pensionistas (mediante pagamento).

regeram esses estabelecimentos de ensino. Para melhor entendermos a estrutura desses textos, é necessário sabermos como eles foram divididos. Os Estatutos do Seminário estão divididos em três partes, que são:

- 1) A economia do governo interior da Casa;
- 2) O regulamento dos costumes;
- 3) A direção dos estudos.

E os Estatutos das Casas de Caridade também possui uma divisão tripla:

- 1) Estatuto para as Casas;
- 2) Regulamento interno;
- 3) Regulamento das pensionistas.

Os Estatutos do Seminário foram impressos pela Tipografia da Academia Real das Ciências, em Portugal. Os objetivos desse educandário eram o de “instruir a mocidade da nossa Diocese no conhecimento das verdades da Religião, na prática dos bons costumes, e nos estudos das artes, e ciências, que são necessárias para polir o homem²²³, os quais constavam no prólogo. A impressão desse documento era imprescindível para o funcionamento do estabelecimento de ensino, e nisso, Azeredo Coutinho se diferenciou, porque, antes mesmo da fundação do Seminário, ele obteve a aprovação da Mesa do Desembargo do Paço e imprimiu os Estatutos em Portugal. Essa mesa possuía práticas semelhantes ao de um tribunal superior de justiça, na atualidade, com a diferença de que despachava as ações reais. Ao passar pela censura dessa Mesa, os Estatutos do Seminário de Olinda eram a representação dos interesses modernos do reino português no Brasil.

Mas credibilidade pública dos anos iniciais do Seminário de Olinda não foi reforçada apenas pelos Estatutos, mas, sobretudo, pelo público que foi atraído pelas propostas educacionais oferecidas. Esse educandário contou com alunos reconhecidos nacionalmente, principalmente, pela participação em revoltas anticoloniais, como os padres Roma, Ribeiro e Miguelinho, que foram integrantes da revolta de 1817.

Diferente foi com as Casas de Caridade, instituições educacionais, não reconhecidas pela Igreja oficial, nem tão pouco o Estado imperial, de modo que o Estatuto foi um documento bem menos sofisticado, isto é, não foi um documento impresso em tipografias, mas manuscrito, o que não implicou descompromisso com as normativas estabelecidas

²²³ ESTATUTOS do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da Cidade de Olinda, 1798, p. 2.

naquele escrito. Assim, Azeredo Coutinho e Ibiapina imprimiram um cotidiano normatizado pelos estatutos, indicando o que deveria ser “vestido e calçado de quê e aonde usar os colegiais”²²⁴, ou seja, “que os vestidos para o uso da casa sejam diversos daqueles que são de trazer os colegiais quando aparecerem em público ou forem à rua”²²⁵.

A padronização no vestuário dos internos servia para melhor controle, mas também marcava visualmente a condição social dos seminaristas, já que “as meias, sapatos e fivelas sejam proporcionadas a sua pobreza, e quando saírem a rua, levarão meias de laia pretas ou de linha de cor honesta, mas nunca de seda, por serem impróprias da pobreza, a cujo título foram admitidos”²²⁶. Sobre isso, o autor dos Estatutos de Olinda no capítulo quatro, intitulado “dos colegiais extranumerários ou porcionistas”²²⁷, indicava o porquê da matrícula desses alunos:

Não foi instituída tão somente para os pobres a fundação dos Seminários e imitação da Divina Providência, que a pequenos e grandes, a pobres e ricos abrange geralmente os tesouros da sua Misericórdia, *determinou a Santa Igreja que dos Seminários que mandou instituir para os pobres, não fossem excluídos os ricos, contanto que estes se sustentem a sua custa*. Por esta razão, conformando-nos com as pias intenções da Igreja, declaramos que serão admitidos no Colégio os filhos daquelas pessoas que se obrigarem a dar anualmente a cômgrua suficiente para a sua sustentação²²⁸.

A finalidade do Seminário era ministrar um ensino voltado para o conhecimento da realidade material e contribuir para a exploração dos domínios portugueses, mas esse tipo de atividade requeria conhecimentos práticos e manuais. Portanto, o público alvo do educandário não eram os filhos dos colonos, que valorizavam o conhecimento intelectual em relação ao conhecimento manual. Apesar disso, a procura de alunos porcionistas foi sempre maior, pois “para cada estudante numerário matriculado correspondiam três extranumerários”²²⁹, o que reforçava o caráter elitista da escola e a baixa ou nula alfabetização dos jovens pobres e livres. Por oferecer ramos de ensino voltados para os conhecimentos manuais, sem falar na localização (interior das províncias), o público alvo das Casas de Caridade também eram os pobres e livres, especialmente as meninas:

Capítulo 1º Art. 1º Tem dois fins as Casas de Caridade desta instituição e vem a ser educação moral e do trabalho. Art. 2º Recebem-se nessas Casas as

²²⁴ Ibid., 9.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ Ibid.

²²⁷ Alunos(as) que pagam uma mensalidade, uma porção.

²²⁸ Ibid., p. 10.

²²⁹ ALVES, op. cit., p. 91.

Órfãs de 5 a 9 anos sendo pobres e desvalidas. [...] Capítulo 2º Art. 5º Além das Órfãs a Casa poderá receber algumas mulheres para o trabalho, havendo na Casa em que empregá-las. [...] Capítulo 6º Art. 28º *Em regra não se receberão pensionistas que de alguma maneira atrapalham a marcha da casa e regulamentos dos trabalhos; contudo, havendo reclamações justas, a Superiora receberá pensionistas com as condições que serão marcadas no regulamento de pensionistas*²³⁰.

As Casas de Caridade, assim como o Seminário, tinham objetivos pragmáticos, ou melhor, incidir sobre a realidade pobre do interior do país, o que ficou registrado nas finalidades adotada por Ibiapina para os seus educandários, isto é, a educação e o trabalho. Para tanto, as Casas questionavam o lugar ocupado pelas mulheres pobres e livres na sociedade oitocentista, proporcionando alguma escolarização e profissionalização em atividades manuais. Por isso, o público pagante nas Casas foi quase inexpressivo, se comparado ao educandário de Azeredo Coutinho, que recebia apenas rapazes.

Além da regulamentação para pensionistas, existiam normas para os ingressantes nos educandários que não residissem na mesma vila. Exemplo disso, são as indicações do bispo “em atenção a grande distância que ficam as freguesias do sertão, [...] o pároco juntamente com o vigário forâneo do distrito [...] poderá eleger um estudante, que tenha as qualidades e os requisitos declarados no Edital”²³¹, ou seja, era necessária uma carta de recomendação para alunos que não residissem em Recife ou arredores.

Essa situação foi vivida, inclusive, por estudantes, como Ibiapina e Jerônimo²³², que só tiveram suas matrículas aprovadas em 1823, mediante a recomendação de padres cearenses. No primeiro caso, foi a carta de Antônio de Castro e Silva (residente em Fortaleza), endereçada ao Padre João Dias, oratoriano do Convento da Madre de Deus, que viabilizou a estadia do cearense em Pernambuco²³³. Essas recomendações, diga-se de passagem, escritas e não só orais, é o que permitia a matrícula desses alunos “desconhecidos”, demonstrando que o bispo de Pernambuco desconhecia a população do seu bispado.

Apesar disso, a aspiração de uma “escola para todos” era indicada no texto dos estatutos, embora, na prática, tenha se desenhado um projeto educacional de formar a elite

²³⁰ ESTATUTO para as Casas de Caridade, 1860, p. 1.

²³¹ ESTATUTOS do Seminário Episcopal..., p. 11.

²³² Era sobralense, nascido em 19 de abril de 1809, integrou a primeira turma da Faculdade de Direito de Olinda, ocupou diversos cargos públicos, entre eles o de Promotor Público da Corte, Presidente de província do Maranhão e Deputado Geral pelo Ceará. Faleceu no Rio de Janeiro em 1878 (informações coletadas em “Portal da História do Ceará”, disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1995&catid=293&Itemid=101). Nos capítulos posteriores, debruçar-nos-emos mais detalhadamente sobre a sua trajetória política e intelectual.

²³³ Cf. ARAÚJO, 1992.

econômica local. No Seminário, o documento excluía os pobres livres, os negros e os descendentes de judeus, exigências muito mais da Igreja Católica do que propriamente do bispo de Olinda²³⁴. Tanto as Casas como o Seminário previam em seus documentos uma distância do autoritarismo do plano de estudos jesuíticos *Ratio Studiorum*, que indicava a figura do “corretor” e do castigo físico. Sem referências explícitas a essas “correições”, o Seminário possuía um Reitor, que tinha como uma de suas principais funções, a de “vigiar continuamente sobre a observância deste Estatuto, para que eles não relaxem, antes porá todos os seus esforços para os promover mais”²³⁵. Por esse motivo, a existência dos Estatutos, por si só, não garantia a manutenção e a organização dos educandários.

Por isso, foi necessário a criação de diversos cargos para executar os Estatutos, que são: Reitor, Vice-Reitor, Sacristão, Porteiro, Barbeiro, Refeitoreiro, Cozinheiro, Ajudante de Cozinha, Cerqueiro e Comprador, cujas tarefas foram prescritas no Estatuto dos capítulos VII ao XI. Esses cargos possuem correspondência com aqueles apresentados no Estatuto das Casas de Caridade, embora nelas, houvesse distinção entre os cargos externos e internos. Os primeiros eram constituídos do Inspetor Geral, o Regente, o Capelão, o Tesoureiro, o Curador e os Beatos, núcleo formado por homens de posses das regiões onde estavam instaladas as Casas. Os segundos eram compostos de Irmã Visitadora, Irmã Superiora, Vice Superiora, Irmã Zeladora, Irmã Porteira, Irmã Roupeira, Irmã Cozinheira e Irmã do Coro.

O ofício do Reitor e o da Irmã Superiora extrapolavam as portas das instituições, fazendo-os atuar não só educacionalmente e religiosamente, como também em termos econômicos, a exemplo da cobrança de rendimentos, no caso do Seminário, e campanhas para pedir esmolas, no caso das Casas. Esse aspecto deve ser ressaltado tendo em vista a importância que ganha frente à manutenção dos educandários que, no primeiro caso, foi a acumulação de cargos feita por Azeredo Coutinho, que possibilitou o poder em instâncias públicas de Pernambuco; e no segundo, a rede de relações do padre Ibiapina, o que tornou possível as obras como as Casas, os açudes e os cemitérios na segunda metade do século XIX.

A segunda parte dos Estatutos do Seminário semelhante às Casas de Caridade²³⁶ versava sobre tarefas e os horários a serem cumpridos, recebendo o título de “Regulamento de costumes” ou “Regulamento Interno”. Nas Casas, essa parte do texto, indicava os horários das refeições, dos estudos e das orações, como também o de visita às Capelas, às Escolas, ao

²³⁴ Cf. ALVES, 1991.

²³⁵ ESTATUTOS do Seminário Episcopal, op. cit., p. 17.

²³⁶ Na terceira parte dos Estatutos das Casas, eles se diferenciam nas finalidades. Enquanto o Seminário detalhava os ramos do ensino, as Casas indicavam as condições para meninas internas que pagavam mensalidades.

Cemitério e a Casa do Trabalho – prédio, geralmente, a parte principal, onde as irmãs e meninas internas aprendiam e reproduziam pequenos trabalhos manuais, como chapéus e balaios de palha. Nos dois textos (Seminário e Casas de Caridade), o cotidiano é cronologicamente orientado por atividades religiosas, controle minucioso das meninas e meninos para “render” em obrigações diárias, em sua maioria, orações, missas e outros rituais:

§ 1 Que de manhã meia hora depois de feito o sinal da campa, irão todos os colegiais para o coro da igreja, onde postos de joelhos e feito o sinal do cristão, adorarão a Deus em espírito e verdade...

§ 2 Que acabado de se cantar o sobredito hino, fará o padre Vice-Reitor para o altar a dizer missa, a qual ajudará um dos colegiais em cada semana por seu turno e todos os outros a ouvirão do coro.

§ 3 Que nos domingos e dias santos de guarda irão todos os colegiais a hora de terça a missa conventual da Igreja Catedral...

§ 4 Que nos dias em que celebramos missa pontifical na Nossa Sé, irão assistir a ela todos os que forem clérigos, vestidos de sobrepelizes para ajudarem aos do coro e servirem em tudo o que lhes for mandado pelo mestre das cerimônias da Catedral nos ministérios competentes...

§ 5 Que todas as noites, logo depois das Ave Marias, rezaram no coro da igreja ou na capela interior do colégio o terço do rosário e de Nossa Senhora, a qual todo o cristão deve tributar o devido Culto e implorar o seu patrocínio e muito especialmente os que se dedicam ao estudo das ciências...

§ 6 Que uma vez ao mês e nas solenes festividades que determinarmos, devem todos confessar-se e comungar sacralmente...²³⁷.

Na descrição da rotina, destaca-se uma escola religiosa e de modelo internato, em que não existem horários de lazer dentro ou fora do Seminário. No quinto parágrafo, é importante ressaltar que o culto a Nossa Senhora da Graça, além de indicar a santa do nome do educandário, estava baseada na ideologia do Estado português, isto é, uma santa que cultivava os conhecimentos práticos, o que indicava atenção especial aos modos como seriam alcançados os conhecimentos e não propriamente formar uma comunidade severamente dogmática. Nas Casas, o cotidiano interno era controlado por uma sessão específica, intitulada “Regulamento Interno Para as Casas de Caridade”:

Art. 4º O movimento e vida das Casas de Caridade começa às 5 horas da madrugada com a oração matinal. As 4 horas e meia da madrugada a Irmã do Coro se levantará para preparar a capela com asseio, limpando o altar, tirando das velas a cera que se derrame, raspando, ornando de flores o Altar, tendo água limpa na bacia e toalha sempre limpa, engomada e cheirosa como deve ser toda a roupa da Igreja, toca 5 horas, faz chamar com a campa a toda gente da Casa e a Superiora deve ser a primeira a comparecer para explicar e providenciar a respeito dos que faltarem de que se fará nota para tomar-se

²³⁷ Ibid., p. 35-38.

conta em tempo oportuno. [...] A refeição será as 8 horas para o almoço, ao meio dia para o jantar e às 7 e meia hora para a ceia. Haverá uma campã na Casa para fazer sinal a comunidade para a comida²³⁸.

Devido as atividades missionárias e itinerantes de Ibiapina, o que causava a sua ausência nas Casas, fez com que o Estatuto ganhasse um peso a mais na normatização do cotidiano interno. Por isso, ele deixou fixado detalhadamente os horários das refeições, das orações, da higiene pessoal e demais cuidados. Com a impossibilidade de estar pessoalmente em todas as Casas, devido ao número e a distância entre elas, esteve presente através de escritos, não só dos Estatutos, mas também das Instruções Espirituais²³⁹. E as representações pombalinas estavam garantidas em ambos os textos, por meio de expressões que valorizavam o trabalho, o ensino experimental, os trabalhos manuais e intelectuais.

Essas interpretações do trabalho e da educação pombalina, presente nas normativas, eram reproduzidas pelas práticas cristãs e de caridade. Para os educandos, segundo os autores dos Estatutos, o melhor “exemplo” era a trajetória de Jesus Cristo que, segundo os textos bíblicos, afastou-se da ociosidade, das procrastinações no trabalho, não se queixou, não se injuriou, amou os que o aborreceram, enfim, reprimiu paixões e vinganças. Já a caridade, pela qual se autoconstruiu as Casas nos Estatutos, frisava o discurso da pobreza, condenando as dívidas, as ostentações materiais e advertindo que essas instituições eram “pobres e como pobres deveriam viver”²⁴⁰.

Portanto, conhecer empiricamente a natureza, o território e a cultura em volta dessas instituições, se deu de maneiras diferenciadas, haja vista as condições materiais e educacionais que ambas as escolas se estabeleceram. No Seminário, existiam mais condições físicas e intelectuais para inventariar e produzir um livro sobre a fauna e a flora de Olinda, por exemplo. As Casas de Caridade, que destacou a pobreza material no texto dos Estatutos, apontou outras condições de conhecimento da fauna e flora nas vilas em que elas se estabeleceram, isto é, através do trabalho manual, principal ramo de ensino, valorizou uma maneira diversa da natureza e da cultura, utilizando da prática e não só inventariando (escrevendo) sobre elas.

Nesse ponto, esses educandários se distanciavam em termos técnicos e culturais, pois o que estava disponibilizado no prédio do Seminário, e de maneira ampla, na vila de Olinda,

²³⁸ ESTATUTO para as Casas..., op. cit., p. 5.

²³⁹ Um texto em formato de capítulos e artigos, produzidos pelo padre Ibiapina e reproduzidos (à mão) pelos beatos e beatas da Caridade, que regulamentou o dia-a-dia do trabalho e da caridade. Cf. Comblim, 1984.

²⁴⁰ ESTATUTO para as Casas..., op. cit.

não estava igualmente nas vilas em que as Casas de Caridade se estabeleceram. Isso se projetou no texto dos Estatutos, desde a produção até a circulação e conservação deles.

Sobre isso, a organização do texto contém diferenças explícitas na terceira parte, pois enquanto no Seminário é a parte mais complexa do texto, indicando os conteúdos, as avaliações, a obrigação dos professores, a indicação de materiais didáticos, o Estatuto das Casas de Caridade reservava um espaço para as meninas pensionistas. De uma forma ou de outra, essas duas sessões representam parte importante “para” ou “do financiamento” desses educandários, principalmente, as Casas que não possuíam reconhecimento oficial, portanto, ausência de incentivos públicos.

Na terceira parte do Estatuto do Seminário, o Plano de Estudos estava disposto em vinte e cinco capítulos, descrito por Azeredo Coutinho como uma nova etapa de estudos no Pernambuco, a qual tinha “por um verdadeiro método, que não implique os entendimentos com matérias e questões inúteis, mas sim adiante os conhecimentos e ensino a procurar a verdade nas suas fontes: para este fim dispomos aqui as Artes e Ciências”²⁴¹. Esse plano pretendia, segundo o bispo, solapar, de uma vez por todas, as influências jesuíticas do ensino, valorizando outras disciplinas e habilidades, além de organizar as séries e etapas de forma diferenciada, isto é, flexibilidade com o curso de algumas disciplinas, além do aparecimento de uma divisão em Filosofia:

Quadro 04: Plano de Estudos do Seminário de Olinda

TEOLOGIA	Teologia Prática
	Teologia Especulativa
	História Eclesiástica
GEOMETRIA	
FILOSOFIA	História Natural e Química
	Lógica, Metafísica, Ética e Física Experimental
RETÓRICA	
GRAMÁTICA LATINA	Terceira Classe
	Segunda Classe
	Primeira Classe
PRIMEIRAS LETRAS	Ler, Escrever, Aritmética e Religião

Fonte: Alves (1991, p. 102).

O ensino das primeiras letras e gramática latina/portuguesa (ler o quadro 4 de baixo para cima) é algo semelhante aos dois educandários. O mais interessante é observar que, ao invés de dedicar uma parte nos estatutos para descrever os ramos de ensino, no texto das Casas, ele está exatamente no “regulamento para as pensionistas” – “primeiras letras,

²⁴¹ Ibid., p. 45.

gramática portuguesa e todos os trabalhos manuais próprios de uma *senhora* como costura, bordados, tecidos e flores”²⁴². É importante frisar que os educandários possuíam público alvo diferenciado e os pensionistas eram ainda mais, já que eram indivíduos que podiam pagar pelos estudos.

Num cenário de analfabetismo “cultivado”, as meninas pensionistas das Casas eram meninas de famílias ricas, na maioria cristãs, que buscavam práticas de ensino que representassem os valores do patriarcado, da família e da propriedade privada. Não foi diferente com o Seminário, embora localizado no litoral, os pensionistas também tinham condições econômicas favoráveis, o que os fazia buscar pelo ensino de primeiras letras. Aliás, o domínio da leitura e da escrita era uma das condições essenciais para se matricular no Seminário, além de uma faixa etária mínima de 12 anos. Embora os Estatutos sejam representações escritas das normas e regras de um espaço coletivo, eles são textos que autorizam a leitura das exceções em uma dada realidade, assim como podem incluí-las em suas linhas, como foi em Olinda:

[...] supondo pelos nossos Estatutos temos determinado que se não aceitem para o nosso Seminário Colegiais alguns sem que sejam examinados e aprovados de ler, escrever e contar, pelo incomodo que causariam ao Colégio rapazes de tenra idade, que ainda [...] saibam escrever, contudo, não fazem com perfeição, mandamos para o professor das primeiras letras do nosso colégio (que sempre em iguais circunstâncias deverá ser o de melhor letra possível), em todas as quartas-feiras que não forem dias santos de guarda, desde as quatro até as cinco horas da tarde dê lições de escrita em uma das aulas do Colégio a todos os colegiais, que nós ou o Reitor mandarmos, ou que dele tenham permissão, e que nos outros dias em sua casa dê lições de ler, escrever, contar e de Doutrina Cristã a todos que quiserem ir com ele aprender²⁴³.

Considerar as exceções pode acusar que elas sejam a própria regra. Os educandos com dificuldades em escrita, leitura e contar, eram um contingente significativo no Seminário, o que fez com que houvesse um professor de primeiras letras em dias e horários estabelecidos nos Estatutos. Mas o foco do educandário era o ensino da Gramática Latina, da Filosofia, da Retórica e da Geometria (ver quadro 4 e observar os ramos de ensino), portanto, o *ensino secundário* não o *ensino superior* como se costuma reproduzir acerca dessa instituição de ensino. Apesar de não ser o foco, o ensino das primeiras letras tinha métodos e preferências descritas nos Estatutos. Esse ramo de ensino previa aulas de leitura

²⁴² ESTATUTO para as Casas..., op. cit., p. 7.

²⁴³ ESTATUTO do Seminário..., op. cit., p. 52.

conhecer as letras ou caracteres de que se a de servir, fazendo diferença das vogais e das consoantes e do som de cada uma delas separadas ou juntas umas com as outras, não lhes consentindo que pronunciem umas em lugar de outras²⁴⁴

De escrita – “formar caracteres formosos, simples e de uma figura geralmente conhecida e adotada por todos” e “pegar na pena para formarem os caracteres com facilidade, compostura e desembaraço”²⁴⁵; de aritmética – “conhecer e formar os caracteres e algoritmos ou números, explicando os seus diversos valores nas unidades e centenas, e ensinará a somar, diminuir, multiplicar e repartir e a regra de três”²⁴⁶; e de doutrina cristã – “dará breves noções de Deus e dos seus atributos”²⁴⁷.

Segundo os Estatutos, em Olinda, existiam aulas de canto harmônico, uma recomendação do Concílio de Trento²⁴⁸. Em comparação ao Estatuto das Casas de Caridade, não existiam capítulos ou artigos que indicavam essas aulas, embora a pedagogia empregada nas Casas tenha resultado em textos, como peças teatrais, poemas, prosas e até cânticos. Esses textos eram apresentados em solenidades, como a inauguração de alguma obra ou durante as missões católicas²⁴⁹. Além disso, muitos textos produzidos pelas beatas foram publicados no jornal “A Voz da Religião”, sem falar nas crônicas que documentaram as missões do padre Ibiapina²⁵⁰. Por isso, acreditamos que o ensino das artes e da literatura tinha um espaço garantido nas Casas, mesmo que esteja ausente no texto dos estatutos.

O Seminário que possuía mais recursos financeiros e até mesmo mais espaço para o ensino das artes, regulamentava um professor de Canto no Estatuto, o qual possuía práticas fixadas em “não só a formar os sons e a sacar as vozes com suavidade e harmonia, mas também a ler e escrever estes mesmos sons com suas notas, pontos, pausas, finais e figuras”²⁵¹. Mas por ser opcional, esse ramo de ensino “era dirigido só a parte selecionada dos estudantes numerários, independentemente do nível de escolarização”²⁵², diferenciando-se das Casas, onde todas as internas tinham contato com o teatro ou a literatura, bastava que eles fossem compartilhados ou incentivados pela comunidade ou por Ibiapina.

²⁴⁴ Ibid., p. 47.

²⁴⁵ Id.

²⁴⁶ Ibid., p. 50.

²⁴⁷ Id.

²⁴⁸ Ibid., p. 53.

²⁴⁹ Cf. NASCIMENTO, 2009.

²⁵⁰ CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira de. *Ibiapina e Santa Fé nos desafios do tempo: um manuscrito do século XIX em confronto com outros textos*. João Pessoa: Ideia, 2015.

²⁵¹ ESTATUTOS do Seminário..., op. cit., p. 53.

²⁵² ALVES, op. cit., p. 107.

Apesar de ambos incentivarem as artes, esses educandários estavam publicamente comprometidos com os conhecimentos práticos, sem dispensar o domínio da gramática. No Seminário, essa disciplina era dividida em três classes ou três anos (ver quadro 4), mas nas Casas, a existência dessas aulas não ficou descrita, nem tão pouco se sabe da existência de professores ou professoras que atuaram com essas aulas. O que sabemos é que as populações que seguiram Ibiapina possuíam pouco domínio da escrita, a não ser os textos copiados com grafia arredondada, sugerindo um déficit na leitura e interpretação textual²⁵³.

Diferente era o Seminário com sofisticadas aulas de Retórica, que prezavam pela “boa expressão” e pela “boa argumentação”, resquícios do plano de estudos desenvolvidos pelos jesuítas. Para cursar essa disciplina, era necessária a aprovação em Gramática Latina (ou Latinidade), portanto, era necessário ler e escrever bem. Por isso, as lições eram indicadas pelo bispo a partir de leituras como Quintiliano e Cícero, exercitando a métrica, as rimas, a poética, mas sem esquecer a oralidade e exposição²⁵⁴. Assim, o principal aspecto que diferenciou o ensino de Retórica jesuítica e do Seminário de Olinda foi o de valorizar autores e leituras não só latinas, mas, sobretudo de História, Geografia, Botânica:

[...] também da História, para o que depois de dar aos seus discípulos as noções que ficam ditas, ensinará os elementos da História universal por algum resumo suscinto, claro e metódico. *Não fará discussões históricas, que são impróprias da primeira idade, mas somente explicará os princípios gerais em que se funda a história*, fazendo-lhes saber as principais noções da cronologia, das épocas e das supurações dos tempos em comum; depois as da Geografia com um ordinário conhecimento da esfera e dos mapas, de fonte que os estudantes saibam as situações da terra nos seus lugares principais, e possam buscar no mapa qualquer província ou cidade famosa, e ultimamente os fatos mais célebres do mundo civil nos seus diversos governos e impérios mais famosos²⁵⁵.

Essa orientação nas leituras estava pautada na necessidade de dominar conhecimentos práticos para dominar o mundo material. Contudo, o perfil da instituição, assim como dos formandos, estava nas práticas católicas, de modo que, conhecer a Geografia e a História, servia para melhor controlar e conhecer os ouvintes, do que propriamente tornar-se especialista nesses conhecimentos. Os alunos seminaristas que se formavam em Olinda,

²⁵³ O padre José Comblim relata essa deficiência na escolarização dos homens e mulheres pobres e livres que constituíram a “caridade” do padre Ibiapina. Comblim fez essa afirmação com base nos originais manuscritos das “Instruções Espirituais”, um texto que foi publicado por ele e citado por nós na introdução desse estudo.

²⁵⁴ Ibid., p. 59.

²⁵⁵ Ibid., p. 59-60.

deveriam conhecer as culturas nos mais variados espaços e possuir conhecimentos históricos e geográficos era imprescindível para esse domínio.

Mas não só na disciplina de Retórica esses alunos entravam em contato com leituras instrumentais, como fizeram com a História e a Geografia, em Filosofia (ver quadro 4) também. Isso porque no Plano de Estudos do *Ratio Studiorum*, a Filosofia era subordinada à Teologia, simplificando os autores, produzindo compêndios e cópias, mas na fase pombalina, o ensino de Filosofia prezou pelo conhecimento utilitário, tendo sido dividida em dois anos: no primeiro, o professor deveria ministrar a partir de “compêndios modernos”, desconsiderando a bibliografia de Aristóteles e distanciando-se dos filósofos do Iluminismo, a lógica, a metafísica, a ética e a física experimental; no segundo ano, a história natural e a química.

Dominar esses conhecimentos era “necessários para a inteligência das máquinas e das suas forças, cujo conhecimento é necessário para fazer mover e levantar grandes corpos e conduzir às águas em um país, cujo fundo principal consistia na agricultura e no trabalho de lavrar as terras, cavar e extrair os minerais”²⁵⁶. Com isso, Azeredo Coutinho buscava formar rapazes que pudessem escrever sobre a “Zona Torrida” reconhecendo, descrevendo e desenhando sobre os produziram textos que compunha a Coleção *História Natural dos Produtos do Brasil*, mas não chegou a ser publicado, já que o bispo foi afastado da diocese de Olinda e Recife em dois anos²⁵⁷.

Somado a isso, a Geometria também foi incorporada no plano de estudos do Seminário, cujo objetivo, segundo os Estatutos, era o de “medir não só a terra, mas também a água, os corpos celestes e geralmente a quantidade, segundo todas as suas dimensões”²⁵⁸. A duração desse curso era de um ano e os conhecimentos e habilidades adquiridos correspondiam ao aprofundamento do utilitarismo, optando pelos domínios da Aritmética, Trigonometria e Álgebra Elementar, a partir do livro *Os elementos*, do autor clássico Euclides. Ele era considerado pelo bispo como uma leitura bem fundamentada, que relacionava as proposições matemáticas sem deixar dúvidas²⁵⁹.

Na última etapa do plano de estudos, segundo os Estatutos, estava a Teologia, que correspondia as primeiras classes de *ensino superior* no Brasil. Ela tinha duração de três anos

²⁵⁶ Ibid., p. 62.

²⁵⁷ Mediante as exigências tributárias de Azeredo Coutinho em relação aos produtos exportados, bem como outras atividades comerciais e agrícolas em Pernambuco, o clima de intrigas entre o poder eclesiástico (na figura do Bispo) e civil (na figura da classe dominante da capitania) chegou até a Corte portuguesa, fazendo com que o Bispo fosse afastado dos cargos de Diretor Geral de Estudos e Governador da Capitania, sendo ainda transferido para outra diocese em Portugal.

²⁵⁸ ESTATUTOS do Seminário..., op. cit., p. 63.

²⁵⁹ Ibid., p. 64.

e exigia a idade mínima de 18 anos, dividindo-se em dois ramos – a Teologia Prática ou Moral e a Teologia Teorética ou Especulativa. Segundo o bispo, “o ensino teológico, no Seminário de Olinda, se estrutura todo sobre a história eclesiástica, caracterizada pelo método indutivo”²⁶⁰. Resignificando a ortodoxia católica para atender aos interesses modernos, Azeredo Coutinho adaptou o curso teológico a um caráter sistemático, diferente das fragmentações que faziam os jesuítas.

Para tanto, os Estatutos do Seminário definiam também os compêndios, as lições, os exercícios vocais, o tempo letivo, os exames anuais, os sermões, as advertências aos funcionários e a indicação da congregação literária, que era um grupo de pessoas congregadas, que davam indicações para a direção e adiantamentos dos estudos²⁶¹. Ademais, o ano letivo do Seminário era escrito nos Estatutos com datas, tendo o início em três de fevereiro e o fim em sete de dezembro. Nas Casas de Caridade, também se definia o “ano letivo começa a 10 de janeiro e finda a 10 de dezembro”²⁶². E, por serem educandários em modelo de internato, as meninas pensionistas poderiam receber visitas, não no Seminário, que isolava os alunos, sendo permitida apenas a saída no período de férias.

Ao final dessa incursão pelos Estatutos dos educandários, Ibiapina, que foi aluno do Seminário e idealizador das Casas, indicou em seu texto às práticas educacionais e católicas a partir de um novo utilitarismo pombalino, dessa vez aplicado a realidade das pessoas e vilas do sertão do Brasil. Como aluno, ele passou poucos meses em Olinda, embora tenha estudado sob as prerrogativas pombalinas que foram importantes para construir as suas representações de Estado e de instituições educacionais e administrativas.

2.2.2 A família Ibiapina na Confederação do Equador

Ibiapina contava com quinze anos quando se separou da família para estudar no Seminário de Olinda. Era fins de 1823 e a sua mãe, Tereza Maria, havia falecido no cariri cearense, de onde a família resolveu sair e mudar-se para Fortaleza. Nessa década, o Brasil passava por transformações políticas e sociais que tornavam o ambiente das instituições incerto, fazendo com que as pessoas e os cargos ocupados antes da independência, fossem reformulados e/ou superados. O pai de Ibiapina, Francisco Miguel, era escrivão e tinha cinco

²⁶⁰ ALVES, op. cit., p. 142.

²⁶¹ Ibid., p. 98.

²⁶² ESTATUTO para as Casas..., op. cit., p. 8.

filhos que dependiam do seu sustento, situação que o envolveu em dívidas e, principalmente, na luta política.

Para termos melhor compreensão, a independência garantiu uma transição conservadora, isto é, sujeitou os poderes locais à centralização do imperador, mas isso não tardou a ser questionado, seja devido o fechamento da Assembleia Constituinte, seja pela aprovação da primeira Constituição do país, elaborada por um Conselho de Estado, nomeado por D. Pedro I. No entanto, mais do que a aprovação de um texto constitucional, esta produção definiu os cidadãos, os novos comportamentos, as novas formas de se relacionar com as instituições, com a política, enfim, com o Estado.

O texto da Constituição não só redefiniu as relações políticas e sociais, como subjugou o lugar dos poderes provinciais. Nas províncias do Norte, essas interferências agravaram o descontentamento com o imperador, principalmente, em Pernambuco, com a nomeação de Francisco Pais Barreto²⁶³. É preciso considerar que as reações do Norte às centralizações imperiais não tiveram um caráter separatista, como ocorreu com as províncias do Sul. A Confederação do Equador, por exemplo, foi uma reação/revolta constitucionalista e federalista, que teve o objetivo de (re)convocar uma Assembleia Constituinte, visando o apoio das províncias do Norte, mas também as do Sul.

Manuel de Carvalho Paes de Andrade, líder da Confederação em Pernambuco, havia participado do “Dezessete” e depois se refugiou nos Estados Unidos, onde entrou em contato com leituras liberais e republicanas. Retornando, trouxe consigo a acunha de “liberal constitucional” e defendia restrições ao poder executivo, inclusive, nas províncias, pois temia um governo autoritário²⁶⁴. Após a nomeação de Pais Barreto ao governo da província de Pernambuco, ele e outros liberais o forçaram a depor à presidência, constituindo um governo provisório, que permaneceu disfarçado até alcançar a adesão de outras províncias. No Ceará, o processo de adesão foi feito coincidentemente por José Martiniano de Alencar.

Nesta província, a Junta Governativa²⁶⁵ em atividade era conhecida como “Junta de Landim” ou “Segunda Junta do Sertão”, composta por Francisco Pinheiro Landim

²⁶³ Francisco Pais Barreto (1779-1848), ou Visconde de Recife, fez parte da junta do governo de Pernambuco, conhecida como “Governo dos Matutos”, que governou aquela província de setembro de 1822 a dezembro de 1823. Na ocasião, ainda sem a Constituição promulgada, o Brasil era governado por Juntas Provisórias de Governo, sendo extintas a partir da lei de 20 de outubro de 1823, quando passaram a ser substituídas por um Presidente de Província e um Conselho, ambos nomeados por D. Pedro I.

²⁶⁴ MELLO, op. cit.

²⁶⁵ O Ceará contou com quatro Juntas Governativas: “Junta de Xavier Torres ou Junta dos Comerciantes” – 1821-1822; “Junta de Porbem Barbosa ou Segunda Junta dos Comerciantes” – 1822; “Junta do Sertão ou Junta Provisória de Filgueiras” – 1822; “Junta de Landim ou Segunda Junta do Sertão” – 1823-1824. Para mais informações, Cf. ARAÚJO, 2018.

(presidente), José Pereira Filgueiras (comandante das armas), Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (membro), Joaquim Feliciano Pinto de Almeida e Castro (membro) Vicente José Pereira (membro) e Miguel Antônio da Rocha Lima (secretário). Essa junta foi desmontada pela indicação de Pedro José da Costa Barros, feita por D. Pedro I, que não aderiu a Confederação e foi expulso da província. Pouco antes, a “Junta de Landim” solicitava ao imperador:

As autoridades do Ceará dirigem-se (sic) ao imperador pedindo a conservação de Filgueiras no comando das armas e *Francisco Miguel Pereira Ibiapina no emprego de escrivão deputado da junta de finanças*. [...] *Clamam todos igualmente pela conservação de Francisco Miguel Pereira Ibiapina no emprego de escrivão deputado da junta de finanças desta província. Ele tem atraído o amor dos povos pela sua lisura, atividade e desinteresse; é um brasileiro cearense digno da preferência a outro qualquer na sua serventia*. Não sobrecarregamos de documentos autênticos a nossa carta, porque eles em tempo se acharam os arquivos desta Secretaria. Deus guarde a vossa majestade imperial constitucional e liberal como a mister – Palácio do governo do Ceará, 1º de abril de 1824, terceiro da independência é do Império. Presidente Francisco Pinheiro Landim, Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, Miguel Antônio da Rocha Lima, secretário (grifos nossos).²⁶⁶

O que levou esses homens a pedirem a conservação desses cargos? Era uma solidariedade política? Como reagiu o imperador? Sabe-se que a situação de integração territorial e de comunicação no Brasil era deficitária, especialmente, porque não existia Serviço de Correios instituído no Ceará, o que impactava na circulação dos ofícios e outros documentos oficiais entre as localidades e o poder central, já que ele era feito apenas por navios. Assim, o ofício com essas solicitações chegou ao Rio de Janeiro depois que os acontecimentos da Confederação já tinham sido deflagrados e, conseqüentemente, Francisco Miguel e José Pereira Filgueiras, já estavam envolvido.

Mais do que investigar quais foram às motivações da Junta para escrever o ofício, é importante questionar por que eles estavam sendo demitidos. No caso de Francisco Miguel, a sua nomeação ao cargo de escrivão foi feita pelo ex-ouvidor, João Antônio Rodrigues de Carvalho, que ficou conhecido por ser republicano e fomentar a luta pela independência nas vilas que visitava. Apesar de ter sido preso pelo envolvimento com o “Dezessete”, esse magistrado ainda teve carreira política, sendo deputado e senador nas primeiras décadas do oitocentos.

²⁶⁶ TOMO Especial Documentos para a História da Confederação do Equador no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, 1924. P. 365-366.

Voltando ao ofício, este também pedia a conservação de José Pereira Filgueiras, contrário a revolta de 1817 e adepto da Confederação em 1824, uma mudança política que, inclusive, ocorreu com outros sujeitos. Isso estava relacionado ao cerceamento dos interesses e das autonomias locais, onde Filgueiras se viu afetado por ser dono de terras e de escravos, ter a sua força política ligada ao poder econômico, mas principalmente, à violência. Mas ainda que pareça contraditório, o pedido de conservação desses dois cargos (escrivão e comandante das armas) em um mesmo ofício, pode estar relacionado ao lugar onde eles vinham – do cariri cearense, mais especificamente, na vila do Crato.

Por isso, sabemos que a família Ibiapina não foi a única a sofrer ameaças de despejo e/ou substituição do cargo nas primeiras décadas do século XIX, pois a instabilidade política estava intrínseca as transformações administrativas, de modo que os homens que ocupavam cargos públicos, sentiram o clima de desconfiança intensificado com a independência. Além disso, outro fator preponderante era a maneira como se chegava a esses cargos: na maioria das vezes, por indicação.

Porém, não só para exercer os cargos como para conservá-los, era necessário ter “a graça” das autoridades locais. Por esse motivo, Francisco Miguel mudou-se tantas vezes com a família – Sobral, Icó, Crato e Fortaleza –, e antes de morrer, compôs o governo provisório da Confederação no Ceará. Essa rede de relações também beneficiou os seus filhos, como Alexandre Raimundo, que se tornou capitão de guerrilha, e o pai, provavelmente, vislumbrava uma carreira pública para ele, já que permitiu o seu envolvimento com os confederados. Com ou sem a manutenção de Francisco Miguel e José Pereira Filgueiras pelo imperador, o governo provisório que instituiu a Confederação no Ceará, contou com os serviços deles e também de Alexandre Raimundo:

Ofício dirigido ao excelentíssimo senhor Governador de Armas [José Pereira Filgueiras]

Satisfazendo a requisição de vossa excelência ao seu ofício datado de ontem passei a ordenar ao capitão de guerrilha Alexandre Raimundo Pereira satisfizesse o requisitado por vossa excelência remetendo-me um mapa circunstanciado do estado da companhia, o que executou da forma que vossa excelência verá do mapa incluso pelo qual ficará vossa excelência na inteligência do estado dela. Ao mesmo capitão lhe tendo ordenado satisfaça em tudo as requisições que lhe forem dirigidas tendentes ao detalhe do serviço nesta praça (grifos nossos)²⁶⁷.

²⁶⁷ TRISTÃO Alencar Araripe. In: Registro Geral da Correspondência do Governo da Província do Ceará, Livro 6-B, fl. 6, 2 de maio de 1824.

Conservar essa comunicação realizada entre a sede do poder confederado, em Fortaleza, e os potentados locais, no Crato, nos ajudou a entender não só as ações desses sujeitos, mas, sobretudo, refazer os caminhos por onde a cultura letrada e política fez circular escritos, especialmente entre o cariri e o litoral cearense. Antes de qualquer coisa, é importante considerar, a partir desse ofício, algumas questões:

(a) as fontes que utilizamos foram correspondências expedidas pelo governo da Confederação do Equador, de maio a novembro de 1824, que chegaram às nossas mãos em dois volumes da coleção *Manuscritos* do Arquivo Público do Estado do Ceará, publicados em 2005. Essas fontes, que só foram publicadas recentemente, são frutos da solicitação de pesquisadores e pesquisadoras para tornar acessíveis informações que são importantes para atestar e entender a participação cearense no evento, já que, por muitos anos, o governo local atuou, na verdade, para apagar a participação desses sujeitos da memória coletiva;

(b) a disponibilização dessas correspondências contribuiu para conhecermos a participação de vários sujeitos na Confederação, além das já conhecidas lideranças Tristão Araripe, José Martiniano de Alencar, José Pereira Filgueiras. Por isso, o nosso estudo conseguiu descrever a participação da família Ibiapina (pai e filho), reconhecendo não só as atividades que eles desempenharam, mas também com quem, onde, quais condições, etc.;

(c) apesar disso, essas fontes são textos que narram a participação da família Ibiapina, mas não foram escritas por eles mesmos, portanto, constituem um dos discursos existentes sobre essa experiência. Os ofícios que eram escritos pelo líder Tristão Alencar Araripe, foram produzidos a partir de interesses e de condicionantes sociais, formatando assim as ações de Francisco Miguel e Alexandre Raimundo;

(d) ademais, essas participações não ocorreram por si só, mas relacionaram-se com outros integrantes, não só na realidade, como também nos textos produzidos pelo governo. Portanto, Tristão Araripe, ao produzir essas correspondências, não se direcionou aos próprios integrantes, como por exemplo, Alexandre Raimundo, que foi mencionado a partir da solicitação do seu “chefe”, José Pereira Filgueiras;

(e) diferente disso, é a narrativa feita sobre a participação de Francisco Miguel, já que ele ocupou cargos de liderança, como a presidência do Serviço Geral dos Correios, fazendo com que Tristão Araripe escrevesse ofícios endereçados a ele mesmo ou aos integrantes que com ele compunham outras frentes de ação, como a “Junta dos Melhoramentos”.

Considerações feitas sobre o suporte (manuscritos) e a produção (escrita) das fontes que utilizamos, voltemos ao conteúdo do ofício de Tristão Araripe dirigido a Filgueiras. Nele, o controle do território e dos guerrilheiros, feito por Alexandre Raimundo, a pedido do

“chefe”, favoreceu determinadas práticas de leitura e escrita entre os confederados, já que eles reuniam as informações em mapas, cartas ou outros tipos de textos (verbais e não-verbais). Sobre isso, a Confederação não só no Ceará, como em Pernambuco, foi uma revolta que se expressou na produção de manuscritos (ofícios, cartas) e no uso expressivo da prensa, com os jornais.

Exemplo disso, é que o líder pernambucano, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, se fez pronunciar publicamente através de um manifesto²⁶⁸, que foi escrito em julho de 1824, para convocar as províncias vizinhas a aderirem a Confederação. Não podemos esquecer que a cultura letrada nas províncias do Norte caminhava a passos largos com as práticas do periodismo, um recurso que foi utilizado, principalmente, pelo Frei Caneca, para tecer duras críticas ao imperador D. Pedro I, após o fechamento da Constituinte.

Mas o incentivo à escrita e à leitura nas províncias do Norte, não esteve sozinho, foi acompanhado, sobretudo, de necessidades técnicas como as tipografias; de pessoal habilitado, como os impressores; do encurtamento das distâncias e dos serviços; etc. E nesses quesitos, o cenário cearense estava bem menos habilitado do que os pernambucanos. Por isso, ao estabelecer o governo confederado em Fortaleza, esses serviços foram tratados com mais atenção, tendo o próprio Francisco Miguel, já familiarizado com os serviços de escrivão, portanto, da cultura letrada, passado a compor a Junta de Melhoramentos de Fortaleza e a Administração Geral dos Correios²⁶⁹.

No primeiro caso, as obrigações de Francisco Miguel enquanto participante da Junta de Melhoramentos, foram construídas por Tristão Alencar em ofício, descritas como ajudar “o povo das praias [...] a refugiar-se ao bafo do governo dos insultos dos invasores europeus”²⁷⁰, indicar “quais medidas de que devemos lançar mão no caso de invasão”²⁷¹, expedir ordens aos “carros de rastro, que costumam alugar para diversas partes a frete de condução”²⁷² e discutir a com as populações locais os direitos constitucionais²⁷³. De acordo com essa narrativa, os

²⁶⁸ O manifesto na íntegra está reproduzido na sessão “Anexos”.

²⁶⁹ OFÍCIO dirigido ao Juiz de Fora desta cidade e a *Francisco Miguel vogal da Junta dos Melhoramentos desta cidade*. Queiram vossa Senhoria convidar aos seus ilustres companheiros para as 4:00 da tarde do dia seguinte fazermos na sala deste governo com os homens bons desta cidade um conselho sobre matérias bem sisudas. [...] Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente. REGISTRO op. cit., fl. 21.

PORTARIA a *Francisco Miguel Pereira Ibiapina Administrador Geral do Correio*. Ordeno [...] instituir um estafeta na Vila de Campo Maior desta província, para nos dias 12 e 27 de cada mês, *conduzir e trazer em mala da povoação das Piranhas da província de Piauí, em Crateús, todos os papéis de mútuas correspondências desta com aquela província*, integrando-os na agência do correio da dita Vila. [...] Araripe, presidente. REGISTRO op. cit., fl. 37.

²⁷⁰ *Ibid.*, fl. 47.

²⁷¹ *Id.*

²⁷² *Ibid.*, fl. 51.

²⁷³ *Ibid.*, fl. 66.

serviços da Junta de Melhoramentos foram, principalmente, de proteção às populações das vilas, mas sem abandonar as práticas letradas como a de discutir textos legais.

Por isso, foi como Administrador Geral dos Correios, que Francisco Miguel desempenhou atividades importantes para a sociedade letrada no Ceará que, no período, confundia-se com a defesa das práticas constitucionais, com a defesa dos direitos individuais, enfim, com o sistema liberal. Ele instituiu estafetas, controlou agências e buscou facilitar o transporte das cartas e ofícios vindos de outras vilas para a capital. Esse novo cenário institucional não só controlou como também ampliou a comunicação escrita entre as vilas e as províncias. Nesse universo, a tinta e o papel não acompanharam a crescente demanda das comunicações, sendo necessárias outras técnicas como a tipografia.

Em 1824 já se achava tão desenvolvido o uso da imprensa em Pernambuco, e a arte tipográfica havia feito tais progressos que o presidente da Confederação do Equador Manoel de Carvalho Paes de Andrade pôde acudir aos reclamos do Rio Grande do Norte e do Ceará remetendo para as cidades do Natal e Fortaleza o material completo de duas tipografias, sendo o prelo de uma delas feito nas oficinas do Trem Militar, hoje Arsenal de Guerra. Para o Ceará seguiu o hábil impressor Francisco José de Salles para montar e dirigir os trabalhos da tipografia, a primeira que ali houve e onde se imprimiu o seu primeiro jornal – O Diário do Governo do Ceará – que começou a sair em 1 de abril de 1824 sob a redação do padre Ignacio Loyola de Albuquerque Mello. Salles tomou parte na revolução do Ceará, figurou em todo o movimento, e foi preso e perseguido pagando com o martírio o crime da sua rebeldia²⁷⁴.

Integrar as províncias através das práticas escritas, que envolvia a produção, a circulação e a recepção dos textos, foi algo que os confederados encorajaram. No caso cearense e do resto do país, essa estratégia envolvia uma parcela muito pequena da população, transformando em desafio até mesmo o manuseio de uma máquina tipográfica. A imprensa como prática estratégica da sociedade oitocentista, logo se tornou algo subversivo, por ter começado num governo provisório e excepcional, como também pelo conteúdo das produções textuais, que faziam duras críticas ao governo central.

No caso do primeiro jornal, “O Diário do Governo do Ceará”, o lugar social do redator também impactou na representação subversiva dos periódicos, já que Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo, mais conhecido como padre Mororó, foi estudante do Seminário de Olinda, na fase em que as discussões e as lutas políticas eram movidas pelos anticoloniais e

²⁷⁴ Cf. TOMO..., 1924, p. 143.

republicanos. Mas em Dezessete, assim como outros confederados, o padre Mororó apoiou o governador Sampaio, um representante dos interesses da Coroa portuguesa.

Sobre isso, é importante frisar que “Vinte e Quatro não visava fazer revolução nem destruir a monarquia constitucional, apenas opor-se ao projeto do Imperador, originado em poder incompetente”²⁷⁵, fundado na centralização dos poderes públicos, no fechamento da constituinte e na Constituição autocrática. Por isso, o padre Mororó compôs o governo provisório de Araripe como secretário geral e tornou-se o redator do principal veículo de comunicação do governo, o jornal.

Em Pernambuco, o jornal “Typhis Pernambucano”, dirigido por Joaquim do Amor Divino Rabelo, o Frei Caneca, era uma produção anterior aos governos provisórios da Confederação, mas devido ao conteúdo das publicações e a postura política do seu redator, se transformou no principal símbolo dessa luta e desse evento, diferente do primeiro periódico cearense, que tinha um caráter mais oficial. Apesar disso, durante esse período, os sujeitos que estavam ligados à produção dos manuscritos ou dos impressos, ainda que oficiais, eram considerados suspeitos, podendo ser presos e julgados por essas atividades. Assim, cresceu o controle em formato de policiamento em torno do discurso utilizado pelos confederados, os quais defendiam a representação política, o constitucionalismo, portanto, as práticas liberais. A existência de um cargo, como o do capitão de guerrilha, Alexandre Raimundo, não se explica apenas pelo discurso do protecionismo às populações confederadas ou a manutenção à ordem, mas no controle dos próprios integrantes do governo provisório cearense²⁷⁶.

As tensões internas e externas ao governo provisório cearense, se intensificaram, e o resultado foi destruir o principal produto cultural deixado pelos confederados – a produção textual, ou seja, os ofícios, as cartas, os manifestos e os jornais. Designados por D. Pedro I, instaurou-se uma comissão militar de perseguição e julgamentos dos confederados, liderados pelo almirante, Thomas Cochrane²⁷⁷, nos últimos meses de 1824. Por ser inglês e ter outras referências institucionais, ele tinha uma interpretação diversa do imperador, isto é, ele

²⁷⁵ Cf. MELLO, 2014, p. 209.

²⁷⁶ Em ofício, Tristão Araripe comunicava a Alexandre Raimundo que “as armas necessárias para a disciplina da sua tropa”, interpretado como “zelo patriótico” por ele, estavam sendo providenciadas. ²⁷⁶ Cf. REGISTRO..., 1824, fl. 34.

²⁷⁷ 10º Conde de Dundonald e Marquês do Maranhão, era um oficial naval e político britânico, tendo participação considerada nas histórias do Reino Unido, Chile, Brasil e Grécia. Em 1823, por decreto imperial, assumiu o cargo de primeiro-almirante, cujos primeiros serviços deram-se nas lutas pela independência da Bahia e do Maranhão, onde recebeu o título de marquês. Ainda a serviço do império do Brasil, foi destacado para combater a Confederação do Equador em Pernambuco e no Ceará, viajando, em seguida, para intervir na guerra de independência da Grécia. Para mais informações, ver “Lord Cochrane. Primeiro Almirante Brasileiro” de Aldo M. Azevedo (1954), disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2980>.

acreditava que a Confederação “nascera de ‘impressões errôneas, causadas por um acontecimento súbito [a dissolução da Assembleia Constituinte]”²⁷⁸.

Esfacelado o governo provisório em Fortaleza, Tristão Araripe partiu para a vila do Aracati, para combater os adversários, deixando encarregado pela administração, José Felix de Azevedo e Sá²⁷⁹. Contudo, em decorrência da comissão militar, instaurada por Cochrane, esse confederado em ofício se perguntava “se é principal dever nosso prevenir os males, que podem algum dia incomodar-nos, que devemos fazer quando encarregados do governo de uma província?”²⁸⁰. Não demorou até os nomes dos integrantes serem retirados da folha de pagamento²⁸¹, sem falar na perseguição que sofreram.

Foi daí que a rede de comunicação ou a criação de aparatos de circulação dos manuscritos e impressos, criada pelos confederados, acabou servindo para que as forças opostas (imperiais) escrevessem as suas próprias versões sobre os envolvidos, narrativas criadas a partir da expedição de “ofícios de alerta” às vilas sobre a periculosidade de Alexandre Raimundo, por exemplo.²⁸² Essas perseguições se mostraram diferentes da estratégia militar empregada em Dezessete, já que a sistemática foi não só a de prender os líderes, mas todos os que se envolveram ou apoiaram a revolta. Além disso, os líderes tiveram penas diferentes, como o pernambucano Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que foi exilado em Londres, enquanto Tristão Alencar Araripe, foi assassinado em Santa Rosa²⁸³. Ao saber disso, José Pereira Filgueiras fugiu para o interior da província, lutou contra as forças imperiais, mas se rendeu. Foi levado para a prisão no Rio de Janeiro, acabou falecendo em Minas Gerais.

Devido à baixa repercussão ou a aniquilação das práticas dos confederados no Ceará, que ocorreu, sobretudo, pela destruição dos escritos e da memória desses sujeitos, eles foram

²⁷⁸ Cf. MELLO, 2014, p. 227.

²⁷⁹ José Felix de Azevedo e Sá nasceu em Fortaleza em 25 de março de 1781 e faleceu no seu sítio São Felix, Caucaia, Ceará, em 7 de novembro de 1827. Era filho de agricultores pernambucanos, que passaram a residir em Caucaia, na época chamada de Soure. Foi presidente da província do Ceará por duas vezes, sendo a primeira de 18 de outubro a 18 de dezembro de 1824; e a segunda, de 13 de janeiro de 1825 a 4 de fevereiro de 1826. Foi malvisto pelas forças repressoras imperiais, uma vez que participou do Governo Provisório Confederado, fazendo com que Azevedo e Sá, para provar a sua lealdade a D. Pedro I, passasse a colaborar na captura de envolvidos cearenses na Confederação do Equador. (In: Dicionário Bio-bibliográfico Cearense-Barão de Studart, disponível em: https://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=971&catid=292&Itemid=101).

²⁸⁰ Cf. TOMO..., 1924, p. 158.

²⁸¹ REGISTRO Geral da Correspondência do Governo da Província do Ceará, Livro 01-B, 1823-1824 fl. 34-35.

²⁸² Ibid., p. 52-53.

²⁸³ Atualmente é o município de Jaguaratama/CE.

representados nos discursos políticos posteriores como “monstros, que deveriam ter mil vidas, para em perda delas satisfazerem e espiarem seus horrendos delitos de todo o gênero”²⁸⁴.

Não é à toa que a versão historiográfica que insiste na interpretação dos confederados como sujeitos que lutavam pela separação das províncias do Norte, advém dessa versão oficial da história da Confederação no Ceará, cujo objetivo era manter os constitucionalistas como inimigos da unidade territorial. Ora, basta conhecer as teses do Frei Caneca²⁸⁵ e descaracterizar essa ideia separatista, já que a proposta era convocar os poderes locais e regionais para lutar pela autonomia provincial, frente a centralização imperial, confundida com um discurso de unidade.

Até reconhecermos que a Confederação não foi uma revolta separatista, os envolvidos sentiram o peso das decisões imperais, como a do próprio Azevedo e Sá, que deu ordens para “aspar de quaisquer livros de sua repartição os ofícios, diplomas e portarias e quaisquer outros papéis que haja de conservar a lembrança de tal infâmia (da República)”²⁸⁶. Sem falar que as perseguições resultaram em dívidas, como as de Francisco Miguel, que arcou com as despesas do advogado Ângelo José da Expectação Mendonça e com a varíola que contraiu na prisão. Já Alexandre Raimundo, que foi preso com pertences²⁸⁷, entregue aos irmãos, posteriormente, teve como pena o cárcere em Fernando de Noronha, desaparecendo misteriosamente, como afirmou o biógrafo Paulino Nogueira²⁸⁸.

Ademais, as consequências desse evento extrapolaram a vida dos envolvidos, atingindo as suas famílias e os amigos. A família Ibiapina, por exemplo, passou a ser constituída dos irmãos mais novos, que ficaram em Fortaleza até 1828, dependendo da ajuda financeira de homens, como José Martiniano de Alencar. Ao cessar os trâmites do testamento e inventário de Francisco Miguel, eles foram morar em Recife, em busca de estudos e de emprego. Ibiapina, que se tornou arrimo de família, se matriculou novamente no Seminário, e as irmãs mais novas Rita e Ana, no Recolhimento de Nossa Senhora da Glória²⁸⁹. Apesar disso, o cenário cultural era diverso ao da colônia e uma instituição educativa surgiu – a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda.

²⁸⁴ COSTA BARROS apud TOMO..., 1924, p. 511.

²⁸⁵ Para mais informações, ver MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *O Liberalismo Radical de Frei Caneca*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

²⁸⁶ STUDART, Barão de. A Confederação do Equador no Ceará – Parte cronológica. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1924.

²⁸⁷ *2 cavalos um castanho e outro melado; 3 bestas uma mula uma russa em uma castanha digo pedrês; 1 selim inglês; 1 espada outra dita quebrada; 1 Talim; 1 faca de ponta; 1 jogo de malas de couro e 1 pistola*. Cf. REGISTRO... Livro 01-B, 1823-1824, fl. 117.

²⁸⁸ Cf. NOGUEIRA, 1888.

²⁸⁹ Cf. ARAÚJO, 1995.

3 DA FACULDADE DE DIREITO À CORTE IMPERIAL

[...] *Os denunciados, é verdade, levavam cada um uma espingarda, mas era para caçar e nem isto foi contestado. Quanto às facas, eram de mesa e todos sabem a necessidade que há desse instrumento para quem anda pelos matos e isto, bem longe de ser admirável, é usual, pois será mui raro encontrar alguém sem trazê-las.* Portanto, isto não só não indica intenção de fazer mal ao denunciando, nem ainda a menor disposição de perpetuar um crime. As razões havidas entre o denunciando e os denunciados antes foi uma brincadeira que houve sem disputa e, tanto é assim, que se conservaram em amizade e conciliados. Donde se vê que se o denunciante por si só agisse neste negócio, a denúncia teria desaparecido²⁹⁰.

O uso de armas no Brasil foi uma das questões emergentes no Código do Processo Criminal, aprovado em 1830. No capítulo V, o documento estabelecia que os oficiais de justiça, os militares e demais indivíduos que obtivessem licença dos Juízes de Paz²⁹¹, não seriam punidos, caso utilizassem “armas de defesa”. Inicialmente, o caso supracitado foi suspenso pela falta de provas em relação à posse de “espingarda e faca” pelos agricultores, mas o denunciante, João Marinho Falcão, recorreu, com o auxílio do promotor da Comarca de Areia, José Inácio Ponce de León.

Nesse período, esta comarca era a segunda de três que existiam na província da Paraíba. O juiz de direito era Antônio Joaquim de Albuquerque Melo, colega de turma na Faculdade de Direito de Ibiapina, que estava residindo na Vila de Areia, devido aos serviços jurídicos que prestava a uma empresa comercial. O trecho acima pertence ao primeiro caso em que Ibiapina se ocupou como advogado criminal, tendo sido os autos do processo conservados em um cartório do município²⁹².

²⁹⁰ Peça de defesa escrita por Ibiapina em 1838.

²⁹¹ CONSTITUIÇÃO de 1824, artigo 298, parágrafos 1º, 2º e 3º.

²⁹² Os autos do processo constam no cartório do tabelião José Henrique Batista de Albuquerque, Areia/PB.

A defesa desses dois agricultores, Antônio Nunes de Souza e João Caetano do Nascimento, é um escrito jurídico construído mais com base em argumentos pautados nas experiências cotidianas, e menos em normativas legais, com relação à posse de armas no Império. Isso porque a legislação criminal aprovada pouco antes, em 1831, foi omissa com relação à posse para os homens livres e pobres. Vejamos quais foram as consequências disso.

As codificações brasileiras do século XIX não eram propriamente sistemas jurídicos fechados, em que o aplicador acentuava o uso de normas, subsumindo o caso em regras contidas no documento²⁹³. Ao contrário disso, as nossas codificações eram sistemas jurídicos abertos – a autoridade investida de dizer o direito, partia do caso, e num processo de abstração progressivo do caso, fixava um conjunto de normas jurídicas –, que em vista das lacunas apresentadas, eram substituídas por documentos portugueses, como as Ordenações Filipinas que vigoraram entre nós até o início do século XX. Outra consequência gerada pelas limitações dos Códigos esteve relacionada à recepção. As leis e os códigos que circularam no Brasil, nas primeiras décadas do oitocentos, não se estabeleceram pela força normativa que possuíam, quer dizer, a força de regulamentar as práticas sociais de acordo o novo Estado (imperial), mas pelo *status* que as apropriações estrangeiras, como as italianas e alemãs, tinham nesses documentos²⁹⁴.

É importante destacar que a formação (incluindo as leituras, as práticas de lazer, os impressos, etc.) nos primeiros anos do ensino jurídico do Brasil, também contribuíram para o formato das nossas codificações. As Faculdades de Direito não podem ser interpretadas como instituições que se restringiam a habilitar jovens, somente para a prática do foro e da magistratura, mas sobretudo, para normatizar os comportamentos da sociedade.

A turma de Ibiapina, por exemplo, contou com 41 jovens formados em 1832, ocupando-se em atividades políticas, jornalísticas e educacionais. O bacharelismo jurídico nos seus primeiros anos tinha uma característica elástica, condicionada ao caráter oficial, cuja manutenção financeira precária, nomeação de professores e outras decisões, passavam pelo imperador, e que devido à essa situação, contribuía para a “fuga” dos estudantes em outras profissões liberais, como o jornalismo, o comércio, além das associações políticas e até os vícios²⁹⁵.

²⁹³ COUTO E SILVA, Almiro do. Romanismo e Germanismo no Código Civil Brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*. Vol. 13, 1997. pp. 7-27.

²⁹⁴ Id.

²⁹⁵ Em quatro anos, a Congregação de Lentes em reunião no Mosteiro de São Bento, atentava que “a falta de distração nas horas vagas para os que não têm meios de ir procurar no Recife, donde nascem as intrigas, o jogo e outros vícios inda piores” (ATAS da Congregação, 25 de maio de 1831).

A “elasticidade” dos primeiros cursos jurídicos pode ser conferida, também, pelos impressos e leituras que circularam antes e depois da criação da Biblioteca Pública de Olinda. Não é à toa que as produções escritas, desde as avaliações requisitadas pelos professores dos cursos, até os primeiros códigos jurídicos promulgados pelo Imperador, corroboram para as diferentes apropriações culturais²⁹⁶ desse período. Essas apropriações estão presentes nos argumentos do trecho supracitado, que representam as tentativas de implementação de um Direito moderno nos cursos jurídicos – interpretações da ordem social que se distanciavam da abstração do Direito romano. Por isso, os indivíduos são analisados a partir das suas inserções sociais, como a família, a cidade, a profissão, a experiência diária, entre outros.

Na experiência brasileira, o Direito moderno teve como base o Direito alemão que, apesar de tudo, não foi apropriado através de sistemas complexos de normativas. A contribuição foi sentida muito mais na prática do foro e nos textos produzidos pela Escola do Recife. Mas antes mesmo desta sistematização, feita pelo professor Tobias Barreto e outros nomes, os primeiros bacharéis praticavam o direito germânico, como o fez Ibiapina. Em vista disso, a peça de defesa dos agricultores é representativa. Nela, os réus são apresentados por seus ofícios e relações sociais. Eles eram filho e genro de Antônio Nunes de Souza, dono de uma propriedade vizinha a de Antônio Martins. Segundo Ibiapina, a denúncia provinha da inimizade, que há muitos anos havia entre eles. Isso porque eram donos de terras e da parte de Antônio Martins, procuravam-se todos os meios de comprometer os parentes da outra família, porque desta forma, o enfraqueceriam na defesa e o faziam sucumbir na perseguição²⁹⁷.

Sem provas e com duas testemunhas que confirmaram a inimizade dos proprietários rurais, ligados indiretamente ao processo, os réus foram absorvidos²⁹⁸. Esta defesa, embora seja a primeira da carreira de criminalista de Ibiapina, não foi a que mais circulou no interior da Paraíba. É importante ressaltar que estamos falando de circulação²⁹⁹ em duas dimensões: a oral e a impressa. Oralmente, os casos criminais circulavam, sobretudo, através do júri

²⁹⁶ Entendemos aqui o conceito de apropriação como as resistências a ordem imposta ao indivíduo pelas autoridades jurídicas, religiosas ou políticas, ou seja, o embate entre a agência humana e o controle social, as táticas e estratégias. Ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

²⁹⁷ ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Padre Ibiapina, peregrino da caridade*. Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará, 1995.

²⁹⁸ Id.

²⁹⁹ Buscamos, com isso, evidenciar o caráter dinâmico da leitura e da escrita, tendo em perspectiva o conceito de circularidade (cultural), isto é, entre as culturas dominante e subalterna, existe um relacionamento circular com influências recíprocas de cima para baixo e de baixo para cima. Ver GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 11-26.

popular da comarca, que no caso aqui apresentado, era composto por doze homens³⁰⁰, importantes cultural e economicamente, entre os quais estava o pai do pintor Pedro Américo – Daniel Eduardo de Figueiredo Melo. Impressos, os casos criminais de grande repercussão social ganhavam textos resumidos e eram vendidos por gazeteiros.

Não houve grandes dificuldades neste primeiro caso defendido pelo advogado Ibiapina, e igualmente, não é nele onde notamos a sua erudição e componentes (linguísticos e normativos) próprios da prática jurídica. Contudo, é no mesmo lugar (a comarca de Areia), onde ocorreu o crime que promoveu a sua fama de criminalista. Para termos uma ideia, ele transformou a peça de defesa em um texto resumido, que foi comercializado em formato impresso, com a sua assinatura na última folha³⁰¹.

O texto que analisaremos a seguir circulou entre alguns municípios paraibanos até os primeiros anos do século XX³⁰². Além disso, ele ganhou outros formatos e foi escrito em outros gêneros, como a literatura de cordel, o romance e a cantoria popular. O cordel “Defesa feita pelo doutor Ibiapina em que livrou da força um réu já sentenciado”, foi escrito por Leandro Gomes de Barros, em 1917. O romance *A Sombra do Laço*, do autor Flávio Morais, foi escrito em 2008; e o repente em sextilhas (sete sílabas) do cantador popular José Melchiades Ferreira, de 1983. Assim, esses textos ganharam suporte e formas diferenciadas daquela, inicialmente, esboçada por Ibiapina e comercializada no século XIX. Apesar disso, o enredo conservou-se como sendo o réu Felipe José da Silva, assassino da esposa e sogro que foram flagrados em relações sexuais:

Tão desgraçado, senhor, nunca vi alguém! Todos os homens tem um pai, mãe, irmão, um parente, um amigo, ao menos um protetor, que a favor de sua sorte figure, pedindo, alegando razões que o defendem; a este infeliz, porém, ninguém protege! Desconhece o pai, nunca viu a mãe e quem será parente dele perseguido e desgraçado? [...] procura-se um advogado, que de sua defesa se encarregue, negam-se todos, os mais hábeis fogem, e afinal, recai tão árdua tarefa em quem? Em um homem sem habilidade, novel na prática do foro, sem uso de eloquência judiciária, desconhecido no lugar e até (darei tudo) também infeliz, e que de mais por opositor o ilustre promotor, armado com todas as armas de Catão, suma habilidade e muita

³⁰⁰ Daniel Eduardo de Figueiredo Melo (pai de Pedro Américo), Sabino Antônio da Silva Coutinho (tio do bispo (Belém e Maceió) Santino da Silva Coutinho), Joaquim José dos Santos de Albuquerque Pereira, Francisco de Paula Leite, Nuno Guedes Pereira, Damião Coelho Negromonte, João Eloi Sobral, Aires Afonso de Albuquerque, Francisco Ribeiro Melo, Joaquim Pereira da Cunha e Pedro de Morais Magalhães. Informações coletadas nos autos do processo em Areia/PB.

³⁰¹ Cf. Mariz, 1980.

³⁰² A repercussão desse caso permaneceu na memória popular por muitos anos em municípios do brejo e do sertão paraibano. Alguns trechos foram decorados, os mais comoventes, e ganharam também outros formatos, como a cantiga do repente e o folheto de cordel (ARAÚJO, 1995).

*reputação. O que é que se quer, Senhor, no aluvião de tantos reveses ao réu? Que morra ele?*³⁰³

Felipe era agricultor em Bananeiras, casado com Maria Manuela da Conceição, da qual se sabe duas origens. A primeira, presente nas biografias de Ibiapina, é que era filha de mãe solteira e havia se relacionado sexualmente com o padrasto, com quem foi assassinada. A segunda, presente na tradição oral do cordel e da cantiga popular, é que ela era concubina do padrasto, o que o fez arrumar casamento com Felipe, premeditadamente, para esconder a relação. Não é de se estranhar que esta última versão circulou com facilidade, já que o formato e a polêmica do conteúdo dominaram as representações do fato. Além disso, a linguagem que é adotada no cordel e praticada pelos repentistas, contribuiu, com a melodia, para a fixação da última versão.

Na versão resumida por Ibiapina, também observamos as representações populares de autores, práticas e expressões como “Catão, o Velho”, que foi um censor na Roma Republicana, e ficou conhecido pelas suas investidas conservadoras em relação à tradição helenística. Transformado em opositor, Ibiapina comparava as práticas do promotor da comarca de Areia às de Catão, já que ele possuía mais habilidade, mais tempo e, conseqüentemente, maior rede de relações no brejo se comparadas às do novo advogado. Tal analogia está baseada nas leituras realizadas por Ibiapina quando acadêmico e residia no Convento dos Oratorianos, cuja biblioteca era uma das maiores de Pernambuco, com aproximadamente, cinco mil exemplares, doados a Biblioteca Pública de Olinda, quando da construção do seu acervo. Este, por sua vez, contou com diversas doações, em diversas línguas, inclusive, do próprio Ibiapina³⁰⁴.

Apesar do volume de livros e línguas que ele teve acesso, como o alemão, o latim e o francês, o cenário cultural de Pernambuco e, conseqüentemente, das províncias do Norte imperial era outro, isto é, alto índice de analfabetismo e domínio de práticas católicas. Por isso, as expressões e autores utilizados neste texto, indicam como as práticas jurídicas eram também construídas a partir de expressões latinas que estavam na tradição popular, através de orações e ladainhas católicas. Não é à toa que um versículo do livro das *Lamentações*, livro bíblico do Antigo Testamento, aparece em latim! “[...] o vos omnes, attendite, et videte si este dolor sicut dolos meus!”. Isso porque, numa comunidade de leitores e praticantes católicos,

³⁰³ Ibiapina, 1838.

³⁰⁴ RODRIGUES, Lígia Santos da Silva. *Memória da faculdade de direito do Recife: formação do acervo bibliográfico (1828-1835)*. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. 391f.

bem como da oralidade popular que compartilhava o latim nas missas e demais espaços, autorizava a leitura e, conseqüentemente, a circulação dos trechos por tantos anos, no interior da Paraíba.

Ligado a isto, as práticas do bacharelismo no Brasil tornaram-se estritamente relacionadas ao domínio da retórica, cujo latim estava na base³⁰⁵. Para matricular-se nos cursos jurídicos, Ibiapina e os demais rapazes deveriam dominar o latim e prestar exames, sendo admitidos no curso somente aqueles que obtivessem aprovação na matéria. Como já sabemos, Ibiapina realizou o estudo dessa matéria na vila do Jardim (CE), com o professor Joaquim Teotônio Sobreira de Melo, que era conhecido pela sua excelência e importantes alunos que teve.

[...] *Cum subit illius tristíssima noctis imago; cum repeto noctem, qua tota mihi mala fuera, labitur ex oculis tunc quoque guetta meis.*³⁰⁶

[...] Quando sob a minha mente a imagem tristíssima daquela noite, quando recordo aquela noite em que deixei todas as coisas queridas, ainda hoje de meus olhos rolam lágrimas.³⁰⁷

O latim foi uma língua praticada não só nas ações jurídicas, mas também nas práticas católicas ibéricas, que impediram por muitos anos, a circulação de livros e autores latinos e “pagãos” nas metrópoles e colônias. Na defesa do agricultor Felipe, Ibiapina citou o trecho acima que está num livro “pagão” intitulado *Tristes*, de autoria de Ovídio, que serviu como recurso narrativo para representar a noite do assassinato dos adúlteros. A reprodução oral desses versos impressionava o júri popular, além de agregar valor à mercadoria quando o texto impresso circulou em versão resumida. Mas as leituras pagãs não aparecem apenas para ilustrar a eloqüência do advogado. Elas também contribuíram para a construção do texto de uma maneira original, indicando práticas romanas como a *parce sepultis*, que significava “perdoa os mortos” ou não fale mal deles, uma interpretação complacente dos adúlteros (Manuela e o padrasto). Contudo, foi com base nas Ordenações do Reino, onde se indicava que um homem casado, ao encontrar sua esposa em adultério, estava licitamente habilitado a matá-la, que Ibiapina defendeu o réu:

Ora, senhores, se todos os povos civilizados tem considerado (sic) o adultério tão grave atestado contra a moralidade das famílias, interesses os

³⁰⁵ PAULO FILHO, Pedro. *O bacharelismo brasileiro* (da colônia a república). Campinas: Bookseller, 1997.

³⁰⁶ Ibiapina, 1838.

³⁰⁷ Para conferir a tradução Cf. ARAÚJO, 1995

mais sérios da sociedade, e tanto, que tem depositado na mão do marido o direito de vingar a maior das injúrias, para conter uns e evitar outros, por que entre nós, que também entramos na lista das nações cultas, tendo herdado de Portugal as ideias de sua legislação, seus costumes e seus usos, onde o marido tem direito de matar o adúltero, e até pouco tempo o mesmo direito tínhamos entre nós, digo, por que razão há de quando circunstâncias as mais atenuantes concorrem a favor dele?³⁰⁸

Pelo escândalo intrínseco ao caso, bem como as limitações jurídicas da época, a defesa de Felipe José foi mais difícil do que aparece no texto resumido. Os valores morais, como a indissolubilidade do casamento, estavam em consonância com a legislação da época – a inexistência do divórcio. Por esse motivo, Ibiapina construiu um argumento *ad hominem*, acusando a interpretação pessoalizada do promotor acerca da Lei em vigência. Ibiapina utilizou um “argumento contra a pessoa do promotor”, chegando a chamá-lo de “soberano” e acusar “as vontades” do promotor de serem atendidas como leis, mas não contrariou o conteúdo da acusação, uma vez que o argumento estava de acordo com o Código Criminal.

Fugindo de um sistema jurídico fechado, próprio das codificações, Ibiapina produziu o texto de defesa para um júri popular letrado, mas pouco instruído nas artes do fazer jurídico, assim como a maioria da população brasileira. Por isso, ele construiu uma abstração progressiva do caso e, posteriormente, fixou normatizações baseadas na lei. Tais práticas, que remontam o Direito romano, estavam na Faculdade de Olinda muito mais pelo caráter interpretativo que dava aos casos, do que por conceitos, ideias e/ou instituições.

Além do mais, o Direito romano nunca foi codificado ou sistematizado em normas, e no século XIX, essas práticas eram consideradas “desgraça nacional” ou “direito dos juristas”³⁰⁹. Mas ainda assim garantiu expressões entre os professores da Faculdade de Direito, uma vez que os compêndios e autores que aqui eram utilizados, em sua maioria, eram portugueses. Lá na Universidade de Coimbra, os Direitos romano e canônico tiveram importante expressividade. O resultado disso, foram práticas e representações no Brasil que tiveram no Direito romano e no Direito moderno (ou a “Lei como Boa Razão”) suas principais contribuições.

À primeira vista, parecem interpretações jurídicas divergentes, mas na defesa de Felipe José, se praticava um “retorno ao momento do ato”, fixando representações jurídicas de outras realidades, como a do conceito de “breve furor”, empregado pelo jurista português Pascoal José de Melo Freire dos Reis. Ao passo que também indicou as práticas modernas,

³⁰⁸ Id.

³⁰⁹ COUTO E SILVA, op. cit.

isto é, a inexistência de códigos de conduta onde a Lei deveria ser, portanto, a expressão da razão.

[...] É mister se voltar as vistas ao momento do ato, calcular a razão em que estado se achava, que vontade, que liberdade então havia; por que todos vós sabeis que sem razão, vontade e liberdade, não há imputação, não há culpabilidade, não tem lugar acusação, penas se não devem sofrer. [...] *O ilustrado Melo Freire e com ele os mais abalizados criminalistas consideram a raiva violenta, breve furor; e o que em questão houve se não breve furor? Ora, os atos praticados em breve furor se não imputam: portanto, é certo o réu não pode sofrer pena, falta-lhe a base da imputação.*³¹⁰

O jurista Melo Freire, mencionado por Ibiapina na peça de defesa, é um dos autores que fizeram apropriações do Direito moderno, especialmente, das práticas e representações alemãs, adaptando as necessidades e interesses da realidade portuguesa. Este autor produziu textos em latim sobre Direito Civil e Criminal, que circularam em Portugal, no século XVI e, por sua vez, foram apropriados na Faculdade de Direito de Olinda, através do jurista Augusto Teixeira de Freitas, que produziu os primeiros textos sobre Direito Civil do Brasil.

Sendo a leitura uma “operação de caça”³¹¹, esta não pode ser entendida senão pelo binômio leitura-escrita. Ibiapina produziu o texto com a apropriação de autores e livros que circularam não só na Faculdade de Direito, como em outros espaços culturais, pelos quais ele passou antes de se dedicar a prática advocatícia. O caso do “réu já sentenciado à forca”, que ele conseguiu absolver com a votação unânime do júri, nos ajudou a mapear quais eram as práticas da leitura e da escrita dos primeiros bacharéis do país. A seguir, aprofundamos essa investigação por meio da atuação de Ibiapina nos primeiros anos do Curso Jurídico de Olinda.

3.1 NO CURSO JURÍDICO DE OLINDA “NASCEU” O DOUTOR IBIAPINA

Os cursos jurídicos no Brasil foram criados a partir da Lei de 11 de agosto de 1827, assinada pelo imperador D. Pedro I, em comum acordo com a Assembleia Geral Legislativa. O texto continha onze artigos e definiu as cidades de Olinda (Mosteiro de São Bento) e de São Paulo (Convento de São Francisco), como as sedes do estabelecimento. Essa decisão e outras, remontam as primeiras dificuldades para estabelecer o ensino jurídico no Brasil, cujas

³¹⁰ Ibiapina, 1838.

³¹¹ Cf. CERTEAU, 2014, pp. 236-248.

discussões começam lá em Portugal³¹², já que os primeiros professores, os compêndios e até mesmo o modelo de estatuto têm origem acolá.

No Brasil, especificamente, o primeiro projeto de Lei para a criação de um curso jurídico surgiu como indicação de José Feliciano Fernandes Pinheiro (o Visconde de São Leopoldo), durante a Assembleia Constituinte, em 1823. Após a dissolução, o projeto para construir um curso jurídico provisório na Corte, com estatutos organizados pelo Visconde de Cachoeira³¹³, foi abortado. As discussões sobre o ensino superior só foram retomadas na Assembleia Legislativa, em 1826.

Nesse cenário, Ibiapina e outros jovens procuravam os estudos secundários que eram oferecidos nos seminários ou conventos, embora nem todos se tornassem padres. Sobre isso, vale ressaltar que o crescimento da instrução pública primária e secundária na principal província do Norte, Pernambuco, não se deu apenas pelas escolas oficiais, mas também pelas lojas maçônicas ou academias literárias, com cursos de primeiras letras e outros conhecimentos. Exemplo disso, foi o Areópago de Itambé, criado pelo médico paraibano, Manuel de Arruda Câmara. Além dele, existiam outras iniciativas na mesma província, como a Academia dos Suassunas; a Academia do Paraíso; a Universidade Democrática e a Oficina de Igarauçu.

Por isso, a interiorização do ensino em Pernambuco se explica como uma iniciativa privada, em contraponto ao litoral (Olinda e Recife), onde estavam os estabelecimentos oficiais de ensino, que foram sediados nos prédios da igreja católica e em péssimas condições de manutenção. O Mosteiro de São Bento, primeira sede de curso jurídico de Olinda, não foge à regra. Por esse motivo, os monges beneditinos discordaram da indicação do imperador, defendendo o prédio do Palácio dos Governadores para abrigar o curso³¹⁴.

Desconsiderando isso, o imperador manteve o Mosteiro como sede do curso por quase trinta anos, afetando na rotina de clausura e recolhimento dos monges, sem falar nos conflitos cada vez mais crescentes entre a organização secular (da comunidade acadêmica) e o patrimônio cultural e material pertencente às ordens religiosas. Para melhor funcionamento, o curso fez alterações nos espaços internos e escuros do mosteiro, ocupando uma sala em cima da sacristia dos beneditinos, além de dois ângulos, um em cima do outro, fechados

³¹² A afirmação é de Alberto Venâncio Filho, o qual se refere às instituições educacionais, o Direito português e os atores sociais que se formaram lá e atuaram no Brasil durante muitos anos. Ver VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

³¹³ Título nobiliárquico de Luís José de Carvalho e Melo.

³¹⁴ PEREIRA, Nilo. *A Faculdade de Direito do Recife*. 1º Volume Ensaio Biográfico (1927-1977). Recife: Editora Universitária UFPE, 1977.

grosseiramente com tábuas, convertidos em duas saletas. Tinham, ainda, dois cubículos com uma porta de comunicação, que servia como secretaria. Enfim, o prédio era velho, com paredes desaprumadas, rachadas e madeiramento podre³¹⁵.

Mesmo assim, a inauguração do curso recebeu todas as honras públicas, comparecendo autoridades civis e eclesiásticas. Foi celebrada uma missa, houve apresentação da tropa de artilharia e a cidade de Olinda ficou iluminada por três dias. Na Academia de Direito, matricularam-se 41 estudantes que vinham de várias províncias do país, inclusive, de outros países. Do Ceará, vieram apenas dois: Ibiapina e Jeronimo Martiniano Figueira de Melo, que haviam sido alunos do Seminário de Olinda.

Entretanto, a novidade na província pernambucana já não eram as instituições educacionais do bispo Azeredo Coutinho, o que fez com que Ibiapina tentasse os exames no primeiro ano do curso jurídico. Aprovado, ele abandonou o seminário e tornou-se interno do Mosteiro, uma prática comum entre os estudantes pobres que eram de outras províncias. Antes de terminar os estudos superiores, mudou-se para o convento da Madre de Deus, pertencente à Congregação do Oratório. Ele possuía uma carta de indicação de José Martiniano de Alencar para o padre oratoriano, João Dias, como nos referimos no capítulo anterior.

Essa mudança estava relacionada aos momentos de mal-estar vivenciados na instituição entre os acadêmicos e os monges beneditinos. Se o dia-a-dia das aulas e a forçada convivência eram difíceis, imagine àqueles estudantes que também moravam no convento! Essas e outras dificuldades enfrentadas nos primeiros anos da comunidade acadêmica estavam relacionadas, em partes, com o caráter oficial do mesmo, já que isso cerceava a autonomia do educandário em questões, como o acesso e permanência dos estudantes, a formulação e impressão dos compêndios, a nomeação de professores, o funcionamento das aulas, entre outras.

Nesse período, o principal problema do curso de Olinda era a carência de professores. Enquanto a lei afirmava que seriam nomeados nove lentes proprietários e cinco substitutos, lá existiam apenas cinco em exercício. Esses professores eram Lourenço José Ribeiro, que também ocupava o cargo de diretor interino; Manuel da Silva Porto (sacerdote e professor de Direito eclesiástico); José de Moura Magalhães (professor de Direito constitucional, das gentes e diplomacia do 2º ano); Antônio José Coelho e Pedro Autran da Matta Albuquerque, que eram substitutos. A falta de professores, que tinha origem, sobretudo, nas atividades que

³¹⁵ Discurso de Dom Tomaz Noronha em BEVILAQUA, Clovis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2ª ed. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.

acumulavam os lentes proprietários, a exemplo das atividades legislativas ou da magistratura, afetava a manutenção do curso, já que a realização de exames preparatórios, no final do primeiro ano de funcionamento, não ocorreu. Para essa atividade, era necessário destacar três professores que constituíssem uma banca examinadora, que era definida entre eles, reunida em Congregação – dinâmica que foi marcada por ofensas verbais e até agressões físicas³¹⁶.

Tais disputas se aprofundavam na escolha dos materiais didáticos. Uma das polêmicas foi a adoção do *Compêndio de Direito natural*, escrito por José Maria Avelar Botero, professor do primeiro ano do curso de São Paulo, que foi acusado de um texto difuso e sem uniformidade, construído pela compilação de autores que não tinham os mesmos princípios filosóficos. Eles denunciavam as permanências nas práticas da leitura jesuítica, em que as reproduções filosóficas, através dos comentaristas, sobressaíam os textos e livros em língua original. Por isso, o material de São Paulo foi substituído pelo *Compêndio de Direito natural*, do professor Pedro Autran da Matta Albuquerque, aprovado em Congregação de 1832³¹⁷.

Os livros e autores possuíam importância, sobretudo, pelas representações da ordem política e jurídica que veiculavam. Não à toa, a lei de criação do curso, foi estabelecida no artigo primeiro às disciplinas, mas tomando o cuidado de se diferenciar das indicações feitas pelo Visconde de Cachoeira, anos antes. Isso porque as pressões sociais e parlamentares entre um e outro acontecimento, fizeram com que o *modus operandi* do império e das novas instituições fosse alterado, o que causou mudanças nas disciplinas, nas aulas, nos livros e componentes do ensino. No primeiro artigo da Lei de 1827 estão indicadas as seguintes disciplinas:

- 1º ano – Direito Natural e Público
 - Análise da Constituição do Império
 - Direito das Gentes e Diplomacia
- 2º ano – Continuação das matérias do ano antecedente
 - Direito Público Eclesiástico
- 3º ano – Direito Pátrio Civil
 - Direito Pátrio Criminal, com a Teoria do Processo Criminal
- 4º ano – Continuação do Direito Pátrio Civil
 - Direito Mercantil e Marítimo
- 5º ano – Economia Política
 - Prática do Processo adotado pelas leis do império³¹⁸

³¹⁶ ATAS da Congregação, 1832.

³¹⁷ Id.

³¹⁸ BRASIL. Lei de 11 de Agosto de 1827. *Cria dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm. Acesso em 15 out. 2020.

Nos estatutos do Visconde de Cachoeira estão:

- 1º ano – Direito Natural e Público Universal
Direito Romano
- 2º ano – Direito das gentes, universal, pacífico e o diplomático
Direito público, marítimo e comercial
- 3º ano – Direito Pátrio (público, particular e criminal)
Direito eclesiástico
- 4º ano – Direito Pátrio
Economia Política
- 5º ano – Hermenêutica jurídica e análise das leis romanas³¹⁹.

O Direito Romano era substituído pela Análise da Constituição do Império, que foi ministrada por Lourenço José Ribeiro, professor que criou um compêndio com comentários de alguns artigos da Constituição de 1824. Esse suporte, oferecido aos bacharéis em formação e, conseqüentemente, à população pernambucana – já que o material foi publicado na imprensa – fortalecia as práticas do constitucionalismo, uma vez que colocava na ordem do dia as discussões sobre a primeira Constituição. A estratégia oficial era controlar a sociedade através dos bacharéis, que cuidavam em adaptá-la aos códigos jurídicos, promulgados nesse período.

Por outro lado, essa disciplina (Análise da Constituição do Império) não só contribuiu para aumentar as discussões sobre a Constituição, como ajudou a naturalizar as continuidades, já que ela sustentava as práticas hierárquicas no Estado e na Justiça, desconsiderando as práticas burocráticas e o parlamentarismo no Brasil. Não é à toa que a individualidade jurídica e política tardaram a acontecer, exemplo disso, é o direito a infância e a juventude que, de uma maneira ou de outra, atrasou a execução de uma política educacional pública por parte do governo central³²⁰.

Contudo, os acadêmicos como Ibiapina, construía outras representações da Constituição, valorizando a construção de direitos e deveres do indivíduo livre e pobre do império. Mas antes mesmo de elaborar as próprias representações, Ibiapina precisou ter contato com textos estrangeiros, que eram consumidos a partir dos comentadores portugueses, os quais expressavam ideias de modernização conservadora nas instituições e no Estado. Essas leituras estrangeiras eram realizadas em espaços que não só o das aulas e/ou dentro do Mosteiro de São Bento. No curso jurídico, as indicações literárias estavam sob a

³¹⁹ Quadro elaborado por Rodrigues (2017) a partir de Beviláqua (2012).

³²⁰ NEDER, Gizlene & CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Os filhos da lei. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, nº 45. São Paulo, fevereiro/2001. pp. 113-125.

responsabilidade dos professores, que sentiam a dificuldade de conseguir materiais impressos, fortalecendo as fragmentações dos textos, que eram publicados em formato de lições na imprensa local. Apesar disso, criou-se uma comunidade leitora (e criadora) com universo semântico, jurídico e político em comum.

Já as práticas de leitura e escrita entre os acadêmicos, especificamente, nas aulas do curso, estavam condicionadas pela seleção e pelo comentário dos professores das disciplinas, mas não se esgotavam nelas. Sobre isso, a Lei de criação dos cursos jurídicos não continha nenhuma indicação de livros e/ou autores a serem utilizados, mas no décimo artigo, é estabelecido que os estatutos criados pelo Visconde de Cachoeira deveriam ser aplicados naquilo que a nova legislação fosse omissa. Nas indicações do Visconde, constatamos autores alemães, franceses, portugueses, holandeses e outros. Vejamos um exemplo: Hugo Grotius, indicado para o estudo do primeiro ano de Direito Natural, era alemão, mas provavelmente, era lido a partir de seus comentadores. Independentemente disso, o que nos interessa, é observar as representações desse autor que estiveram presentes nas produções da comunidade do curso jurídico.

O Direito Natural estava baseado no direito comum a todos os homens, que era representado pelos juriconsultos modernos, através de uma razão universal e inscrito nas práticas sociais. Diferentemente dos medievais, que concebiam o direito à realidade transcendental, os modernos acreditavam que era no exame da realidade humana que se estabelecia os direitos. Portanto, o Direito passava a ser compreendido como algo *subjetivo*, criando-se e definindo-se pela razão ou vontade humana. Para o autor Grotius, o Direito civil deveria estar apoiado no Direito natural, que o definia em termos de “obrigação”. O Direito Natural poderia ser fundado a partir do *direito voluntário*, isto é, cujas leis não têm força de acontecer, a não ser por quem detém o poder máximo do Estado; mas o Direito Natural também poderia surgir do *direito obrigatório*, ou seja, através das leis imutáveis e da natureza, as quais deveriam ser seguidas pela razão³²¹.

Por essas e outras, a disciplina inicial do curso – Direito Natural – correspondia ao jogo de forças intrínseco a transformações do Direito antigo e o moderno, bem como dos conflitos na independência do Brasil. Esse último, que elaborou o Direito interno, por meio das representações estrangeiras, fundamentava-se com o discurso de que a verdadeira lei é uma reta razão, cujos indivíduos deveriam cumprir o seu dever e ser coibidos de fazer o mal. As Academias de Direito ajudaram a fortalecer isso, tirando do monopólio religioso a

³²¹ SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva. Hugo Grotius: direito natural e dignidade. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, nº 15, 2009. pp. 181-191.

dominação cultural da sociedade oitocentista. Para os jurisconsultos e leitores de Grotius, a concepção de Direito era fragmentada. Dito isto, existiam as representações do que era (i) justo; (ii) moral; (iii) lei. O primeiro fundamentava-se no que não é, ou seja, o direito não era injusto e injustiça estava relacionada aquilo que repugna a natureza; o segundo estava relacionado aos indivíduos; e o terceiro, às regras das ações. O Direito, portanto, passava a ser uma questão de observância das práticas, dos exercícios de direitos individuais, a separação da teologia e do direito, e o reconhecimento da existência de várias formas, diferentes povos e diferentes circunstâncias do Direito³²².

Essas alterações realizadas no Direito, como também nas disciplinas das Academias do Brasil, não representou o fim da circulação de autores como Waldeck e Johann Heineccius (conhecido como Heinécio em língua portuguesa), indicado pelo Visconde de Cachoeira para compor a disciplina de Direito Romano. Por sinal, esses autores já circulavam em Pernambuco desde pelo menos 1796 e era recomendado por autores portugueses, como Luís Antonio Verney, para o estudo do novo método (em relação aos antiquados métodos jesuíticos) das escolas³²³.

Entretanto, as próprias práticas do Direito Romano em Coimbra não eram mais as mesmas, isso porque os textos de Heinecke consideravam que o Direito era uma ciência, a ciência jurídica, e que ela era uma ciência racional, cujas regras possuíam mais fundamentos que os recursos do legislador. Para demonstrar isso, o autor criou um conjunto de princípios para o Direito, que esteve entre a literatura lusófona e circulou na segunda metade do século XVIII, especialmente entre os países do sul da Europa³²⁴. A importância dessa filosofia jurídica se verificou também nas colônias, já que Heinecke esteve entre uma das doações individuais de livros para Biblioteca do Curso Jurídico, uma lista que foi reproduzida no Diário de Pernambuco, na edição de 31 de novembro de 1831. A obra era *Syntagma Secundum Ordinem Istitutcionum Justiniani*, doado por um estudante, Felipe Lopes Neto Júnior, e está presente ainda hoje na biblioteca do curso³²⁵. Apesar disso, sabemos que nem todos esses autores foram efetivamente lidos nos cursos jurídicos. Em Congregação, os professores da Academia de Olinda indicavam alterações:

Direito Natural e Público – *Autran* e Felice;

³²² Id.

³²³ VERRI, Gilda Maria Whitaker. *Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

³²⁴ Cf. Rodrigues, 2017.

³²⁵ Id.

Análise da Constituição, Direito das Gentes e Diplomacia – *Constituição*, Raineval e Martins;
 Direito Público e Eclesiástico – Gmeneiri e Pascoal (circa sacra)
 Direito Civil Pátrio – Pascoal José de Melo
 Direito Criminal – Pascoal e Código Criminal
 Direito Comercial e Marítimo – Código Francês comentado por Rogron
 Economia Política – P. Mill
 Hermenêutica – Pascoal e Domat
 Prática Formulária e Prática adotada pelas leis do império a respeito do processo ordinário e sumário até a sua execução – Peniz e *Apostila dada pelos lentes*.³²⁶

É bem verdade que as alterações em relação ao universo total de autores e disciplinas são pequenas, mas representam as primeiras necessidades e transformações que o curso jurídico de Olinda estava passando nos seus primeiros anos. Mesmo assim, prevaleceram autores portugueses, como Pascoal José de Melo e comentadores, que também eram lidos no curso de Coimbra, nas indicações do Visconde, e, sobretudo, nas primeiras representações jurídicas do Brasil. Autores como Heinecke e Waldeck, que correspondiam às velhas representações do Direito Romano, remontando, inclusive, as origens coimbrãs dos cursos no Brasil, em Olinda eles só foram lidos dos portões para fora. O Direito Natural era estudado através dos ensinamentos alemães de Franz Zeiller, que foi reconstruído no material elaborado por Pedro Autran da Matta Albuquerque – *Elementos de Direito Natural Privado*. Logo nas primeiras páginas, o professor adverte que não existia nada de novo nas explicações do seu livro, mas que era preciso insistir com os mesmos conteúdos em variados métodos de estudo³²⁷.

Em relação aos métodos, é bom dizer que esse também foi um assunto recorrentemente debatido entre os estudantes. Em *O Olindense*, o primeiro periódico dos acadêmicos do Norte, o método dos professores incitava publicações em torno de questões, como a permanência de costumes jesuíticos em contrapartida a autonomia dos alunos. Exemplo foi “o método de explicar o professor num dia a lição, e no dia seguinte manda-la repetir por um ou mais estudantes”³²⁸, que expôs as práticas de ostentação de saber por parte dos lentes, que exigiam dos alunos o domínio “de cor” das lições como meros repetidores.

Essas atividades extra-acadêmicas, como o jornalismo, tencionavam o debate político, ao passo que construíram novos espaços de leituras e de sociabilidades. Para os redatores de “O Olindense”, o estudante tinha que ser reconhecido como sujeito de direito na própria

³²⁶ Atas da congregação, 1833.

³²⁷ ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. *Elementos de Direito Natural Privado*. Recife: Livraria e Papelaria Parisiense, 1883.

³²⁸ JORNAL *O Olindense*, nº 9, 1831.

instituição de ensino, de modo que não era lícito menosprezar o estudante, envergonhá-lo de propósito, nem mesmo o direito de repreender publicamente, estava colocado entre as normativas internas. Tal discussão não expôs nenhum professor, mas despertou a curiosidade de um deles: “Declaramos que o sr. Doutor Araújo³²⁹ não está compreendido no número dos professores que censuramos, que a sua conduta tem sido digna de elogios. O seu método de ensinar enche as vistas do legislador”³³⁰.

Ainda sobre os métodos, em 1829, o diretor interino Lourenço José Ribeiro, enviou sete medidas aprovadas pelos lentes em Congregação com um regulamento interino das aulas, ou mais especificamente, das obrigações dos estudantes com horários, avaliações e as disciplinas. É bem verdade que o cotidiano escolar ainda estava se formando, quando o diretor fez as sugestões ao ministro e secretário dos negócios do Império, José Clemente Pereira³³¹, mas os conflitos para adaptação dos estudantes e dos professores se arrastou até depois da criação dos Estatutos próprios, em 1831. Isso porque a atividade educacional e, mais do que isso, de leitura e escrita, em Pernambuco, especialmente no curso jurídico, era precarizado, o que impulsionou as atividades extraescolares, como o periodismo acadêmico na cena política de Recife e Olinda. “O Olindense”, por exemplo, destinava parte do editorial para discutir problemas e propor indicações ao diretor e lentes da Academia. Essa proposta foi uma das pioneiras na construção de um espaço de discussões entre professores e estudantes, os quais, muitas vezes, devido o conteúdo da mensagem, se identificavam apenas com pseudônimos.

Sobre isso, vale ressaltar que nomes, como o de Ibiapina, não aparecem entre os estudantes que escreveram e/ou colaboraram com o periodismo acadêmico, contudo, podendo estar entre os pseudônimos que polemizaram nas discussões estudantis. Aliás, o seu nome só aparece nos livros de matrícula, enquanto foi aluno e, depois, no livro de posse, como lente substituto em Direito Natural. Essa ausência em atividades como o jornalismo, foi repetida pelos biógrafos³³² para sustentar que ele não esteve envolvido com as revoltas sociais e políticas.

Em Pernambuco, revoltas como a Abrilada, a Setembrizada e a Novembrada, ocorreram no mesmo ano de abdicação de D. Pedro I, envolvendo direta ou indiretamente, professores e estudantes de Direito. Informações sobre elas são recuperadas na imprensa acadêmica, sem identificação nominal, apenas com os pseudônimos. Destacamos que eles não

³²⁹ Marcos Antônio de Araújo Abreu, professor de Economia Política, disciplina do 4º ano.

³³⁰ JORNAL *O Olindense*, nº 10, 1831.

³³¹ Português de nascimento, foi magistrado e político tendo participado ativamente da Ordem Maçônica no Brasil.

³³² Cf. Nogueira, 1888; Mariz, 1980; Araújo, 1995.

estiveram presentes apenas entre as colunas com assuntos políticos e sociais de Pernambuco e do país, mas também entre os assuntos referentes às decisões administrativas do curso. Por isso, em “O Olindense” e até em outros jornais, Ibiapina pode ter assinado diversos textos sem se identificar.

A coluna “Correspondências”, desse jornal, serviu como uma espécie de alto falante para os estudantes exporem as dúvidas, problemas e acusações sem serem retaliados pela sociedade e, sobretudo, pela burocracia interna da Academia. E quando o assunto da crítica era as ações do diretor interino, a assimetria nas relações institucionais exigia ainda mais o cuidado com o anonimato. Esse dispositivo legal, ativado só em 1830, havia sido sufocado, antes mesmo da emancipação política, quando a Coroa portuguesa vetou publicações anônimas, exigindo que todos os originais fossem assinados pelos respectivos autores, com firma reconhecida e os documentos, incluindo o texto a ser publicado, enviados com antecedência para apreciação do rei³³³. Nos jornais de pequena tiragem como *O Olindense* a escrita anônima foi recorrente:

Se é certo que vivemos debaixo de um sistema liberal e se é também evidente que em um tal regime os atos do governo e as suas relações com as diferentes repartições devem ser o mais notórias possível, devendo até ser publicadas por meio dos tipos, qual será a razão por que o sr. Vice-diretor não deu e nem dá ao prelo certos avisos do ministério, mormente os do tempo do bom e benemérito José Clemente Pereira? [...] Deve o público ignorar as ordens relativas a Academia quando esta interessa ao Brasil em geral? [...] Até hoje tinha guardado silêncio, esperando que o sr. Lourenço José Ribeiro se decidisse; mas como tem sido em vão a minha esperança e eu desejo saber, por isso queiram (se souberem) dar-me o motivo deste proceder. A resposta decidirá ao seu colega.
O curioso.³³⁴

O periodismo acadêmico foi responsável por efetivar um espaço de discussão em Olinda, fora das dependências escolares, o que não significou que todos tivessem acesso a imprensa. Por esse motivo, nesse espaço de discussões, o que prevaleceu foram às representações dos acadêmicos ou dos grupos privilegiados economicamente, a partir de artigos que versam sobre temas “caros” a esses grupos, a exemplo da liberdade de expressão e

³³³ SANTOS, André Maranhão. A atividade tipográfica e a construção da biblioteca pública no século XIX. *Cadernos de Olinda*, v. 3, pp. 42-47, 2006. Vale ressaltar que Michel Foucault afirmava que a função-autor na modernidade surgiu quando pôde ser penalizada, isto é, quando o autor pôde ser condenado pelo que escrevia. Ver FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: _____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Manoel Barros da Motta (organizador). Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. pp. 264-298.

³³⁴ JORNAL *O Olindense*, nº 21, 1831.

a organização das novas instituições do país. Porém, mesmo com a segurança de manter os interesses estampados nos principais periódicos, esse grupo se protegia de retaliações imperiais por meio do anonimato autoral.

Porém, não se pode esquecer que “O curioso” provocava o diretor Lourenço José Ribeiro, num cenário em que as disputas políticas estavam estampadas com as cores dos partidários de D. Pedro I e os contrários, estes últimos, mais vulneráveis a retaliação. A comunidade acadêmica de Direito, por exemplo, pode ser confundida entre àqueles que se opunham ao governo, embora professores e o diretor interino, durante a década de 1830, tenham agido para apaziguar os ânimos e arrefecer as críticas escritas e faladas.

Essa decisão institucional não se confunde com o alheamento acerca da realidade material e cultural em que eles viviam, porque Lourenço e os professores em exercício, reconheciam as carências do curso, assunto que recorrentemente foi discutido entre os lentes na Congregação. Uma dessas faltas era uma tipografia própria na Academia de Direito. Esse suporte, que tornava possível a publicação das ações administrativas, era tão importante quanto a transparência dos conteúdos que foi cobrado pelo estudante “curioso”.

Essa provocação também indicava as tensões proeminentes entre as práticas liberais e a efetivação delas no curso jurídico, já que as leituras e as representações do liberalismo circularam entre os bacharéis, antes mesmo de existir as condições materiais para elas se efetivarem. A criação da Faculdade de Olinda é um dos principais exemplos. Por esse motivo, não se pode dissociar a liberdade de expressão no império e, sobretudo, em províncias do Norte, das condições materiais da imprensa e da educação, que estavam comprometidas pela falta do material e de colaboradores.

Vimos no capítulo anterior, que a imprensa no Norte imperial foi impulsionada pelos movimentos republicanos de 1817 e 1824, quando homens, como o pai de Ibiapina, constituíram uma equipe responsável para desenvolver os serviços das correspondências oficiais e a circulação de informações entre a capital da província e o interior do Ceará. Mas essa atitude foi sufocada e, na década de 1830, a maioria das tipografias estava concentrada nas capitais do país. O jornal “O Olindense”, por exemplo, era impresso na *Typographia Fidedigna*, no Recife.

Sobre esse fato, vale comentar que a presença de tipografias em Pernambuco é um problema que remonta ao século XVIII, quando Antônio Isidoro da Fonseca instalou sua maquinaria de impressão e o governo mandou que a suspendesse. A licença oficial só ocorreu em 1816, com a *Officina Typographica da 2ª Restaraçam de Pernambuco*. Esta foi

responsável por fazer circular as representações republicanas de 1817³³⁵, mas logo se tornou proibida e algumas maquinarias foram enviadas à Corte. Por isso, o impulso dado à escrita e a leitura, através do serviço tipográfico, se manteve instável até depois de 1822, devido às perseguições aos conteúdos que circulavam em Pernambuco³³⁶. Depois disso, a *Typographia Nacional* concentrou os serviços oficiais da província, transferindo, na década seguinte, para a *Typographia Fidedigna* de José Nepomuceno de Melo, que publicou alguns números do “Diário de Pernambuco”, assim como jornais da comunidade acadêmica de Direito, a exemplo do “O Olindense”, “Argos Olindense” e “O Carapuceiro”.

Essa incapacidade nos serviços tipográficos da província, que foi aprofundado com as demandas de uma instituição como a Academia de Direito, caracterizado pelas necessidades da sala de aula (avaliações, exercícios, cadernos, compêndios), a demanda dos professores e os documentos que circulavam internamente (ofícios e as resoluções), o diretor Lourenço J. Ribeiro, respondeu ao “curioso” correspondente do *O Olindense*:

No Curso Jurídico não há imprensa e as redações das folhas periódicas podendo fazer a este respeito algum obséquio uma vez por outra, não querem com tudo, nem são obrigados a contrair uma obrigação permanente, sem ser pagos, visto que ofícios e documentos haverão que lhe tomem muitas folhas, e por conseguinte, ou transtornem o seu plano ou os obriguem a maiores sacrifícios. Mas quem fará esta despesa? A Junta da Fazenda não, porque nem eu posso requisitá-la, visto que pelo aviso de 11 de janeiro de 1828 só fui autorizado a pedir livros para matrículas e exames, e o mais que for preciso ao arranjo das aulas e arquivo, nem ela condescender comigo, por não se poder apertar das ordens que recebe do Tesouro Público, como respondeu ao Conselho Geral da Província, quando lhe fez uma requisição desta natureza. Eu também não, porque não há lei que me imponha um tal tributo, acrescentando a isto que pelo emprego de diretor nada ei recebido, e o meu ordenado de lente é muito diminuto. Que resta, pois a vista disso? Responder ao sr. “Curioso” que deseja muito bem, mas que eu não sou obrigado a impossíveis³³⁷.

Efetivamente, as exigências das práticas liberais, como a publicação das correspondências oficiais do diretor em um meio próprio ou de terceiros, não combinavam com as condições materiais que a Academia estava condicionada. Essa incapacidade tipográfica isentava, em partes, as responsabilidades do diretor, mas uma vez publicadas as ações internas do curso jurídico em imprensa local, abria-se a oportunidade da sociedade

³³⁵ SANTOS, op. cit.

³³⁶ Entre eles, o *Typhis Pernambucano*, onde Frei Caneca escrevia e publicava seus discursos contra o governo central (a Corte do Rio de Janeiro).

³³⁷ JORNAL *O Olindense*, op. cit.

externa tomar conhecimento da dinâmica do curso e do próprio campo social do Direito. Mais do que o conteúdo dessas publicações, que se materializou nas folhas acadêmicas durante as primeiras décadas do oitocentos, é preciso evidenciar que a própria existência dessas cobranças numa correspondência como d'O "curioso", implica mudanças nas práticas educacionais (estudante-professor e estudante-diretor) e, sobretudo, institucionais. Assim, a própria noção de escola tradicional, onde o professor era visto como o detentor do saber, ganhou questionamentos. E o periodismo acadêmico, devido ao caráter extra institucional, contribuiu mais para as produções escritas e a circulação dessas ideias.

A carência de tipografias em Olinda e Recife não impediu apenas que se reproduzissem as informações internas referentes às ações do curso, mas, sobretudo, a produção dos textos pelos professores e estudantes. A geração de Ibiapina, por exemplo, não contou com uma biblioteca e/ou espaços públicos para estudar em Olinda, mais um problema que contribuiu para silenciar o nome dele entre os textos da época. Àqueles que tinham acesso aos serviços tipográficos, possuíam melhores condições financeiras, já que um exemplar avulso d'*O Olindense* custava 80 réis para adquiri-lo.

Apesar de frisarmos a produção material dos textos, sabemos que ele não se limita a materialidade, pois ele é, sobretudo, um produto cultural. Nas primeiras décadas do oitocentos, em Pernambuco, a falta de livros e o elevado preço dos que eram vendidos, somado a ausência de bibliotecas ou livrarias na cidade, foi um problema levantado não só pela comunidade acadêmica de Direito, mas a população olindense. Essas questões junto ao alto índice de analfabetismo, a proibição de cursos superiores na colônia e a reprodução de autores e de materiais didáticos de Portugal, caracterizam esse cenário de leitura-escrita oitocentista.

Contudo, o surgimento dos cursos jurídicos não sanou esses problemas estruturais, ao contrário, aprofundou as diferenças de escolarização entre as elites e as camadas populares. Sobre isso, as responsabilidades educacionais do império com a criação desses cursos, continuaram pífias, como por exemplo, a criação de uma biblioteca em Olinda. No Decreto de criação, assinado em 7 de dezembro de 1830, indicava-se parte do Mosteiro de São Bento ou o antigo Palacete do Governo como sede, e os recursos para aquisição de livros eram oficiais ou voluntários.

Essa criação estava ligada às principais demandas dos cursos jurídicos, cuja lei de criação, se quer mencionava, nem tampouco recursos para materiais didáticos. A única referência aos livros, como já falamos anteriormente, era dos compêndios, que deveriam ser

“arranjados” pelos lentes, desde que de acordo com os interesses imperiais³³⁸. Tendo em vista que a produção bibliográfica nacional era incipiente, assim como o comércio livreiro, os professores utilizaram adaptações, traduções e compilações de autores estrangeiros.

Em Pernambuco, a venda de impressos era feita em boticas de Olinda e Recife, assim como em alguns conventos, como dos Oratorianos, que vendiam livros editados pelos padres, a exemplo do *Novo Método da Gramática Latina* e os *Exercícios da Língua Latina*. Este cenário foi impactado com a instalação dos cursos jurídicos, especialmente em Olinda, que oportunizou de dois teatros e uma livraria, alterando não só a paisagem, mas principalmente, os comportamentos da cidade. Essa livraria era a Pinheiro Faria & Cia, de Manuel Figueiroa de Faria, inaugurada em 1831. Além de vender livros, ela contava também com uma tipografia, saindo de lá os primeiros livros impressos em Pernambuco. Segundo Lawrence Halewell³³⁹, os livros eram de Direito – *Lições de Direito Público Constitucional*, escrito pelo jurista espanhol Ramón Salas, e *Elementos de Economia Política*, de Stuart Mill, traduzido do francês e confrontado com o inglês pelo professor da Faculdade de Direito, Pedro Autran da Matta Albuquerque e seus alunos Álvaro e Sérgio Teixeira de Macedo.

Apesar dos vários livros, não só de Direito, que foram impressos pela livraria Pinheiro Faria & Cia, antes dela existiam outras tipografias no Recife, já que o livro *Tratado de educação físico-moral dos meninos, extraído das obras de Mr. Gardien, doutor em medicina*, de autoria de Joaquim Jerônimo Serpa, já circulava na província em 1828. Não à toa, um exemplar foi doado pelo próprio autor a biblioteca do curso jurídico, fazendo parte das doações individuais que compuseram o acervo.

Sobre a construção desse acervo, ela ocorreu entre os anos 1831 e 1835, mas não foi um fato que existiu em si e por si, isto é, deve-se questionar a origem desses livros e o incipiente mercado livreiro em Pernambuco; a doação de exemplares individuais para a biblioteca e a posição econômica e social desses doadores; a extinção da Congregação do Oratório em 1831 e a doação desse acervo para compor esse espaço de leitura do curso jurídico. Somado a isso, estavam ocorrendo revoltas como a Setembrizada e Novembrada, que geraram a escassez dos recursos financeiros, a dificuldade de transporte e distribuição e os constantes roubos de cargas, o que repercutiu não só no acervo físico, mas também na escolha de títulos a comporem as estantes.

³³⁸ Artigo 7º da Lei de 11 de agosto de 1827.

³³⁹ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

Isso porque, Olinda não era só um centro de ensino jurídico, mas também um cenário de produção intelectual³⁴⁰, cujas práticas foram alteradas com o incentivo dos acadêmicos ao mercado livreiro e a imprensa local. As pressões para a construção de uma biblioteca ganharam formato através de crônicas³⁴¹ em periódicos, que alegavam ser indispensável uma biblioteca pública na cidade, de onde se esperava ser o caminho mais breve para o “progresso das ciências” e a “ilustração da mocidade”. Mas a demanda pelos livros e pela leitura não era apenas dos acadêmicos, ela também estava entre os padres, os comerciantes e outros ofícios do Estado imperial, embora a posse de um livro continuasse a ser sinônimo de poder e distinção social. Segundo Gláucio Veiga³⁴², os professores da Faculdade de Direito encomendavam livros na Europa com encadernação dourada, que serviam como materiais de decoração mais do que de objeto de consulta.

Seja pelo mercado incipiente ou a falta de recursos financeiros, o fato é que o caminho entre o decreto de criação da biblioteca em Olinda até as primeiras doações oficiais para constituir o acervo, foi árduo. Até mesmo a origem dos recursos para a compra de livros tornou-se um espaço em disputa – a subscrição voluntária e prestações anuais do governo imperial. A deliberação para a subscrição voluntária ficava a cargo do presidente de província que, segundo a lei, deveria noticiar todo o processo pela imprensa. Já a relação de livros a serem adquiridos para biblioteca, seria indicado pelos professores do Curso de Direito³⁴³. Para piorar, as dificuldades estruturais e do acervo o prédio indicado na lei não foi o mesmo onde se instalou a biblioteca.

O Convento de São Francisco foi a opção mais eficiente e barata, embora o prédio estivesse em péssimas condições de preservação. Disponibilizado um salão, sem portas, o Frei Francisco da Conceição, em ofício ao diretor do curso jurídico³⁴⁴, eles também colocavam a sala da biblioteca dos franciscanos que, apesar de pequena e ocupada, à disposição do curso jurídico. Esse fato, somado a doação dos livros dos Oratorianos para compor o acervo, são os primeiros passos para a conversão dos bens pertencentes à Igreja em coisa pública, ou ainda, a pressão social e cultural para a secularização dos bens pertencentes aos religiosos³⁴⁵. Mas

³⁴⁰ FREYRE, Gilberto. Os livros. In: _____. *Olinda 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944. pp. 69-74.

³⁴¹ As pressões vinham principalmente do periódico satírico *O Carapuceiro*, organizado pelo padre beneditino Miguel do Sacramento Lopes Gama, que foi diretor efetivo do curso jurídico de Olinda em 1847.

³⁴² VEIGA, Gláucio. Capítulo XIII Síntese do Período de Olinda. In: _____. *História das ideias da Faculdade de Direito do Recife*. Vol. IV. Recife: Editora da UFPE, 1984. pp. 299-362.

³⁴³ Essa escolha, apesar de controlada, pode apontar para certa autonomia da comunidade acadêmica de Olinda.

³⁴⁴ OFÍCIO de Frei Francisco da Conceição ao diretor interino Lourenço José Ribeiro, 1831.

³⁴⁵ DAECTO, Marisa Midori. *O império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp, 2011.

garantir o teor secular do curso jurídico não era a preocupação da regência, pelo menos nas estratégias traçadas pelo governo central para dar solução aos problemas do curso de Olinda. O diretor interino, Lourenço J. Ribeiro, não demonstrou interesse nos títulos que chegaram com as doações da Corte e dos Oratorianos ao curso, especialmente, estes últimos, já que a academia já condicionada fisicamente ao prédio dos beneditinos, e com a biblioteca, ao prédio dos franciscanos.

Nesse sentido, o que mais interessava ao diretor era a renda anual que se destinava aos oratorianos, com a extinção da ordem no Brasil, em 1831. Essa decisão parece ter sido premeditada pelo imperador D. Pedro I, já que os desentendimentos entre ele e os oratorianos, ocorreu no mesmo período em que as cobranças sociais para criação de uma biblioteca da Faculdade de Direito se tornavam mais pungentes nos jornais, nas ruas e no próprio curso³⁴⁶. Assim como os recursos financeiros para a aquisição do acervo bibliográfico, a nomeação do bibliotecário tornou-se um problema. A indicação ao cargo era feita pelo presidente da província, que estava previsto no decreto de criação, embora o ordenado não estivesse explícito. Todavia, a ocupação de um cargo como este, colocava em jogo a possibilidade de garantir uma carreira pública, como aconteceu com o primeiro bibliotecário, Bazilio Quaresma Torreão, que foi escolhido pela Câmara de Olinda ao cargo, exercendo a função em curto período, pois foi nomeado presidente de província do Rio Grande do Norte.

Sobre ele, sabemos que foi participante da Confederação do Equador e, por isso, ficou preso e expatriou-se na Inglaterra. Assumiu essa função de bibliotecário no retorno ao país, mesmo sem vencimentos e sem registro formal de nomeação. Além disso, ele não deixou registros quanto à sua passagem pela biblioteca, ou seja, não fez catálogo das obras e nem rabisçou normativas para o cotidiano do estabelecimento. O que sabemos sobre ele são as queixas dos diretores do curso acerca da sua ausência³⁴⁷, sem falar nas dificuldades apontadas pelo bibliotecário que o substituiu, Umbelino Catão, que achou os livros sem nenhuma classificação e, de alguma maneira, abandonados.

No entanto, foi durante o período que Bazilio esteve em atividade, que a biblioteca recebeu as primeiras remessas de livros (em larga escala), oriundas da Livraria dos Oratorianos e da Biblioteca Nacional e Pública da Corte. Em grande medida, essa atitude foi a estratégia encontrada pelos governos (provincial e imperial) para suprir a demanda dos livros, bem como para mobilizar coletivamente interesses públicos com a justificativa de construir um local de cultura e intelectualidade na província.

³⁴⁶ RODRIGUES, op. cit.

³⁴⁷ Nesse período, o diretor era Manuel Inácio de Carvalho (interino).

A subscrição voluntária, por exemplo, foi uma ação recorrente durante o governo imperial para financiar obras públicas. Esse tipo de campanha institucional para arrecadar verbas deveria ser, em tese, de responsabilidade dos poderes públicos. Tal prática foi quase regularizada em lei, uma vez que ela aparece em vários dispositivos, como o decreto de criação da biblioteca. Nela, a subscrição voluntária previa a doação em dinheiro ou em livros, que fez surgir uma comissão de comerciantes para contribuição da compra de livros, os quais conseguiram 89 livros, distribuídos em 264 volumes³⁴⁸.

A lista de doações oriundas da subscrição voluntária individual, só foi publicada em 1831, no Diário de Pernambuco que, diga-se de passagem, foi a única lista produzida por Bazilio Quaresma, enquanto esteve em atividade. Ela contém trinta e três nomes e as suas respectivas ofertas e, por trás dos números e títulos, é possível verificar informações sobre as práticas e representações que circularam não só no curso jurídico, mas na sociedade leitora de Olinda. Desses 33 nomes, 23 eram acadêmicos do curso, 3 eram estudantes externos, 2 eram professores do curso, 1 político, 2 médicos e 2 pessoas não-identificadas a ocupação profissional³⁴⁹.

A maior parte desses doadores terem a ocupação profissional de estudantes (de Direito ou não) expressa a importância que esses sujeitos davam a construção de espaços públicos de leitura no império, ao passo que nos convida a refletir sobre a circulação desses produtos fora dos locais escolares. Além disso, a posse dos livros por jovens pode ser a representação de uma militância política, antes mesmo de iniciar os estudos em Ciências Sociais e Jurídicas. Mas entre esses doadores acadêmicos, estavam os dois cearenses – José Antônio Pereira Ibiapina e Jerônimo Martiniano Figueira de Mello. Ibiapina doou um exemplar de *Considerations sur les causes de la grandeur et décadence des empires* (*Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e seu declínio*), e o outro ofertou seis exemplares de *Oeuvres politiques* (*Obras políticas*), ambos títulos de Montesquieu³⁵⁰. Vale ressaltar que, se outrora, autores como Montesquieu, Diderot e Voltaire eram proibidos, nesse período, eles já circulavam livremente entre os leitores.

Em relação ao conteúdo da doação feita por Ibiapina, vale lembrar os escritos que ele elaborou em seu leito de morte, apresentadas no primeiro capítulo, cujas ideias católicas estavam atreladas ao mundo romano (ou o que restou dele). Por isso, Ibiapina mencionava, saudosista, os exemplos temporais e espaciais do Antigo Testamento, como por exemplo, a

³⁴⁸ BEVILAQUA, op. cit.

³⁴⁹ RODRIGUES, op. cit.

³⁵⁰ Id.

cidade de Palmira, que era associada por ele aos grandes impérios (material e de comportamentos, virtudes, práticas), que não existiam mais no presente vivido (fim do século XIX).

Mais do que a subversão (ou não) dos conteúdos, esses livros oferecem pistas sobre o que liam e escreviam os estudantes do período, bem como as línguas estrangeiras que eles precisavam dominar para realizar essas leituras. Sem falar que os livros doados a biblioteca do curso pelos estudantes e outros voluntários, já circulavam na cidade, antes mesmo do curso e da biblioteca, podendo ser adquiridos por meio dos parentes e/ou amigos mais próximos. Provavelmente, o exemplar de Montesquieu que Ibiapina doou, foi um presente recebido, já que nessa época ele era órfão, morava com os oratorianos e não tinha ofício que rendesse verbas para aquisições de livros nacionais ou estrangeiros.

Apesar da subscrição voluntária ter sido a doação mais tímida em quantidade de exemplares feita à biblioteca, foi a que mais contou com títulos referentes às disciplinas previstas no curso. As doações variaram entre os autores clássicos da Antiguidade, como Ovídio e Cícero, passando pelos autores modernos como Montesquieu, e àqueles utilizados no curso, como ‘Heinécio’ e ‘Felice’, ambos alemães. Em se tratando dos estrangeiros, não podemos esquecer as doações nacionais, como a do médico Jerônimo Joaquim Serpa, mencionado anteriormente, o que mostra que, apesar das adversidades, a biblioteca também foi um espaço de promoção e divulgação da escrita nacional.

Sem dúvidas, a maior doação, em termos quantitativos, veio da Biblioteca Nacional e Pública da Corte, com total de 2.269 exemplares³⁵¹. Apesar disso, não existem documentos requerendo especificamente essas obras, mas sabemos que elas vieram da doação de “obras dobradas”, isto é, títulos que não tinham relação direta com os interesses do Curso e estavam “duplicados” no acervo da Biblioteca Nacional. Por esse motivo, essa contribuição continha muitos títulos de História, Belas Artes, Ciências e Teologia, uma classificação oferecida pela própria doadora.

Interessante é perceber a preocupação dos governos (provincial e imperial) com os cursos jurídicos e os interesses em fortalecer a biblioteca do curso, com um acervo efetivamente importante para a formação dos bacharéis. Por isso, a doação oriunda do Convento dos Oratórios, é considerada uma artimanha do governo imperial para solucionar dois problemas com uma única solução. A extinção da ordem religiosa em 1831 e, conseqüentemente, o envio do acervo desses padres, foi uma ação realizada antes da

³⁵¹ Id.

abdicação de D. Pedro I. Essa doação foi a segunda mais expressiva, numericamente falando, com um total 1.689 volumes, distribuídos em 651 títulos de Teologia, História e Gramática, sendo apenas 73 de Direito³⁵².

Bom lembrar que a Livraria dos Oratorianos foi considerada por Gláucio Veiga³⁵³, como a responsável por disseminar as práticas e leituras iluministas na província de Pernambuco. A hipótese não pode ser comprovada, já que não temos condições de afirmar quais foram às leituras realmente realizadas pelos Nérís das obras que estavam no acervo. Mas algo, independentemente dos títulos doados a biblioteca, é evidente – o Convento dos Oratorianos exerceu papel decisivo na sociabilidade cultural e intelectual de Pernambuco, já que a livraria que possuíam, era um local que atraía pessoas de diversas posições políticas, compartilhando interpretações e informações dos mais diversos conteúdos.

Por isso, a abertura oficial da Biblioteca de Olinda ocorreu logo após a chegada das obras desses padres. Sobre os leitores e/ou frequentadores da biblioteca nesses primeiros anos, não se tem registros, mas a primeira lista completa de títulos foi organizada por Umbelino Catão e publicada pouco tempo depois da inauguração em 1835.

3.1.1 Ibiapina e os oratorianos: livros e leituras em Pernambuco

Enquanto esteve hospedado no Mosteiro [de São Bento], acompanhava religiosamente a vida litúrgica dos monges, inclusive a recitação diária do ofício divino. Ao perceber, porém, que a comunidade beneditina sob a direção do abade Dom José Damásio, estava insatisfeita com o funcionamento do curso jurídico em suas dependências e desejava transferi-lo para outro local, Ibiapina resolveu, por iniciativa própria, solicitar o padre João Dias, ex-preposto dos oratorianos e então capelão da igreja da Madre de

³⁵² Id.

³⁵³ VEIGA, Gláucio. A Biblioteca dos Oratorianos. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco*. Vol. I. Recife, 1978. pp. 51-66.

*Deus, a caridade de o acolher, no que foi atendido*³⁵⁴.

Sem dúvidas, as tensões entre a comunidade acadêmica, os beneditinos e a sociedade pernambucana foi uma questão pontuada por diversos autores, até mesmo os biógrafos de Ibiapina. A mudança para o convento dos Oratorianos, assim como a insistência no silêncio do acadêmico sobre os conflitos dessa época, é justificativa tentadora para reafirmar o perfil apaziguador que ele teve. Mas o olhar historiográfico não pode padecer, como no biógrafo Pe. Francisco Sadoc, com os vícios anacrônicos e os arranjos improvisados a partir dos interesses do presente.

Biógrafos como Sadoc, que era padre, insistiu numa personalidade caridosa e conciliadora de Ibiapina, em contraposição às interpretações que emergiram sobre ele no seio da Teologia da Libertação, como o Pe. Eduardo Hoornaert, que considerou Ibiapina um precursor das práticas da Igreja dos pobres. Independentemente das disputas de memória, esses biógrafos, ao lançarem perguntas à trajetória secular de Ibiapina, esquecem que, enquanto estudante de Direito, ele não era reconhecido como padre, e os seus usos e comportamentos não podem ser encarados como se ele o fosse. Portanto, morar com padres e/ou frequentar igrejas e cultos, era uma prática comum à sociedade oitocentista, mesmo entre àqueles que não se tornavam padres.

O nosso esforço nesse tópico é de mapear os livros e as leituras estimuladas pelos padres da congregação do Oratório, de São Filipe Neri, em Pernambuco, tendo sido Ibiapina, tanto como estudante quanto morador, um dos beneficiários dessa bagagem cultural. Não podemos esquecer que, nesse momento, essa ordem religiosa já havia sido extinta do país e o patrimônio deles estava sendo reorganizado a partir de outros interesses sociais.

Antes disso, os padres do oratório construíram importantes lugares e meios para promoção da leitura e da escrita em Pernambuco, no século XVIII, que impactaram na política educacional e podem ser considerados os primeiros passos para uma modernização conservadora no Brasil, porque, desde a chegada deles por aqui, em 1659, disputava-se a hegemonia cultural sobre as populações indígenas contra a Companhia de Jesus. É bem verdade que, em sua grande maioria, os Nérios se voltaram para as missões nos aldeamentos indígenas. No entanto, o que nos interessa acerca dessa ordem religiosa, é a ocupação feita no espaço urbano e, conseqüentemente, os locais construídos por eles, que fortaleceram a leitura

³⁵⁴ ARAÚJO, op. cit.

e a escrita pernambucana. Para tanto, o conjunto arquitetônico pertencente à ordem, correspondeu a Igreja da Madre de Deus e o convento, o qual foi transformado na Alfândega, após a expulsão da ordem em 1830, e hoje, faz parte da área portuária da cidade do Recife.

A história da Congregação de São Filipe Néri pode ser entendida, entre outras coisas, pelas relações que eles estabeleceram com o absolutismo real e a luta contra os jesuítas. Quando o Marquês de Pombal ascendeu ao poder real, como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a Congregação do Oratório acabava de entrar na nova Casa de Nossa Senhora das Necessidades, para ensinar a juventude, localizada na cidade de Lisboa, tendo sido reconstruída depois do terremoto. Mas as disputas políticas não acabaram por aí, e as intrigas entre oratorianos e jesuítas, não passou despercebida do Marquês de Pombal.

Essa contenda está relacionada, sobretudo, aos compêndios de Gramática Latina desenvolvida pelos oratorianos e as leituras filosóficas que eles faziam de autores antigos e modernos. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, foram escolhidas as gramáticas do padre oratoriano, Antônio Pereira de Figueiredo, para serem adotadas nas escolas portuguesas, são elas: *Exercícios da Língua Latina Portuguesa acerca de diversas causas* (1751), *Novo Método de Gramática Latina* (2 vols.) (1752 e 1753), *Coleção de palavras assim portuguesa como latinas* (1755) e *Novo Método de Gramática Latina, reduzido a compêndio* (1758)³⁵⁵.

No Pernambuco, entretanto, esses padres não atuaram apenas no universo cultural e das letras, mas também no crescimento urbano e nas atividades comerciais, ou mais exatamente, com os mascates. Estes, por sua vez, doaram o terreno e as “esmolas substanciais” para a instalação dos Néris, quando eles chegaram a capitania. Não é de se estranhar as relações que eles tinham com o Reino e com os mascates, já que para a ordem de São Filipe Neri, a riqueza e o estar no mundo não eram incompatíveis com a “salvação”³⁵⁶.

Não obstante, com a doação do terreno pelos mascates, os Néris não só se tornaram seus aliados, como também lutaram pela elevação do Recife à categoria de vila. Ao conquistar isso, os padres se assumiram como negociantes de propriedades urbanas e permaneceram investindo contra as propriedades e o domínio cultural dos jesuítas. Assim, não podemos considerar a expulsão dessa companhia em 1759 como uma vitória apenas material, mas, sobretudo, cultural, do plano pedagógico e filosófico dos oratorianos no reino e nas colônias.

³⁵⁵ FÉRRER, Francisco Adegildo. Pombal e os oratorianos. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1998. pp. 231-242.

³⁵⁶ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Sociabilidade, cultura e formação política: a Congregação do Oratório, de São Filipe Néri. In: _____. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Recife: UFPE, 2006. pp. 131-139.

Sobre isso, os oratorianos, apesar do alinhamento com o regalismo, foram investigados pelas aulas de Lógica estabelecidas nos territórios do reino, que eram acusadas pelo jesuíta Luís de Molina, de aulas de “probabilismo absoluto” para destruir a Igreja de Deus, as conquistas coloniais e os Estados do mundo. Não temos espaço aqui para discutir sobre o probabilismo, mas esclarecemos que era uma doutrina entre o dogmatismo e o ceticismo, acusada de impedir o “espírito humano” de ter certezas absolutas. A acusação dos jesuítas no tribunal inquisitório foi derrotada, mas as acusações contra os Nérís não acabaram.

Em Portugal e no Brasil, eles foram acusados de abusar das graças e privilégios concedidos pelos reis, por isso, inicialmente, padeceram pela redução da ordem, que ocorreu não só em números, mas também em atividades eclesiásticas, sendo reduzidos no Estado português aos clérigos seculares. Além disso, foram suspensos do exercício público de ensinar, por não terem regulamento de estudos de acordo com os interesses da Coroa. É lícito, portanto, falar em aniquilamento parcial dos oratorianos, já que não puderam se empregar como professores, nem se ocupar de colégios que haviam construído no século XVIII³⁵⁷.

Sobre isso, no Brasil, especialmente em Pernambuco, os cursos abertos por eles de Filosofia e Teologia, não se destinavam apenas aos religiosos, mas a todos que se interessassem. Diante dessas criações, eles se tornaram os primeiros a possuir uma biblioteca na capitania, espaço que foi responsável por divulgar os conteúdos da Física Moderna e do experimentalismo, promovendo as primeiras circulações dos livros de Newton e outros autores das Ciências da Natureza. Esse processo fez parte da adesão dos Nérís à política pombalina, que beneficiou a Congregação, com a expulsão dos jesuítas, bem como concessões patrimoniais aos padres. Entretanto, não se pode considerar a atuação desses padres de maneira homogênea, já que as divisões políticas internas remontam a criação da Congregação e estouraram nas produções intelectuais – as do padre pombalista (fiel ao Marquês de Pombal) Antonio Pereira de Figueiredo e o padre filósofo (crítico ao poder do Altar atrelado ao Trono) Theodoro Almeida.

No entanto, aqui no Brasil e, principalmente, em Pernambuco, essa divisão intelectual entre os oratorianos, não existia. Os padres daqui eram pombalistas e apoiavam incondicionalmente a Coroa, sendo retrógrados nas posições políticas e reformistas no campo educacional³⁵⁸. Não significa que inexistiam contendas entre eles, como por exemplo, a dos comportamentos e estatutos internos. Vale ressaltar que a fundação do Oratório se deu na

³⁵⁷ FÉRRER, op. cit.

³⁵⁸ MEDEIROS, Maria do Céu. O ensino dos oratorianos: um ensino empenhado. In: _____. *Igreja e Dominação no Brasil escravista: o caso dos oratorianos no Pernambuco 1659-1830*. João Pessoa: Idea, 1993. pp. 151-167.

mesma época aqui e acolá, mas em Lisboa, foram conservados os arquivos, catálogos e outros, que contribuem para compreender como se deu atuação dessa ordem.

Em Pernambuco, um dos únicos registros que se tem notícia dos Oratorianos, é a *Relação dos livros encaminhados ao Curso Jurídico*, que foi investigado por Gláucio Veiga (1978) e nos ajudou a mapear quais foram os livros e as leituras desses padres, os quais Ibiapina teve contato antes mesmo da doação para a Biblioteca Pública de Olinda, isto é, ele já havia tido contato com os títulos de Física Experimental quando ainda morava no Convento.

Apesar desse contato, aquela tese defendida por Veiga (1978) sobre o acervo dos oratorianos e a “irradiação do iluminismo em Pernambuco”, também pode ser aplicada ao contato que teve Ibiapina com os livros das Ciências da Natureza e se mostrar apressada. Sabemos que não é possível determinar com precisão como eram feitas as interpretações desses livros e autores, tanto pelos padres, quanto os demais leitores dessas obras. Apesar disso, sabemos que Ibiapina realizou missões católicas nos sertões nordestinos, um espaço geográfico seco e com poucas precipitações pluviométricas, que podem ter sido melhor observadas a partir das leituras da Física experimental e moderna feitas no Convento dos Oratorianos.

Sabe-se que a importância de uma biblioteca, como um espaço de leitura e de comunicação, é o que transforma o local em espaço de sociabilidades e trocas culturais. Sobre isso, a biblioteca dos Nérís se consolidou, no início do século XIX, como um espaço onde frequentavam pessoas de diversas posições sociais e políticas – o padre Muniz Tavares, o poeta Francisco Ferreira Barreto, padre Antonio Joaquim de Mello, jurista Francisco Paula Batista e Pedro de Araújo Lima (o marquês de Olinda). Apesar disso, no presente vivido pela comunidade acadêmica de Direito, nos quais os livros que foi, outrora, manuseado por diversas pessoas, passava agora a serem caracterizados como velhos e inúteis. Uma das questões mais latentes sobre isso, está nos 651 títulos, onde 377 eram de Teologia e só 73 de Direito³⁵⁹, sendo considerados ultrapassados e concedidos à venda pelo regente Pedro de Araújo Lima com a prerrogativa que não se tratavam de matéria jurídica. Essa transação foi realizada pelo professor Pedro Autran da Matta Albuquerque e alguns padres jesuítas.

Mas os títulos doados pelos oratorianos, conseqüentemente, as leituras que eles realizavam, ampliava-se para temas como a astronomia, a medicina, a lógica, a geografia, dicionários e outros títulos, que não são identificados no manuscrito central da análise de

³⁵⁹ RODRIGUES, op. cit.

Veiga (1978). Notamos silenciamentos sobre os títulos de Gramática Latina, que foram motivos de desavença e até punição aos Nérís durante o século XVIII. Além disso, não se encontram livros do ideólogo pombalista Luís António Verney no acervo doado, algo a ser investigado mais cuidadosamente, já que esse era um autor imprescindível aos adeptos e fiéis da política do Marquês de Pombal.

Há, contudo, a presença de outros autores “estrangeiros”, como o protestante Jacques Besson e sua obra *Teatro dos instrumentos matemáticos e mecânicos*, que representaram um novo gênero literário no mundo de língua portuguesa, mas também a presença do poder e do mecenato científico entre os oratorianos. Sobre o mecenato, vale a pena uma minuciosa investigação nos livros de Genealogia dos oratorianos e que ainda estão no acervo da faculdade de Direito do Recife, os quais ostentam técnicas e artes no encadernamento e na capa como instrumentos importantes para identificação da divulgação cultural e política de uma época.

3.1.2 Acadêmicos de Direito e as revoltas regenciais em Pernambuco

Estudar os acontecimentos³⁶⁰ (episódios políticos, sociais ou econômicos de curta duração, geralmente, com menos de um mês) que ocorreram em Pernambuco, após a abdicação, requer que se faça um deslocamento em termos espaciais (de Pernambuco para o Brasil e outros países, como Portugal e Estados Unidos) e temporais (do episódio para a conjuntura do processo de independência política e cultural, bem como o fortalecimento do sentimento nativista).

Por isso, fizemos uma incursão pelo espaço de leitura dos Oratorianos, que não eram os únicos em Pernambuco, mas conviveram com associações políticas nas primeiras décadas do século XIX e disputaram a hegemonia nas interpretações sociais desse período. Agora, mencionaremos algumas dessas associações, pois a presença de muitos participantes em acontecimentos, como a Setembrizada e Novembrada, estavam nesses espaços de leitura e escrita. Em seguida, destacaremos como outros espaços, suscitados por esses acontecimentos, criaram diferentes representações sobre os participantes envolvidos, especialmente, aqueles do jornalismo acadêmico de Direito.

É bem verdade que esses acontecimentos (Setembrizada e Novembrada) foram estudados a partir dos ofícios e relatórios oficiais, o que levou a representações dos

³⁶⁰ Aqui, enfatizaremos a Setembrizada e a Novembrada, episódios que ocorreram em Pernambuco logo após a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

envolvidos como ignorantes, violentos e sem consciência política. Assim, era abortada a chance de estudá-los como agentes que eram movidos pelas condições precárias do trabalho, ou ainda, como populares lutando pela independência política em Pernambuco.

Desse modo, insistiremos nas fontes utilizadas por Manuel Correia Andrade, em *As Sedições de 1831 em Pernambuco*³⁶¹ (1956), partindo, contudo, de outras perguntas e métodos investigativos, para entender o periodismo acadêmico, que surgiu no texto desse autor a partir d'*O Olindense*, jornal organizado pelos estudantes que noticiou esses acontecimentos políticos.

A atenção às escritas acadêmicas e também as Atas da Congregação de Lentes do Curso Jurídico, nos exigiu outras perguntas, como por exemplo, qual era a relação dos estudantes e professores de Direito com os eventos? Como as práticas jurídicas interpretavam a ação dos envolvidos? Quais representações dos envolvidos foram veiculadas no jornalismo acadêmico?

Além disso, é necessário reconhecer que outras comunidades escolares, como a do Seminário de Olinda, em 1817, envolveram-se em acontecimentos políticos da província e do país, podendo ter existido participantes que vivenciaram uma e outra casa, mas não podemos esquecer a distância que separou a Colônia do Império, especialmente, na sua fase de reorganização política e social pós-abdicação.

Façamos então, uma retrospectiva. As leituras e autores liberais, incentivados pelo naturalista Manoel de Arruda Câmara e a sua geração³⁶², não tiveram adesão expressiva entre os proprietários rurais e as populações do campo. Contudo, elas ganharam espaço entre os intelectuais (padres, professores, jornalistas, etc.) e entre os comerciantes abastados, nascidos no Brasil, que já não viam vantagens nos negócios e na política colonial portuguesa. Com a independência, a crescente necessidade de mão-de-obra especializada para as novas instituições políticas e jurídicas, fez com que o germe da classe média, composta por filhos ou apadrinhados dos proprietários rurais, aderisse aos princípios liberais fazendo, contudo, uma leitura mais reformista e conservadora que a de antes. Por isso, a geração de 1830 em diante, não defendia com veemência o fim da escravidão, pois colocava em xeque a manutenção da propriedade privada e do *status quo* desse grupo social.

³⁶¹ ANDRADE, Manoel Correia. As sedições de 1831 em Pernambuco. In: *Revista de História da USP*. São Paulo, nº 28, 1956. pp. 337-407.

³⁶² Nome de alguns integrantes do Areópago de Itambé – espaço de leitura e de política criado por Arruda Câmara –: Gervásio Pires Ferreira e os irmãos Suassuna (Francisco, Luís e José de Paula Cavalcanti de Albuquerque).

Somado a isso, “a metade da população constituída por escravos, por pretos e mulatos livres, não tomou conhecimento das novas ideias pregadas”³⁶³, embora saibamos que eles se envolveram em acontecimentos políticos, como os de 1817, de 1824 e também os de 1831. Bom lembrar que “tomar conhecimento das ideias” aparece como uma atividade introspectiva e intelectual, que não supõe engajamento em ações diretas, porque já era comum as disputas pelo poder que ocorriam em círculos fechados e de letrados, mas sem ações diretas como a de ganhar as ruas, fazer saques, atear fogo em prédios, libertar presos e outros, que eram, em sua maioria, promovidas pelos mais pobres e não deixavam que compor os acontecimentos políticos.

Vale destacar que, após a independência, as representações liberais forjadas pelos letrados, ganharam outros contornos, já que as práticas institucionais estavam condicionadas ao veredicto do Poder Moderador. Portanto, com esse dispositivo legal, as interpretações populares sobre o governo de D. Pedro I, tomaram as mais diversas formas (orais ou escritas) e em diversos espaços da província (interior ou capital). Não deixou de existir a resistência as leituras e autores liberais, especialmente dos republicanos. Exemplo disso, foi a criação de uma sociedade política chamada “Coluna do Trono e do Altar”³⁶⁴, que criava interpretações políticas e sociais sobre Pernambuco e o Brasil e circulou em jornais como “O Cruzeiro” e “O Amigo do Povo”, mas acabou sendo fechada pelos próprios praticantes, quando se mostrou incompatível com a monarquia de D. Pedro I.

O sentimento antiliberal e conservador foi igualmente fortalecido no interior das províncias do Norte, tendo como um dos estopins, a Revolta de Pinto Madeira, que ocorreu no cariri cearense, após a abdicação. Essas disputas políticas contribuíram, de uma forma ou de outra, para a circulação da cultura escrita (manuscritos ou impressos), que exigiam o encurtamento das distâncias, em vista do *boom* de periódicos e da multiplicação de informações geradas nesse período. As disputas fortaleciam um e outro espaço de sociabilidade, e a sociedade que fez frente aos “colunas”, foi chamada de “Jardineira ou Carpinteiros de São José”, que contou com a presença do professor e jornalista Antônio Borges da Fonseca. Este homem organizou diversos jornais na Paraíba, em Pernambuco e até

³⁶³ ANDRADE, op. cit.

³⁶⁴ Os integrantes desse grupo, que teve seus congêneres em todo o país, defendiam um Estado absolutista e, consequentemente, o poder sacralizado do seu rei. Para entender melhor o cenário de atuação dos “colunas” e dos “republicanos” ver: SANTOS JÚNIOR, Ivan Soares dos. *Entre a harmonização e a federação: sociedades públicas em Pernambuco (1831-1834)*. 207f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

no Rio de Janeiro, que discutiu entre outros temas a “ortografia da pronúnciação”.³⁶⁵ Entre os “jardineiros/carpinteiros”, as leituras estavam baseadas na Constituição e na manutenção do regime representativo da monarquia, o que gerou bizarras representações dos “colunas” e do suposto “absolutismo” de D. Pedro I em diversos escritos da época.

Nesse interim, as tensões políticas se intensificaram na imprensa e nas instituições do Império, culminando em 5 de maio 1831 e D. Pedro, abdicando em favor de seu filho, com apenas cinco anos de idade. Essa informação foi recepcionada com festejos musicais e poéticos em Pernambuco³⁶⁶, e nos periódicos, o “Diário de Pernambuco” dedicou a primeira página do jornal ao acontecimento político. Mas não houve homogeneidade de opiniões sobre a abdicação, ficando de um lado, os liberais (republicanos ou não); e do outro lado, os portugueses (restauradores), que possuíam bons cargos públicos ou eram comerciantes.

Com a abdicação, as disputas passaram a girar em torno do cumprimento constitucional (ou as práticas da legalidade), o afastamento dos portugueses dos cargos civis e militares e a crise financeira que se agravava com a falsificação de moedas de cobre em todo o país. Só em Pernambuco, existiam duas fábricas de falsificação, uma delas localizada no atual bairro de Afogados, em Recife. Essa falsificação era realizada, principalmente, pelos mais pobres, já que eles não dispunham de moedas com maior valor. Uma das primeiras proposições legislativa indicadas por Ibiapina³⁶⁷ na Câmara dos Deputados, versou sobre esse assunto.

Mas as forças de resistência a mudanças, especialmente a jurídica e a parlamentar, optaram pela conciliação³⁶⁸ a partir de sociedades políticas e/ou clubes literários, como a Sociedade Patriótica Harmonizadora, composta por homens das letras (professores de Direito³⁶⁹, padres, jornalistas, etc.), comerciantes, militares, senhores de engenho e outros, os quais compartilhavam leituras sobre a ordem política e jurídica e afirmavam que as “boas práticas” institucionais eram àquelas que estavam no caminho da moderação entre os

³⁶⁵ A ortografia da pronúnciação nunca foi sistematizada por Borges da Fonseca, mas pretendia atingir o povo iletrado, já que a redação dos seus textos era referenciada na fonética, marcadamente regionalizada. Para isso, ver ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. A atuação do professor Borges da Fonseca no jornal Abelha Pernambucana (1829-1830): intelectuais e impressos. In: *Anais do XVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428329366_ARQUIVO_MAIRALEWTCHUKESPINDOLA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

³⁶⁶ ANDRADE, op. cit.

³⁶⁷ Anais da Câmara dos Deputados: “O sr. Ibiapina manda a mesa um projeto de resolução, declarando que a moeda de cobre é provincial, e é o seguinte: “A assembleia geral legislativa resolve: Artigo único. A moeda de cobre é provincial. Paço da câmara dos deputados, 22 de junho de 1835. Ibiapina”. É julgado objeto de deliberação e vai a imprimir”.

³⁶⁸ RODRIGUES, José Honório. Introdução. In: _____. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. pp. 17-28.

³⁶⁹ Marcos Antônio de Araújo Abreu.

restauradores e os federalistas. Estes últimos passaram a defender a expulsão de portugueses dos cargos públicos e elaborar textos e imagens antilusitanas, que culminou na votação realizada no Parlamento Nacional, pela proibição de entrada de D. Pedro I no Brasil, sob a acusação de tentativas lusitanas de recolonização³⁷⁰. Considerando essas imagens antilusitanas, parecem se encerrar em suportes idealizados, quando na verdade, os restauradores eram homens muito poderosos e haviam conquistado estabilidade institucional (econômica e socialmente) pela fidelidade prestada a Casa de Bragança. Por esse motivo, após a abdicação, esses homens despontaram como reacionários em todo o país, principalmente, nas antigas e prósperas capitânicas do Norte, como Pernambuco e suas anexas. Foi esse o cenário cultural em que se achavam os pernambucanos, quando os soldados do 14º Batalhão se levantaram “dando morras ao Brigadeiro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque³⁷¹ e aos castigos que lhes eram infligidos”³⁷².

Vale ressaltar que dentro dos quartéis, onde a hierarquia pesava, sobremaneira, pelas condições econômicas que separavam seus membros, isto é, nas altas patentes, estavam os ricos, e nas baixas, a população livre, pobre e os escravos, em busca da alforria, as redes de relações se fortaleciam pela assimetria financeira e para fugir da obrigatoriedade do serviço militar. Esse episódio, que ficou conhecido como *Setembrizada*, nos interessa aqui pela participação dos estudantes e professores de Direito, tanto como integrantes da Sociedade Harmonizadora Patriótica e editores de ideias conciliatórias, como as d’*O Olindense*, quanto pela ação direta em alguns pontos da cidade por onde estiveram os revoltados. A força contrária aos soldados era caracterizada como

Armados 50 estudantes, uns poucos milicianos do Recife, outros de Olinda, e alguns paisanos, montando tudo a 70 pessoas, pouco mais ou menos, foram ao Forte do Brum, onde encontraram os bravos Tenente José Pedro e Capitão José Maria; o destacamento de linha da Fortaleza os abraços como irmãos e assegurou que nunca se bandearia ao partido dos ladrões que saqueavam a capital; os estudantes e seus companheiros, fiados nessa promessa, deixaram aqueles oficiais na Fortaleza com o destacamento e marcharam para o Recife a atacar os amotinados, reuniram-se ao intendente de Marinha, que com alguns marinheiros, tinha postado duas peças de navio do Arco de Bom Jesus³⁷³.

³⁷⁰ Ibiapina participou da segunda discussão do projeto sobre o impedimento ao ingresso do ex-imperador no Brasil (ANAIS da Câmara dos Deputados, 17 de maio de 1834).

³⁷¹ O Brigadeiro Paula, como era conhecido, era proprietário do engenho Suassuna e foi um dos responsáveis, juntamente com seus irmãos, pela criação do espaço de leitura e sociabilidade chamado de Academia dos Suassunas.

³⁷² ANDRADE, op. cit, p. 376.

³⁷³ VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. pp. 50-51.

Para as leituras³⁷⁴ da época, o episódio que tomou algumas ruas, lojas comerciais e outros pontos da cidade do Recife, não obteve adesão massiva dos pernambucanos. Apesar disso, os acadêmicos Sérgio e Álvaro Teixeira de Macedo (irmãos) e Bernardo de Sousa Franco, narravam o acontecimento baseados no discurso hegemônico da ordem da época, o das forças policiais e restauradoras. Os soldados envolvidos eram caracterizados como arruaceiros e desorientados pelos acadêmicos periodistas, num episódio de três dias, que ficou conhecido popularmente pela “espontaneidade” dos atos e pela ausência de líderes. Essa interpretação, na verdade, tinha a pretensão manipular a consciência social e política das populações e esconder a real intenção dos revoltosos – a precariedade do trabalho militar. Para os homens da lei e das letras, “não era possível tratar com os rebeldes que, senhores das armas e espalhados em grupos por toda a cidade, nada exigiam, não tinham chefe e nem o levantaram”³⁷⁵. Esse tipo de caracterização, enclausurava os revoltados em uma inércia social, o que não implica dizer que se deve amenizar o crime e os furtos cometidos³⁷⁶, mas, sobretudo, reconhecer que as práticas liberais almejadas pelos estudantes, professores e até o presidente da província, não estava preocupada com os militares e o novo lugar que eles ocupariam no Estado imperial.

Por isso, em um sistema liberal e escravista, as representações sociais que sobressaíram, foi a dos acadêmicos de Direito, que estavam preocupadas com o constitucionalismo, o voto, a imprensa e as leis, mais do que as reais condições sociais e culturais em que processo se desenvolvia. Somado a isso, a morte de um estudante durante o acontecimento da *Setembrizada*, fortaleceu as representações de incapacidade, do lado do opositor, de dialogar e se conciliar. Porém, diferentemente do presidente de província, o caráter espontâneo da *Setembrizada* era revisto entre os acadêmicos, que a classificavam como de cunho restaurador. Mesmo inconscientemente, eles conferiram uma interpretação para além daquela do espontaneísmo, já que ser um restaurador, implicava práticas que retomavam a abdicação e, quiçá, a Corte portuguesa. E para isso era preciso fazer interpretações culturais e políticas que demandavam espaços e temporalidades recuados.

Junto a isso, os editores “d’O Olindense” passaram a reproduzir as atas da Sociedade Patriótica Harmonizadora, que culpava publicamente o brigadeiro Paula pelos episódios

³⁷⁴ Sobretudo as leituras oficiais, contidas nos ofícios e relatórios apresentados ao presidente da província na época (ANDRADE, op. cit.)

³⁷⁵ Relatório do Presidente da Província, 1831.

³⁷⁶ Foram arrombadas e roubadas lojas e tavernas no Recife, especialmente nos bairro de Santo Antônio e na Boa Vista (Relatório, *idem*).

ocorridos. O envolvimento desses rapazes e de outros da comunidade acadêmica, tornou-se comprometedor, pois a rotina da Faculdade teve suas aulas suspensas, “visto o estado de incertezas e de oscilação em que se acha a província a respeito da sua segurança [...] e a impossibilidade de se aplicarem com proveito os estudos, tanto os lentes como os alunos”³⁷⁷. Com a rotina alterada, não se pode, contudo, tomar a ação do Curso Jurídico como homogênea. A criação da *Sociedade Federal*, no dia 16 de outubro, que contou com a participação de outros lentes, como João José de Moura Magalhães e Manuel José da Silva Porto, bem como dos estudantes Joaquim Nunes Machado³⁷⁸ e João Lins Vieira Cansanção. Do outro lado, estavam os moderados editores d’*O Olindense*, que apoiavam o encerramento desse grupo, uma ação que era movida pelo presidente da Sociedade Patriótica, Antônio Joaquim de Melo.

Na *Sociedade Federal* os integrantes eram leitores e criadores de novas interpretações constitucionais em relação àquelas criadas por Frei Caneca e Cipriano Barata, isso porque, para os “novos” federalistas, só com a reforma constitucional na Monarquia, é que o sistema federativo poderia ser alcançado. E, apesar de garantido o direito de expressão e associação política durante a regência, esse grupo foi vítima de perseguições políticas. Mas a ação movida contra os federalistas não teve adesão do presidente da província que, na época, era o ex-líder confederado, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, sendo ele mesmo, um dos primeiros intérpretes e defensores do sistema federal para o país. Por esse motivo, entre os meses de setembro a novembro de 1831, os periódicos em Pernambuco fizeram circular diferentes interpretações do federalismo, sobretudo, daqueles que tinham sido silenciados pela participação em revoltas como as de 1824 e 1817³⁷⁹.

Bom lembrar que as ideias do federalismo já não eram as mesmas de antes, cujo cenário social de revoltas e da crise de reorganização econômica da açucarocracia³⁸⁰ para os barões do café, condicionava-os a deslocar as discussões para uma reforma constitucional, que visava a autonomia provincial. O federalismo do Império, diferente da República, nada

³⁷⁷ Parte da ata da Congregação de Lentes, 18 de outubro de 1831

³⁷⁸ Colega de turma de Ibiapina, formou-se em 1832, e tornou-se o primeiro Juiz de Direito da comarca de Goiana (interior de Pernambuco). Foi deputado provincial de Pernambuco e liderou a Revolta da Praia, mais conhecida como Revolução Praieira, tendo falecido em campo de batalha em 1849.

³⁷⁹ Jornais como o Diário de Pernambuco, Sentinela da Liberdade, entre outros.

³⁸⁰ É o termo cunhado por Evaldo Cabral de Mello para designar o poder social e econômico dos senhores de engenho e usinas nas capitâneas do Norte, sem desconsiderar a importância de complementariedade para esse sistema daqueles que se sujeitavam como os pobres e livres e os escravos. Para isso, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*, Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

mais foi que a garantia das competências das províncias³⁸¹, frente a centralização de decisões na figura do imperador, deixando a mercê os diversos assuntos institucionais.

Essa crise que se abatia sobre as recentes instituições do país, sobretudo, os militares, voltou a ser assunto comentado nas ruas, entre os acadêmicos e nos periódicos em novembro de 1831, quando um outro grupo de soldados ocuparam a Fortaleza das Cinco Pontas, em Recife³⁸². Diferentemente dos que agiram em setembro do mesmo ano, esses soldados apareciam querendo “usar do direito de petição, concedido pela Constituição e que tinham representações a fazer”³⁸³. Querendo ou não, estava detectada a discrepância nas disputas e nas práticas dos civis e militares de Pernambuco, sem falar que os meios para disputar a adesão social eram muito diferentes, além de que os militares só “existiam” inscritos nos discursos de terceiros, como os presidentes de província, os Comandantes de Armas ou os periodistas.

Por isso, os espaços físicos tomados pelos levantes militares, como a Fortaleza do Brum e das Cinco Pontas se transformaram em espaços de disputa política desses sujeitos. Sem o direito de associação e de representação dentro das instituições legais do império, os soldados de Recife construía, à sua maneira, os seus próprios espaços de sociabilidade e de lazer. Em contrapartida ao discurso dos acadêmicos de Direito, que acreditavam nos militares como sujeitos de “ação”, na versão oficial do Império, estampada nas páginas do “Diário de Pernambuco”, esses soldados agiam como ignorantes e violentos. Nessa versão periódica, a intenção era anular a potencialidade das ações diretas desse grupo e desencorajar a adesão entre a população cidadina. Para completar, os estudantes de Direito atuavam pessoalmente no combate aos rebelados, acusando ainda o presidente da província de inerte. Assim como na *Setembrizada*, os estudantes se recusavam a interpretar o acontecimento de novembro como um fato político isolado, e foram obrigados a reconhecer que os soldados não agiam somente com a violência, já que “andavam pelas portas a convidar gente, intrigando e mentindo como se costuma nestas crises”³⁸⁴. Restava, portanto, descaracterizar o discurso dessas pessoas na imprensa, para manter os pernambucanos desinformados das reivindicações feitas pelos soldados à presidência da província.

Entretanto, foi a própria imprensa (“Diário de Pernambuco”) que publicou a petição dos rebelados, alguns dias depois de abafado o acontecimento. O mais interessante notar é que

³⁸¹ João Camilo de Oliveira Torres e Miriam Dohnikoff defendem essa tese. Para isso, ver: DOHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: as origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005. TORRES, João Camilo de. *A formação do federalismo no Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

³⁸² JORNAL *O Olindense*, nº 56, 57 e 58 de novembro/1831.

³⁸³ Relatório de Manuel de Carvalho Paes de Andrade para a Regência, 1831.

³⁸⁴ JORNAL *O Olindense*, nº 56, 11 de novembro de 1831.

a autoria do discurso – mais do que somente o manuscrito, do suporte entregue ao presidente, que foi assinado por Anastácio José dos Passos –, eram todos os habitantes da cidade do Recife que eram convocados no documento:

Os cidadãos habitantes nesta cidade, agora reunidos nas cinco pontas *convencidos que o direito de petição é uma das garantias mais salutares que nos outorga a nossa lei fundamental* [...] ao mesmo tempo com a dignidade e firmeza própria de homens que se destinam a antes perderem as vidas do que verem escravizar a Pátria, vem perante Vossa Excelência e Sua Senhoria requer que se sirvam fazer pôr em prática os requisitos seguintes [...]:

1º *A demissão dos empregados públicos* que vão mencionados na relação junta;

2º *A expulsão desta província de todos os indivíduos constantes da mesma relação*, que vai nas observações mencionadas com as palavras “para fora da província”;

3º O cumprimento da lei que mandar *extinguir as sociedades estrangeiras como sejam as confrarias* dos Therosos e Barbonos;

4º *A expulsão de todos os portugueses não casados e de todos quantos forem declarados inimigos* de nossa liberdade e que talvez não sejam lembrados na mesma relação, *a exceção de artistas, fabris e capitalistas de dois contos de réis para cima*.

5º O proibir-se continuar a desembarcar portugueses [...];

6º Enfim, *arrecadar-se dentro de quarenta e oito horas as armas nacionais que se acham em poder dos nascidos em Portugal*, embora sejam milicianos³⁸⁵.

Atender aos pedidos dos soldados (e dos moradores de Recife), expulsando e proibindo a entrada de portugueses no Brasil, era um sentimento em comum entre os pernambucanos, quiçá de todos os brasileiros, depois da abdicação. Crescia a necessidade de autonomia política e junto com ela crescia as deturpações dos portugueses na cultura brasileira. Esse tipo de texto (a petição), que era também um dispositivo legal, se tornou uma das novas formas de representação política, e foi positivamente considerada pelos rebelados, marcando a distância entre eles e os soldados de setembro³⁸⁶. Mas como considerar todas as reivindicações contidas nesse texto se pensarmos nas práticas que as originou? Considerando que, apesar de lançar mão de um dispositivo legal, as práticas radicais que antecederam a petição (a tomada da Fortaleza e o controle do armamento) impediu que os soldados tivessem o apoio dos pernambucanos, já que as revoltas eram encaradas negativamente. Para isso, os estudantes e os professores de Direito, reagiram para frear a petição dos soldados e,

³⁸⁵ Diário de Pernambuco, 25 de novembro de 1831.

³⁸⁶ Não é estranho uma sociedade denominada “Colunas”, quis e talvez queira aclamar o absolutismo aniquilando inteiramente a Constituição que nos rege? Não é estranho que seus membros existam em Pernambuco tramando e enfraquecendo-nos? Digam os horrorosos acontecimentos de Setembro [...] (Diário de Pernambuco, id.).

consequentemente, das suas ações. A *Sociedade Federal* entrou na disputa, indicando os estudantes João Lins Vieira de Cansanção, José Tomás Nabuco de Araújo Júnior, Francisco Carneiro Rios e Antônio José Fernandes Nobre, reagindo contra os militares e o governo regencial.

Por isso, ao chegarem na Fortaleza das Cinco Pontas, os estudantes indicaram que os soldados depusessem as armas e revisassem as condições apresentadas no texto da petição para encerrar o motim³⁸⁷. Das seis condições inicialmente colocadas, sobraram três: (i) os portugueses (que possuíssem) depusessem as armas; (ii) os portugueses não fossem casados, artistas, fabris e capitalistas de mais de dois contos de réis fossem deportados e (iii) que lhe fosse assegurado que o governo não julgaria o ato como criminoso. Esta última prerrogativa confirma, uma vez mais, que os soldados de novembro não agiram, definitivamente, como os da *Setembrizada*.

Mesmo preocupados com as retaliações, esses rebelados abriram uma brecha nas disputas pela representação política e cultural, não se encerrando em si mesma, ou seja, na individualidade e na garantia de direitos liberais, mas ampliou-se para pautas coletivas e estruturais, como o trabalho, o Estado imperial, dos cargos públicos e a identidade nacional. Esse episódio, que ficou conhecido como a *Novembrada*, contudo, foi contado pela versão oficial como um evento que agravou a situação financeira e, sobretudo, educacional de Pernambuco.

3.2 IBIAPINA NO MAGISTÉRIO: CONSTRUINDO ALIANÇAS POLÍTICAS

Durante os cinco anos do curso jurídico, Ibiapina empenhou-se em participar assiduamente das atividades escolares, como aluno estudioso e exemplar, e soube muito bem conservar-se afastado dos movimentos estudantis paralelos. Seu nome não aparece nas crônicas das várias agitações e motins promovidos pelo corpo docente ou pelo discente. [...] A se deduzir da total ausência do nome de Ibiapina, tanto na documentação interna do curso, quanto da imprensa, que relatam esses agitados

³⁸⁷ ANDRADE, op. cit.

*acontecimentos, ele permaneceu totalmente afastado, dedicando-se inteiramente aos estudos*³⁸⁸.

É impressionante a maneira como os biógrafos se empenham em descaracterizar as ações de Ibiapina durante a sua vida secular, o que, contraditoriamente, se inscreve nessas produções de forma efetivamente política. No trecho acima, a afirmação precede a referência contextual e política, porque se dedica a investigar textos que confirmem a vida religiosa do padre, sem que haja um problema que gere a pesquisa. Sobre isso, o biógrafo³⁸⁹ afirma que tanto na documentação interna, quanto na externa – o que faz supor que ele realizou um extenso levantamento de textos e imagens sobre Ibiapina, durante o período em que esteve no curso de Direito – não contém o seu nome. Ora, se a ausência de textos sobre ele nessa instituição se confirmasse, não teríamos a informação de qual cidade ele se formou, qual ano e turma, de qual disciplina foi professor, entre outros. Contudo, a intenção do autor é, primeiramente, afirmar que Ibiapina se manteve distante dos acontecimentos políticos da década de trinta, e, com isso, confirmar a essência pacífica e cristã dele.

Interessante é confrontar essas afirmações do biógrafo com a documentação que ele reproduz, como por exemplo, o diploma de bacharel de Ibiapina e as atas da Congregação de Lentes, ambos disponíveis para realizar *download*³⁹⁰. Mas, para alargar o horizonte da pesquisa e entender os escritos que circularam “por fora” dessa comunidade acadêmica, era preciso encontrar textos produzidos pelo próprio Ibiapina ou por outros sujeitos, que com ele conviveu. Por isso, as informações que o autor acima levanta, são importantes, porque apontam para o universo de outros leitores e escritores (os professores do curso jurídico), embora ele não explore essa documentação, como pretendemos fazê-la neste tópico. Somado a isso, Sadoc (1995) desconsiderou que a suspensão de aulas, a mudança da rotina dos estudantes, a adaptação de avaliações e outras atitudes, afetavam a todos da comunidade, estivessem eles integrando ou não, os acontecimentos políticos. Essas práticas geravam interpretações sobre os acontecimentos, embora não tenham sido contemporâneas a elas, como foi a dos estudantes d’*O Olindense*.

A presença de Ibiapina no curso jurídico gerou textos de caráter funcional e administrativo, como os comprovantes das matrículas, a nomeação regencial como lente substituto e também a sua presença nas reuniões da Congregação. Estas últimas, do ano de

³⁸⁸ ARAÚJO, op. cit., p. 51-52.

³⁸⁹ Id.

³⁹⁰ Site do Arquivo da Faculdade de Direito de Recife (UFPE) ou Arquivo CCJ (Centro de Ciências Jurídicas) está hospedado em: <https://www.ufpe.br/arquivoccj/acervo>.

1833, nos possibilitou a investigação sobre os temas que estavam sendo discutidos (matrículas, exames, vestimentas, disciplinas) por Ibiapina e os demais professores, mas principalmente quais eram as opiniões e os votos que ele teve sobre determinada situação. A certeza sobre a passagem de Ibiapina na Academia de Direito, portanto, nós temos em documentos internos³⁹¹ e externos, mas o “totalmente afastado” do cenário político, social e cultural, não é possível ter. Isso porque, não só pelos condicionantes pessoais (a morte da mãe, do pai e do irmão nos últimos anos, a falência financeira e outros), mas porque os acontecimentos cotidianos afetam os sujeitos, mesmo que eles não assumam – escrevendo, discursando ou participando de algum grupo político – ou não tenham consciência disso.

Mesmo com o nome de Ibiapina ausente das “crônicas” produzidas sobre as revoltas da Setembrizada e Novembrada, é também verdade que muitos periódicos e manuscritos que circularam na década de 1830 em Pernambuco, eram assinados com pseudônimos. Vale lembrar que assumir o sobrenome “Ibiapina” como uma reivindicação política ao passado do pai e irmão, só ocorreu na segunda metade do século XIX, quando ele se tornou o padre-mestre itinerante, caridoso e “dos pobres”. Antes disso, ele era conhecido pelos colegas, alunos e os clientes (do advogado) como Doutor Ibiapina³⁹². Entretanto, ele nunca defendeu a tese para a obtenção do grau de “doutor”³⁹³ e, assim como em outros ofícios que se utiliza desse pronome de tratamento sem o devido exame para o título, ele também ficou conhecido sem sê-lo.

Apesar da ausência de textos com a interpretação de Ibiapina sobre os acontecimentos políticos da década de trinta, as atas da Congregação aparecem como os únicos registros que nos ajudou a mapear a rede de contatos com quem ele compartilhava opiniões, a favor e contra o que ele votou, a dinâmica do curso e outros assuntos internos, mas também como esses conteúdos foram gerados e discutidos nas reuniões e correspondem as práticas políticas e jurídicas emergentes no período – os abaixo-assinados, os Estatutos, as petições, etc.

A Congregação de Lentes da Academia de Direito tinha a incumbência de tomar decisões sobre questões do cotidiano escolar, como por exemplo, os livros e os compêndios a

³⁹¹ O Arquivo CCJ digitalizou recentemente o diploma dos primeiros bacharéis em Direito, entre eles, Ibiapina, documento que ainda não está disponível no site. Tive acesso ao mesmo através da arquivista Elivandra Pereira de Souza. Já as Atas da Congregação de Lentes estão disponíveis para *download* e consta a participação de Ibiapina como professor substituto durante todo o ano de 1833.

³⁹² Na Academia de Direito, a documentação referente as matrículas realizadas durante o curso, não constam o sobrenome “Ibiapina”, mas no diploma de bacharel, sim.

³⁹³ Veremos a seguir que os bacharéis formados em 1832, Lourenço Trigo se Loureiro e Francisco José das Chagas, que se tornaram lentes substitutos junto com Ibiapina, tiveram seus exames marcados para a defesa em sessões públicas, enquanto este último nada foi marcado ou indicado nas reuniões da Congregação.

serem adotados, como também compartilhar orientações, sugestões ou indicações no curso³⁹⁴. A participação dos professores nesse espaço nos colocou frente-a-frente com a capilaridade do poder numa instituição escolar, embora fosse ela oficial e condicionada, em última instância, às homologações imperiais.

Em vistas da necessidade de entender internamente o funcionamento do curso de Direito de Olinda, resolvemos lançar mão da vivência dos professores que compuseram a Congregação entre os anos de 1829 e 1833, período em que Ibiapina esteve na instituição como aluno e depois como lente substituto, mas também por ter sido as primeiras reuniões desse grupo de professores e, finalmente, pelo contexto sociopolítico do período regencial, que proporcionou a circulação de muitos textos (manuscritos e impressos).

Apesar da nossa observação aqui, privilegiar as atas construídas por esse grupo de professores, não significa que eles estivessem reunidos e limitados às decisões do ensino e da burocracia institucional, mas ampliava-se para a dispensa do pagamento de matrículas, a participação de estudantes nas revoltas locais, a atividade periodista, ou seja, assuntos que diziam respeito a outros interesses. A Congregação, pelo próprio caráter decisivo inscrito em lei, tornou-se um elo entre os alunos e demais integrantes da comunidade acadêmica. Por isso, acreditamos que esse espaço era uma via de mão dupla, onde se beneficiavam os professores e os seus interesses políticos, assim como os alunos e suas necessidades cotidianas.

Nesse tópico, realizamos uma incursão pelas atividades e decisões tomadas por esses lentes em congregação, valorizando a perspectiva de complementariedade na análise, isto é, por termos apresentado na primeira parte desse texto a ação dos estudantes dentro e fora da instituição, priorizaremos aqui a dos professores.

Ser professor nos primeiros cursos jurídicos do Brasil, correspondia pertencer a um grupo muito seletivo de homens ricos e formados na Universidade de Coimbra, ou seja, era um grupo que compartilhava um universo de leituras e autores, mas também uma cultura jurídica e de trabalho, como os vínculos que eram de dois tipos: os lentes³⁹⁵ proprietários e os lentes substitutos com vencimentos anuais de 800 mil réis. Constantemente, os substitutos supriam vagas na Academia, porque muitos professores acumulavam cargos ou eram transferidos para

³⁹⁴ Nos estatutos elaborados pelo Visconde de Cachoeira, a Congregação se reuniria para essas e outras questões acadêmicas que surgissem. Seria presidida pelo diretor (efetivo ou interino), tendo ainda um secretário (cargo ocupado pelo professor admitido mais recentemente), responsável pela construção das atas.

³⁹⁵ Aqui estamos usando os termos “lentes” e “professores” indistintamente, mas vale ressaltar que possuem sentidos diferenciados. Enquanto o “lente” é um termo mais específico para definir o “professor titular”, que é hoje a categoria mais elevada do magistério do Ensino Superior; o “professor” é um termo mais amplo e define todos os sujeitos que exercem o magistério.

outras cadeiras. Sobre isso, a admissão ao cargo era feita por decreto imperial, mediante concurso público com a aprovação dos pares.

E, para entender os problemas estruturais do curso, nas primeiras reuniões da Congregação, a discussão girou em torno da substituição de um professor: João José de Moura Magalhães por Pedro Autran da Matta Albuquerque. Para se ter uma ideia, os integrantes da congregação eram o contingente total de professores do curso jurídico, ou seja, apenas cinco professores: Moura Magalhães, Pedro Autran, Manoel José da Silva Porto, Antônio José Coelho e o diretor Lourenço José Ribeiro. As demandas institucionais se multiplicavam, mas não havia pessoas “habilitadas” para ocupar todos os cargos. Criavam-se disputas políticas em torno da vacância de cadeiras, o acúmulo de cargos, a participação em sociedades políticas (a *Sociedade Federal*, a *Sociedade Patriótica Harmonizadora*, etc.) e a produção de textos em periódicos.

O próprio Moura Magalhães foi um desses professores, que teve participação na *Sociedade Federal*, acumulou cargos e foi substituído pelo professor Pedro Autran na cadeira de Direito Natural³⁹⁶. Essa substituição foi feita porque ele havia sido transferido para a cadeira de Direito Pátrio Criminal, na qual sugeria leituras do autor português Pascoal José de Melo Freire. Este autor foi o juriconsulto criador do Código Civil Penal português, encomendado pela rainha D. Maria I e serviu de base para Bernardo Pereira de Vasconcelos na criação do Código Criminal do Império (1830). Esse mesmo professor era o responsável pelo projeto de Estatuto para o curso de Olinda desde a sua inauguração, de modo que a substituição dele por Pedro Autran, estava relacionada a necessidade de se manter ausente das atividades do magistério naquele ano letivo (1829) para a criação desse texto. Por isso, ele foi transferido para uma disciplina do terceiro ano, turma ainda inexistente, já que a primeira turma era de 1828 e cursava, portanto, o segundo ano.

Mas as disputas vivenciadas na Congregação também representavam os interesses dos estudantes, como a dispensa do pagamento de matrícula daqueles que vinham de outras instituições. A primeira manifestação sobre isso que nós encontramos nas atas, foi a de um abaixo-assinado³⁹⁷ por estudantes que haviam frequentado o primeiro ano do curso jurídico, em Coimbra. No requerimento lido por Lourenço José Ribeiro, em uma das reuniões da congregação, as justificativas apresentadas pelos rapazes para obter a isenção do pagamento,

³⁹⁶ Atas da Congregação, 18 de agosto 1829.

³⁹⁷ Os alunos eram Sérgio Teixeira de Macedo (editor d'*O Olindense*), Francisco de Souza Martins, Joaquim Franco de Sá, Joaquim Rodrigues de Souza, João José Ferreira da Costa, Antônio Gomes Villaça, Francisco Borges de Figueiredo, Antônio Gonçalves Martins, João Antônio de Vasconcelos, Antônio Joaquim Monteiro de Sampaio e José Xavier Vella Leony. (Atas da Congregação, 27 de outubro de 1829).

apontava se baseava nas indicações feitas nos Estatutos do Visconde de Cachoeira, como também na resolução da regência que possibilitava a isenção dos exames para habilitação no segundo ano. Vale questionar: Quais eram os interesses dos professores e da regência para facilitar a entrada desses estudantes? Eles eram portugueses ou brasileiros? Esse contexto de separação do Brasil de Portugal suscitou representações contra os portugueses e ao poder que, outrora, eles representavam no Estado. No caso do curso jurídico, menos pelo caráter legalista e mais pelas relações de poder que existia entre os professores e estudantes, criava-se um espaço de “adesão” aos assuntos e as lutas políticas dos portugueses que moravam no Brasil.

Aliás, a facilidade de trânsito para os estudantes e professores entre uma e outra instituição, é algo que remonta outras casas educativas, como a Casa das Necessidades (colégio da Congregação do Oratório em Lisboa), a Universidade de Coimbra e o Seminário de Olinda. Isso pode revelar a inexistência de instituições educacionais na colônia e, conseqüentemente, a necessidade de facilitar a entrada dos filhos dos colonos ou ex-colonos nas escolas da metrópole. Mas, por outro lado, correspondeu ao início das discussões sobre a necessidade de existir escolas secundárias e superiores no Brasil.

Por isso, no texto do abaixo-assinado de 1829, produzido pelos alunos vindos da Universidade de Coimbra³⁹⁸ para estudar em Olinda, as justificativas que eles apresentaram aos professores, eram pautadas nos dispositivos legais (como os Estatutos que regulamentavam esse trânsito através da dispensa de disciplinas e pagamentos) e da resolução do império, o que gerou a dispensa do pagamento, mas poderia ser cobrada caso o governo voltasse atrás³⁹⁹. O período regencial, portanto, aprofundou a dependência das instituições no governo central, até mesmo em decisões corriqueiras, como a isenção da taxa de matrícula.

Mas, para entendermos as práticas da Congregação, é preciso entender a criação constante de textos no curso, o que impulsionava a escrita tanto como uma técnica, mas principalmente, como uma prática cultural, em especial, nas reuniões dos professores em que se gerava a produção de dezenas de páginas manuscritas, redigidas pelo secretário, e que, os demais professores assinavam. Essa produção era revisada no começo da reunião pelos participantes, caracterizados como momentos coletivos de leitura e de escrita. Algumas atas eram acrescidas de ofícios, que apareciam transcritos no corpo da ata ou em cópias anexadas ao final.

³⁹⁸ A concepção dos alunos de Olinda sobre esta instituição não era das melhores. Em *O Olindense*, nº 5, os estudantes denunciavam a prática dos “troles” com os novatos, de maneira que os estudantes vindos de lá eram acusados: “Seja lícito dizer que se assim se praticava em Coimbra, boa razão temos para aqui não praticá-los, porque em toda a força e grandeza da expressão, em Coimbra se praticaram um muito pequeno número de boas coisas”. (17 de maio de 1831).

³⁹⁹ Atas da Congregação, 26 de outubro de 1829.

Devido ao caráter descritivo desse tipo de texto, é interessante observar duas coisas: a primeira é o conteúdo das atas – a assiduidade e as causas das ausências (doenças, questões familiares, acúmulo de cargos, etc.), o comportamento, as decisões tomadas, as discussões e os ofícios anexados; a segunda é a forma – ortográfica e o estilo literário que, por sinal, devido a mudança de secretários no curso, verificamos a variedade de estilos e prioridades descritivas diferentes. Entretanto, por ser uma criação textual coletiva, o produto final que tivemos acesso para produzir esse tópico, não corresponde aos textos primários, produzidos durante as reuniões da Congregação.

Das primeiras atas que tivemos acesso (anos de 1829 e 1830), houve a mudança de secretário e, conseqüentemente, alterações na forma do texto. Já no conteúdo, a discussão permaneceu em torno do pedido de dispensa do professor Moura Magalhães das atividades acadêmicas que, segundo ele, “não é devida ao desejo de subtrair-me ao exercício da cadeira, pois julgo mais penível a formação dos Estatutos”⁴⁰⁰. Esse tipo de texto é próprio de uma cultura burocratizada e jurídica que, no Brasil, estava começando a surgir, mas sem dispensar a produção precedente vinda de outras instituições, como a Universidade de Coimbra.

Sobre a criação de textos normativos como os estatutos, já verificamos no capítulo passado alguns exemplos – Estatutos do Seminário de Olinda e das Casas de Caridade – e as características disciplinares desse tipo de produção. Por outro lado, os estatutos não são textos autênticos, pois, na maioria das vezes, eles possuem um modelo precedente que dá base e faz surgir novos títulos, capítulos, artigos, parágrafos e incisos.

Quanto aos estatutos do curso jurídico, esse momento ficou marcado não só pela atividade de criação textual, que se estendeu por mais de dois anos e teve como base os estatutos produzidos pelo Visconde de Cachoeira, mas pelas disputas durante a criação desse dispositivo. A primeira delas era o acúmulo de cargos do responsável pela produção, o professor Moura Magalhães que, em 1830, pedia a segunda dispensa do magistério, para fechar o texto dos estatutos. A segunda disputa foi a dos questionamentos acerca da autoridade do diretor interino na Congregação, o professor Lourenço José Ribeiro.

A tensão para conseguir a segunda dispensa das atividades do magistério esbarrava na falta de profissionais na Academia de Olinda, que era inversamente proporcional às necessidades da instituição; e o desinteresse de Moura Magalhães em assumir o magistério⁴⁰¹,

⁴⁰⁰ Atas da Congregação, 15 de junho de 1830.

⁴⁰¹ O professor negava a indisposição ao magistério, mas não deixou de defender a criação dos estatutos: “[...] Se o governo tem manifestado a vontade de querer concluídos os estatutos quanto antes, logo que isso se fosse fazer, será preciso esperar por nova resolução? Eu não penso assim” (Atas da Congregação, 15 de junho de 1830).

tornando-se uma prática comum entre professores e alunos para alcançar outros cargos políticos. Como vimos, o bibliotecário Bazilio Quaresma utilizou a mesma estratégia – adentrar a Academia e pouco fazer pela organização e catalogação dos livros – para alcançar uma cadeira legislativa. Quanto aos alunos, são diversos os estudos que apontam a atuação/formação no curso jurídico para ser deputado, professor ou advogado⁴⁰², como ocorreu com Ibiapina que se tornou professor de Direito Natural e posteriormente deputado.

Dessa forma, a Academia de Direito era uma antessala da vida pública e política, mas ainda existiram aqueles que atuaram na faculdade e depois saíram do serviço público. Exemplo disso, o professor Pedro Autran que, após quarenta anos de magistério em Olinda, foi exonerado e passou os últimos dias dando aulas na Corte⁴⁰³; e alguns estudantes, que voltavam as suas províncias de nascimento, mas não ocuparam cargos públicos, fazendo outros usos dos diplomas, como a administração de terras e de escravos.

Estar numa instituição educacional não garantia êxito na vida política e pública, embora as credenciais culturais de um estudante de Direito, existissem e fossem perceptíveis, como o reconhecimento público dos “doutores”. Inclusive, o próprio retorno dos bacharéis para o local de nascimento e/ou moradia, já não era a mesma, uma vez que, ao ter contato com determinados textos, autores e dispositivos legais na Academia, esses rapazes construíam outras leituras sobre as práticas culturais da sua comunidade. O próprio Ibiapina viveu esse choque ao retornar ao Ceará depois de formado para atuar como juiz de direito de Quixeramobim.

O fato é que as tensões estavam colocadas entre professores e diretor, professores e alunos, e alunos e a sociedade, pois a distância entre o que se praticava no curso e o que era vivenciado culturalmente, se tornou discrepante. Não só o curso e as práticas do Direito, mas os cursos superiores e as universidades são, até hoje, excêntricos a maioria dos brasileiros. Quanto a isso, a Congregação de lentes era um espaço de discussão, mas se tornou um local de violência verbal e até física, cujo espaço o professor Moura Magalhães parece ter sido o primeiro a romper com a cordialidade:

[*Moura Magalhães*] disse que antes de entrar no objeto para que pedira a congregação queria primeiramente decidir *uma questão preliminar, que era se o doutor Lourenço José Ribeiro devia ou não a continuar a ser*

⁴⁰² ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Os nomes de poder: a Faculdade de Direito de Porto Alegre, o Ensino Jurídico e Política no Brasil (1900-1937)*. São Paulo: Paco Editorial, 2017; SILVA, Mozart Linhares da. *O império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2009.

⁴⁰³ BEVILÁQUA, op. cit.

*reconhecido como diretor deste curso, e que para isso perguntava qual era o título porque exercia aquele emprego, respondendo este que fazia em virtude do decreto de sua nomeação de 1º de janeiro de 1828, ao que republicou aquele doutor que este decreto havia caducado pela posse que tomara o diretor efetivo o doutor Pedro de Araújo Lima...*⁴⁰⁴

Mais do que as disputas para criar o texto dos estatutos, esse documento era representativo da criação e fundação do curso jurídico em Olinda, o professor Moura Magalhães desqualificava a direção de acordo com outro texto: o decreto de nomeação de Lourenço José Ribeiro. Numa sociedade em que as decisões oficiais também geram textos, estes últimos em seus mais diferenciados suportes, servem como uma prova para legitimar as ações. Mas não é só a posse do documento ou da produção textual, é necessário também dar atenção ao conteúdo e as datas que estão contidas nele.

Por não conseguir a dispensa, Moura Magalhães resolveu enfrentar o diretor interino em Congregação, colocando o conteúdo e a data do decreto de nomeação para discussão. Mas as forças políticas e culturais que ele mobilizou antes dessa discussão, resultaram na substituição de Lourenço Ribeiro por Manoel Inácio de Carvalho⁴⁰⁵. Contudo, essa substituição ocorreu de forma gradual, já que nas reuniões da Congregação e, conseqüentemente, nos textos das atas, o que sobressaía eram as dúvidas e não as deliberações. Por isso, a ocupação do cargo de diretor foi primeiramente questionada devido ao poder de decisão que tinha ele na Congregação, isto é, o de presidir as reuniões. Por ser as decisões dos cursos jurídicos condicionadas ao veredicto do império, a demora na circulação dos ofícios, decretos e demais legislações, retardou a resposta sobre a dúvida levantada pelo professor Moura Magalhães⁴⁰⁶. Em reunião, a qual o professor não estava presente, a Congregação de lentes recebeu o decreto do secretário de Estado sobre a interpretação dos dispositivos (capítulo 14 parágrafo 2º) dos estatutos do Visconde de Cachoeira, os quais se referiam ao presidente da Congregação.

A interpretação dos estatutos é, portanto, uma prática de leitura – uma atividade criativa e furtiva, que ultrapassa as intenções do autor e do editor⁴⁰⁷ – que está na base da formação dos bacharéis em Direito. Nessa prática, eles acreditam que é possível isolar o texto dos condicionantes culturais e materiais que possibilita a existência da leitura, isto é, esses “intérpretes” legais fazem crer que é possível uma atividade leitora positiva e sem interferências pessoais, em colaboração com um texto impessoal, que está acima de quem o

⁴⁰⁴ Grifos nossos. ATAS da Congregação, 23 de junho de 1830.

⁴⁰⁵ ATAS da Congregação, 09 de junho de 1832.

⁴⁰⁶ ATAS da Congregação, 13 de novembro de 1830.

⁴⁰⁷ CERTEAU, op. cit.

escreveu e quem o praticou. Em compensação, a prática de leitura positiva não estava livre das dúvidas, o que gerava mais textos em formato de ofícios e que eram dirigidos ao governo central.

A resposta era resumida nos textos da ata, já que eles eram enviados pelo presidente (diretor do curso) e era apresentado por ele na reunião da congregação. Acerca da dúvida sobre a presidência da congregação, o Secretário de Estado respondeu que “o lente mais graduado podia se entender com respeito a antiguidade ou a respeito do maior grau acadêmico, ou finalmente a respeito de empregos servidos antes da nomeação para lente”⁴⁰⁸. Portanto, a interpretação e decisão dos professores Lourenço Ribeiro, Pedro Autran, Coelho e Silva Porto foi unânime e concluiu que “a graduação que fala o sobredito parágrafo se devia entender realmente aos empregos exercidos anteriormente na forma que declara o parágrafo 3º do capítulo 18”⁴⁰⁹.

Lourenço José Ribeiro não tardou para ser substituído, tendo as tensões políticas se aprofundado dentro e fora da Academia de Direito. A abdicação de D. Pedro I, contudo, não implicou a suspensão das atividades acadêmicas, mas as revoltas que explodiram depois desse episódio, sim. A consequência disso, foi o fortalecimento das alianças entre professores e alunos em novos espaços de leitura e de política. E mesmo com as dificuldades estruturais, os estatutos dos cursos jurídicos do Brasil foram promulgados em 1831.

3.2.1 A Congregação de Lentes: um espaço de disputas políticas

Enquanto finalmente a mudança do curso para o Recife não poucas assaz e poderosas razões (sic) tais são: a insalubridade do país por causa do grande pântano que o cerca de um lado e umidade das casas térreas e não forradas, donde procedem contínuas a falta absoluta de médicos, cirurgiões e boticas para as curar, vendo-se os lentes e estudantes obrigados a recorrer ao Recife, donde lhe vão os socorros tarde e por grande prelo, a carestia de casas e víveres, não chegando as primeiras, suposto por térreas e ruins, para todos os

⁴⁰⁸ Atas da Congregação, *ibid.*

⁴⁰⁹ *Id.*

*acadêmicos que se amontam nos Conventos [...] a falta de política e por consequência de segurança e não podê-la ali haver sem grande dispêndio do Estado com austeridades, força armada e lampiões [...] a falta de distração nas horas vagas [...] não poder a livraria que se vai formar utilizar se não aos acadêmicos, sendo este motivo porque muita gente desgostosa tem deixado de subscrever para ela...*⁴¹⁰

A comunidade acadêmica de Direito foi um dos primeiros grupos sociais a contestar a paisagem dominante⁴¹¹ de Olinda, especialmente, os mosteiros e os demais prédios pertencentes a Igreja Católica. As novas apropriações do espaço urbano realizadas pelos estudantes e professores, através das sociedades políticas, das livrarias, das rodas de conversa, as leituras feitas em voz alta e os espaços de lazer, incomodou os monges e padres que viviam pacatamente naquela cidade. Assim, investigamos essas novas apropriações culturais do espaço em disputa com o poder dominante dos padres e monges.

A experiência da instalação do curso no Mosteiro de São Bento não gerou os resultados esperados pelos acadêmicos, já que os novos espaços criados – a Biblioteca de Olinda, a Sociedade Federal e a Sociedade Patriótica Harmonizadora, a Tipografia Pinheiro & Faria – correspondiam, contraditoriamente, a separação desse grupo letrado em outros espaços, já que os existentes tinham envelhecido (os conventos e seminários) ou remontava o poder da Coroa portuguesa.

Somado a isso, as necessidades mais imediatas não eram supridas, porque a cidade de Olinda já não era a capital comercial e política da província e, “em três anos que ali existe o curso ainda não se levantou uma só casa, não se organizou uma só botica, não apareceu um

⁴¹⁰ Atas da Congregação, 25 de maio de 1831.

⁴¹¹ Afirmando a existência de uma cultura dominante, Denis Cosgrove diz que a paisagem dominante é a expressão de um grupo ou classe cuja dominação se projeta em terra, capital, matéria-prima e força de trabalho e se expande para as imagens e os símbolos (a ideologia), que é oriundo da sua experiência própria, mas circula socialmente como uma experiência verdadeira e universal. Atualmente, são os foliões carnavalescos, suas danças e manifestações de rua que contestam a paisagem dominante em Olinda, que é expressa pelos mosteiros, conventos e demais lugares de memória da Igreja Católica e do poder colonial dos portugueses, conjunto arquitetônico tombado e preservado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ver COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). *Geografia cultural: uma antologia* (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. pp. 219-237.

médico ou cirurgião, a não serem dois bilhares e um teatro”⁴¹². Sem falar nas condições de moradia que, mesmo para os alunos de família abastada, era o de se amontoar em conventos, como o fez Ibiapina e seus conterrâneos Jerônimo e João Capistrano Bandeira de Mello. Mas, apesar disso, houve interferência dos estudantes e professores na organização do espaço urbano de Olinda, embora essas ações não tenham ficado gravadas em edifícios, em praças ou nas ruas da cidade. Como vimos, a ocupação do Forte das Cinco Estrelas e da Fortaleza do Brum, durante a Setembrizada e a Novembrada, não deixou vestígios ou destroços visíveis, mas gerou páginas de periódicos e rodas de conversas por muitos meses em Pernambuco. Foi durante essa década que os professores e estudantes ocuparam mais o espaço externo do que propriamente os bancos das salas de aula. Conseqüentemente, a relação entre mestre-aluno se aprofundou, pois as aproximações não eram apenas teóricas e didáticas circunscritas às aulas, mas sobretudo, a prática política e do foro que os aprendizes passaram a desenvolver nas revoltas populares junto aos seus mestres.

Essa experiência gerou frutos que foram compartilhados interna e externamente ao curso, porque a prática de leitura e escrita fez com que o professor Pedro Autran e os alunos Sérgio e Álvaro Teixeira, traduzissem a versão francesa confrontada com a inglesa de *Economia política* de Stuart Mill⁴¹³. Esse autor, introduzido por Autran no curso, correspondeu uma das primeiras escolas (da Economia Política) consagradas entre os estudantes. Por isso, se deve encarar a atividade de tradução não como algo passivo, cujos artifícios se limitam a traduzir trechos em outra língua, mas ela é uma atividade coletiva, que implica uma elaboração conjunta e nasce do confronto das interpretações sobre determinado texto.

É bem verdade que nessa primeira fase do curso jurídico de Olinda, a maior parte das produções literárias eram traduções ou curtas lições publicadas em periódicos locais. Uma das primeiras traduções produzidas pelo curso foi a *Tática das assembleias legislativas* do jurista Jeremy Bentham; outra, foi a *Dos poderes do júri* de Richard Philips, traduzida pelo cearense Jerônimo Figueira de Melo⁴¹⁴. Esses textos se multiplicaram porque crescia o número de tipografias em Pernambuco, aumentando a atividade de escrita e publicação e, portanto, a quantidade de livros impressos e circulantes.

⁴¹² ATAS da Congregação, op. cit., 1831.

⁴¹³ BEVILÁQUA, op. cit.

⁴¹⁴ Id.

A primeira tipografia de Olinda, a Pinheiro Faria & Cia, foi anexada a livraria do mesmo dono⁴¹⁵, devido ao aumento da procura de textos e livros impressos pelos acadêmicos e professores do curso jurídico na cidade. Professores como Pedro Autran, que possuíam intensa atividade de leitura e escrita, traduziu dezenas de livros que não correspondiam apenas aos conteúdos do Direito Natural, cadeira do curso em que ele lecionava, ampliando-se para assuntos como o *Poder temporal do papa*, *Filosofia do Direito Público* e *Manual de economia política* e outros. Apesar disso, a biblioteca pública que se instalou no convento dos franciscanos, na cidade de Olinda, não representava os interesses do curso de Direito, nem tão pouco do resto dos moradores da cidade, como denunciaram os professores em congregação⁴¹⁶. Existia um universo de leitura fragmentada entre os confessionais (como Ibiapina e os praticantes católicos, que seguiram para o convento dos oratorianos) e os liberais, que produziam traduções e lançavam discussões sobre as assembleias legislativas, o júri, a economia política, etc.

Igualmente era a divisão interna entre os professores, sendo uns formados em Direito (na Universidade de Coimbra ou em Aix/França, onde Pedro Autran formou-se) e outros em Teologia, como era o caso do professor Antônio José Coelho. Em Olinda, assim como em outros ambientes acadêmicos criaram-se preferências literárias que, por sua vez, gerou grupos políticos e a cumplicidade entre professores e alunos. Os espaços de lazer criados em Olinda, são exemplos dessa relação, já que possuíam um caráter de descontração e desimpedimento com as regras e disciplinas escolares. Surgiu, então, um teatro e duas casas de bilhar, sendo que este último foi motivo de preocupação na congregação, já que eram locais “donde nascem as intrigas, o jogo e outros vícios inda piores”⁴¹⁷.

Isso tudo se relacionava às deficiências estruturais do curso e também a incapacidade urbana e cultural de Olinda, já que a dificuldade para desenvolver a leitura e a escrita, era compensada pela facilidade das casas de jogos e bebidas alcoólicas para os rapazes. Por isso, em mais um abaixo-assinado apresentado a congregação de lentes em outubro de 1831, os alunos indicavam motivos para suspender as aulas, colocando como justificativa a incompatibilidade de rendas, a fadiga de trabalho e a falta de instrumentos para seguir com os deveres literários⁴¹⁸.

⁴¹⁵ HALLEWELL, op. cit.

⁴¹⁶ ATAS da Congregação, op. cit., 1831.

⁴¹⁷ Id.

⁴¹⁸ A Congregação de Lentes decidiu pela suspensão das aulas e a alteração de datas dos exames. Informações contidas na ata de 18 de outubro de 1831.

Mas não era só a presença dos professores e a Congregação que gerava a criação de textos. Foi, sobretudo, com a ausência do diretor que essa atividade foi impactada, já que os ofícios dirigidos ao professor Lourenço J. Ribeiro permaneceram fechados até o final de 1831, quando o professor mais velho, Antônio J. Coelho, foi escolhido e habilitado em reunião para fazer essa atividade. Essa decisão deve ser analisada em duas frentes: uma, a de que todas as práticas do curso jurídico estavam condicionadas aos textos dos ofícios, que era o canal oficial de comunicação entre a comunidade acadêmica e o governo central; a outra, esses textos (ofícios) eram a base da “transparência” das ações entre o diretor e o Secretário de Negócios do Império.

Sobre isso, vimos que a publicação dos ofícios e a sua publicidade em algum suporte (jornal ou mural do curso jurídico), foi uma prática cobrada pelo correspondente “curioso” do jornal *O Olindense*. No entanto, essa cobrança esbarrou no impedimento do curso e do diretor interino, que não possuía tipografia para tornar as decisões ou comunicações do império como algo público. Além disso, a Congregação de lentes, ao abrir os ofícios do diretor, datados de 31 de outubro a 28 de novembro de 1831, só tornou público o conteúdo sobre o concurso para cadeira de geometria (pertencente ao curso preparatório), afirmando que não havia “cadeira de lente proprietário vaga neste curso”⁴¹⁹. A ausência de um diretor para o curso de Olinda se estendeu por mais seis meses, quando o professor da cadeira de Teologia Dogmática do Seminário de Olinda, Manoel Inácio de Carvalho, foi nomeado como diretor interino⁴²⁰. Este foi o ano de formação da primeira turma de Direito de Olinda, da qual fez parte Ibiapina, Jerônimo Figueira de Melo, Eusébio de Queiroz e outros, como também um momento de “negócios políticos em um estado de vacilação e [...] desconfianças de perturbar-se a tranquilidade pública”⁴²¹.

A posse desse segundo diretor interino nos esclarece duas questões. A primeira diz respeito ao lugar institucional (Seminário de Olinda e disciplina de Teologia Dogmática) que Manoel Inácio ocupou antes, que não são os mesmos do curso jurídico; a segunda está relacionada ao contexto da província e do país na época, cujo diretor efetivo, Pedro Araújo de Lima, nunca tomou posse, já que acumulava cargos e estava exercendo a legislatura como deputado geral. O novo diretor representava algo diverso daquilo que se esperava para um curso jurídico – algum bacharel ou alguém experiente na área do Direito.

⁴¹⁹ No final de 1831, nota-se a presença de novos professores, entre eles, Marcos Antônio de Araújo Abreu, Felipe Jansen Castro e Albuquerque e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, fora os professores Autran e Coelho. (ATAS da Congregação, 30 de dezembro 1831).

⁴²⁰ Atas da Congregação, 09 de junho de 1832.

⁴²¹ Pedro Autran nas Atas da Congregação, 30 de agosto 1832.

Os espaços culturais de Pernambuco no início do XIX eram marcados pela presença de religiosos, como os monges beneditinos, cuja interferência se fez sentir cotidiano acadêmico do curso jurídico. Para esses monges, sediar esse curso era prejudicial, porque acelerava-se o processo de secularização do patrimônio religioso e, sobretudo, da construção de um conhecimento acadêmico cientificamente verificado⁴²². Somado a isso, coloca-se a querela do acúmulo dos cargos públicos nos primórdios do império no Brasil, um fator que impactou o funcionamento das instituições, seja pela permanência de relações patrimoniais e pessoalizadas, seja pela deficiência no funcionamento, devido à vacância nos cargos. Por isso, com a promulgação dos Estatutos do curso jurídico e as novas indicações para as reuniões da Congregação, o professor Pedro Autran fazia proposições:

[...] Que todos os atos se podiam concluir dentro do tempo marcado nos Estatutos, uma vez que se *duplicassem os trabalhos e os lentes se subtraíssem a eles*; que *havendo esperanças de que os dois lentes deputados*⁴²³ *voltassem para a Academia, logo que a Assembleia se fechasse*, convinha para isso mesmo espaçar o ponto, com a chegada dos ditos lentes, os atos se concluirão com mais brevidade; que *a Congregação não era autoridade administrativa judiciária, política ou política para tomar medidas preventivas sobre a ordem pública*, o que competia somente as autoridades constituídas pela nação...⁴²⁴

As disputas políticas e culturais se aprofundavam cada vez mais, em concordância com o aumento da comunidade acadêmica, pela chegada de novos alunos e outras demandas, bem como os novos professores e o diretor interino. Por esse motivo, o espaço da Congregação foi redefinido com os novos estatutos, através da fixação de uma data para realização das reuniões, a indicação de um presidente, a presença de um secretário e escritor das atas, entre outros. Apesar disso, Pedro Autran não criticava a rigidez em que se revestiu esse espaço de discussões a partir dos estatutos, mas as tomadas de posição que estavam sendo assumidas pelos seus colegas professores e pelos estudantes.

No ano anterior, surgiram duas sociedades políticas⁴²⁵, compostas por professores e estudantes de Direito, que também participavam da congregação e representavam as frações políticas da província pernambucana, quais sejam: os restauradores e os republicanos. Pedro Autran, católico e professor de Direito, não compôs nenhuma dessas frações e ainda produziu

⁴²² Consideremos aqui a presença exagerada de livros teológicos na Biblioteca de Olinda, em comparação aos títulos referentes ao Direito, a Economia e a História.

⁴²³ Os professores Moura Magalhães e Silva Porto.

⁴²⁴ Pedro Autran nas Atas da Congregação, op. cit., 1832.

⁴²⁵ Sociedade Patriótica Harmonizadora (conciliadora) e a Sociedade Federal (antagonismo);

interpretações pejorativas sobre os participantes das sociedades. Assim, cresceu as divergências dentro do curso e as disputas colocaram os professores Moura Magalhães e Silva Porto de um lado, Pedro Autran e Antônio J. Coelho, do outro.

Mas como o cenário político e acadêmico não era homogêneo, o diretor Manoel Inácio e a regência do império, apresentavam outras considerações sobre a participação dos professores e estudantes nas revoltas do pós-abdicação: “fazer justiça ao verdadeiro merecimento, louvando e agradecendo-vos da parte da regência em nome do imperador o Sr. Pedro 2. Os briosos e gloriosos feitos de valor e de patriotismo que tanto vos tem honrado”⁴²⁶. Não era, necessariamente, oposição aos professores Pedro Autran e Coelho, mas representava uma posição liberal, secularizada e confiante nas práticas conciliatórias do Direito. O problema é que as práticas católicas desses professores produziram obstáculos as associações políticas de Pernambuco das quais eles eram membros, já que as representações que possuíam eram conservadoras do *status quo* e do modelo de Estado vigente. Para completar, os primeiros anos do curso jurídico em Olinda foram vivenciados dentro do Mosteiro de São Bento, com leituras e autores católicos que circulavam no curso, na Biblioteca e na sociedade.

Os desentendimentos se aprofundaram com a indicação de dois estudantes de cada ano do curso para ganhar um prêmio “pela sua frequência, lições, dissertações, atos e até por sua conduta”⁴²⁷. Não é demais supor que os professores não só escolhiam os nomes pelo desempenho nas aulas, mas sobretudo, pela identificação política e cultural com seus indicados. Por isso, os escolhidos passariam a votação e ganharia aquele que obtivesse unanimidade entre os professores e, diante do cenário, o mais latente era a participação nas revoltas de 1831. Cada professor era responsável por uma disciplina em anos diferentes, ou seja, Pedro Autran, por ser professor de Direito Natural, indicaria os alunos do 1º ano, mas “não tinha proposta alguma a fazer”⁴²⁸. O professor Moura Magalhães, do segundo ano, indicou João Lins Vieira Cansação do Sinimbu, que era seu companheiro na *Sociedade Federal*, compartilhava interesses políticos e fortalecia as ideias federalistas na província. Este aluno foi unanimemente premiado.

No terceiro ano não houve alunos premiados, apesar de ter sido indicado coincidentemente pelos professores Silva Porto e Antônio J. Coelho, o aluno praticante das sociedades políticas da época, Urbano Sabino de Melo⁴²⁹. No 4º quarto ano, o aluno premiado

⁴²⁶ Fala de Manoel Inácio de Carvalho, diretor interino, em *O Olindense*, nº 115, 21 de junho de 1832.

⁴²⁷ Capítulo 12, art. 2º dos Estatutos do Visconde de Cachoeira.

⁴²⁸ Atas da Congregação, 27 de outubro 1832.

⁴²⁹ Colega de turma de Ibiapina, ele foi Juiz de Direito em Recife, deputado provincial por Pernambuco e deputado geral no Parlamento Nacional por mais de vinte anos. Foi participante da Revolta Praieira e escreveu o

foi o cearense João Capistrano de Melo, que era irmão de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. A indicação na turma concluinte (o 5º ano) foram os alunos Manoel Joaquim de Sá a Matos e Francisco Joaquim das Chagas, sendo o primeiro, premiado, mas “[...] alterando as vozes o dr. Autran e ameaçando o dr. Moura que lhe atiraria uma cadeira na cara, este se levantou e disse que não podia continuar a votar por se achar coato, e que se retirava”⁴³⁰.

Assim, crescia a Academia de Direito e cada vez mais se tornava complexa as práticas administrativas e escolares. Apesar dos desentendimentos entre os lentes, a primeira turma de bacharéis formados em Olinda, construiu alianças políticas que se estenderam para outros espaços da ordem, como as casas legislativas, as comarcas, as delegacias ou nas atividades do magistério.

3.2.2 Novos lentes substitutos: o ex-aluno Ibiapina

*Seus alunos foram os 54 novatos matriculados nesse ano [1833]. Dentre eles figuram alguns que se tornaram vultos exponenciais da vida pública nacional. Seis desses alunos eram cearenses, dentre eles o irmão João Carlos Pereira Ibiapina. Lecionou, metodicamente, com pontos cuidadosamente preparados em vários compêndios, principalmente os de Zeiler e Heinécio. Primou pela palavra eloquente e ilustrada, clareza e facilidade de expressão, além de exemplar assiduidade, pelo que foi atenciosamente ouvido por discípulos que vieram a honrar o mestre.*⁴³¹

A convivência dos bacharéis com seus mestres estava em processo de transformação, já que alguns alunos da primeira turma voltavam para o curso como lentes substitutos e,

livro “Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco”, publicado em 1849. Esse texto recebeu uma “resposta” oficial, oriunda da pena de Martiniano Figueira de Mello, que era Chefe de Polícia a época. Segundo este último, a apreciação “não é mais do que um acervo de grosseiras mentiras, de monstruosas calúnias e de inconcebíveis falsidades, e que em vez de avaliar e apreciar os acontecimentos com espírito de retidão, com decidido amor a justiça, o seu autor não quis senão irrogar injúrias aos seus adversários políticos, votá-los a execração pública, se tanto fosse possível, sob o estigma de assassinos, ladrões e malvados” (MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1830. pp. IV).

⁴³⁰ Atas da Congregação, 27 de outubro de 1832.

⁴³¹ ARAÚJO, op. cit., p. 64.

portanto, possuíam outro tipo de vínculo com a comunidade acadêmica. Ibiapina tinha apenas 27 anos, enquanto os dois outros convocados⁴³², Francisco Joaquim das Chagas e Lourenço Trigo de Loureiro, eram mais velhos. Esses dois últimos tiveram uma longa trajetória como catedráticos do curso jurídico, sendo eles os primeiros a obter o título de doutor naquela instituição⁴³³.

As convocações para lentes substitutos eram feitas por aviso imperial, e no ano de 1833, foram convocados quatro recém-formados: os três supracitados e outro que não compareceu – era João Antônio Vasconcelos, baiano, recém-nomeado para juiz de direito e irmão de Zacarias de Goés e Vasconcelos⁴³⁴, que entrava no curso na mesma turma de João Carlos Ibiapina⁴³⁵, ambos alunos de Ibiapina e com carreiras políticas consideradas. Por exercer, primeiramente, o ofício de professor, onde as relações são interativas e rotativas, permitiu que Ibiapina, como lente substituto, ampliasse a rede de contatos para além do Ceará e do Pernambuco. Por isso, as relações que ele teve, quer tivesse consciência ou não, estavam se ampliando, pois o caráter da docência está intrinsecamente relacionado ao compartilhamento de conteúdo, livros, autores, ou seja, espaço de comunicação e sociabilidades.

Mas no universo acadêmico, a notoriedade de determinados professores nem sempre implicou a realidade da sua prática de ensino e de trabalho, porque, enquanto Ibiapina apareceu como um professor autônomo em relação ao seu contexto, vimos que a dinâmica no curso era atravessada por vacâncias nos cargos, a falta de livros, a carestia de vida, as dificuldades de locomoção e outros fatores que devem ser enfatizados para entendermos a sua primeira atividade remunerada e como ela aconteceu.

Por isso, nesse tópico questionamos sobre como eram as relações políticas desse lente? Quais foram os livros adotados? Quais as reuniões da Congregação ele participou? E quais foram as discussões e decisões do curso jurídico que ele se envolveu? Partindo disso, seguimos analisando as atas da Congregação dos lentes e confrontando com as representações biográficas de Ibiapina, de modo que esperamos responder como foram as atividades no

⁴³² Atas da Congregação, 27 de março 1833.

⁴³³ Atas da Congregação, 2 de novembro de 1833.

⁴³⁴ Ele foi colega de turma de Ibiapina, exerceu diversas legislaturas (como deputado provincial na Bahia e como senador), foi Ministro da Justiça, da Marinha e da Fazenda e escreveu o livro “Da Natureza e Limite do Poder Moderador” em 1860, conteúdo considerado polêmico por sugerir a diminuição do poder do imperador em relação ao poder parlamentar, sem falar que foi no mesmo período em que D. Pedro II buscava firmar-se politicamente, criando incentivos culturais e artísticos.

⁴³⁵ Irmão mais novo de Ibiapina, ele foi Deputado Provincial pelo Ceará.

magistério. A nossa escolha, diversa de outros estudiosos⁴³⁶, considerou que Ibiapina, independentemente do cargo que ocupou, foi um articulador. Na curta experiência do magistério, essa característica pode não estar descrita em textos autorais e da sua época, mas pode ser reconstruída pelos espaços que ele frequentou e como foram as suas intervenções. A Congregação dos lentes, pelas características anteriormente apresentadas, foi construída como um espaço de discussões, quiçá deliberações, que definem o caráter político desse espaço.

Contudo, não queremos subsumir os autores, os espaços e os livros lidos por Ibiapina à política, mas problematizar as práticas de leitura e escrita desenvolvidas por ele, o que ainda não foi feito por nenhum dos estudiosos que se dedicaram a investigar a sua vida. Esses sujeitos, preocupados com a vida religiosa, esqueceram-se de contextualizar os termos⁴³⁷, as orações⁴³⁸ e os textos⁴³⁹ e entendê-los como uma ação coletiva, não necessariamente político-partidária, mas que visava ordenar/classificar/propor condições para uma determinada realidade social.

Nesse sentido, a participação nas reuniões dos lentes no ano de 1833, pode ser considerada uma das primeiras experiências de trabalho de Ibiapina, assim como primeira participação em ambiente deliberativo. Diferentemente do que considerava o biógrafo Sadoc (1995), no trecho acima, as decisões não eram tão independentes quanto parece onde Ibiapina teria utilizado autores juristas como Franz von Zeiler e Heinécio.

De certo, o biógrafo deve ter reproduzido as informações contidas nas histórias ou memórias da Faculdade de Direito de Olinda⁴⁴⁰, mas não podemos esquecer que os textos utilizados na cadeira de Direito Natural, já tinham passado por disputas entre os professores da Congregação, quando resolveram adotar o *Compêndio de Direito Natural* do professor Pedro Autran, abandonando o texto do professor de São Paulo, Avelar Brotero. Ibiapina,

⁴³⁶ Até mesmo os padres simpatizantes/adeptos da Teologia da Libertação, como Eduardo Hoornaert e José Comblim fazem uma leitura religiosa e apolítica de Ibiapina.

⁴³⁷ Ibiapina é representado em filmes como *Eu sou o servo* (2001) cumprimentando os fiéis com a expressão “Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo”, o qual era respondido com “Para Sempre Seja Louvado”, práticas católicas repetidas até hoje nos sertões do Nordeste. Para isso, ver o estudo de caso de BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo: Travessias do Padre Ibiapina nas Narrativas da Irmandade da Cruz, Barbalha-CE. *Anais do X Encontro de História Oral – Testemunhos: História e Política*. Recife: UFPE, 26 a 30 de abril de 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270302497_ARQUIVO_ARTIGOENCONTRODEHISTORIAORAL!!.pdf. Acesso em 18 de maio de 2019.

⁴³⁸ As “Instruções e Máximas Morais” foi um texto produzido por Ibiapina e copiado por pessoas que o acompanhava, cujo formato segue o modelo de um Estatuto, isto é, com capítulos e artigos que a serem seguidos pelas irmãs e demais moradores das Casas de Caridade. Este e outros textos foram complicados e publicados por COMBLIM, José (org). *Instruções espirituais do Padre Ibiapina*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

⁴³⁹ Peças teatrais, poemas e prosas que estão reunidos hoje em livros como o de CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira de. *Ibiapina e a Santa Fé nos desafios do tempo: um manuscrito do século XIX em confronto com outros textos*. João Pessoa: Ideia, 2015.

⁴⁴⁰ Cf. Beviláqua (1977), Venâncio Filho (1982), Pereira (1977).

como lente substituto dessa disciplina, foi o primeiro a utilizar esse compêndio, já que havia sido aprovado um ano antes em congregação. Essa nova bibliografia a ser utilizada em Olinda, demonstra uma distância entre as práticas de leitura e os autores mobilizados naquela cidade em relação aos de São Paulo, porque os compêndios eram produções textuais que se apropriavam de determinados autores não como uma prisão, mas eram reutilizados naquilo que existia de mais moderno e aplicável ao contexto nacional⁴⁴¹. Assim, os novos lentes participavam e também tinham o poder de voto no espaço da Congregação. As disputas se estendiam dos livros para outros conteúdos, como por exemplo, o uso de vestuário uniforme em estilo *talus* (no latim significa “calcanhar”). Essa questão foi suscitada por pais e familiares dos dois cursos⁴⁴² e ficou empatada, quando foi posta a discussão em Olinda, isto é, os lentes Chagas, Ibiapina e Coelho votaram a favor do uso do uniforme de tipo “talar”; enquanto Loureiro, Felipe Jansen e Cavalcanti foram contrários. Devido ao empate, o diretor foi obrigado a votar, decidindo pelo uniforme, mas sem o estilo *talus*.

Ressaltamos algumas considerações. A primeira é de que a congregação, a comunidade acadêmica e, de maneira mais ampla, as práticas de leitura e de escrita, não se restringiam aos componentes que tornavam possíveis essa atividade, isto é, os tipos de livros (manuscritos ou impressos), os autores, a circulação e os instrumentos de mediação cultural, mas estendia-se para os conteúdos que, inicialmente, não teriam relação direta com esse universo, a exemplo, os uniformes; a segunda, é que sendo as atas da congregação um espaço de escrita compartilhada, as decisões a serem tomadas, passavam por alinhamentos políticos e ideológicos dos lentes envolvidos no dia de reunião. Portanto, alinharam-se os dois substitutos ao professor mais velho da comunidade acadêmica, Antônio J. Coelho, numa tentativa que poderia ser interpretada como o reforço às práticas conservadoras na Academia, ou melhor, uma representação de vestimenta dos católicos⁴⁴³ que remontava os sacerdotes romanos.

Apesar disso, sabe-se que a toga e a beca são vestimentas utilizadas até hoje pelos magistrados, cujos significados são compartilhados pela comunidade jurídica para conferir *status* e legitimidade ao que estava sendo produzido ou praticado. Isso abre a terceira questão, que é a de tornar, visualmente acessível, às representações do mundo jurídico, cuja produção está pautada no mundo antigo romano. Especialmente em cores, podemos dizer que o preto da

⁴⁴¹ RAMENZONI, Gabriela Lima. *A construção de uma cultura jurídica: análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870*. Dissertação – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. (especialmente o capítulo 2: A formação da cultura jurídica Administrativa e da Metodologia Acadêmica).

⁴⁴² ATAS da Congregação, 28 de março de 1833.

⁴⁴³ Coelho e Chagas eram padres de formação. Já Ibiapina, havia se hospedado no Convento dos Oratórios quando era aluno de Direito, além de passado pelo Seminário de Olinda, portanto, a sua rede de contatos era, sobretudo, de padres e ideólogos católicos.

beca representa a abnegação do indivíduo que está utilizando o uniforme, o qual não representa a si mesmo, mas uma instituição. Já a corda/faixa presa à cintura varia de acordo com as cores: o vermelho é o rigor; o branco é imparcialidade; e o verde a esperança nas resoluções da lei⁴⁴⁴.

Claro que essas representações (e associações em cores) podem ser questionadas, pois colocam os seus praticantes acima dos usos que fazem das vestes e, sobretudo, das leis. Essa busca pela autonomia da teoria e da ação jurídica se sustentava na representação de que as leituras estão isentas das pressões sociais, ou seja, como se fosse possível determinar um espaço interno puro (pertencente ao Direito) e um espaço externo “contaminado” (pertencente a sociedade e as suas querelas). Para irmos à contramão dessa interpretação, é preciso romper com essa divisão e reconhecer as relações de força que determinam essas práticas.

O uso de vestuário uniforme para os estudantes de ambos os cursos, São Paulo e Olinda, correspondeu a uma decisão conscientemente tomada pelos professores que tinham aversão as experiências passadas em Pernambuco, isto é, novamente os estudantes se envolverem em acontecimentos, como a Setembrizada e a Novembrada. Por isso, o uso desse vestuário demarcava uma distância com os outros civis, embora os aproximassem dos padres e monges que perambulavam pelas ruas olindenses com suas longas batinas pretas. Mas, foi em Pernambuco e outras províncias do Norte, que as batinas foram as vestes mais revolucionárias, porque foram os padres os sujeitos que interagiram politicamente em reação as normas coloniais ou imperiais. Exemplo disso, temos os padres José Martiniano de Alencar, Frei Joaquim da Silva Rabelo (o frei Caneca), o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo (o padre Mororó), para falarmos de apenas três grandes nomes⁴⁴⁵.

Sobre a década de trinta do oitocentos no Brasil, podemos considerá-la um laboratório da nação⁴⁴⁶ com a participação mais ativa de padres e outros religiosos, ainda que as reformas internas à Igreja contribuíram para o endurecimento das práticas dentro e fora dela. O resultado foram interpretações escritas e não-escritas, como a do Tradicionalismo Católico⁴⁴⁷ que impulsionou a produção literária no curso jurídico⁴⁴⁸ e reformulou as experiências com o

⁴⁴⁴ “Vestes talaes – trajes que caracterizam membros do Ministério Público”, disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/59/10/E7/26/C744A7109CEB34A7760849A8/Vestes_talaes.pdf. Acesso em 16 de junho de 2022.

⁴⁴⁵ Cf. CARVALHO, 1980.

⁴⁴⁶ Cf. BASILE, 2009.

⁴⁴⁷ Esse projeto era secular, mas defendia e conservava o catolicismo como uma contraposição ao projeto pombalino e/ou liberal de Estado. Reforçava o poder da Igreja perante o Estado. Ver PAIM, Antônio. Uma visão renovada do tradicionalismo. *Convivium*, nº 02, 1985. pp. 141-153.

⁴⁴⁸ Pedro Autran, Braz Florentino Henriques de Souza, Aprígio Justiniano da Silva Guimarães, José Antônio de Figueiredo, José Soriano de Souza são apenas alguns nomes dos professores de Olinda que publicaram textos e ficaram reconhecidos como produtores do discurso católico tradicionalista. Ver LARA, Tiago Adão.

clero, reafirmando a autoridade papal e desestimulando os padres no envolvimento com os espaços seculares (como as Assembleias Legislativas, as sociedades políticas e literárias, etc.).

Essa reação católica às práticas e representações liberais não estava apenas dentro dos quadros da Igreja, mas se construiu como um combate às revoluções liberais e ao racionalismo como movimento cultural. Embora tenha se restringido aos ambientes católicos, esses atores não aceitavam as transformações operadas nos países, em especial, em relação ao poder (político e estatal) como algo construído humanamente, e não algo divino, sagrado. Assim, as disputas estão colocadas numa sociedade corrompida, cujo “contrato social tem servido senão para tornar vacilante a autoridade, precário os direitos e a liberdade do homem, sem vigor as leis, dividir os cidadãos entre opressores e oprimidos”⁴⁴⁹.

Com essa presença católica dentro do curso jurídico de Olinda, ele padecia de um imbróglio, pois, de um lado, estava situado em território católico (o Mosteiro de São Bento) e era formado por católicos, não necessariamente padres. Esses professores eram Pedro Autran, Antônio J. Coelho, Ibiapina e Francisco Chagas, que robusteciam as leituras e as práticas do tradicionalismo católico. Por outro lado, os professores Felipe Jansen, Lourenço Trigo de Loureiro, Moura Magalhães, Silva Porto e outros, se colocavam como representantes de um Estado em vias liberais, quer dizer, buscavam pela individualização dos direitos, a representação política com as Câmaras e Assembleias, entre outros. Mesmo aparentemente contraditórios na prática acadêmica, esses professores pertenciam a um mesmo universo letrado e católico, cuja compreensão de poder, Direito e política, estava em construção. Na esteira disso, as primeiras turmas formadas nos cursos jurídicos, atuaram em diversos ambientes e, sobre isso, os professores possuíam responsabilidade. Em reunião, a congregação definiu, mediante pedidos da regência⁴⁵⁰, que se enviasse a lista de recém-formados com as respectivas avaliações do talento, da aplicação e da moralidade.

Nessa lista, os ex-alunos Ibiapina, Chagas e Loureiro ficaram de fora, já que eram professores substitutos e faziam parte da Congregação. Dos trinta e sete nomes⁴⁵¹, avaliados e classificados pelos professores como (b)om, (s)ingular e (ó)timo, apenas dez alunos foram indicados “ótimos”, entre eles, Eusébio de Queiroz e Sérgio Teixeira de Macedo. Esses dois, de comportamento público e acadêmico bem diferenciado – um editor de jornal, ativo nos acontecimentos da Setembrizada e Novembrada; o outro, discreto como aluno, pouco ou nada

Tradicionalismo católico em Pernambuco. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988. (especialmente o capítulo 3: A versão pernambucana do tradicionalismo).

⁴⁴⁹ Discurso de Monsenhor Joaquim Pinto Campos no Diário de Pernambuco, 15 de março de 1855.

⁴⁵⁰ ATAS da Congregação, 24 de abril de 1833.

⁴⁵¹ Ver nomes nas ATAS da Congregação, 24 de abril de 1833.

envolvido com os acontecimentos políticos, nos faz questionar quais eram os parâmetros utilizados pelos professores para essa classificação.

Tomando como ponto de partida as premiações dirigidas aos alunos com “melhores desempenhos” indicados em Estatuto desde 1831, percebemos as disputas e tensões intrínsecas a essas escolhas, que não devem ser tomadas como uma definição total, mas forjada a partir dos interesses e das relações entre aluno-mestre. Interessante notar que na reunião em que esses alunos foram avaliados, seus mestres estavam ausentes das atividades acadêmicas, para realizar atividades parlamentares, tais como Moura Magalhães e Marcos Antônio Araújo Abreu. Além disso, essas relações interpessoais entre professores e alunos, aproximava-os em relações de trocas por cargos públicos, em laços familiares e em representações políticas, de modo que qualquer indicação feita por professores aos poderes centrais (como a regência, a Câmara dos Deputados ou Senado), por meio dessas listas e ou das indicações, como ocorreu com Ibiapina ao cargo de lente substituto, impactava na popularidade e no reconhecimento público do sujeito indicado.

Contudo, os atores envolvidos nessas trocas, não devem ser analisados somente pelos parâmetros ocidentais de Estado, quer dizer que a individualização dos direitos se tornou uma prática central. É igualmente importante observar qual é a percepção desses atores sobre essas trocas, como significam os objetos alcançados e quais práticas associam a política⁴⁵², e, nesse caso, ao poder, ao Direito e à educação, porque se considerarmos essas trocas somente como “clientelistas”, encerraremos as discussões com conclusões como a de que nossa prática institucional é atrasada, imprópria, etc.

Por esses e outros motivos, a congregação dos lentes em Olinda tornou-se um espaço interessante para observarmos as relações sociais de Ibiapina, que desempenhou função importante para entender os demais espaços sociais que ele atuou durante o Império. A partir do segundo semestre de 1833, ele teve menos assiduidade no curso, já que estavam apurados os votos e ele foi o deputado mais votado no Ceará, para a terceira legislatura da Câmara dos Deputados. No entanto, “faltando por participação de moléstia”⁴⁵³, o professor substituto não esteve presente em reuniões, como a de decidir sobre as matrículas fora do prazo estabelecido nos estatutos; a publicação de ofícios do diretor que eram enviados ao Rio de Janeiro; e a indicação de alunos para os prêmios de “melhor desempenho”.

⁴⁵² KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, nº 64, 2007. pp. 164-167.

⁴⁵³ ATAS da Congregação, 4 de setembro de 1833.

Em sua última participação⁴⁵⁴, a reunião dos lentes definiu a distribuição de matérias para o ano seguinte – ficando o professor Francisco Cavalcanti, responsável pela disciplina que Ibiapina substituía (o Direito Natural) –; indicou que se consultasse o governo central sobre o pedido do estudante José Pinto da Silveira, aluno do 3º ano e solicitante de ato extraordinário para admissão no curso; e que as votações na Congregação, fossem secretas. Esta última decisão marcou o início de uma nova prática na congregação – o voto secreto –, que impactou nas interpretações, nas leituras e nos autores escolhidos.

⁴⁵⁴ ATAS da Congregação, 2 de novembro de 1833.

4 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS À RECLUSÃO SOCIAL

Compadre e amigo do coração

(...) Estimo bem que não fosse avante a desinteligência, que se procurou introduzir entre alguns dos nossos amigos; e para mim hoje será a maior satisfação que os cearenses jamais se lembrem de um Ibiapina para seu representante; é um maluco de coração perverso, é uma ferazinha, como você lhe chamou: ingrato! Parece que este malvado quando injuriou e insultou o mano Manoel (como verá do Jornal do Comércio de 3 do corrente) teve em vista levar algumas chicotadas para ter ocasião de nos pronunciar para não podermos ser reeleitos; ainda hoje o mano Manoel não entra para a câmara pela porta do lado da rua de São José para se não encontrar com ele, porque neste caso de certo repetiria a sua imprudência, já censurada quando respondeu ao tal biltre; se o pai e o irmão foram assassinos de alguns cidadãos, este é o da honra de quem só lhe fez favores, e muito o obsequiou sem nunca o ter ofendido... (grifos nossos)⁴⁵⁵.

Um dos primeiros pronunciamentos do deputado Ibiapina em tribuna, durante a terceira legislatura do Império, ocorreu por ocasião da denúncia que ele fez acerca do roubo do Tesouro Nacional, sob a responsabilidade do Ministro da Fazenda, o então deputado cearense, Manoel do Nascimento Castro e Silva. Essa atitude é o oposto daquela que ele vinha praticando nas sessões anteriores, de não se pronunciar no púlpito, que pode ser considerada como uma estratégia de camuflagem política e parlamentar⁴⁵⁶.

⁴⁵⁵ CARTA do Deputado Vicente do Castro e Silva para o senador José Martiniano de Alencar, 11 de setembro de 1836.

⁴⁵⁶ DUVERGER, Maurice. *Introdução à política*. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.

Partindo da compreensão de que o silêncio tem várias formas⁴⁵⁷ e o de Ibiapina colocou-se como uma estratégia política, esse capítulo buscou entender como se deu as participações políticas de Ibiapina como deputado e como juiz de direito, frisando como as práticas e representações jurídicas, apareceram no seu discurso parlamentar. Para isso, o capítulo foi dividido em duas partes: na primeira, foi analisado o discurso do deputado Ibiapina por meio dos Anais da Câmara dos Deputados⁴⁵⁸, das cartas trocadas entre ele, Alencar e outros políticos do grupo dos *moderados* e da imprensa⁴⁵⁹; na última parte, verificou-se as votações, as sugestões e posições tomadas por Ibiapina na Câmara com o auxílio dos Anais da Câmara dos Deputados.

Para melhor entendermos esse pronunciamento de Ibiapina, consideremos o que comentou Needell (2009) sobre os “oradores”⁴⁶⁰, sujeitos que agiam como intelectuais orgânicos das elites políticas do país na Câmara dos Deputados e foram essenciais para a formação dos grupos políticos imperiais, embora o autor afirme que os “oradores” eram, em sua maioria, *exaltados*, esquecendo que existiram diversos outros “oradores” que pertenciam a diferentes grupos, como os *regressistas*, sem falar de jovens deputados como Ibiapina, que saíam das previsões partidárias e ideológicas e rompiam com a elite provincial da qual era fruto, denunciando os seus líderes.

Ibiapina “rompeu o silêncio” num contexto político em que se formavam na Câmara os chamados *regressistas*, os quais culpavam o regente Diogo Feijó, seus aliados e o Ato Adicional pelos malefícios que estavam ocorrendo no país, como as revoltas provinciais e as instabilidades institucionais, a exemplo, da crise monetária e do roubo do Tesouro Nacional, ocorrido no período anterior ao ministério de Castro e Silva. O grupo dos *moderados* cearenses estava na outra ponta desse cenário, como se pode perceber pela carta de Vicente Castro e Silva na abertura deste capítulo, eles eram o “Partido da Minoria” e, mais tarde,

⁴⁵⁷ Ver ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

⁴⁵⁸ Estão digitalizados os Anais desde a primeira legislatura (1826) até 1975, hospedados no *site* da Câmara dos Deputados.

⁴⁵⁹ Jornal *O Sete D’Abril*.

⁴⁶⁰ O historiador Jeffrey Needell, que estudou a origem dos partidos políticos imperiais, afirmou que as origens desses grupos são as mais diversas, devendo-se priorizar na análise os modelos e os locais de organização política, que era a maçonaria, as sociedades e seus periódicos e os “oradores”. Na pesquisa, segundo o autor, as sociedades e seus periódicos foram mais atuantes do que a maçonaria, enquanto os “oradores” (das oligarquias e para elas) foram de fundamental importância para entender a origem dos partidos. Ver NEEDELL, Jeffrey. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. Almanack Braziliense*, nº 10, São Paulo, 2009. p. 5-22.

foram articuladores do Movimento pela Maioridade do Imperador D. Pedro II, cujas reuniões eram realizadas na casa do senador José Martiniano de Alencar⁴⁶¹.

Considerando os locais de ação política no oitocentos, listados por Needell (2009) – maçonaria, sociedades e seus periódicos e os “oradores” – podemos considerar que o “silêncio” de Ibiapina, durante os primeiros anos de legislatura, esteve associado ao típico comportamento dos membros desse “Partido da Minoria”, que agiam para atrasar as votações, minar o poder dos opositores, sugerindo e compondo espaços de deliberação dentro da Câmara. Portanto, ele era o oposto dos “oradores”, que eram colocados em posição de destaque por fazer o bom uso verbal, que os condicionava ao lugar de atenção da crítica feita pela oposição.

Na carta, é possível perceber que o pronunciamento de Ibiapina resultou em duas situações diferentes para o grupo: uma mais visível, que esteve relacionada ao comportamento de Manoel, cuja rotina de entrada no prédio da Câmara, foi alterada; e a outra, menos visível, foi a de modificar os princípios desse grupo para a construção de candidaturas cearenses. Além disso, Ibiapina não sabia, mas a partir do discurso que fez, a sua candidatura passou a ser esvaziada pelos líderes dos *moderados* até ser enterrada em 1838.

Em cartas como essas, não devemos avaliar apenas o conteúdo, mas como elas são representativas de vínculos sociais entre indivíduos, como Vicente (o remetente) e o senador José Martiniano de Alencar (o destinatário), que desempenhou um papel central nas primeiras legislaturas do Império e no compromisso de equilíbrio entre os poderes (do monarca e as províncias). Essa importância no cenário político central e provincial do senador, não foi conferida apenas na relação com os poderosos irmãos Castro e Silva, mas por outros deputados e senadores, que o tencionavam e contribuíram em dar maior visibilidade, adesão e permanência no poder aos Alencar.

Por isso, é preciso considerar que essas cartas não eram espontâneas, uma vez que ocultavam e definiam o interesse dos interlocutores a partir de códigos na escrita, isto é, a autocensura e o autocontrole no conteúdo e na forma de se expressar⁴⁶². Assim, investigamos a construção dessas missivas e como eram as representações de Ibiapina entre seus contemporâneos cearenses. Antes de avaliarmos o conteúdo do pronunciamento de Ibiapina, identificamos, a partir da carta, que ele não possuía boa reputação entre os cearenses, porque pediu a substituição do Ministro da Fazenda, mas sobretudo, porque Ibiapina era filho e irmão

⁴⁶¹ Cf. Basile (2009).

⁴⁶² MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-221.

de participantes da Confederação do Equador, ou nas palavras do correspondente, “assassinos”. Essa última definição não tinha condições de ser refutada, uma vez que ser filho e irmão de confederados, não era algo que dependia de uma escolha, diferente da ação de pedir a substituição do Ministro da Fazenda, que se quer foi questionada por Vicente e sem argumentos concretos, insultou Ibiapina através de questões morais (ou irrefutáveis).

Vicente refutava a prática política de Ibiapina que, no fundo, não divergia dos princípios liberais do grupo cearense. Na verdade, ele estava mais preocupado com as eleições para a quarta legislatura do Império, que aconteceria um ano depois do envio dessa carta. Não é à toa que ele rejeitava que o nome de Ibiapina fosse novamente apresentado às eleições:

basta e voltemos às eleições: eu escrevi ontem ao mano João e lhe disse que mil vezes José Mariano do que Ibiapina e mesmo Figueira, concordando, portanto (sic) em uma só chapa, e não se arriscando por esta discordância a perder a batalha⁴⁶³.

Nas relações internas desse “partido”, as divergências entre seus membros despontaram, principalmente, na experiência da Assembleia Geral, quando os deputados saíram dos círculos de discussão locais e se reuniram com outros grupos de diversas regiões do país, no Rio de Janeiro, onde estava localizada a Câmara. Esse movimento viabilizou a ampliação do vocabulário político e das experiências sociais de jovens como Ibiapina, o que gerou outras interpretações ideológicas e, conseqüentemente, conflitos e tensões com seus conterrâneos. Do Rio, Vicente escrevia a carta e reafirmava a sua fidelidade aos interesses do grupo cearense, diferentemente de Ibiapina, que não se comunicava com Alencar e ainda aderiu às interpretações dos *regressistas* Bernardo Pereira de Vasconcellos e Hermeto Carneiro Leão.

Se as divergências políticas se tornavam públicas na Câmara, as origens dessas tensões remontam a criação da Assembleia provincial, onde o senador Alencar foi o responsável por articular diferentes oligarquias e amenizar as diferenças, condensando interesses em torno de si, que se tornou o principal líder dos *moderados* no Ceará. Embora o personalismo político não explique a criação do partido, foi graças às relações construídas por esse sujeito, que jovens recém-formados, como Ibiapina e Martiniano Figueira de Melo, igualmente mencionados e repudiados por Vicente na missiva, foram candidatos e ganharam às eleições de 1833.

⁴⁶³ CARTA do Deputado Vicente do Castro e Silva para o senador José Martiniano de Alencar, 1836.

Sobre o grupo político, é importante afirmar que a noção utilizada aqui é a de participação política e não a definição contemporânea de uniformização ideológica e prática entre sujeitos. Essa escolha pela “participação política” nos ajudou a entender que os *moderados*, apesar de ser um grupo bastante heterogêneo, podem ser identificados a partir das ações de *justo meio*, princípio aristotélico apropriado em contextos constitucionais, em que prevalecia o equilíbrio entre os poderes.

Moderados ou *moderação* também foi entendido como um comportamento político de prudência e servilismo, assim como a relação de respeito às Leis, que determinavam a organização social do Estado⁴⁶⁴. Considerando isso, por que Ibiapina e Figueira foram repudiados por Vicente? Eles estavam rompendo com os comportamentos esperados para um *moderado*? José Mariano, o deputado mencionado na carta e colocado em um “lugar diferente” no discurso, foi o responsável por indicar a candidatura de Ibiapina a Assembleia Geral, como veremos no tópico seguinte.

É importante entender que os *moderados*, na verdade, não possuíam identidade política⁴⁶⁵ bem definida, o que deu margem para fissuras e rompimentos, após a terceira legislatura. No grupo do Ceará, Figueira, Ibiapina e o Pe. Pinto de Mendonça, se tornaram os opositores do líder Alencar e seus aliados, um fato que antecedeu o pronunciamento de Ibiapina. Do outro lado, estavam os irmãos Castro e Silva (Vicente e Manoel) e Costa Miranda, que eram fiéis correspondentes do senador Alencar e, com ele, formavam o núcleo hegemônico do partido em âmbito local. Essa fragmentação ocorreu não só entre os membros cearenses, mas a nível nacional, após a promulgação do Ato Adicional, que fez surgir um novo vocabulário, novas interpretações legais e novas práticas parlamentares – com a criação das Assembleias provinciais.

Considerando essas mudanças, a nossa interpretação privilegia as análises em grupo ou dá preferência ao conceito de “geração”⁴⁶⁶, que envolve a compreensão das leituras, dos espaços e das questões comuns a um grupo de pessoas com afinidades em comum, como por exemplo, a formação em Direito. No caso aqui analisado, os deputados bacharéis tinham habilidades profissionais parecidas, leituras em comum, portanto, agiam em comissões e

⁴⁶⁴ Cf. Basile (2009).

⁴⁶⁵ Sobre isso, é importante entender que a década de 1830-1840 foi uma fase de transição no Império, de modo que os grupos políticos ainda estavam se organizando institucionalmente, sem identidade e ideologia definidas. Mais tarde, os grupos que eram heterogêneos passaram a se organizar em torno do “Partido Liberal” ou o “Partido Conservador”, os partidos imperiais e mais perenes da história política do Brasil. Ver Carvalho (1974).

⁴⁶⁶ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

atividades burocráticas na Câmara. Portanto, considerar o grupo ao invés de ações individuais, nos fez deslocar o lugar de análise e de interrogações feitas as fontes.

Nessa perspectiva, o conteúdo do pronunciamento de Ibiapina esteve relacionado ao grupo que ele se aproximou após 1835, o que nos ajudou a entender o lugar do seu discurso, isto é, com quem se alinhava, já que ele estava publicamente rompendo com seus conterrâneos e se conformando a outros grupos e a outras representações da ordem vigente. O ano de 1836 foi, portanto, o momento que Ibiapina condensou tudo isso em um discurso reproduzido pelos Anais da Câmara:

O Sr. Ministro da Fazenda disse que era indecoroso a um *membro da oposição* indicar uma mensagem ao trono para ser ele demitido nas circunstâncias atuais, em que ninguém queria entrar para o tesouro, depois de roubado. Indecorosa é essa linguagem do Sr. Ministro! *Apresentei essa indicação, porque sendo do meu dever velar nos interesses do país, conheci que mais grave mal que nos ameaça é a desordem no sistema financeiro, e que a crise que ameaça o Brasil crescerá, não obstante qualquer medida útil, uma vez que o chefe dessa repartição seja uma pessoa tão inábil, tão incapaz como o atual Ministro da Fazenda.* Convencido disso propus aquela medida para aventurar esse meio de salvação pública, e é ainda por isso que voto pela urgência que se discute, *posto que nenhum resultado feliz espere conseguir.* Mas, S. Exa. disse que era indecorosa a indicação da mensagem. *Permita a Câmara que, em minha defesa, use dos meios mais favoritos, de que sempre se serve S. Exa. pedir ao atual presidente de minha província que o nomeasse inspetor da alfândega* e isto, Sr. Presidente, para se lhe não tirasse o pão da boca! Será isto decente, será isto decoroso? *Indecoroso foi que o Sr. Ministro demitisse e removesse desempregados que contavam anos de serviço, além de uma capacidade profissional conhecida e sem nenhum crime, para em seu lugar arranjar seus irmãos e parentes!* Indecoroso é que o Sr. Ministro depois do roubo do tesouro, nenhuma providência tenha dado sobre os empregados do mesmo tesouro, e que todas as outras acerca do papel em circulação tenham sido marcadas com o cunho do desacerto, trazendo em consequência o tropeço do comércio, dificuldade mesmo nas transações domésticas, o clamor público em uma palavra. Indecoroso, enfim, é que o Sr. Ministro, a despeito de precedentes tão desfavoráveis ao seu conceito, ainda se sente entre os representantes da Nação. Mas, ao Sr. Ministro, nada é capaz de lhe fazer a face vermelha... Eu poderia falar, mas enfim calo-me porque sei obedecer⁴⁶⁷.

Mais do que denunciar o clientelismo, do qual Ibiapina era fruto, ele colocava a substituição de Manoel, que não deve ser entendida na sua literalidade, mas a partir de quem e para quê Ibiapina arriscaria a sua candidatura e as relações de amizade e políticas que construiu no Ceará. Essas interrogações podem ser resolvidas quando observadas à luz do cenário político da época – regência una, crise monetária, declínio do tráfico de escravos,

⁴⁶⁷ ANAIS da Câmara, 2 de setembro de 1836. Fala do deputado Ibiapina.

reformas constitucionais, etc. –, que apresentava as primeiras investidas *regressistas* na Regência de Feijó. Entretanto, ainda não se falava no imperador e na antecipação da maioria como saída para os problemas regenciais. A estratégia política passou a ser o enfraquecimento de Feijó e dos seus aliados em âmbito parlamentar e na imprensa. A Câmara dos Deputados neste período, era um ambiente hostil às práticas e reformas mais radicais, mas não escapou as pressões públicas, que se manifestavam tanto na imprensa, quanto na imposição de temas e na presença cotidiana em sessões legislativas. Nos dias de sessão na Câmara, as galerias eram lotadas por pessoas de vários segmentos sociais, as atas registraram tumultos provocados pela plateia, além de gritos, batidas de pé, moedas arremessadas e até escarradas foram jogadas nos deputados⁴⁶⁸.

Esses acontecimentos são conhecidos da historiografia atual porque foram registrados nas Atas da Câmara, mas também porque estrangeiros escreveram sobre as nossas sessões, como fez o inglês Robert Walsh em *Notícias do Brasil*. Reconhecer e caracterizar o espaço da Câmara, é importante para entender que este local não foi frequentado somente por deputados, mas também pelos populares e estrangeiros, que ocupavam cadeiras previamente selecionadas na Câmara, e talvez não seja demais lembrar, mas nesse ambiente, só os deputados tinham o poder de opinar e votar, os demais eram apenas espectadores.

Considerando essas caracterizações sobre as vivências e pressões na Câmara, o jornal “O Sete d’Abril” nomeou o pronunciamento de Ibiapina e a sua repercussão de “O Escândalo Parlamentar”, artigo publicado no mesmo mês do ocorrido, em setembro de 1836. Segundo o periódico, cujo editorial era ideologicamente alinhado ao deputado *regressista* Bernardo Pereira de Vasconcelos, o “escândalo” estendeu-se por alguns dias de discussão e de exaltações não só entre o público, mas, sobretudo, entre os deputados. Na carta do ministro, Manoel Castro e Silva, as ações dos populares na Câmara também aparecem:

Compadre e amigo do coração

(...) vivo em uma apatia, magro, macilento e velho, e para cúmulo de meus dissabores, havia acontecer o nefando roubo do tesouro que me tem acarretado os maiores insultos, a ponto de até Ibiapina fazer indicação para se mandar uma mensagem ao regente pedindo a minha demissão, Calmon que tem vomitado toda a sua cólera contra mim, porque Feijó não o prefere no ministério, disse que se a Câmara se tivesse penetrado de sua verdadeira posição teria logo no dia do roubo do tesouro mandado uma mensagem ao trono pedindo a minha demissão. Porém, note que quando houve roubo estava o Maciel interinamente com a pasta da Fazenda... Digo-lhe que tem sido para mim o maior sacrifício o da minha conservação no ministério, por que desenganados os homens de que Feijó não demitia o ministério, tem

⁴⁶⁸ Basile (2009).

lançado mão de todos os meios e insultos para ver se os ministros desesperados deixarem as pastas, e deixavam o regente a sua mercê: *a sessão tem sido ocupada com insultos, fala-se, ralha-se e até hoje nada se há feito, a lei do orçamento ainda está em 2ª discussão; emendas de código nada, enfim nunca vi uma sessão como esta, na qual muito se hão distinguido os senhores Figueira e Ibiapina: eu lhe peço por tudo quanto há que de melhores deputados pela nossa província, e não homens que sacrificam a causa pública por vinganças...*⁴⁶⁹

Nem todos os sujeitos com quem José Martiniano de Alencar se correspondia, eram das fileiras do partido *moderado*, mas entre os principais correspondentes cearenses do senador, estava o “compadre” Manoel do Nascimento Castro e Silva. Essa família cearense era importante na província, cuja trajetória era marcada pelos serviços prestados à burocracia imperial, mais especificamente, no funcionalismo público. Manoel, por exemplo, desde os 19 anos, ocupou os cargos de tabelião, escrivão do crime e civil na vila do Crato, escrivão da Câmara em Aracati, dentre outros⁴⁷⁰. Além disso, ele atuou para liquidar as forças contrárias aos interesses portugueses, como foi o caso do movimento de 1817. Para uma ideia da importância desse sujeito, o padrinho de batismo dele foi o governador geral da capitania a época (1788), João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray.

Antes de comentarmos como foi interpretada a acusação de Ibiapina pelo próprio Manoel, vale ressaltar que as cartas trocadas entre ele e Alencar, expõem uma relação de intimidade, que se coloca por meio das expressões utilizadas “compadre” e “amigo do coração”, igualmente empregadas por Vicente. Além disso, a frequência e os temas indicados nas correspondências que mapeamos⁴⁷¹, mostram que haviam poucas pausas entre uma carta e outra, sem falar nos temas das conversas, que pouco ou nada mudavam em semanas ou meses. A escrita desses políticos era corrida e, muitas vezes, se dava em um único parágrafo⁴⁷².

Um componente especial para entendermos essa comunicação constante, são os meios de transporte utilizados para movimentar as cartas do Rio de Janeiro, até outras províncias. No caso aqui analisado, o transporte era feito por navios, que enfrentavam as dificuldades dos ventos e correntes marítimas, desfavoráveis com mais rapidez, já que não dependia desses

⁴⁶⁹ CARTA de Manoel do Nascimento Castro e Silva para José Martiniano de Alencar, 23 de agosto de 1836.

⁴⁷⁰ Cf. FELIX, 2010.

⁴⁷¹ A escolha que fizemos na correspondência de José Martiniano de Alencar, disponibilizada pela Biblioteca Nacional, priorizou o buscador “Ibiapina”, fazendo com que encontrássemos seis correspondências entre Alencar-Manoel Castro e Silva, sendo este último o que mais mencionava o nome de Ibiapina. Essas cartas são datadas de 1835-1837.

⁴⁷² Cf. ALENCAR (2014).

fenômenos naturais para seguir viagem, diferente da navegação veleira⁴⁷³. Sobre isso, o missionário metodista Daniel P. Kidder, norte-americano, que esteve no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, afirmou que não existiam transportes rápidos e regulares entre a Corte e outras províncias do país, de modo que as cartas enviadas nessas localidades, chegavam mais depressa via pacotes dos Estados Unidos e Grã-Bretanha do que se fossem enviadas diretamente. O principal meio de comunicação da sociedade oitocentista foi a carta, objeto que também representou *status* para quem recebia e/ou enviava. Essa importância foi, primeiramente, reconhecida e incentivada pelos membros da Confederação do Equador, como vimos no primeiro capítulo, mas foi reconhecida oficialmente pelo governo provincial, em 1829, quando o serviço de Correios no Ceará, passou a ser regulamentado e controlado, proibindo qualquer remessa de cartas em malotes que não fossem desse mesmo serviço, sendo punido de multa quem descumprisse esse protocolo, o que resultaria no pagamento entre 10\$000 e 30\$000⁴⁷⁴.

Além do suporte e do transporte das cartas, esses objetos são espaços privilegiados para entender a construção de relações sociais, como a construção de um partido a exemplo do *moderado*. Considerando que elas são produzidas por motivações e interesses, no caso aqui analisado, as cartas foram trocadas, sobretudo, para definir as novas candidaturas às cadeiras da Câmara dos Deputados. Garantir uma “boa representação” no âmbito das províncias, significava reforçar os interesses do Ceará em nível nacional, mas Ibiapina não era cogitado para essa atividade na próxima legislatura, nem por Vicente, nem por Manoel. Percebemos que o pedido de substituição desse último, não foi a única coisa que fez a vida parlamentar de Ibiapina esvaziar-se, mas por verbalizar a forma como a família Castro e Silva e Alencar operavam politicamente, substituindo “empregados que contavam anos de serviço, além de uma capacidade profissional conhecida e sem nenhum crime, para em seu lugar *arranjar seus irmãos e parentes*”⁴⁷⁵.

A própria carreira política de Ibiapina, acusado de “ingrato” por Vicente, era resultante do clientelismo entre as famílias mais importantes do Ceará, embora tenha saído da função de “beneficiário” para a função de “denunciante” dessas práticas. Observou-se também que em ambas missivas (a de Vicente e a Manoel), não é o conteúdo da denúncia que os remetentes estão questionando, mas a incompatibilidade de comportamento de Ibiapina com os *moderados*. Mantê-lo no grupo, seria uma ameaça aos interesses provinciais, mas não

⁴⁷³ KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001.

⁴⁷⁴ JORNAL Gazeta Cearense, 31 de julho de 1829.

⁴⁷⁵ ANAIS da Câmara, 2 de setembro de 1836. Fala do deputado Ibiapina.

necessariamente, se traduzem em interesses descentralizadores (de Alencar e aliados), em contrapartida aos interesses centralizadores (Ibiapina e os *regressistas*).

A permanência de Manoel na pasta da Fazenda, foi de pouco menos de dois anos, mas é sabido que a sua gestão foi uma das mais conturbadas, haja vista o roubo do Tesouro (que antecedeu a sua gestão), a crise monetária (falsificação e desvalorização de moedas de cobre) e a fragilidade política de quem o indicou – o regente Feijó. Mais do que considerar o conteúdo da denúncia e/ou das cartas acima mencionadas, que versam sobre as relações privadas e públicas dos políticos cearenses, acreditamos que o “silêncio” de Ibiapina antes disso, foi a forma encontrada por ele para garantir a sua manutenção na Câmara durante a terceira legislatura.

4.1 NO IMPÉRIO DAS PALAVRAS PREVALECEU O SILÊNCIO⁴⁷⁶ DO DEPUTADO IBIAPINA

A terceira legislatura do Império tinha como principal objetivo a reforma constitucional e a reação contra as revoltas provinciais em todo o país. Contou com 104 eleitos deputados, sendo alguns bacharéis em Direito⁴⁷⁷, ligados aos grupos economicamente dominantes: donos de terras e comerciantes. Segundo Basile (2009), essa legislatura não possuía identidades políticas bem definidas, por ser um *período de transição*, já que as práticas parlamentares estavam se reformulando a partir das mudanças constitucionais, o que rendeu discussões sobre as quais eram as atribuições de um Presidente de Província, a reforma do Código do Processo Criminal, as reformas para o meio circulante, a criação das Assembleias Provinciais e dos Juízes de Direito, entre outros. Ao fim e ao cabo, os deputados eleitos se debruçavam em torno da origem do poder político e como ele deveria se reorganizar no Brasil após a abdicação, entre o centro (a Corte, a Regência) e as províncias (Assembleias, Presidentes, Juízes, etc.).

Apesar das diferenças ideológicas, a promulgação das reformas constitucionais (o Ato Adicional) foi uma das pautas que unificou os interesses entre os grupos nas duas Câmaras, como os liberais *moderados*, que era maioria nessa legislatura, mas se fragmentou após a aprovação desse documento. Essa legislatura era a continuidade de um processo iniciado em 7 de abril de 1831 – ou a abdicação de D. Pedro I – que pareceu se concluir com as reformas

⁴⁷⁶ O discurso está determinado pela autonomia da língua e pelas formações ideológicas. Mas o silêncio não é, a priori, determinado. Cf. ORLANDI, 2007.

⁴⁷⁷ Dos cearenses, dois eram recém-formados em Direito: Ibiapina e Figueira de Melo.

constitucionais de 1834. Por isso, no primeiro ano, todas as forças parlamentares se voltaram para a redação e a promulgação das novas decisões legais. Vale ponderar que, inversamente proporcional ao discurso pacificador da regência trina⁴⁷⁸, a “fragilidade” com que se assentava a união de interesses entre a Câmara e o Senado foi uma questão presente nas primeiras atividades e se sobressaiu em momentos deliberativos⁴⁷⁹.

O contexto em que os deputados atuaram foi marcado pela instabilidade institucional (troca de regentes, mudanças constitucionais, criação de assembleias legislativas provinciais, etc.), mas, sobretudo, pela crise econômica, devido ao meio circulante (moedas de cobre) e os primeiros passos para a transferência do principal centro de produção agrícola: das províncias do Norte (e a produção açucareira) para as províncias do Sul (com a produção cafeeira), acrescentou-se a isso, as restrições ao tráfico de africanos para o Brasil. Apesar dessas emergências, o púlpito da Câmara, durante o primeiro ano, foi tomado diuturnamente por discussões referentes, principalmente, as reformas da Constituição.

Para tanto, o perfil político que se esperava dos deputados eleitos para essa legislatura, era o do uso do púlpito, da retórica, do verbal, do discurso. Mas Ibiapina foi silencioso e silenciado. Primeiro (silencioso), por ter feito poucos pronunciamentos ou de baixas projeções na imprensa; segundo (silenciado), por ter sido negligenciado pelos líderes cearenses, após os serviços prestados como Juiz de Direito em Quixeramobim, e o pedido de substituição do ministro da fazenda, que levou Alencar a construir uma imagem depreciativa sobre Ibiapina em âmbito provincial⁴⁸⁰.

Dessa relação de apadrinhamento político⁴⁸¹ com Alencar e outras forças políticas e econômicas do Ceará, a candidatura de Ibiapina foi construída e ele foi o deputado mais votado no Ceará para a terceira legislatura do Império, seguido de Manoel do Nascimento Castro e Silva, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Padre João Antônio Pinto de

⁴⁷⁸ A regência trina permanente foi composta por três deputados – José da Costa Carvalho (BA), João Braúlio Moniz (MA) e Francisco de Lima e Silva (RJ) – e governou o império de 1831-1835.

⁴⁷⁹ O deputado pernambucano Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque propôs em formato de resolução, a não participação do Senado na reforma da Constituição. Essa proposta foi aprovada e contou com o voto de Ibiapina (ANAIIS da Câmara, 17 de junho de 1834).

⁴⁸⁰ “O juiz de direito da comarca de Quixeramobim no pouco tempo que nela esteve *causou males irreparáveis pelas doutrinas anárquicas que pregou e a oposição que fez às ordens do governo...*” (ALENCAR, 7 de abril de 1835). Ibiapina atuou como Juiz de Direito em Quixeramobim menos de dois meses (dezembro/1834 a fevereiro/1835), tendo sido nomeado por Alencar um ano antes e pedido exoneração em fins de 1835.

⁴⁸¹ As relações de dominação pessoal revestidas de significação religiosa como no apadrinhamento, se cobrem de um valor moral, individual e sagrado. Por isso, as ações de lealdade, proteção e ajuda mútua entre esses sujeitos está em primeira ordem e não podem ser desconsideradas, correndo o risco de quebrar essa instituição. Ver: OLIVEIRA, Pedro Aragão Ribeiro de. Religião e dominação de classe: O caso da “romanização”. In: *Revista Religião e Sociedade*, nº 6. Copacabana/RJ: Novembro de 1980. pp. 167-187.

Mendonça, Vicente de Castro e Silva, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, Joaquim Inácio da Costa Miranda e Francisco Alves Pontes⁴⁸².

Esse grupo de deputados foi a expressão da construção do partido *moderado* no Ceará, o qual não tem marco fundacional bem delimitado, mas foi possível definir feições e interesses a partir da terceira legislatura. Além disso, os correspondentes de Alencar mencionados no primeiro tópico, também auxiliam nessa caracterização. Devido o nosso interesse na trajetória de Ibiapina, resolvemos destacar algumas informações da vida política de José Martiniano de Alencar, de Manoel do Nascimento Castro e Silva e, por fim, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti⁴⁸³.

José Martiniano de Alencar era padre de formação, foi aluno do Seminário de Olinda e aderiu a Revolução Pernambucana, em 1817. Foi preso, mas ao retornar, ocupou uma cadeira nas Cortes de Lisboa (1821). Na Constituinte, foi deputado, mas com a dissolução, envolveu-se, por insistência do irmão, Tristão Alencar Araripe, na Confederação do Equador. Tornou-se presidente da Comissão Eleitoral e deputado ao Congresso Federativo, que seria realizado em Recife, se não tivesse ocorrido a perseguição imperial e a prisão de muitos envolvidos. Alencar foi um dos presos que suplicou ao imperador o perdão, tendo surtido efeito, já que após o convencimento do imperador, foi instaurada uma Comissão Militar em Fortaleza, para julgar outros envolvidos. Logo depois, Alencar se tornou deputado (1830) e depois senador (1832) e presidente da província (1834). Durante as regências, não houve da sua família nos cargos públicos, mas os laços de amizade e de apadrinhamento fizeram com que ele inserisse outras pessoas nas instituições a seu favor.

José Mariano de Albuquerque Cavalcanti nasceu em Sobral (1772) e foi militar em Pernambuco, após a morte da primeira esposa. Ao se estabelecer na província vizinha, casou-se novamente e foi escolhido governador de Olinda, durante a Revolução Pernambucana. Foi secretário da Junta Governativa de Pernambuco (1822), mas logo se fixou na Corte devido os estudos dos filhos, por isso, ele não apareceu como membro da Confederação do Equador. Nas regências, foi escolhido como presidente da província do Ceará (1831) e teve como principal desafio, abafar a supracitada revolta de Pinto Madeira. Elegeu-se deputado em 1834, tornou-se presidente de Santa Catarina (1835-36) e do Sergipe (1837).

⁴⁸² A relação com todos os deputados eleitos para terceira legislatura está na sessão “Anexos”.

⁴⁸³ Esse deputado foi quem indicou o nome de Ibiapina para a legislatura: “(...) o presidente da província, José Mariano de Albuquerque Cavalcante (...) já se encontrava na capital e Dr. Ibiapina foi-lhe fazer visita de cortesia. Foi então que nasceu a ideia, da parte do presidente, de apresentar o nome do novo bacharel como candidato a deputado geral pelo Partido Liberal nas seguintes eleições a se realizar em março daquele ano de 1833, quando o próprio José Mariano seria candidato. Ibiapina inicialmente recusou a proposta, alegando pretender assumir o magistério, durante aquele ano letivo, no Curso Jurídico de Olinda” (ARAÚJO, 1995, p. 63).

Manoel do Nascimento Castro e Silva foi um influente político na construção do “partido”. A sua família era uma elite política que se fixou no Ceará entre os séculos XVII-XVIII, ocupando cargos na Câmara, na burocracia ou em questões militares, o que ajudou na fácil inserção em espaços de poder, tanto provincial quanto nacional. O prestígio da família pode ser conferido na cerimônia de batismo de Manoel, como falamos acima. Desde os 19 anos, ele ocupou cargos como os de tabelião, escrivão, inspetor do algodão, secretário, entre outros. Foi acusado de ser aliado dos portugueses, pelo inspetor João Antônio Rodrigues de Carvalho, que foi um dos líderes cearenses na Revolução Pernambucana de 1817. No mais, demorou até ele ser eleito deputado nas Cortes de Lisboa (1821) e para Assembleia Geral do Brasil (1826).

A unidade de pensamento e de adesão ao projeto político *moderado* entre os políticos mencionados e os demais eleitos para terceira legislatura, ainda estava se construindo, quando Alencar chegou à presidência, em 1834 e Manoel, à pasta da Fazenda, em 1835. As dificuldades de manter a coesão entre os membros se aprofundou com os problemas cearenses e nacionais, sobretudo, no que diz respeito as disputas familiares para ocupação de mais espaços no poder, desavenças políticas entre restauradores e moderados e a centralização ou descentralização dos poderes. Portanto, a terceira legislatura já “nasceu” fragilizada e o grupo do Ceará era um entre tantos com esse desafio para vencer.

Como um dos mais jovens do grupo – ele tinha 28 anos e Figueira de Melo, 25 – o resultado dessa eleição (1834-1837) nos colocou frente-a-frente com o modelo de representação política que estava sendo construída no império. Sobre isso, sabemos que o modelo parlamentar do Brasil foi uma herança da França e da Inglaterra, países que possuíam divisão entre cidadãos ativos e passivos e a eleição em duas fases (um grupo maior (pobres e livres) votava em representantes (potentados locais) que, por sua vez, escolhiam os deputados). Tanto eleitores como deputados precisavam atender algumas exigências, como a independência material – propriedade, renda, instrução, etc. Enquanto preceitos como idade, gênero e outros foram debatidos e alterados, mas a exigência da renda permaneceu durante todo século XIX.

Apesar das restrições, o eleitorado brasileiro, na época, não estava fora dos padrões mundiais. No que diz respeito ao universo de votantes, 13% da população total (excluindo os escravizados) tinham direito de voto em 1872, enquanto na Inglaterra, eram 7%, Itália 2% e Holanda 2,5%. Exigia-se que os votantes possuíssem uma renda anual indexada em prata de 100 mil réis, cujos trabalhadores de ofícios modestos recebiam bem mais do que isso. E a

presença da escravidão colocava dilemas ao sistema representativo, mas de outra natureza que não a do voto, mas a formação de um exército⁴⁸⁴.

Apesar de a monarquia constitucional ter sido a derrota de um modelo republicano de Estado no Brasil, isso não foi necessariamente a derrota do governo representativo⁴⁸⁵. Essa escolha determinou, entre outras coisas, que a “constitucionalidade” do sistema era obra da Câmara e do Senado, e no momento inicial das legislaturas, formavam-se as Comissões, como a de Justiça Criminal, Justiça Civil e Petições. Nessa última, Ibiapina ocupou a sua primeira função legislativa, “Ibiapina (CE), com 30 votos; João Climaco Alvarenga Rangel (ES), com 23; e Gabriel Mendes dos Santos (MG), com 22 votos”⁴⁸⁶. Portanto, não só fora (como o deputado mais votado), como dentro da Câmara (participante bem votado nas comissões), ele contou com apoio e uma rede de relações que extrapolaram as benesses do apadrinhamento e do provincialismo de Alencar.

A vacância do trono ampliou as possibilidades de articulação entre os cenários políticos nacional e provincial, possibilitando reformas. A participação de Ibiapina nesse momento foi silenciosa, mas não inerte, pois participou de votações, tais como: (i) a maneira como ia ser a discussão das reformas (discutir artigo por artigo); (ii) a garantia de poder legislar as Câmaras e Assembleias distritais; (iii) a imunidade parlamentar aos membros das Assembleias Legislativas; (iv) o poder dos Conselhos Gerais e dos Presidentes de Província em adiar ou dissolver as Assembleias Legislativas; e (v) o caráter da regência – temporária ou permanente – e a duração de quatro anos.

Outra maneira de investigar a participação política silenciosa de Ibiapina nesses primeiros anos, está relacionada às resoluções que ele assinou como Comissão de Petições (1834) e Comissão de Justiça Criminal (1835)⁴⁸⁷, que foram em 1834: as divergências políticas entre Câmara e Senado (veto na elaboração da reforma constitucional de 1834); a imunidade parlamentar (aos membros das assembleias legislativas); a centralização-descentralização (ou autonomia administrativa das províncias, criação das Assembleias provinciais, extensão do poder dos presidentes de províncias)⁴⁸⁸ e os abusos da administração anterior (condecorações feitas por D. Pedro I, convenções realizadas entre Brasil e nações estrangeiras, especialmente no que tange as importações).

⁴⁸⁴ DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

⁴⁸⁵ Idem.

⁴⁸⁶ ANAIS da Câmara, 26 de maio de 1834.

⁴⁸⁷ Francisco de Paula Cerqueira Leite (MG), Francisco Gonçalves Martins (BA) e Ibiapina todos com 28 votos.

⁴⁸⁸ Vale ressaltar que a multiplicidade de interesses políticos reunidos na Câmara, durante aquela legislatura, contribuiu para a extrapolação de temas gerados pela clássica oposição entre os poderes da centralização-descentralização.

Em 1835, Ibiapina, compondo a Comissão de Justiça Criminal, fez proposições em discussões sobre as práticas do mandonismo local (ele foi nomeado por Alencar aos cargos de juiz de direito e chefe de polícia em Quixeramobim); a incompatibilidade com as instituições “livres” (vigilância e cumprimento das leis); a revolta dos cabanos (Pará) (freio nas manifestações populares e provinciais com a prática educativa); o abuso de liberdade de imprensa (as práticas do periodismo emergem em várias províncias do império); a anistia política (aos participantes de revoltas provinciais); e a escravidão (não há incompatibilidade entre o sistema representativo e a escravidão, já que esta última era vista como uma questão de “propriedade privada”, que estava garantida e resguardada pela Constituição de 1824).

Nas votações realizadas durante as reformas constitucionais, como por exemplo, a respeito da extensão dos poderes provinciais, foi possível identificar que já existiam opiniões divergentes durante a elaboração das reformas, isto é, antes mesmo de se tornarem práticas institucionais. Ibiapina foi um dos deputados que fez oposição na aprovação dos artigos 8º e 22 do projeto de reformas⁴⁸⁹, os quais atribuíam aos presidentes de província o poder de adiar ou prorrogar a sessão das Assembleias provinciais. Essa divergência na votação sinalizava para a existência de conflitos, antes mesmo da formação do grupo *regressista*.

As divergências entre os deputados, inclusive, do mesmo grupo político, como os *moderados* cearenses, apontaram para as tensões e as dificuldades de unificar um grupo tão diversificado para a manutenção do *status quo* em nível provincial e nacional. Essa legislatura, mais do que as outras (de 1826-1829 e 1830-1833), estava empenhada em impor um projeto político para o país, num período em que a explosão de pensamentos, comportamentos e projetos estava ocorrendo dentro e fora do parlamento. Contudo, dentro do parlamento e das instituições políticas oficiais, essa imposição era mais fácil de ser imputada.

Apesar de estar numa instituição oficial, nos primeiros anos da terceira legislatura, Ibiapina não utilizou a tribuna nenhuma vez para pronunciamentos. O silêncio político foi o comportamento de quem estava se familiarizando com o ambiente, as práticas e as pessoas da Câmara e do Rio de Janeiro. Apesar disso, ele se utilizou de outras ferramentas, como o voto, que é o instrumento mais importante dos espaços deliberativos e, por esse motivo, mesmo sem o uso do púlpito, ele esteve no centro das decisões desse período.

⁴⁸⁹ ANAIS da Câmara, sessões dos dias 1 e 7 de julho de 1834.

4.1.1 Primeiros anos da terceira legislatura

Se nos capítulos iniciais desta tese estivemos preocupados com os livros, as leituras e as instituições de ensino pelas quais Ibiapina passou e se construiu intelectualmente, a partir de agora, sem desconsiderar essa chave interpretativa, vamos uni-la à compreensão das ações nos primeiros anos de legislatura. Nesse período, Ibiapina não se pronunciou muitas vezes em púlpito, o que não significa inércia⁴⁹⁰, mas os poucos discursos que ele fez durante esse período, foram significantes das representações de Direito e da sua formação.

Aqui nos interessa enfatizar a participação política desse período, isto é, as primeiras participações de Ibiapina na legislatura, como as comissões e as votações da Câmara, que são frutos das relações de dominação existentes entre os *moderados*, nos quais os líderes dominavam o púlpito e a base ocupava os espaços deliberativos. No entanto, essas relações de dominação ultrapassavam as salas da Câmara, uma vez que a candidatura de Ibiapina era fruto do apadrinhamento do líder José Martiniano de Alencar e da indicação de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, gerando uma submissão inicial nos primeiros anos (1834-35).

Contudo, a ausência no púlpito pode ser compreendida também como silenciamento – ação de colocar um sujeito em silêncio ou limitar a compreensão dos sentidos do sujeito –, uma parte da resistência nas relações internas do grupo que eram assimétricas e não possuíam espaço de contestação ou contra-argumentação. Acreditamos que essa ausência de Ibiapina não se confunde com a inércia ou a negligência parlamentar. Ao contrário, ele esteve em espaços deliberativos centrais, que lhes proporcionaram outros diálogos, outras interpretações sociais e políticas cada vez mais distantes dos interesses dos líderes *moderados* cearenses. Por enquanto, vamos nos ater aos temas e as participações políticas de Ibiapina alinhadas aos seus conterrâneos.

Como um dos deputados mais jovens do grupo cearense, estando entre os mais jovens da terceira legislatura, assim que as atividades começaram (abril de 1834), ele compôs a Comissão de Petições⁴⁹¹ e participou de discussões como o impedimento de entrada de D. Pedro I no Brasil e a remoção de José Bonifácio de Andrade como tutor de D. Pedro II, questões que foram a ordem do dia entre os deputados até a morte do ex-imperador, em fins

⁴⁹⁰ Podemos considerar que o discurso é a manifestação da linguagem, que é o encontro da história (materialidade) com a ideologia (não-transparência da linguagem), ver ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2015.

⁴⁹¹ Comissão de Petições: Ibiapina com 30 votos, Almeida Rangel com 23 e Gabriel Mendes com 22 votos (ANAIS da Câmara, 10 de maio de 1834).

daquele ano. Diante disso, resolvemos considerar esses temas como expressão do “sentimento antilusitano”, manifestado não só na Câmara, mas em toda cena política da Corte e do país.

Por “sentimento antilusitano”, estamos entendendo os acontecimentos e ações vivenciadas no Brasil, após o processo de independência política, que não foi concluído em 1822. Esse processo continuou efervescente na década seguinte, principalmente, quando D. Pedro I abdicou em favor do seu filho e a cena política do país, especialmente, a cena parlamentar, se tornou a força mais proeminente no quadro de decisões institucionais. O período das regências foi um momento de explosão de política, com a participação de vários grupos e projetos políticos como os *moderados*, *exaltados*, *caramurus*, etc.

No caso específico do parlamento, a Câmara dos Deputados, pelo seu perfil, propôs pautas ousadas, em se tratando do “sentimento antilusitano”. Contudo, é preciso considerar que esse comportamento foi intensificado pela exigência do contexto, já que, pela primeira vez na cena política do país, construiu-se a oportunidade de se discutir e elaborar um documento por mentes brasileiras – o Ato Adicional, a conhecida reforma da Constituição de 1824. Além disso, esse documento representou a disputa de interesses internos, que não eram homogêneos, mas aliavam-se, quando a discussão era os interesses externos, especialmente, o interesse português, traduzido na época como um perigo de recolonização.

Dito desta forma, dá a entender que, após a independência política, os brasileiros e os portugueses (considerando apenas o local de nascimento e não a nacionalidade conquistada), se tornaram inimigos, mas isso não é verdade. Antes do Tratado de Paz e Aliança, assinado entre Portugal-Brasil em 1825, que reconheceu a separação total dessas nações, nem todos os portugueses moradores no Brasil, eram considerados brasileiros, já que era obrigatório, segundo o Decreto de 14 de janeiro de 1823, que eles fizessem um juramento na Câmara ou aderissem à causa da independência e continuassem a morar no país⁴⁹². Esse decreto nos ajudou a entender que nem todos os portugueses, moradores do Brasil, eram vistos como uma ameaça.

Outro exemplo da complexidade de relações entre portugueses e brasileiros nas décadas de 1820-30, foi a criação de um Juizado dos Sequestros de Bens de Portugueses, criado para confiscar bens daqueles que se opuseram à independência política, limitando as ações comerciais de portugueses (moradores no Brasil) com outros países. Enquanto esse órgão existiu (1822-1842), considerando as alterações de nome e de organização, ele agiu de

⁴⁹² RIBEIRO, Gladys Sabina. Identidade ou Causa Nacional? Uma discussão a partir dos sequestros tratado e comissão mista Brasil-Portugal (1822-1828). In: CARVALHO, José Murilo de (et al) (orgs.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 186-198.

maneira precária e ambígua, uma vez que não se sabia exatamente como e quais bens deveriam ser retidos, sem falar que o tratamento dado aos bens confiscados de pessoas do Norte (linha comercial e econômica ligada aos ingleses e outros europeus)⁴⁹³ e do Sul (linha comercial e econômica ligada aos portugueses), foi bem diferente⁴⁹⁴.

As discussões realizadas na Câmara são expressivas do “sentimento antilusitano”, especialmente, durante a reforma constitucional, embora nesse documento, tenham prevalecido como alvo de ataques “antilusitanos”, apenas os principais representantes do poder português no Brasil – D. Pedro I e José Bonifácio. Porém, esses dois correspondiam a ameaças diferentes, o ex-imperador, devido a autonomia das elites provinciais, enquanto Bonifácio era visto como o continuador do passado colonial, devido ao cargo que ocupava: mentor do novo imperador, ou seja, enquanto as ações do primeiro correspondiam ao retorno de um *passado* colonial; o segundo poderia levar a um *futuro* fracassado, por estar alinhado com esse passado de colonização.

De uma forma ou de outra, D. Pedro I e José Bonifácio foram considerados pela terceira legislatura, ou mais especificamente, pelos deputados, até a aprovação das reformas constitucionais em 1834, como inimigos dos brasileiros. Por esse motivo, em duas discussões realizadas na Câmara, com a participação de Ibiapina, foram propostas as seguintes questões:

17 de maio de 1834

(...) discussão do projeto sobre o impedimento ao ingresso do ex-imperador (...)
venceu-se que sim por 69 votos contra 17. Senhores deputados que votaram a favor: *Ibiapina*

10 de junho de 1834

(...) discussão do projeto sobre a remoção do tutor, o senhor José Bonifácio de Andrade e Silva (...) posta em votação a resolução foi aprovada por 57 votos contra 31. Maioria: *Ibiapina*.

Mais importante do que buscar os motivos do “sentimento antilusitano”, talvez seja reconhecer a quantidade de deputados, inclusive Ibiapina, que votaram a favor nas duas discussões. De um universo de 104 deputados, uma quantidade considerável era contrária aos interesses portugueses e de outros estrangeiros. Esse período de regências é sintomático para entendermos a construção identitária, que eram identidades locais e/ou regionais, mas

⁴⁹³ Vale ressaltar que das províncias que menos tiveram confiscos de bens de portugueses, estava o Ceará, com menos de 1% de bens sequestrados (RIBEIRO, 2011). Talvez esse baixo número possa ser explicado pela história de fidelidade e serviços prestados à Portugal feito por cearenses, como foi dito no primeiro capítulo dessa tese.

⁴⁹⁴ RIBEIRO, op. cit..

almejava ser nacional e lutava no parlamento para isso⁴⁹⁵. O ponto máximo foi a reforma de 1834, quando sujeitos de realidades locais as mais diversas se aproximaram e rejeitaram a herança política de portugueses.

Devido ao caráter vitalício do Senado, muitos representantes que compunham essa casa, eram oriundos de sessões anteriores (1826 e 1831), o que significava que eram escolhidos por D. Pedro I⁴⁹⁶ e, portanto, possuíam amizade com o ex-imperador. Por isso, o deputado Holanda Cavalcanti (PE), sugeriu em formato de requerimento (escrito e enviado a mesa de presidência da Câmara, que na época era o professor de Direito, Moura Magalhães) a não participação dos senadores na reforma da Constituição. Essa sugestão nos abriu duas questões: (i) Holanda Cavalcanti foi um deputado pernambucano representante dos interesses portugueses na sua província, então, por qual motivo propôs o veto na participação dos senadores? (ii) a rejeição dos senadores na formulação do Ato Adicional pode indicar que essa rivalidade era mais um componente do “sentimento antilusitano” expresso, sobretudo, no pós-abdicação.

Sobre Holanda Cavalcanti, é importante frisar que seu nome se tornou um adjetivo pejorativo entre os correspondentes de Alencar, para designar àqueles deputados que não se alinhavam aos seus interesses na Câmara. As ofensas de ambos os lados (aliados ou discordantes de Alencar), estava no mesmo horizonte discursivo, isto é, o medo do passado colonial. Para tanto, os aliados apelidavam os discordantes de “holandeses” e os discordantes chamavam Castro e Silva de “restaurador”. Não podemos esquecer que a eleição para regente, em 1835, teve como principais figuras, o padre Feijó, representante *moderado*, e Holanda Cavalcanti, representante da oposição liberal e, não necessariamente, da família imperial.

Das disputas políticas que ocorreram em 1834, o Ato Adicional e tudo o que envolveu a sua formulação e promulgação, foi de longe, a discussão que tomou mais tempo dos deputados. Apesar disso, existiam questões administrativas que não foram abandonadas como o exame dos atos da administração anterior, a de D. Pedro I, a qual naquele momento, se justificava pelo distanciamento que as elites políticas insistiam em manter para legitimar os seus respectivos projetos de Estado. Para isso, formou-se uma comissão especial, composta

⁴⁹⁵ MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil em torno de 1831. In: CARVALHO, José Murilo et al. (orgs.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 155-171.

⁴⁹⁶ Dohlnikoff (2011) afirma que as eleições do Senado aconteciam de maneira diferente a dos deputados, já que não era uma câmara rotativa e eles eram escolhidos em uma lista tríplice pelo imperador.

por Ibiapina, que foi eleito com 27 votos, juntamente com Raphael Tobias de Aguiar (SP), com 32 votos e José Alcibíades Carneiro (MG), com 33 votos⁴⁹⁷.

Essa comissão apresentou para a Câmara, em formato de resolução, um relatório de abusos cometidos pela administração, o que indicou que a criação desse grupo tinha mesmo a intenção de apresentar aos deputados e a população em geral⁴⁹⁸, um passado recente de infrações que eles deveriam condenar. Portanto, as atividades dessa comissão foram pensadas enquanto D. Pedro I ainda estava vivo⁴⁹⁹ e poderia ser um risco para a emancipação política revitalizada após a sua abdicação. Essa comissão apresentou seus resultados poucos dias antes da morte do ex-imperador, notícia que só chegou ao país meses depois.

16 de setembro de 1834

O senhor Alcibíades como relator da comissão especial encarregada de conhecer dos abusos da administração passada, apresentou em resultado dos seus trabalhos, um parecer em que se notam vários abusos, e se oferecem três resoluções: 1^a declarando nula e abusiva a nomeação do cidadão Francisco Maria Gordilho Velloso Barbuda, para senador do império, pela província de Goiás; a 2^a dando por nulos todos os títulos, condecorações e ordens militares criadas pelo ex-imperador do Brasil, (...); a 3^a, finalmente, declarando nulas e abusivas, e como tais reprovadas as convenções feitas pelo governo do Brasil com as nações estrangeiras (...). As duas primeiras resoluções julgaram-se objeto de deliberação, e foram a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos; porém a terceira não se julgou objeto de deliberação...⁵⁰⁰

Os trabalhos realizados por essa comissão, são resultantes das tensões vividas com D. Pedro I. Nesse aspecto, a história da independência política do Brasil, de acordo com os parlamentares, só existiria se o passado, representado pelos portugueses, fosse apagado ou depreciado. A comissão sugeriu que fosse anulada a nomeação do senador Francisco Maria Gordilho, que era português de nascimento e foi um fiel representante desse grupo. Mas não houve perseguições apenas aos sujeitos ligados aos interesses portugueses, como também as condecorações, as convenções, aos símbolos, aos espaços de sociabilidade e até mesmo aos periódicos que estivessem alinhados editorialmente ao universo lusitano (seja pela tipografia, seja pelo conteúdo vinculado).

⁴⁹⁷ ANAIS da Câmara, 30 de julho de 1834.

⁴⁹⁸ Além da participação nas sessões da Câmara, outros sujeitos tinham acesso às discussões através da reprodução dos discursos dos deputados feitos pela imprensa da época, a exemplo do Jornal do Comércio de origem pernambucana.

⁴⁹⁹ Ele morreu de tuberculose em 24 de setembro de 1834, no Palácio Real de Queluz, em Lisboa.

⁵⁰⁰ ANAIS da Câmara, 16 de setembro de 1834.

E como espaço deliberativo, a Câmara também julgou crimes e abusos oriundos não só da pena⁵⁰¹ de D. Pedro I, mas de outros políticos, como os redatores e/ou editores de periódicos. Como membro da Comissão de Justiça Criminal, Ibiapina esteve presente em, pelo menos, três pareceres acerca do crime de abuso de liberdade de imprensa em 1835, cujos periódicos eram “Carijó” (RJ), “A Matraca dos Farroupilhas” (RJ) e “Bussola da Liberdade” (PE). Estes tiveram pouco tempo de duração, variando entre 1 e 5 anos de atividades, mais especificamente, entre 1831 e 1835, período das regências e da explosão desse tipo de atividade no país. É importante ressaltar que a Lei de abuso de liberdade de imprensa, assinada em setembro em 1830, indicava a criação de júris para dar pareceres sobre o conteúdo desses jornais, mas quando os artigos se remetiam à Assembleia Geral, era ela que procedia com o julgamento⁵⁰².

No caso dos dois primeiros periódicos, eles foram acusados “por ofensas e injúrias feitas ao corpo legislativo e a esta augusta câmara”⁵⁰³, enquanto o “Bussola”, “foi pronunciado por acusação do promotor público por um artigo inserido em número extraordinário (...) em que se oferece notas ou observações a uma proclamação do presidente de província do Pernambuco”. Neste último, o redator era o deputado João Barbosa Cordeiro (PE) eleito para a terceira legislatura, e por esse motivo, o processo foi encaminhado à Câmara. Em relação à linha editorial desses impressos, ambos eram expressamente *políticos* (conteúdos relacionados à Câmara e ao Senado), aliás, o que não é de se estranhar, uma vez que as disputas políticas emergentes, aliadas às maiores liberdades de expressão, proporcionaram essa guinada ideológica, que não desfrutou da mesma longevidade que os jornais de linha *comercial*, que possuíam um perfil mais informativo⁵⁰⁴.

No caso do “Bussola”, a comissão responsável por julgar o processo, foi a de Constituição⁵⁰⁵, que indicou “como (...) não prova que esse número do “Bussola” fosse distribuído por mais de quinze pessoas, nem mesmo o sr. Deputado fosse o responsável pelo sobredito número do periódico: é a comissão de parecer que o processo não deve

⁵⁰¹ “Bico de pena” era o instrumento mais usualmente utilizado para escrever no século XIX.

⁵⁰² Artigo 49 da lei de 20 de setembro de 1830 afirma que “não prosseguirá, porém a acusação no júri de julgamento nos casos do § 10 do Art. 2º sem expressa autorização da Câmara Legislativa, contra a qual tiver sido dirigida a ofensa, ou de qualquer delas, quando a ofensa for contra a Assembleia Geral”. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37987-20-setembro-1830-565654-publicacaooriginal-89402-pl.html.

⁵⁰³ ANAIS DA CÂMARA, 5 de junho de 1835.

⁵⁰⁴ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. *Dimensões e fronteiras do estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 37-62.

⁵⁰⁵ Composta pelos deputados Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (PE), irmão de Holanda Cavalcanti (PE), Pedro de Araújo Lima (PE) e Hermeto Carneiro Leão (MG).

continuar”⁵⁰⁶. Sobre esse parecer, é importante considerar que os deputados julgadores eram maioria de Pernambuco, dois, dos três membros, portanto, conterrâneos do responsável pelo jornal, que influenciaram diretamente na decisão ou pelo menos levanta suspeitas.

Como o deputado João Barbosa Cordeiro “apresentou a comissão um documento em que outra pessoa se obriga como responsável pelo artigo”⁵⁰⁷, a comissão indicou que o processo voltasse para o júri de onde veio (do bairro de Santo Antônio, na cidade do Recife), o que fez com que Ibiapina se envolvesse na discussão após o parecer, propondo, ao contrário, a urgência. Indicou ainda que “sem tolher a responsabilidade de terceiro (sobre o artigo no “Bussola”), o processo não deve continuar contra o sr. Deputado João Barbosa Cordeiro”⁵⁰⁸. Aprovada a proposta de Ibiapina, sem que haja a suspensão dos exercícios legislativos de Cordeiro, o processo voltou à comissão para a elaboração de um parecer final⁵⁰⁹.

Diferente disso, foi o comportamento político de oposição de Ibiapina, do padre Antônio Pinto de Mendonça (CE), Francisco Ramiro de Assis Coelho (BA) e Honorato José de Barros Paim (BA), em relação à posse do deputado Manoel do Nascimento Castro e Silva por “haver na casa um processo de pronúncia (...) sobre abuso de liberdade de imprensa”⁵¹⁰. Na ocasião, a comissão de Constituição alegou que Manoel não estava envolvido em querela ou devassa e, por esse motivo, tomou posse da cadeira na Câmara em junho de 1835.

A família Castro, como já foi dito, possuía considerável domínio sobre os cargos públicos pelas funções que ocupou e em diferentes governos – colonial e imperial – sinalizando poder para eles e desagrado para os que não eram favorecidos. Nesse sentido, Ibiapina e o padre Pinto de Mendonça, pertencentes ao grupo dos *moderados* cearenses, não concordavam apenas com o abuso de liberdade de imprensa, cometido por Manoel, mas a relação dos Castro com os portugueses que, naquele contexto, era traduzido como aversão as “causas da liberdade”, da Constituição e da representação política.

Desse ponto de vista, a família Castro pode ser vista como alvo de perseguições, sem desconsiderar os relacionamentos que eles mobilizaram na Corte e como isso influenciou nas tramas políticas da província em favor dos seus interesses. Mas Ibiapina e outros opositores aos Castro, buscavam por uma “limpeza” da máquina administrativa, esbarrando nas rivalidades que atrapalhavam o processo. Mesmo com as denúncias contra seus aliados, o

⁵⁰⁶ ANAIS DA CÂMARA, 15 de julho de 1835.

⁵⁰⁷ Segundo os Anais, o documento foi apresentado em 13 de julho de 1835.

⁵⁰⁸ ANAIS da Câmara, 17 de julho de 1835.

⁵⁰⁹ ANAIS da Câmara, 09 de setembro de 1835.

⁵¹⁰ ANAIS da Câmara, 12 de junho de 1835.

líder Alencar não mudou sua posição em manter suas relações com essa família, pois sabia que para tornar o projeto moderado hegemônico, era preciso unir forças antagônicas⁵¹¹.

Nota-se com os julgamentos dos processos de liberdade de imprensa que Ibiapina, antes de fazer a denúncia do ministro da fazenda, já era oposição na bancada cearense. Neste segundo ano de legislatura, foi alterando o perfil de silencioso, para um perfil mais propositivo, ainda que por meio da palavra escrita, e não falada. É interessante ressaltar que as proposições desses períodos feitas por ele, estavam relacionadas ao lugar que morou⁵¹² ou aos assuntos que supunha possuir algum conhecimento, como a respeito do meio circulante (a moeda de cobre)⁵¹³. O mais curioso é que essas proposições foram feitas individualmente e não em conjunto com os membros da comissão de justiça criminal, da qual ele fez parte. Mas foi nas discussões sobre as revoltas provinciais, como a Cabanagem no Pará, que Ibiapina apresentou audaciosas propostas:

23 de junho de 1835

As comissões de justiça criminal e constituição tendo examinado a proposta do poder executivo, apresentada nesta câmara pelo ministro e secretário de estado dos negócios da justiça, a fim de se suspenderem por tempo determinado na província do Grão-Pará algumas formalidades que garantem a liberdade individual, julgado que o estado em que se acha a província do Pará exige a adoção das medidas extraordinárias propostas, e outras ainda mais enérgicas que possam produzir o restabelecimento e conservação da paz e boa ordem na dita província, são de parecer que a dita proposta seja convertida em projeto de lei... Carneiro Leão, Araújo Lima, Cerqueira Leite, Gonçalves Martins, Luiz Cavalcanti, Ibiapina⁵¹⁴.

A morosidade desta discussão na Câmara resultou no debate das emendas aproximadamente um mês depois. São elas assinadas por Ibiapina:

13 de julho de 1835

Artigo 1º Fica criada na província do Pará uma relação de sete membros, a qual terá os mesmos poderes e atribuições que as outras do Império.

Artigo 2º O governo fica autorizado a mandar para aquela província seis bacharéis formados: quatro para processarem todos os crimes feitos até a pronúncia e dois para servirem de promotores públicos.

⁵¹¹ Cf. ALENCAR, 2014.

⁵¹² “O sr. Ibiapina oferece o seguinte projeto de resolução: ‘A assembleia geral legislativa resolve: Artigo único. Fica unido a província do Ceará o território denominado Crateús que pertence a província do Piauí’” (ANAIS da Câmara, 20 de junho de 1835).

⁵¹³ “O sr. Ibiapina manda a mesa um projeto de resolução, declarando que a moeda de cobre é provincial, e é o seguinte: ‘A assembleia geral legislativa resolve: Artigo único. A moeda de cobre é provincial’” (ANAIS da Câmara, 22 de junho de 1835).

⁵¹⁴ ANAIS da Câmara, 23 de junho de 1835.

Artigo 3º O governo mandará também juizes de direito, quantos entender necessários para substituir os que naquela província estão e julgar os crimes em primeira instância.

Artigo 4º O julgamento será público, concedendo-se aos réus os advogados, testemunhas e todos quaisquer meios de defesa que convier aos réus e não se opuser às regras do Direito.

Artigo 5º Das sentenças do juiz de direito haverá recurso para a relação do distrito, a qual julgará com a mesma publicidade e concedendo ao réu toda defesa.

Artigo 6º O governo poderá usar das medidas de prevenção de que fala o § 35 do artigo 179 da Constituição, obrigando cumprir o restante do parágrafo citado logo que terminada for esta operação.

Artigo 7º Mandará também o governo para aquela província tropa regular que não só sirva para sufocar a rebelião, mas ainda para permanecer e sustentar a paz.

Artigo 8º Todas as medidas da presente lei que suspendem a Constituição, terá (sic) lugar da data da instalação da relação a seis meses.

Artigo 9º Ficam suspensas as leis e disposições em contrário.

Paço da Câmara dos Deputados, 14 de junho de 1835. Ibiapina.

Antes de analisarmos as proposições de Ibiapina para conter a revolta da Cabanagem, é preciso fazer algumas pontuações sobre esse acontecimento. Essa revolta ocorreu na província do Grão-Pará, em 1835, deixando 30 mil mortos, entre mestiços, indígenas e africanos pobres ou escravizados, como também parte da elite amazônica. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente, os portugueses mais abastados, que representavam o mandonismo. Por esse motivo, as interpretações que prevaleceram sobre essa revolta, é de que foi um movimento regional e separatista⁵¹⁵.

Após a tomada do poder pelos cabanos, em janeiro de 1835, o líder aclamado popularmente Félix Clemente Malcher, substituiu o presidente indicado pela regência, Bernardo Lobo de Souza. Para tanto, com essa substituição, o Grão-Pará distanciava-se ainda mais do governo central e das leis do Império, especialmente, da reforma da Constituição, o Ato Adicional de 1834, porque a indicação de Lobo de Souza foi encarada pelos cabanos como um retorno ao governo de D. Pedro I, sem autonomia para a escolha de presidentes e outros funcionários.

No texto sugerido por Ibiapina, como se pode ver acima, as indicações para enviar magistrados também soam autoritárias, haja vista a sugestão de enviar juizes de direito e outros sujeitos para julgar os crimes dos cabanos. Se o Ato Adicional selava um pacto de autonomia entre províncias e o centro do poder imperial, então, enviar militares para o Grão-Pará, os quais estavam alheios a realidade dos cabanos, indicava que o governo das regências

⁵¹⁵ RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, nº 22, 2006.

também não estava interessado em promover a autonomia do poder nas províncias. Se os cabanos tinham ou não consciência dessa realidade de poder, é uma questão à parte e que resultou em estudos sobre o “tráfico de ideias” na província⁵¹⁶, mas o fato é que os cabanos se autodenominavam “patriotas”, como outros revoltosos durante a regência. Essa denominação, segundo Ricci (2006), não era sinônimo de ser brasileiro, mas indicava distância do passado colonial, português, autoritário.

Por terem essa consciência, no texto normativo de Ibiapina, seguiu-se a interpretação de que os cabanos eram sediciosos e precisavam ser controlados pelo Estado racional e legalmente instituído. Textos assim visam imprimir neutralidade com verbos flexionados em terceira pessoa, os quais podem ser visualizados em expressões como “o governo”, “o julgamento”, “das sentenças”, bem como o tempo verbal no futuro, que ameniza o tom de imposição e se coloca como sugestivo, a exemplo de “julgará com a mesma publicidade”, “poderá usar das medidas de prevenção”.

Se não retornássemos às sessões anteriores em que os deputados sugeriram propostas de contenção dos cabanos, a sugestão de Ibiapina que foi, desde a origem, uma proposta do executivo (que na época era o regente Feijó), e ao chegar à Câmara, foi convertida em projeto de lei, poderíamos concluir precipitadamente, pelo conteúdo dos artigos, que os deputados estavam reagindo diferente à revolta da Cabanagem, tendo em vista que, se comparada à violência física e moral, imposta aos participantes em outras revoltas no mesmo período, foram feitas indicações para realizar-se julgamento público e a garantia de advogados para os réus.

Sobre as revoltas regenciais, Basile (2009) afirmou que possuem, pelos menos, três ciclos: o primeiro é característico da fase das regências trinas, marcado por movimentos urbanos do povo e das tropas, com dimensões pequenas (participantes e duração), com pouca sistematização política e com motivações diversas, exceto a Cabanada (PE); o segundo ciclo de revoltas, que ocorreu após a aprovação do Ato Adicional, cujas medidas descentralizadoras contribuíram para fortalecer os poderes provinciais, mas não necessariamente, agradou aos interesses locais, como por exemplo, a Cabanagem (PA), os Farroupilhas (RS), a Sabinada (BA) e a Balaiada (MA). Ao contrário do que é postulado, nessas revoltas não havia ideias separatistas, mas a defesa de um governo federalista e autônomo (republicano ou

⁵¹⁶ Apesar de esses estudos terem avançado na interpretação sobre os líderes cabanos (de sediciosos a revolucionários), o problema que nascia era sobre a consciência ou não desses sujeitos. Por isso, nos últimos anos os estudos centraram forças no “tráfico de ideias” dos cabanos, visando a Amazônia como palco de ideias liberais, capitalistas e escravistas. Ver FREITAS, Décio. *A miserável revolução das classes infames*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

monárquico); o terceiro e último ciclo, são as rebeliões escravas⁵¹⁷, que tinham como objetivo central alcançar a alforria ou matar donos de terras.

Esses três ciclos que aparecem separados por Basile (2009), através de períodos, poderiam ser agrupados a partir do tratamento dispensado pelo Estado imperial aos envolvidos. No primeiro caso, as revoltas foram sumariamente sufocadas com a repressão policial; no segundo, devido à extensão e aos envolvidos⁵¹⁸, sendo necessário lançar mão de outros aspectos, como a suspensão das garantias individuais⁵¹⁹ – a suspensão do direito de trabalho, da circulação livre em território nacional, da censura as expressões, da suspensão de privacidade das correspondências e outros –, ou seja, agindo moderadamente por meio de acordos para desestabilizar as lutas dentro da lógica jurídica.

Nesse sentido, o ano legislativo de 1835 foi encerrado com propostas mais legalistas e menos violentas e policiais para conter as revoltas efervescentes no império. Foi o próprio Ibiapina que sugeriu a criação de uma cadeira de Economia Política na província do Pará, cujo “lente desta cadeira explicará a constituição do estado”⁵²⁰. Essa indicação propõe um deslocamento da ação do Estado (encarnado nos deputados) de violento para a tentativa de compreender os motivos dos cabanos para se revoltarem que, segundo as sugestões de Ibiapina, estavam revoltados por não compreenderem a nova organização político-administrativa do país. Para sanar esse problema, era preciso primeiro entender o Estado e as novas instituições individuais, para depois criticá-lo.

4.1.2 Ibiapina nas funções de Juiz de Direito em Quixeramobim

Em fins da sessão legislativa de 1834, Ibiapina foi tomar posse do cargo de juiz de direito, nomeado por carta imperial, um ano antes⁵²¹. Nesse período, a comarca de Quixeramobim foi criada juntamente com as de Fortaleza, Aracati, Crato e Sobral, por ocasião da promulgação do Código do Processo Criminal, que visava, entre outras coisas,

⁵¹⁷ Revolta dos Malês (BA), Revolta das Carrancas (MG), entre outras.

⁵¹⁸ O tratamento aos envolvidos também foi diferente. A título de exemplo podemos citar que o perfil socioeconômico dos cabanos, homens e mulheres livres e pobres, não tiveram suas propostas atendidas (como a substituição do presidente da província do Pará), enquanto os farrapos que eram, em sua maioria, estancieiros, tiveram suas pautas políticas (como a taxaço de juros sobre o produto vendido) atendidas pelo poder imperial (RICCI, 2006).

⁵¹⁹ Apesar das sugestões, Ibiapina não concordava com a suspensão das garantias individuais. “Continua a terceira discussão adiada sobre a suspensão de garantias para a província do Pará e emendas apoiadas. Passa por votação de 53 deputados e 31 contrários, Ibiapina é um deles” (ANAIS da Câmara, 18 de agosto de 1835).

⁵²⁰ ANAIS da Câmara, 18 de julho de 1835.

⁵²¹ A Carta Imperial de dezembro de 1833, foi assinada durante o governo de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, um dos principais articuladores da candidatura de Ibiapina para deputado geral, além de ter sido seu colega de bancada.

interiorizar as instituições jurídicas no país. Além de Ibiapina, outro recém-formado cearense também foi nomeado como juiz de direito (para comarca do Crato), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo.

Os juízes de direito eram importantes articuladores no processo eleitoral a nível local, já que eram eles que determinavam a mesa de comissão eleitoral, o que os tornava consideráveis forças eleitorais para os presidentes se reproduzirem nas províncias⁵²². Ibiapina foi nomeado por José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, mas entrou em atividade no governo de José Martiniano de Alencar, cujo centro de poder e de interesses, não era divergente do seu antecessor, mas a conjuntura do país e da província tornou o governo deste último algo diferente.

No governo de José Martiniano de Alencar, existia um cenário político que priorizou as reformas burocráticas, desde as obras públicas na província até as instituições legais, como a criação da Assembleia Provincial em Fortaleza, a criação das comarcas, a criação das secretarias da Fazenda, entre outros. Diferente foi o governo de José Mariano que, devido o contexto histórico, agiu muito mais no sentido do controle e de punições policiais e jurídicas, a exemplo do que aconteceu na revolta restauradora de Pinto Madeira, em 1832⁵²³.

Do ponto de vista institucional, a promulgação do Ato Adicional e do Código do Processo Criminal, foi impactante nas relações institucionais locais, e o governo de Alencar tinha como desafio impor as novas regras, os novos comportamentos e mentalidades políticas. Ibiapina fez parte desse projeto e foi nomeado para atuar em Quixeramobim, como um juiz não só capaz de julgar os crimes, mas principalmente, de adaptar os ânimos sociais às novas relações jurídicas e representativas. No entanto, as condições precárias de trabalho, como a falta de cadeias, de soldados, de selos para colocar nas correspondências oficiais, numa comarca que abarcava quatro grandes vilas (Tauá, Maria Pereira, Mombaça e Campo Maior),

⁵²² GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 103-120.

⁵²³ A prática política de Joaquim Pinto Madeira e de outros homens influentes da vila de Jardim (Ceará) teve início com a recusa para realização das eleições para deputado, senador e conselheiro na vila em 29 de junho de 1825, preferindo dirigir-se ao Imperador e pedir a restauração da monarquia sem constituição, aos moldes da antiga nação colonizada, sendo ambos presos pelo ouvidor Manuel Pedro de Moraes Meyer. Ao retornarem para a vila, eles acreditam que os cratenses estavam em prontidão para invadir e perseguir os jardinenses, devendo organizar-se com armas e resistir. Assim, em 1831, sob as notícias de invasões, os jardinenses resolveram sair em combate e conseguiram maioria sobre os liberais (do Crato). Seguiram para Fortaleza, com o intuito de depor o presidente recém-empossado José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, sendo derrotados pelas forças do comandante interino das armas, Major Francisco Xavier Torres. Surpreso com a superioridade numérica dos revoltosos, o major resolveu retirar-se da vila de Icó e então o próprio José Mariano foi ao cariri para pôr fim numa revolta que se alongava, chegando a mobilizar forças regenciais, como a do general Pedro Labatut. Para maiores informações, ver: BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. *A rebelião de Joaquim Pinto Madeira: Fatores políticos e sociais*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1979.

que não eram geograficamente bem delimitadas na época, eram constantemente relatadas pelo magistrado nas correspondências enviadas ao presidente da província, como um desencorajamento para agir na localidade.

Ibiapina não só exerceu as funções de juiz de direito, como as de chefe de polícia, num curto espaço de três meses, percorrendo todos os distritos da comarca, estabelecendo os júris populares e julgando os atos em andamento. A sua presteza e eficiência para reorganizar as vilas a partir das práticas jurídicas, não foi bem aceita pelo presidente da província, que sustentava relações pessoalizadas com as famílias locais (os Mouras, os Araújo e os Maciel, esta última família de Antônio Conselheiro) e se beneficiava com isso. O próprio Ibiapina não estava livre desse tipo de relação política pessoalizada, especialmente, a do apadrinhamento, já que a sua relação com a família de Alencar extrapolava o âmbito parlamentar e jurídico, chegando ao noivado com a sobrinha do presidente, Carolina Clarence de Alencar. Esta era filha de Tristão de Alencar Araripe (assassinado pelo envolvimento com a Confederação do Equador) e Ana Triste. Apesar desse noivado, Carolina casou com o primo José Ferreira Sucupira, em uma cerimônia sigilosa⁵²⁴. Essas famílias (Araripe, Sucupira e Ibiapina) estiveram juntas na Confederação do Equador, como já falamos no primeiro capítulo desse estudo. No entanto, as alianças políticas de antes estavam sendo concretizadas sobre outro aspecto: as relações do matrimônio.

Ibiapina, uma vez traído por Carolina, nunca mais noivou e nem contraiu matrimônio, mas acreditamos que esse rompimento abrupto entre as famílias, mais do que entre os noivos, correspondeu ao desgaste das alianças entre eles no cariri cearense, que vinham sendo construídas desde a Confederação. O resultado disso foi o aprofundamento das diferenças políticas na Câmara dos Deputados e em outros espaços públicos, como no caso aqui analisado, as esferas do juizado de direito e da chefatura de polícia em Quixeramobim.

As correspondências que nos permitiu investigar essa atividade secular de Ibiapina foram organizadas pelo primeiro biógrafo, o padre Paulino Nogueira, em 1888⁵²⁵. As sete cartas trocadas entre ele e Alencar, durante os meses de dezembro de 1834 e março de 1835, possuíam conteúdo de caráter oficial – formato linguístico formal⁵²⁶, com frequência de oito a

⁵²⁴ A cerimônia, segundo a certidão de casamento, aconteceu na casa da noiva e durante o turno da noite. Portanto, não era algo comum para época, ainda mais considerando que as famílias envolvidas eram publicamente conhecidas e economicamente privilegiadas no Ceará, o que resultaria em uma cerimônia mais expressiva.

⁵²⁵ Cf. NOGUEIRA, 1888.

⁵²⁶ Pronome de tratamento usado por Ibiapina “Vossa Excelência”; e o pronome de tratamento usado por Alencar “vosmecê”.

dez dias de uma correspondência para outra⁵²⁷ e circulação feita em navios – e origem pública, já que a tutela dessas cartas, que aqui foi acessada de segunda mão (através de Nogueira, 1888) esteve e está sob a responsabilidade do Arquivo Público do Estado do Ceará. Ao tomar posse, Ibiapina comunicou-se com Alencar por correspondência, como vemos abaixo, e a formalidade pode ser observada por meio do pronome de tratamento para se referir ao destinatário (Vossa Excelência), embora esse uso possa contribuir para esconder a relação extraoficial que existiu entre eles e as suas respectivas famílias:

Participo a *Vossa Excelência* que no dia 10 deste corrente mês tomei posse da vara de Juiz de Direito desta comarca. (...) *Vossa Excelência* sabe bem avaliar o estado das coisas desta comarca e providenciará, portanto, a tal respeito, enquanto eu, no círculo de minhas atribuições, emprego todo o meu cuidado para que de uma vez *o crime deixe de zombar das leis*⁵²⁸.

A representação que ele fazia dos crimes e da criminalidade no Império era a hegemônica, já que prevalecia o discurso da punição, do controle e da disciplina sobre aqueles que agiam fora dos moldes burocráticos, operando uma linguagem de violência e de atrocidades físicas. Essa representação do Direito Criminal era comum aos dois sujeitos, Ibiapina e Alencar, e aos demais políticos e magistrados do período. No entanto, quais as práticas de Ibiapina eram diferentes de outros juízes? E quais eram comuns? Em relação às práticas comuns, podemos citar que o problema da inadaptabilidade entre as pessoas e as leis recém-criadas no Império, aproximaram Ibiapina e outros juízes que passaram pela comarca de Quixeramobim, ou mais especificamente, os juízes de paz. Sobre esses últimos, é importante mencionar que existe uma idealização acerca dessa magistratura (que era eleita, porém leiga) e correspondia à ampliação da participação popular e o enfraquecimento das Câmaras Municipais. Independente das Câmaras, esse tipo de juizado demarcava sua capacidade de autogoverno nas localidades⁵²⁹.

Contudo, a criação dos juizados de paz, em 1827, acelerou o controle sobre os poderes locais, de modo que as Câmaras deixaram de agir sobre o policiamento das cidades, da disciplina social, da imposição de multas, entrando em cena o juiz de paz. Por isso, o jogo político local alterou-se com a inclusão desses juízes, os eleitos para esses cargos eram

⁵²⁷ As cartas são das seguintes datas: 14 de dezembro de 1834, 21 de dezembro de 1834, 30 de dezembro de 1834, 6 de janeiro de 1835, 30 de janeiro de 1835, 21 de fevereiro de 1835 e 8 de março de 1835.

⁵²⁸ IBIAPINA, 14 de dezembro de 1834. Grifos nossos.

⁵²⁹ CAMPOS, Adriana Pereira. Magistratura leiga no Brasil independente: a participação política municipal. Cf. CARVALHO, 2011. p. 257-271.

homens de mais posses e, por esse motivo, as alianças familiares tinham considerada importância nesse processo.

O controle das forças políticas locais pelas famílias mais influentes era importante para garantir os cargos municipais, mas nem sempre o resultado era o esperado. Para tanto, os juízes de paz e de direito raramente rompiam o jogo político das oligarquias locais, o que parece não ter ocorrido com Ibiapina, segundo o discurso presente nas correspondências trocadas entre ele e Alencar. Eis aqui onde começam a aparecer as diferenças entre as práticas dele e dos outros juízes em Quixeramobim.

Nas primeiras correspondências entre Alencar e Ibiapina, as diferenças na interpretação dos crimes ou das exigências legais e judiciárias ainda não era evidente, tanto entre eles, quanto entre Ibiapina e as famílias abastadas locais, que dominavam a cena político-institucional. Podemos considerar, primeiramente, que entre os juízes de paz e os de direito, existia uma separação que pode ser expressa na posse de um diploma de bacharel, o que poderia ser traduzido no conhecimento de técnicas do processo, da retórica, das leituras clássicas, da escrita, entre outros. Em contrapartida, os juízes de paz possuíam um conhecimento baseado na experiência do foro, no cotidiano das vilas e no comportamento dos habitantes que, muitas vezes, faltava aos jovens bacharéis.

Apesar disso, nos primeiros meses de magistratura, Ibiapina se relacionou bem com os juízes de paz das vilas que pertenciam à comarca de Quixeramobim, uma vez que o universo violento e clientelístico, era comum aos juízes⁵³⁰. Mas com o presidente da província e as famílias locais, logo se desentendeu, e sobre isso, é importante considerar que na estrutura clientelística que sustentava as relações políticas locais, os presidentes de província exerciam a supervisão das eleições, zelavam pelo cumprimento das leis, podendo demitir juízes de paz que presidiam a Comissão eleitoral ou afastar um presidente de uma mesa eleitoral. Apesar disso, o presidente da província poderia sofrer retaliações dos ministérios⁵³¹.

Por isso, na cadeia de políticos que controlavam as eleições e os cargos públicos nas localidades, os presidentes das províncias revestiam os juízes de direito, como Ibiapina, de poder, uma vez que eles eram indicados e poderiam exercer influência nas localidades, sendo nomeados para jurisdições “difíceis”, com o intuito de criar um compromisso eleitoral com a

⁵³⁰ Essa relação não se manteve durante toda estadia de Ibiapina na comarca. Em 1835, ele descreve para Alencar: “Apenas aqui cheguei (vila de Maria Pereira, comarca de Quixeramobim/CE) apresentaram-me várias queixas deste e outro gênero contra o juiz de paz. Dei andamento ao negócio, foi processado o juiz de paz, e já respondeu perante os jurados. Isto aproveita muito e continuo, porque é muito útil ao nosso país punir as autoridades prevaricadoras. Mande processar também o juiz municipal, porém o crime deste era por ignorância, por essa razão foi logo absolvido no júri de acusação...” (IBIAPINA, 30 de janeiro de 1835).

⁵³¹ Cf. Graham (1997).

presidência⁵³². Esse compromisso era firmado, sobretudo, com as famílias abastadas das localidades, mas em Quixeramobim elas se recusavam a aceitar:

(...) Agora mesmo ficamos bem embaraçados para conter na prisão *dois criminosos do bando dos Mourões, eles nos ameaçam que uma força os há de tirar da cadeia* (...). Lembro a Vossa Excelência que em toda esta comarca não existem prisões capazes de conter os presos, por isso mesmo lembro a *Vossa Excelência* para fazer com que o inspetor da tesouraria mande dar a quantia designada para a prisão desta vila⁵³³.

A família Mourão era uma das famílias poderosas e violentas da região, contudo, não pode ser reduzida a essa interpretação, já que essa era a relação política comum em localidades sem as comarcas, sem a presença da justiça e do Estado. No entanto, os criminosos identificados por Ibiapina, eram ligados a essa família, e mais do que os assassinos presos e a violência física, era o poder econômico e político concentrado nas mãos de algumas famílias locais, o que, segundo o novo juiz, impedia a efetivação das instituições jurídicas naquela comarca.

Nessa experiência, podemos observar que o juiz retomou a relevância das instâncias do poder local para além do juiz ordinário e leigo do Antigo Regime⁵³⁴. Os agentes políticos do pós-independência, especialmente os liberais, criaram e ampliaram as instituições que tinham o intuito pedagógico e disciplinar de conduzir o “homem comum” ao processo eleitoral e as novas formas institucionais, com a finalidade de manter a ordem vigente e o *status quo* dos grupos dominantes.

Na carta acima, a presença de um juiz como Ibiapina, nomeado pelo governo provincial, acirrou as disputas políticas que não se resolveriam com a criação de novas prisões. As instituições jurídicas nas localidades eram negligenciadas, como as Juntas de Paz, que não tinham meios suficientes para atuar; a Fazenda Pública e a falta de coletores; sem falar no básico, como a falta de selos para colocar nas correspondências oficiais⁵³⁵, inviabilizando a comunicação entre setores e poderes (provincial e local).

⁵³² Idem.

⁵³³ IBIAPINA, 30 de dezembro de 1834. Grifos nossos.

⁵³⁴ VELLASCO, Ivan de Andrade. Juízes de paz, mobilização e interiorização da política: algumas hipóteses de investigação das formas de justiça local e participação política no Império (1827-1842). In: CARVALHO, *op. cit.*, p. 286-300.

⁵³⁵ IBIAPINA, idem. O curioso é que Alencar confirma essas faltas na resposta à correspondência, em 06 de janeiro de 1835: “(...) as Juntas de Paz (...) já foram criadas ou aprovadas pelo seu predecessor em Conselho de 24 de julho de 1833 (...). Vou expedir terminantes ordens ao inspetor para criar nos diferentes termos desta comarca coletorias, além de poder ter lugar o selo dos papéis para não se paralisarem os feitos judiciários com notável inconveniência a administração da justiça como vosmecê bem pondera”.

Mesmo com as dificuldades, Ibiapina não ficou apenas na sede da comarca, viajando para vilas limítrofes com a província do Piauí. Mas para um bacharel “ilustrado”, os problemas jurídicos, eleitorais e policiais da comarca, eram motivados pela ignorância sobre as leis, que era compensada pela “boa vontade dos habitantes (...) os jurados mostravam as melhores disposições na punição do crime, (...) a isso somente se opunha a falta de ilustração dos juízes de paz”⁵³⁶. Esse tipo de representação de Ibiapina remete ao dualismo que falamos anteriormente – os juízes de direito eram “ilustrados”, formados e inteligentes nas leis *versus* os “juízes de paz”, ignorantes às leis e as regras. Por esse motivo, Ibiapina foi até as vilas mais distantes de Maria Pereira (atual cidade de Mombaça) e Tauá, a fim de investigar e montar o júri e dar a sentença aos assassinatos cometidos⁵³⁷.

Na correspondência enviada para Alencar, em 30 de janeiro de 1835, que mais pode ser lida como um relatório descritivo dos trabalhos realizados por Ibiapina nas vilas, ajudou a entender que a interpretação dele sobre o sertão, os juízes de paz e a violência, correspondia à representação hegemônica do liberalismo moderado, que lia a falta de ilustração dos juízes locais, o desconhecimento do Código do Processo Criminal e da Constituição aos males que “depende de trabalhos mui longos porque está todo na educação”⁵³⁸. Nessa interpretação, por um lado, os habitantes eram considerados como dispostos a contribuir com os trabalhos jurídicos; por outro lado, eram considerados incapazes de conduzir o cenário político e jurídico, necessitando de quem o fizesse por eles.

Nesse sentido, o caráter pedagógico da “missão” de Ibiapina nas vilas mais distantes da comarca, não dispensava o “homem comum”, ao contrário, colocava-o no centro do discurso para conduzi-lo, doutriná-lo e formatá-lo. E os meios utilizados eram sintomáticos de uma década liberal, como a de 1830, isto é, a “linguagem do cidadão manso”, a conciliação dos “ânimos divergentes”, “a rigorosa execução da lei”, expressões de Ibiapina endereçadas à Alencar, que eram largamente utilizadas pelos liberais da época.

(...) Foi belo ver como estes pobres homens (*juízes de paz*) que se entretinham com os códigos abertos. Era para eles uma descoberta verem no Código Criminal e tais penas para tais e tais crimes. Maravilhavam-se das disposições para infundir-lhes horror ao crime e interessa-los na punição dele, e creio ter conseguido a primeira pela mudança que se experimentou

⁵³⁶ IBIAPINA, 30 de janeiro de 1835.

⁵³⁷ “Por cartas particulares sei que de Outubro para cá se tem perpetrado oito assassinos, e que o último, de que faz menção o officio do juiz de paz, deixa temer resultados gravosos a não empregarem-se quanto antes meios enérgicos, para que todos os homens daquele termo conheçam que há um poder superior aos caprichos, e que só a lei pertence punir o crime” (IBIAPINA, *idem*).

⁵³⁸ IBIAPINA, *idem*.

então na linguagem, e a segunda *Vossa Excelência* avaliará pelas sentenças dos jurados proferidos, que junto remeto⁵³⁹.

Campos e Vellasco (2011)⁵⁴⁰ afirmam que a eleição de magistrados leigos no Brasil pode ser compreendida sob duas direções: a primeira na afirmação da mobilização popular e a segunda no alargamento da cidadania no país. Segundo os autores, foi graças a essa instituição, que se garantiu a participação de leigos nos tribunais pela primeira vez e, em certa medida, a mobilização parlamentar, em tornar as eleições dos juízes de paz, uma eleição direta era para que o poder central se tornasse menos concentrado, sem falar que o próprio imperador D. Pedro I⁵⁴¹ reconhecia essa magistratura como força política e controladora local⁵⁴².

Mas a que custo essa função foi exercida nas localidades? Pelo que relatou Ibiapina, enquanto esteve na vila de Maria Pereira, os juízes de paz eram ignorantes da prática do foro e, por alguns dias, foram seus “alunos” interessados em entender e praticar o Código Criminal. Portanto, nessa ordem de coisas, esses funcionários “débeis” nas leituras e nas penas dos crimes ocorridos na comarca, estavam prontos a “aprender” com o magistrado letrado, iniciado nas práticas forenses e na hermenêutica das leis. Era o “progresso” chegando ao “atraso” do Sertão dos Inhamuns⁵⁴³.

Para tanto, nessa “missão” pedagógica, não era dado aos juízes de paz, nem tão pouco aos jurados, refletir sobre os crimes, a partir das suas referências sociais e culturais e daí conhecerem as leis, para puni-los. A mobilização popular que falava Campos e Vellasco (2011) em torno das magistraturas eleitas era, na verdade, uma espetacularização do poder dessas pessoas, já que na interpretação de Ibiapina, esses homens eram limitados para operar o projeto de Estado em andamento na Corte. Por outro lado, o alargamento da cidadania ficou comprometido, haja vista que a manipulação intelectual e política feita pelos potentados, criava uma barreira para efetivação da prática jurídica e do entendimento institucional das leis e dos crimes.

Não pretendemos aqui identificar se juízes de paz ou se potentados locais eram os “culpados” pela ineficiência das leis, mas reconhecemos que o domínio de algum recurso

⁵³⁹ IBIAPINA, idem. Grifos nossos.

⁵⁴⁰ CAMPOS, Adriana Pereira; VELLASCO, Ivan. Juízes de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 377-408.

⁵⁴¹ Foi na primeira Constituição brasileira que se garantiu a participação leiga nos tribunais, seja através dos juízes de paz, seja através dos juris populares. Ver artigo 153 da Constituição brasileira de 1824.

⁵⁴² Cf. CAMPOS; VELLASCO, 2011, p. 384.

⁵⁴³ Expressão tupi que significa “Irmão do Diabo” e que dá nome a macrorregião cearense do Sertão dos Inhamuns, onde está localizada a cidade de Tauá/CE.

estratégico, como a terra ou escravos, numa sociedade desigual, como a do século XIX, interferia nas leituras e nas interpretações que faziam os leigos da justiça e da política parlamentar. Isso não significa que eles não tivessem concepção alguma de justiça, de política ou de cultura, mas a concepção que possuíam era vista como insuficiente ou atrasada para o projeto imperial, do qual Ibiapina era supostamente o representante máximo da comarca.

Nessa experiência de magistratura, Ibiapina entrou em contato com realidades diferentes e ao viajar para o termo⁵⁴⁴ de Tauá, pôde construir outra representação sobre a “culpa” da ineficiência das leis e da justiça nos sertões. A representação deixou, portanto, de ter referência individual, isto é, na incapacidade letrada dos juízes de paz e passou a ter referência social, ou seja, na prática do mandonismo local. Esse conceito que muito foi utilizado pelo pensamento social brasileiro no século XX, incluindo a historiografia, não será aqui debatido a exaustão, mas nos apropriaremos da definição de Carvalho (1997), para entender em que sentido essa prática apareceu entre as correspondências de Ibiapina e Alencar. Para Carvalho (1997), o mandonismo não se confunde com o coronelismo e com o clientelismo, conceitos, por vezes, utilizados indiscriminadamente pela historiografia brasileira. No primeiro conceito, aponta-se para a existência de oligarquias e relações de poder pessoalizadas, um mandão, um chefe ou mesmo um coronel que, em função de controlar algum recurso estratégico, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário, impedindo o acesso à política, ao mercado, à justiça. No entanto, é diferente do coronelismo, pois não é um sistema, mas uma característica da política tradicional⁵⁴⁵.

O clientelismo, por sua vez, é um tipo de relação entre políticos, envolvendo concessão de benefícios fiscais, isenções, apoio político (em formato de voto) e outros. Em amplitude, o clientelismo se assemelha ao conceito de mandonismo, mas é visto de maneira bilateral – patrão e o cliente – variando ao longo do tempo, de acordo com os recursos e atores políticos⁵⁴⁶. O clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e o decréscimo do mandonismo; o coronelismo pode ser entendido como um período que surgiu, teve seu ápice e decresceu, num tempo muito curto, como da República Velha. Assim, o coronelismo é um período datado, já o mandonismo e o clientelismo são expressões tradicionais da política institucional brasileira, que ainda não desapareceram e estão presentes entre nós, há muitos séculos, expresso nas mais remotas escrituras⁵⁴⁷ sobre o Brasil. Essas interpretações, assim

⁵⁴⁴ “Termo” era uma comunidade de habitantes menor que a de uma “vila”.

⁵⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, vol. 40, n° 2, Rio de Janeiro, 1997.

⁵⁴⁶ Idem.

⁵⁴⁷ Me refiro aos escritores viajantes, em sua maioria, padres e religiosos católicos.

como as de Ibiapina, devem ser vistas como produtos de um lugar social institucionalizado e um lugar economicamente privilegiado, embora isso não signifique o apagamento de quem estava do outro lado dessas relações políticas, isto é, os dominados, os apadrinhados, os submetidos.

(...) Persuada-se *Vossa Excelência* que as ideias do século 19 não penetraram ainda a primeira camada dos homens daquele lugar, e como ali nada se faz contra a sua vontade, e a execução das leis importa mesmo que a queda do seu poder, não querem, e como ninguém os pode mudar de vontade, porque ali *regula a lei do mais forte*, segue-se disso que só se faz o que se quer, e *infelizmente o que se quer é quase sempre a execução de antigos prejuízos, que não podem casar com o nosso sistema liberal*⁵⁴⁸.

As ideias daquele século já não eram as da colonização portuguesa que, em decorrência da distância espacial entre os colonos e o Rei, a autoridade era dos donatários, ou seja, donos de terras que representavam o poder e, sobretudo, o exemplo de moral e de bons costumes a serem seguidos. Para tanto, “apagava-se a figura do Rei” em detrimento do senhor local, uma vez que era ele o único responsável por manter e controlar as populações (indígenas, africanas e nascidas no Brasil). No império, as distâncias permaneceram e já não era de ordem territorial, mas de ordem ideológica entre o centro e as províncias, já que os projetos de país eram diferentes.

Nesse discurso, o “homem comum” foi utilizado como “massa de manobra”, seja dos potentados locais, seja dos bacharéis em Direito, pronunciados como portadores da verdade e da razão jurídica. Por esse motivo, em menos de três meses, a referência dos problemas jurídicos e policiais da comarca, apontados por Ibiapina, passou a ser quem dominava os cargos públicos, ou seja, os senhores locais que controlavam as legislaturas e as magistraturas, portanto, quem deveria replicar as novas ideias e práticas do império nas localidades. Daí se instala a contradição entre replicar as novas ideias nas remotas localidades e corroer o próprio poder. No entanto, mais do que a simplificada tese entre o centralismo *versus* descentralização, o poder dos senhores locais não era desprovido de uma lógica institucional de dominação, mas era uma dominação revestida de valores morais, pessoalizados, familiares e religiosos, que segundo o discurso liberal eram “ideias gastas”⁵⁴⁹.

Por isso, ao exercer as funções de juiz de direito e descrevê-las para Alencar, nas correspondências que analisamos aqui, não implicou negligenciar o papel dos mais “fracos”

⁵⁴⁸ IBIAPINA, 8 de março de 1835. Grifos nossos.

⁵⁴⁹ Expressão de Ibiapina em correspondência para Alencar (IBIAPINA, 8 de março de 1835).

no sistema dos mandões, nem descaracterizou os potentados e o projeto político que possuíam e estava em pleno funcionamento. Ao contrário, reconheceu que essas práticas arbitrárias e pessoalizadas, eram projetos políticos⁵⁵⁰ diferente do projeto político dos *moderados* na Corte.

4.2 RETORNANDO AS ATIVIDADES PARLAMENTARES: IBIAPINA É O OUTRO

Os brasileiros são na máxima parte descendentes dos portugueses, que jamais quiseram outro regime senão o monárquico; dos portugueses, que se algumas vezes agitaram-se para excluir um rei, foi sempre para entronizar outro; dos portugueses, povo único das nações atuais, que nunca erguera o brado de república; *os brasileiros (dizemos), vendo nos dias regenciais as perturbações ingêntas da liberdade, entenderam, que todo o desconcerto provinha da fraqueza do governo eletivo*⁵⁵¹.

A tese de que as revoltas regenciais ou qualquer manifestação popular no Brasil da década de 1830-1840 foram movimentos separatistas, é fruto do discurso oficial que insistiu na pauta da ameaça à integridade territorial do país, para antecipar a maioria do imperador infante D. Pedro II. Isso se explica porque essas revoltas de origem provincial, tinham interesses diferentes da elite da Corte, embora a proposta de redução da maioria, não foi facilmente aceita entre os deputados e senadores, ao contrário dos demais brasileiros, que se prontificaram a defender essa pauta.

Um dos primeiros estudiosos desse movimento, conhecido como Movimento da Maioridade ou Clube da Maioridade – ao fim e ao cabo um movimento de elogio a monarquia como o trecho reproduzido no início desse tópico – era um cearense e, por sinal, irmão da primeira e única noiva de Ibiapina, Tristão Alencar Araripe (o filho). Esse escritor também foi

⁵⁵⁰ Na última correspondência enviada à Alencar, Ibiapina concluiu: “De passagem direi a Vossa Excelência que *a restrita observância da lei no sertão é coisa que mal entende*, e apenas nisto se fala todos querem abandonar o país” (IBIAPINA, idem) Grifos nossos.

⁵⁵¹ ARARIPE, Tristão Alencar. Notícia sobre a Maioridade. In: *O golpe parlamentar da maioria*. Brasília: Senado Federal, 1978. p. 165.

testemunha ocular da criação dessa entidade política⁵⁵², que surgiu nos anos finais da terceira legislatura do Império. Esse grupo foi criado, em maioria, por políticos das províncias do Norte imperial⁵⁵³, ou mais especificamente, pelos *moderados* que, após a abdicação do regente Diogo Feijó, se viram expulsos de cargos comissionados como os ministérios, os gabinetes, entre outros.

Esse movimento foi criado oficialmente em 1840, na Corte, embora tenha começado a se construir durante a regência de Feijó, mais especificamente, na Câmara dos Deputados, quando alguns liberais dissidentes, como Hermeto Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos, atuavam para deslegitimar o governo pelos “excessos” da descentralização do Ato Adicional. Em resposta a essas provocações, deputados e senadores, como José Martiniano de Alencar, conspiraram⁵⁵⁴ para enfraquecer a regência de Pedro Araújo Lima, em 1837.

O discurso dos “excessos” de Vasconcelos e Carneiro Leão foi apropriado por jovens como Ibiapina, que acabava de vivenciar as discrepâncias entre as novas leis descentralizadoras e a inexistência de aparatos materiais e humanos, para colocar em prática o novo sistema – criação de comarcas, júris populares, assembleias províncias, secretarias da fazenda, etc. Essas constatações fizeram Ibiapina se distanciar ideologicamente dos seus conterrâneos de bancada parlamentar, uma vez que ele construiu outras leituras sobre a política, a justiça, o Estado⁵⁵⁵.

Nesse universo político, o Clube da Maioridade era mais uma fragmentação entre os liberais que, de um lado, insistiam nas reformas da descentralização; do outro, aqueles que as recusavam. Essa fragmentação também indicava a substituição dos *moderados* nas instituições do império, como foi o caso de Manoel do Nascimento Castro e Silva, que deixou a pasta da fazenda em 1837. Esse também foi o período que Ibiapina deixou de ser deputado, mas não abandonou as leituras legalistas e burocráticas.

No contexto regencial, o discurso legalista e das reformas descentralizadoras pertencia a elite política fluminense, que se servia disso para evitar uma revolução ou mudanças

⁵⁵² Idem, p. 135-172.

⁵⁵³ Holanda Cavalcanti, Paula Cavalcanti, José Martiniano de Alencar, Antônio Carlos, Martin Francisco, Peixoto de Alencar, Costa Ferreira e José Mariano de Albuquerque Cavalcanti.

⁵⁵⁴ Segundo José Honório Rodrigues (1982) quando os acordos entre essas facções políticas do império demoravam ou falhavam, os “de fora” do poder conspiravam, de modo que essas conspirações no Brasil têm origens liberais, mas não deixavam de defender interesses particulares da classe média, alheio a realidade nacional e dos populares.

⁵⁵⁵ A fragmentação entre os *moderados* cearenses também pode apontar para outras questões, como a de que entre províncias como Ceará e Pernambuco não existia uma associação política estabilizada, mas ao contrário, existia rivalidades e projetos políticos opostos.

estruturais no país. Apesar da blindagem reformista, as regências não conseguiram evitar as revoltas provinciais em todo o país, o que gerou uma onda de violência contra os populares e os sertanejos. Concordamos com Rodrigues (1982), quando ele afirma que estudar esse período como de reformas, de diálogos e de conciliação, tende a encobrir as violências cometidas pelo império para a manutenção da ordem vigente⁵⁵⁶.

Com a descentralização da política e da justiça, surgiram os dissidentes, como Ibiapina, que passaram a construir um programa político *regressista* no discurso e nas práticas parlamentares. Esse programa esteve mais próximo de ser efetivado com Vasconcelos como ministro da justiça, em 1837, que retirou das províncias, o comando do Judiciário e do Legislativo, subordinando-os ao Poder Executivo. Mas foi só nas sessões legislativas de 1838-1839 que o movimento do *Regresso* se tornou mais elaborado, sem se confundir com movimentos restauradores dos “miguelistas” de Portugal e dos “carlistas” na Espanha⁵⁵⁷. Isso porque o movimento brasileiro não refutou os “progressistas” (opositores) na essência: questionavam o modo rápido e acrítico que operaram as reformas na década de 1830, mas não a monarquia parlamentar.

Esse movimento no Brasil foi uma tentativa de frear as reformas que, segundo os *regressistas*, não garantiu a obediência da população. A transição do Antigo Regime (o Estado controla a sociedade) para o liberalismo (a sociedade controla o Estado), segundo Vasconcelos e seus apoiados, era a causa das revoltas, já que as reformas haviam sido feitas de maneira brusca, quando na verdade, deveriam ser feitas de maneira lenta e gradual. Além disso, existia uma causa intelectual, que era a da adoção de modelos liberais, de ideias e instituições importados de países centrais como a Inglaterra, França e os Estados Unidos, sem respeitar as circunstâncias e peculiaridades do Brasil⁵⁵⁸. Vale ressaltar que muitos *regressistas*, como Ibiapina e Vasconcelos, tinham engrossado as filas do liberalismo *moderado* antes do Ato Adicional, colaborando com a criação e escrita dessa lei (descentralizadora do poder).

A crítica de Ibiapina em relação a essa e outras reformas legais não foi tão complexa quanto a de Vasconcelos, nem na Câmara, nem na Comarca de Quixeramobim, mas incomodou os líderes dos *moderados* no Ceará e o conduziu para um lugar de discórdia, de estranhamento e de afastamento no seu partido. Nos últimos anos que esteve como deputado,

⁵⁵⁶ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 48-56.

⁵⁵⁷ LYNCH, Christian. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e o conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, n. 10. Guarulhos, agosto de 2015. p. 314-334.

⁵⁵⁸ Idem.

aproximou-se dos *regressistas* nas leituras e nas práticas, pois fazia interpretações conservadoras do governo e do país que, naquele período, se confundiam com as leituras católicas e cristãs, ambas com pretensões estruturantes, organizativas, institucionais.

A interpretação *regressista* ou conservadora, visava a aplicação da “bula das circunstâncias”⁵⁵⁹, começando pela crítica ao caráter universalista e metafísico das reformas liberais de 1830. Por isso, Vasconcelos criticava Alencar, por querer formar homens para as instituições e não instituições para os homens. Além disso, o sistema do *regresso* relativizava a leitura eurocêntrica dos liberais da filosofia da história como o progresso da liberdade, isto é, o Estado deveria promover não só as liberdades e necessidades públicas, mas também deveria tomar providências para frear a “revolução”. Conservar o país para os *regressistas*, se confundia com garantir a unidade territorial do país, conservar as leis e fazer minar o poder pessoal dos líderes políticos⁵⁶⁰.

Ao ir de encontro com os interesses dos *moderados* (ou os remanescentes que se organizavam na oposição *progressista*), especialmente, a manutenção do poder e dos privilégios pessoais, Ibiapina confirmava que a blindagem reformista nas regências serviu apenas para criar forças contra mudanças mais substanciais, como foi o caso das magistraturas leigas e a assembleia provincial no Ceará. Portanto, a política de conciliação entre as elites foi importante para desviar o curso do processo histórico e não alterar a essência de instituições como a escravidão⁵⁶¹. Assim, o movimento do *regresso* que Ibiapina encampou, estava associado à ideia de interromper o curso do tempo histórico e, supostamente, corrigir os erros das instituições imperiais. Essas leituras conservadoras do tempo eram criticadas pelos opositores como oportunismo e versatilidade, sem falar que para eles o sistema *regressista* era um sistema de corrupções⁵⁶².

Mais do que associar as práticas *regressistas* às “reações” ou corrupções, no tópico seguinte, buscamos entender quais foram os sentidos e soluções atribuídas por Ibiapina aos problemas sociais discutidos na Câmara dos Deputados. Para isso, concordamos com Lynch (2015), que os *regressistas* (retornar aos erros, controlar o tempo, operar reformas) operaram uma inversão conceitual, de modo que a dinâmica do *regresso* foi lida por deputados e senadores como o verdadeiro “progresso” do Brasil.

⁵⁵⁹ Expressão de Vasconcelos (“a bula que me guiou foi a bula das circunstâncias”) que indicava a necessidade de um pragmatismo político, isto é, considerar as circunstâncias históricas e agir sobre elas.

⁵⁶⁰ Cf. LYNCH, 2015.

⁵⁶¹ Cf. RODRIGUES, 1982.

⁵⁶² LYNCH, *op. cit.*

4.2.1 Últimos anos da terceira legislatura

Nos últimos anos de legislatura, Ibiapina estava mais articulado na tribuna e também nas relações jurídicas. Por isso, as falas na Câmara e as suas proposições escritas, em formato de artigos, foram debatidas mais recorrentemente, todas contrárias as defesas feitas pelos deputados cearenses. Por isso, a nossa análise priorizou os temas e os sujeitos que o deputado se ocupou, os quais reforçaram o rompimento de uma aliança política antiga entre as famílias Ibiapina e Alencar.

Os interlocutores de Ibiapina nesses anos, foram Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, Pedro de Araújo Lima, Padre Manuel do Monte, Francisco do Rego Barros e outros que compuseram os primeiros quadros dos conservadores (*regressistas*) na regência. Referimo-nos aos primeiros quadros, porque após a renúncia de Feijó, os líderes Vasconcelos, Araújo Lima e Carneiro Leão, prepararam o terreno para deputados e senadores darem continuidade ao projeto *saquarema*⁵⁶³: frear as reformas liberais, conter as revoltas provinciais e submeter as províncias ao governo centralizado.

Apesar de não participar da execução desse projeto imperial, devido a derrota nas eleições de 1838, o comportamento político de Ibiapina estava alinhado as práticas *regressistas*, como a de denunciar o ministro da Fazenda, enfraquecer as propostas dos adversários, entre outras. Daí por diante, esse deputado ocupou-se de disputas por classificações e delimitações sociais, que foram entendidas aqui como de confrontos decisivos. Preocupados com isso, partimos da afirmação de que toda interação social deve ser observada, considerando as condições historicamente determinadas e de qual lugar social foi produzida⁵⁶⁴, identificamos as interpretações e os usos sociais que fez Ibiapina dos textos das reformas constitucionais, como a do Código do Processo Criminal. E, inicialmente, essas reformas descentralizadoras causavam dúvidas quanto à sua execução:

O sr. Ibiapina mostra os embaraços em que se acha sobre a decisão neste projeto, e mostra igualmente a necessidade que dá antes de se tomar qualquer decisão a semelhante respeito se extremar o que é da atribuição do poder geral e das assembleias provinciais, e que assim o declare esta câmara para se desfazer dúvidas que tem ocorrido, e evitar outras que possam ocorrer acerca dos juízes de direito e outros empregados provinciais⁵⁶⁵.

⁵⁶³ O que era uma ideologia tornou-se um projeto de Estado, a partir de 1840, com a elite fluminense operando as instituições imperiais. Para maiores informações sobre a origem da expressão “saquarema”, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Acess, 1994. p. 100-103.

⁵⁶⁴ Cf. CHARTIER, 1988.

⁵⁶⁵ ANAIS da Câmara, 06 de junho de 1836. Grifos nossos.

O projeto em discussão era de autoria da Comissão de Justiça Criminal, da qual Ibiapina fazia parte e havia construído emendas para o Código do Processo Criminal. O deputado mineiro, Bernardo Pereira Vasconcelos, sugeriu que o projeto se transformasse em projeto de decreto, mas os desentendimentos com os deputados Sebastião do Rego (PE) e Gonçalves Martins (BA), que julgavam anticonstitucional ou atacava a lei das reformas, adiou esse debate por mais um tempo⁵⁶⁶. As dúvidas sobre as interpretações das leis, a delimitação de poderes e a deliberação de funções dos cargos provinciais, eram recorrentes na terceira legislativa, e segundo as leituras *regressistas*, eram geradas pelas mudanças bruscas, advindas do Ato Adicional. E como Ibiapina compunha uma comissão, possuía mais espaços para sugerir ou intervir na dinâmica jurídico-parlamentar, uma vez que eram a partir desses espaços de decisão (as comissões), que se iniciavam as redações de leis, projetos, requerimentos, entre outros. Não custa lembrar que a redação da reforma constitucional de 1834 foi feita por uma comissão especial⁵⁶⁷, que Ibiapina fez parte. Para Sleiman (2006), as reformas da Constituição no Brasil remetiam a um movimento mais amplo das sociedades modernas, o de vincular a reorganização do Estado a partir de um marco jurídico⁵⁶⁸, visando garantir uma nova unidade política para o país, com um sistema de ampliação do poder dos governos, mas também dos direitos individuais. Isso remetia ao grau de autonomia que teriam as províncias no novo arranjo institucional, que passaria a ser um centro de controle das localidades, como também uma réplica do poder central nas províncias.

Nesse sentido, muitas discussões da terceira legislatura, realizadas na Câmara, tiveram origem no binômio centralização-descentralização dos poderes, fazendo suscitar diferentes estratégias para reorganizar o Estado, embora todas elas, vislumbrassem o mesmo instrumento: o espaço político-administrativo, como a chave para consolidar a unidade nacional⁵⁶⁹. Não era diferente para Ibiapina, embora ele defendesse implicitamente no discurso acima mencionado, a centralização do poder, já que quem deveria definir as atribuições dos juízes de direito e demais empregados provinciais, bem como esclarecer dúvidas advindas das províncias era o órgão central – Câmara dos Deputados.

⁵⁶⁶As propostas para reformar o Código do Processo Criminal, de 1832, foram apresentadas pela Comissão de Justiça Criminal em 13 de outubro de 1835, portanto, quase um ano antes.

⁵⁶⁷ Os deputados eram Limpo de Abreu, Seara, Vital Raymundo, Souza Martins, Ibiapina, José Mariano de Albuquerque, Brito Guerra, Albuquerque Maranhão, Peixoto de Albuquerque, Francisco do Rego, Vicente de Macedo, Fernandes da Silveira, Inocêncio José Galvão, Cornélio Ferreira França, Antônio Augusto da Silva, Climaco, Rodrigues Barboza, Cerqueira Leite, José Pedro de Carvalho, Alves Machado, Tobias Aguiar, Duarte Silva, Paranhos, Batista de Oliveira (ANAIS da Câmara, 07 de agosto de 1834).

⁵⁶⁸ Um movimento que ficou conhecido como Constitucionalismo Moderno ou um pacto constitucional em que a instituição (as regras, as leis) passa a ser o centro do equilíbrio dos poderes. Ver: Cf. SLEMIAN, 2006. p. 9-38.

⁵⁶⁹ Idem, capítulo 2.

Por que não fortalecer as instâncias locais e os espaços deliberativos das províncias? Por que não conceder os direitos de as províncias definirem suas atribuições e de seus empregados? Essas perguntas podem ser respondidas a partir da observação das indicações que fez Ibiapina, alinhadas aos *regressistas*, como a ideia de “ordem” imperial, que não endossava a pauta da autonomia provincial, já que o Ato Adicional apontou para práticas de “anarquia” e de “desordem” nas províncias. Por isso, os problemas gerados pelos excessos da descentralização, deveriam ser combatidos pelas ideias e pelos políticos que promoveram essas reformas.

Nesse sentido, os *regressistas* agiram para derrotar a reforma constitucional e desestabilizar o governo de Feijó. Não foi à toa que na sessão do ano de 1836 um dos principais temas discutidos foi a crise monetária do Império. Mas o culpado, segundo Ibiapina, não era somente a moeda em circulação, a moeda de cobre⁵⁷⁰, e sim o ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva, sobre o qual “indico[u] que se diri[gisse] uma mensagem ao trono, com o fim de ser substituído o atual ministro da fazenda, por quem possa desfazer a crise financeira que ameaça esmagar o Brasil”⁵⁷¹.

Como vimos no início desse capítulo, as sessões que seguiram a denúncia sobre o roubo do tesouro nacional e a substituição do ministro, tornou-se o principal momento da legislatura desse deputado, uma vez que quebrou o perfil silencioso na tribuna e o projetou publicamente ao lado dos opositores do governo, que era o seu grupo político – os *moderados*. Indicar a substituição do ministro e se projetar como conservador neste período, rendeu alcunhas de “ingrato”, mas por outro lado, nas décadas seguintes (1840-1860), permitiu conforto material⁵⁷², outros espaços políticos e muitos clientes para o advogado criminalista, Dr. Ibiapina, como veremos mais adiante.

No ano de 1837, o último ano de legislatura, Ibiapina mergulhou em pautas mais especificamente locais, isto é, discussões que estavam diretamente ligadas aos problemas do Ceará e do Pernambuco. Nesta última província, estava os novos aliados do deputado, como Pedro de Araújo Lima, Francisco do Rego Barros, e no Ceará, algumas alianças foram reforçadas como a do conterrâneo Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, que por sinal, fez vida política em Pernambuco.

A primeira sugestão dele neste último ano de legislatura, estava relacionada a essa experiência no Sertão dos Inhamuns (em Quixeramobim): a anexação do território da vila de

⁵⁷⁰ Ver proposta de Ibiapina em *Anais da Câmara dos Deputados*, sessões 02 e 18 de julho de 1835.

⁵⁷¹ ANAIS da Câmara, 16 de agosto de 1836.

⁵⁷² Recebeu convites para ser presidente de província ou ministro da justiça pelo regente Pedro de Araújo Lima (MARIZ, 1980).

Crateús, que pertencia a província do Piauí. Além de oferecer uma solução para os crimes cometidos no Ceará, em grande medida nas regiões próximas a essa vila, cujos criminosos ficavam imunes ao fugiram para lá, essa proposta representou, sobretudo, um aprofundamento das leituras e do conhecimento concreto de Ibiapina sobre os problemas do sertão e da sua província:

O sr. Ibiapina oferece como emenda o seguinte projeto de resolução, que é apoiado: *A assembleia geral legislativa resolve: Art. 1º Fica compreendido na província do Ceará o terreno cujas águas correm para o rio Crateús, desde suas nascentes até a confluência da ribeira Macambira inclusivamente, desmembrando-se da província do Piauí a parte que até agora lhe pertence nesse terreno. Art. 2º Ficam derrocadas as leis e disposições em contrário*⁵⁷³.

Mas essa proposta não era nova, Ibiapina já a tinha feito em 20 de julho de 1835, quando indicou que “A assembleia geral legislativa resolve: Artigo único. Fica unido a província do Ceará o território denominado Crateús, que pertence a província do Piauí”⁵⁷⁴. Essa proposta correspondia a um problema de litígio territorial mais amplo e mais antigo entre o Ceará e o Piauí, iniciado em 1758 e que dura até hoje. No caso de Crateús, vila sertaneja que era conhecida como Piranhas ou vila do Príncipe Imperial, firmou-se como território cearense, somente em 1880, quando a vila litorânea de Amaração (atualmente, Luís Correia) foi reconhecida em troca com o Piauí.

Na leitura do deputado, esse território para ser anexado ao Ceará, e deveria ser determinado pelos aspectos naturais, como o rio Crateús e o rio Macambira, embora essa proposta tivesse intenções jurídicas e policiais, isto é, tornar a comarca de Quixeramobim a responsável legal pelo território e pelos habitantes dessa vila, de modo a tornar possíveis as punições aos crimes cometidos. Assim, Ibiapina propunha a inclusão de Crateús ao sistema imperial não como espaço cívico e de participação política, mas como um espaço a ser controlado e “civilizado”. O olhar de Ibiapina sobre o sertão e sobre o Piauí se confundiam, uma vez que ambos eram sinônimos de incivilidade, selvageria e violência. Um dos males apontados por ele, ao ser juiz de Direito em Quixeramobim, era o de que a comarca fazia limites com essa província, “onde se desconhece, sem exemplo, o império da lei. Aí os

⁵⁷³ ANAIS da Câmara, 10 de maio de 1837. Grifos nossos.

⁵⁷⁴ ANAIS da Câmara, 20 de julho de 1835.

assassinos cruzam impávidos todos os caminhos, creio ser muito raro achar-se um homem aí, que pelo menos não seja protetor de assassinos”⁵⁷⁵.

No Ceará a situação era difícil, mas na vizinha era ainda pior, “seguir criminosos em Província estranha, ainda mesmo naqueles aonde se respeita a lei, avalie agora fugindo os assassinos para o Piauí”⁵⁷⁶. Essa província não tinha, segundo Ibiapina, tido contato com as ideias “novas” do século XIX, já que não conhecia as letras e as leis, portanto, não servia para agregar valor ao projeto político que ele fazia parte. Tomar o território dos vizinhos era a única solução para civilizar.

Em grande medida, o Piauí nas primeiras décadas do século XIX, tinha um histórico menor de conexão cultural com a província do Pernambuco, se comparado ao Ceará e a Paraíba, especialmente, em termos políticos e educacionais. Podemos citar que eram poucos os estudantes piauienses, por exemplo, que se formaram no Curso Jurídico de Olinda, nas décadas de 1830-1840⁵⁷⁷. Para tanto, o baixo número de bacharéis e a história política de violência e clientelismo desta província, apareciam implicitamente no discurso de Ibiapina, para justificar a dominação territorial e até mesmo cultural sobre o Piauí. Em se tratando do Curso Jurídico, Ibiapina fazia sugestões nesse mesmo ano:

Art. 1º Os lentes dos cursos jurídicos de S. Paulo e Olinda, que substituírem quaisquer cadeiras no impedimento de outros lentes, *perceberão o mesmo ordenado*, que o proprietário da cadeira substituída. Art. 2º Os estudantes que por falta dos lentes não tiverem a frequência exigida nos estatutos, serão todavia (sic) admitidos a fazer ato, e se mostrarem habilitados com os exames dos anos anteriores, matrículas pagas dos anos respectivos e comparecimento na academia. Art. 3º Ficam revogadas as leis em contrário. Paço da câmara, etc. Ibiapina⁵⁷⁸.

Nesse intervalo de tempo, as soluções apresentadas já não eram àquelas feitas pelos professores da Congregação dos Lentes, nem poderia, uma vez que agora quem propunha era um ex-professor, substituto e ex-aluno do curso. Dessa maneira, os lugares que ele ocupou e as experiências que adquiriu, foram cruciais para apresentar novas interpretações sobre os problemas do curso, além daquelas relacionadas a distância entre esta vila e o Recife, a falta

⁵⁷⁵ IBIAPINA para ALENCAR, 30 de janeiro de 1835.

⁵⁷⁶ Idem.

⁵⁷⁷ Na turma de Ibiapina (1832) formou-se apenas o piauiense Francisco de Souza Martins; em 1836 formaram-se dois: Casimiro José de Moraes Sarmiento e Marcos Antônio de Macedo; em 1838 formou-se Antônio Borges Leal Castelo Branco; em 1839 formaram-se Antônio Francisco de Sales e Ovídio Saraiva de Carvalho. Portanto, em uma década de existência do Curso Jurídico, o Piauí contou com seis bacharéis formados em Direito. Cf. BEVILAQUA, 1977, p. 29-53.

⁵⁷⁸ ANAIS da Câmara, 29 de maio de 1837.

de espaços de lazer, a falta de infraestrutura, ou seja, questões relacionadas as vivências além das salas de aula. Ibiapina, contudo, indicou problemas internos, como os baixos salários e a as provas finais com os estudantes. O que chama atenção é que, assim como a Congregação de Lentes da qual Ibiapina fez parte, as decisões sobre o cotidiano educacional estavam submetidas à aprovação de instâncias maiores, como a Câmara dos Deputados ou o poder do monarca. Isso porque o caráter dos cursos jurídicos e de outros cursos superiores no Brasil, era o de curso oficial, que pode ser traduzido na inexistência da autonomia, para discutir e delimitar questões financeiras, curriculares e profissionais da instituição.

Esse cenário se alterou no final do século, com as reformas educacionais, como a de Leônicio de Carvalho⁵⁷⁹, ministro do império e idealizador da lei, que versava sobre liberdades de frequência, de docência e criação de faculdades. Isto é, previa a obrigatoriedade de os alunos assistirem às aulas, a possibilidade de qualquer bacharel ou doutor abrir cursos complementares ou concorrentes nas instituições de ensino oficiais, além da possibilidade de abrirem faculdades sem a intervenção governamental. Propunha-se ainda a desobrigação do juramento católico dos formandos, diretores, lentes e empregados dos estabelecimentos de ensino em geral, especialmente, as Faculdades de Direito, que previa a obrigatoriedade de prestação de exames em direito eclesiásticos. Essa reforma enfrentou contestações e não conseguiu promover as faculdades livres no Brasil antes da República⁵⁸⁰.

Essas reformas educacionais eram tentativas de ampliação das instituições oficiais no Império, o que não ocorreu prontamente, embora alguns sujeitos tenham defendido essa pauta. Ibiapina não fazia parte desse grupo, uma vez que os livros que leu, os autores que conheceu, os interlocutores culturais que teve e, por fim, as obras sociais que ajudou a construir, como as Casas de Caridade, apontavam para o ser católico e crente nas práticas e nas formas de comunicar-se da religião. Por esse motivo, ele defendeu projetos políticos mais hierarquizados, visando o aprofundamento da “obediência” das populações, como também o controle dos cargos públicos:

[...] Acrescenta o sr. Ibiapina os seguintes aditivos: “1º Nenhum deputado, durante a legislatura, poderá aceitar emprego público dos que confere o governo. 2º Não poderá ser eleito deputado o que exercer emprego público, segundo o artigo antecedente”⁵⁸¹.

⁵⁷⁹ Carlos Leônicio da Silva Carvalho (1847-1912), professor, político e advogado carioca, se formou em São Paulo e propôs uma reforma nos cursos superiores em 1879.

⁵⁸⁰ Cf. GRIJÓ, 2017. Parte I, capítulo 5.

⁵⁸¹ ANAIS da Câmara, 05 de julho de 1837.

A classificação dos cargos públicos, que passa pela delimitação das práticas, estava em pauta nos meses finais de atuação de Ibiapina como deputado. A proposta acima estava ligada a discussão de um projeto de lei que previa a livre participação dos ministros do império nas sessões parlamentares, uma pauta que apontava para as tensões existentes entre o regente (Feijó renunciou em setembro de 1837) e os deputados, uma vez que os ministros poderiam ser os controladores e indicados pelo regente, para atuar num espaço, a priori, independentemente dos poderes do regente ou do imperador. Esse projeto era resultante das pressões daqueles que estavam fora dos gabinetes e contrários aos ministros.

No projeto, a emenda apresentada por Ibiapina se encaixou tão somente no contexto de fortalecimento da oposição conservadora, mas especificamente, ligada ao rompimento entre os Alencar e os Ibiapina, assim como o arrefecimento das relações políticas deste último com o Ceará. Somente com as Casas de Caridade é que Ibiapina retornou a província e criou novas alianças, como a do regente (provedor financeiro) da casa de Barbalha (CE), Pedro Lobo de Menezes⁵⁸². Visto por esse ângulo, a proposta do deputado não era meramente um reflexo transparente dos *regressistas*, que acreditavam que os cargos públicos deveriam ser rigorosamente controlados para garantir as reeleições ou perseguir os opositores, mas era também uma releitura com interesses pessoais e quem sabe revanchistas contra a família Alencar e seus agregados.

4.2.2 Será o fim da carreira política?

Com a derrota nas eleições da Câmara dos Deputados em 1838⁵⁸³, Ibiapina afastou-se das práticas parlamentares, mas não abandonou o universo burocrático, dedicando-se por dez anos, a advocacia na cidade do Recife (PE). Sobre esse período, é importante frisar que Ibiapina não optou pela advocacia, mas foi obrigado a escolher porque tentou a reeleição e não conseguiu atingir os votos necessários. Tal constatação desconstrói a versão dos

⁵⁸² Pedro Lobo de Menezes (1818-1905) nasceu no Crato, se tornou órfão de pai e mãe e não tinha posses. Por isso, exerceu atividades de alfaiate, negociante de tecidos e agricultor no cariri cearense. O envolvimento com a obra de Ibiapina o fez projetar provincialmente. Para conferir a troca de correspondências entre eles, Cf. VERAS, 2009, p. 143-146.

⁵⁸³ Os deputados cearenses eleitos para quarta legislatura (1838-1841) foram: André Barros de Oliveira (584 votos), Manoel do Nascimento Castro e Silva (577 votos), João Capistrano Bandeira de Melo (564 votos), Joaquim Inácio da Costa Miranda (563 votos), Vicente Ferreira de Castro e Silva (564 votos), Carlos Augusto Peixoto de Alencar (549 votos), José Ferreira de Lima Sucupira (549 votos) e José Mariano de Albuquerque Cavalcanti (499 votos) (JORNAL DO COMÉRCIO, 07/03/1837). Outros deputados foram candidatos, mas não se elegeram como Ibiapina (149 votos), Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (184 votos) e Pe. Antônio Pinto de Mendonça (155 votos). Sobre esses três últimos, é importante ressaltar que eles estavam na oposição dos *moderados* na terceira legislatura, especialmente depois das reformas descentralizadoras. A tabela com a votação completa está na sessão “Anexos”.

biógrafos-padres da predestinação ao sacerdócio, em que cada nova etapa da vida, incluindo as atividades que praticou antes disso, são colocadas como antessalas para a realização religiosa. Outra questão que se difere das versões biográficas é a passagem das atividades parlamentares para o início da advocacia, motivada como o fim das participações políticas, as quais interrogamos no título desse tópico: será o fim da carreira política?

No sentido parlamentar, Ibiapina realmente encerrou o exercício dessas funções em 1838, mas continuou convivendo com os políticos que se relacionou na Câmara, especialmente, os pernambucanos, uma vez que foi morar no Recife, advogou para muitos parlamentares e recebeu convite para ser presidente desta província. Mas no sentido amplo, Ibiapina não deixou de agir nas instituições imperiais e, mesmo quando se tornou padre, permaneceu construindo alianças políticas e agindo de acordo com os interesses da ordem vigente.

No período em que viveu no Recife, ele morou com suas irmãs, Maria José e Ana, que foram internas do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, e uma escravizada de nome Lulu⁵⁸⁴. Sobre a presença desta última, é importante destacar que Mariz (1980) e Sadoc (1995), se esforçaram por silenciar qual era a relação de Ibiapina com a escravidão, especialmente, nas Casas de Caridade. Enquanto outros escritores, como os que estão ligados à Teologia da Libertação, insistiram no “pensamento mestiço”⁵⁸⁵ da missão católica dele, devido ao caráter e o público-alvo das suas obras, entre os quais estavam os retirantes, os pobres e livres, os órfãos e as mulheres. O que podemos afirmar é que não se estudou a fundo sobre a relação entre Ibiapina e a escravidão, mas independentemente, do lugar de atuação de Ibiapina, seja na Câmara ou num escritório de advocacia, as leituras e representações de mundo que ele tinha, permaneceram conservadoras e, conseqüentemente, o sistema da escravidão foi algo sobre o qual se pronunciou reformar ou manter.

Identificamos também que os biógrafos acreditam que essa passagem da Câmara para a advocacia foi resultante de uma decepção com a política parlamentar, de modo que o silenciamento sobre os outros trabalhos que ele desempenhou, após isso, foram momentos solitários e preparatórios para o sacerdócio. Por esse motivo, a década de 1840-1850, é tomada como o período de gestão da vida religiosa, começando pelo local onde foi morar e quem eram os seus interlocutores nessa época.

⁵⁸⁴ Cf. MARIZ, 1980.

⁵⁸⁵ Ao defender um “pensamento mestiço” para Ibiapina, Eduardo Hoornaert se esforça para imprimir a noção que tem Serge Gruzinski, isto é, de que esse pensamento se expressa, sobretudo, na ação de sujeitos que agem nas brechas do sistema capitalista, em que as práticas não visam a revolução, mas uma reforma das instituições e dos preconceitos. Ver HOORNAERT, Eduardo. O pensamento mestiço do padre Ibiapina. *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 76, n. 302. Petrópolis, Abr./Jun., 2016. p. 481-494.

Quando segui para Pernambuco a tratar de meus estudos, levei cartas de recomendação ao Dr. Ibiapina e isto não lhe passava despercebido (sic), porque muitas vezes me interpelou neste sentido, renovando seus oferecimentos e me tecendo elogios, chamando-me moço de juízo, por saber tão bem regular minha vida e fazendo confronto com outros seus recomendados, que o atropelavam com tais pedidos. Mas, cumprindo o dever de recomendado e pelo modo porque era recebido, ia muitas vezes a seu escritório e ouvia-o sempre sobre qualquer passo que tinha a dar. Uma ocasião em que conversávamos, falando da simplicidade com que trajava disse-me, rindo, que seu luxo consistia nas ceroulas, porque sempre mandava fazer da bretanha mais fina que encontrava. De tudo isto resultou que o Dr. Ibiapina, pelo correr do tempo, depositasse em mim certa confiança e me tratasse, afinal, com a intimidade de amigo⁵⁸⁶.

Américo de Freitas Guimarães⁵⁸⁷, autor dessas palavras, era cearense e tornou-se um agregado de Ibiapina. Nesse período, ele morava numa casa alugada, no bairro de São José, no Recife, e como descrevem os biógrafos, em condições de pouco luxo. Para completar, ele trabalhou no escritório de advocacia que pertenceu ao cônego, Bernardo Luís Ferreira Portugal, um sujeito que, devido a ocupação (de padre), tornou-se uma influência para Ibiapina, na concepção teleológica de biógrafos como Sadoc (1995), por exemplo. É de considerar que os escritores insistem nessa prévia (ambiente religioso e companhias religiosas), porque Ibiapina não passou pelos estudos e pela preparação sacerdotal, que era exigida aos rapazes seminaristas, seja porque tinha uma rede de relações nos Seminários e nos Conventos que o dispensou dessas exigências, seja porque possuía era mais velho do que o esperado para ser ordenado padre.

Os contatos de Ibiapina, como o padre Portugal, ajudou a manter a clientela do novo advogado que, segundo Araújo (1995), passou a ser menos por causas criminais e mais de causas eclesiásticas. Apesar disso, esqueceram de afirmar tanto Américo como os biógrafos, que a vida no Pernambuco (com ou sem os padres) já estava sendo construída antes de Ibiapina se tornar advogado, já que ele viveu no Curso Jurídico, instalado no Mosteiro de São Bento, morou no Convento dos Oratorianos e no Seminário de Olinda. Nesses espaços, construiu relações prósperas, que lhe renderam convites para ser presidente da província, como também para professor no Seminário de Olinda (convite feito pelo bispo Dom Tomás

⁵⁸⁶ ARAÚJO, 1995, p. 100.

⁵⁸⁷ Formou-se na Academia de Direito de Olinda em 1853, sendo da última turma a estudar naquela vila, já que o curso foi transferido para o Recife no ano seguinte. Era cearense de Quixeramobim, foi chefe de polícia do Sergipe, desembargador no Ceará e vice-presidente da província. Nasceu em 1825 e morreu em 1896. Cf. BEVILAQUA, 1977, p. 71.

Noronha)⁵⁸⁸. Ambos foram recusados, mas confirmam o capital social e cultural que teve Ibiapina e continuou disputando mesmo depois de padre.

Esse também foi um período de estabilidade financeira, já que Ibiapina adquiriu títulos na Companhia de Águas do Beberibe⁵⁸⁹, tornou-se um padrinho para os estudantes cearenses e não deixou de atender clientes do Ceará, como foi com o capitão-mor, Joaquim José Barbosa, de Fortaleza (CE), indiciado pelo assassinato do vice-presidente do Ceará, João Facundo, como também o caso do padre Alexandre Francisco Verdeixa, um inimigo político de José Martiniano de Alencar, que foi acusado de crimes políticos. Sobre o cenário político cearense, podemos afirmar que este não estava tão movimentado, como o do Pernambuco, na mesma época.

Os grupos políticos dessa província eram dois: os liberais, que voltaram ao poder nas regências, e os conservadores que, em 1837, voltavam ao poder provincial como *regressistas*, eram eles, os irmãos Cavalcanti e o regente Pedro de Araújo Lima. Esse último, uma vez no poder, promoveu os irmãos Cavalcanti ao Senado e indicou Francisco do Rego Barros como presidente dessa província. Tais sujeitos eram do ciclo de relações de Ibiapina e, embora estivessem alinhados aos *saquaremas*, não tinha relações de passividade política com eles e nem com as oligarquias locais⁵⁹⁰.

O presidente Rego Barros, por sua vez, manteve relações conciliatórias na província, mas não foi suficiente para evitar os conflitos internos. Por isso, em 1842, essa política conciliatória foi encerrada, fazendo com que as insatisfações com esse governo, passassem a ser canalizadas pelos deputados Nunes Machado⁵⁹¹ e Urbano Sabino de Melo⁵⁹², bem como outros sujeitos que participaram da fundação do Partido Praieiro⁵⁹³. Esse evento que contou com a participação de vários bacharéis em Direito, seja como participantes ou como repressores, foi retirado da trajetória de Ibiapina por Nogueira (1888), assim como outros acontecimentos para manter sua imagem pública incólume às pautas políticas desse período. Porém, ainda que Ibiapina não fosse um liberal nas interpretações de mundo, ele não deixou de legitimar as instâncias oficiais que estavam relacionadas às transformações institucionais

⁵⁸⁸ Cf. ARAÚJO, 1995.

⁵⁸⁹ Foram ações adquiridas para as irmãs Ana e Maria José, segundo Araújo (1995).

⁵⁹⁰ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de.; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. *Almanack Braziliense*, n. 8. novembro, 2008. p. 5-38.

⁵⁹¹ Foi colega de turma de Ibiapina no Curso Jurídico, formando-se em 1832 e falecendo durante as repressões contra a Revolta Praieira, em 1848.

⁵⁹² Pernambucano, formado no Curso Jurídico em 1834, escreveu um dos primeiros livros sobre a revolta praieira, intitulado “Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco” (1849), impresso na Tipografia do Correio Mercantil. Resposta a esse livro foi feito por Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, principal repressor da revolta, intitulado “Crônica da Rebelião Praieira” (1850), impresso na Tipografia do Brasil.

⁵⁹³ Cf. CARVALHO; CÂMARA, *op. cit.*

que, após a independência, voltava-se para fortalecer os direitos de propriedade e de liberdade. No entanto, o amigo Américo de Freitas que enunciou qual era a imagem pública de Ibiapina nesse período, não deixou de insistir na fase preparatória (leia-se desinteressada) para o sacerdócio:

(...) o Dr. Ibiapina, era com justiça considerado um dos primeiros advogados da capital de Pernambuco, onde gozava de um conceito e nomeada acima de toda expressão, já pelos seus princípios austeros e virtudes cívicas, já pela sua variada ilustrada e desinteresse. Mas, afinal, desgostoso por certas contrariedades, que sofreu e mesmo pela doença de asma, que muito e muito o perseguia ao ponto de passar noites inteiras sem dormir e recostas em sua cadeira, deixou a vida da advocacia, digo mesmo, abandonou a sociedade e recolheu-se a um sítio que possuía para as bandas de Caxangá, junto à povoação de Várzea⁵⁹⁴.

É importante considerar que esse amigo foi o principal articulador da ordenação religiosa de Ibiapina, já que possuía relações no Seminário de Olinda, por ser lente substituto de francês e por possuir boas relações com o bispo pernambucano da época, Dom João da Purificação Marques Perdigão⁵⁹⁵. Essa ligação entre um e outro facilitou o convite para o sacerdócio, que por sinal, foi mais uma das atividades que Ibiapina desempenhou no império. Assim, Ibiapina foi considerado um sujeito histórico sem agência, até mesmo quando resolveu vestir a batina e assumir outras participações políticas no império.

Apesar disso, não acreditamos que a convivência com padres e/ou religiosos no Recife, foi o salto para a vida eclesiástica, ao contrário, esse acontecimento foi a continuidade das participações institucionais de Ibiapina no império, dentre as quais, a igreja católica talvez seja a mais importante da época. Numa trajetória de intervenções políticas como a dele, não é de se estranhar as variadas frentes de atuação em que esteve envolvido – educação, justiça, parlamento, polícia e igreja – as quais não foram simultâneas, mas devem ser interpretadas como um *continuum* de expressões e práticas conservadoras que ele teve sobre o mundo, de forma que ele foi um autêntico reformador, preocupado, sobretudo, em manter a ordem vigente.

⁵⁹⁴ ARAÚJO, op. cit., p. 101.

⁵⁹⁵ Era português, da ordem católica de Santo Agostinho. Seu bispado foi o mais longo da Diocese de Olinda, cuja duração foi de 1833 a 1864. Investiu em trabalhos missionários, os quais não se restringiam ao ambiente institucional das paróquias e dioceses, haja vista os problemas sociais e econômicos do Norte imperial e a necessidade de assistência material e “espiritual” dos habitantes.

5 CONCLUSÃO

Esta investigação foi mais uma tentativa de responder as versões apressadamente construídas sobre os nordestinos que atuaram política e religiosamente na região no século XIX e XX. Na trajetória aqui estudada, a de Ibiapina, as interpretações escritas (dentro e fora dos círculos da Igreja Católica), foram construídas sob o discurso da benevolência, uma vida isenta de interesses pessoais e concretos. Nessas interpretações, esse homem foi construído isoladamente como um padre predestinado, vítima da orfandade, da miséria e dos políticos da época.

Como uma intriga com essas interpretações, nosso estudo não nasceu como uma tese, mas ainda na Iniciação Científica⁵⁹⁶, quando nos deparamos com a inexistência de investigações sobre as práticas seculares que Ibiapina ocupou, antes de se tornar padre. Nessa tese, aprofundamos exatamente o que outros autores negligenciaram, os estudos superiores em Direito, as atividades legislativas, as jurídicas e do magistério, que nada mais são do que as práticas institucionalizadas do saber e do poder desse sujeito. Como uma continuidade dessas atividades, investigamos também a prática parlamentar, evidenciando as leituras e as interpretações, sem desconsiderar a apropriação que ele fez, ou seja, o consumo não-passivo das referências culturais da sua época.

Além disso, nos distanciamos dos temas que, de uma maneira ou de outra, potencializavam a imagem “santa” de Ibiapina, priorizando outros objetos que não os religiosos na sua trajetória: as Casas de Caridade, as irmãs, as orações, o cotidiano e a hierarquia nas Casas e todo o universo cultural construído pelos primeiros biógrafos⁵⁹⁷. Apesar disso, ambas produções (biográficas e acadêmicas), foram importantes para a construção da nossa tese, já que nos despertou para carência de estudos sobre Ibiapina, antes do sacerdócio.

A motivação para estudar uma trajetória religiosa desvinculando-a desse lugar social e discursivo, não foi tarefa fácil, mas aqui se tornou possível, porque insistimos nas mediações com esses autores, colocando outras perguntas sobre as fontes religiosas ou fazendo um retorno à infância e à juventude, fases que foram evidenciadas por meio dos estudos, das alianças políticas e profissionais, da família, dos amigos e outros não-religiosos.

⁵⁹⁶ O título do projeto era “Educação Feminina e Religião no Brasil Império: as instruções religiosas nas Casas de Caridade do Padre Ibiapina no século XIX”, edital nº 04/2015 PIBIC/CNPQ-UFCG – Universidade Federal de Campina Grande.

⁵⁹⁷ Nogueira (1888) e Mariz (1980).

Os biógrafos e os acadêmicos serviram para nos ajudar a rastrear as fontes que utilizamos e, quando exitosos nas pesquisas de arquivo, acessamos as mesmas fontes pessoais (de autoria do próprio Ibiapina) utilizadas por esses autores. Em outros momentos, esses textos nos ajudaram a descobrir outras fontes, como a participação de Ibiapina na Congregação de Lentes da Faculdade de Direito e na Câmara dos Deputados. Para tanto, essa tese não saiu do âmbito burocrático de participação política de Ibiapina, priorizando, contudo, as leituras de mundo que ele fez antes de se tornar padre.

Desse modo, partimos da hipótese de que as práticas e as representações de Ibiapina não se restringiram ao universo católico, reconhecendo que insistir nisso, é insistir num “modelo de vida” do qual ele não foi o único a ser construído, mas igualmente Antônio Conselheiro, Padre Cícero e vários outros sujeitos do Norte Imperial ou Nordeste. Essas interpretações foram tentativas preconceituosas de enquadrar essas pessoas e suas práticas como fanáticas⁵⁹⁸ e pré-políticas⁵⁹⁹, e não como como resistência política ou interesse economicamente orientado. Embora nós não tivéssemos como problemática a escrita sobre o padre Ibiapina, isto é, a escrita dos biógrafos e acadêmicos, achamos oportuno entender que tipo e lugar essa escrita ocupa na sociedade, e como ela se apoderou das fontes.

No modelo biográfico, a narrativa se fundamentou em fontes escritas e autorais do próprio Ibiapina, organizadas a partir de uma crescente cronológica, condicionando as escolhas do passado nos valores e hábitos do presente vivido, de modo que as motivações do biografado foram determinadas por quem escreveu. Já no modelo acadêmico, apesar das interpretações críticas sobre as trajetórias e as fontes autorais, elas não deixaram de ser construídas sob a perspectiva das instituições, colaborando para o discurso simplificado de que Ibiapina foi ora disciplinador, ora conciliador.

Ao longo da pesquisa, constatamos que as escritas existentes ainda não investigaram as representações populares de Ibiapina, como dos cordéis e dos repentes que, de maneira sumária, mencionamos no segundo capítulo, como produtos que circularam e circulam até hoje, em algumas cidades do brejo paraibano e no cariri cearense. É interessante ressaltar que essas versões orais (fiéis ou não-fiéis), construíram e constroem a imagem de Ibiapina, a partir das suas obras sociais, dando um caráter concreto a sua missão, exatamente o oposto daquilo que prevaleceu nas versões escritas (biografia, dissertações e teses) – os sentidos abstratos ou místicos. Consideramos ainda que existem leituras cristãs, como a dos biógrafos-padres da

⁵⁹⁸ FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gêneses e lutas*. Rio Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

⁵⁹⁹ HOBBSAWN, Eric. *Rebeldes primitivos*. Trad. Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Teologia da Libertação⁶⁰⁰, que privilegiaram as obras sociais, contudo, a partir do interesse de construir símbolos para o movimento contemporâneo das CEB's.

Para tanto, na tentativa de contextualizar e concretizar as obras de Ibiapina, estudamos os lugares e as funções não-seculares que ele ocupou, considerando que esses espaços não estivessem “livres” do vocabulário religioso ou do pensamento cristão, ao contrário disso, indicamos que o estudo das primeiras letras, realizado no cariri cearense, foi feito com padres que utilizavam leituras e autores cristãos. No Curso Jurídico de Olinda não foi diferente, já que nos deparamos novamente com um espaço físico (Mosteiro de São Bento) e cultural (livros e leituras dos oratorianos) de padres ou religiosos. Por fim, ao acompanharmos Ibiapina na Câmara dos Deputados, identificamos também que ele esteve com interlocutores que eram padres ou religiosos.

Ao fazermos essas perguntas, acreditamos que Ibiapina não tenha se aproximado do universo católico somente quando se tornou padre, em 1853, ou que a sua vida estava predestinada ao sacerdócio desde a infância, mas que esse era o ambiente intelectual e social da época que ele viveu. Outra consideração que chegamos, foi a de que as leituras de mundo de Ibiapina eram conservadoras, mas não necessariamente, ahistóricas, ao contrário disso, as participações que ele fez nos espaços institucionais, retratam posições politicamente orientadas, que visavam uma organização política do país ou a discussão de temas considerados importantes à época, como o ensino jurídico, a violência do Estado, entre outros.

Devemos considerar ainda que nenhuma leitura realizada por Ibiapina ou sobre ele, esteve imune aos interesses de quem a escreveu, inclusive, na nossa pesquisa, metodologicamente orientada pelos estudos da Nova História Cultural, empreendemos um rastreamento dos professores, dos textos, das disciplinas, das discussões e das relações culturais construídas por Ibiapina, mas sem condicioná-las ao que ele se tornou. Nesse sentido, conhecer como foram as práticas culturais de leitura e escrita no oitocentos, contribuiu para considerar não só aquilo que Ibiapina teve contato, desnaturalizando o universo católico da época, mas considerando que esse espaço era de disputa e de interesses.

Apesar desse universo intelectual e cultural que não se limita ao ambiente escolar, esses espaços aparecem nas biografias ou nos estudos de trajetória⁶⁰¹ de Ibiapina, para legitimar as ideias mais avançadas ou revolucionárias, bem como as ideias mais conservadoras que ele teve. Os autores que lançaram mão do componente intelectual, não o

⁶⁰⁰ Consideramos os padres José Comblim e Eduardo Hoornaert.

⁶⁰¹ Estamos entendendo os “estudiosos de trajetória” aqueles que estão ao ambiente acadêmico de pesquisa e ensino.

fizeram de maneira relacional, isto é, entendendo que a leitura-escrita de uma época, foi feita a partir de um suporte, de um lugar social e de uma percepção de mundo, que não estava dada a priori. Consideraram estaticamente autores e livros que Ibiapina fez leituras, mas não indicou quais eram as formas de ler, quais eram os suportes, em quais lugares se lia, etc.

Ao situarmos Ibiapina histórica e culturalmente, consideramos que o sacerdócio foi apenas um caminho institucional e burocrático viável para continuar agindo dentro da legalidade, da ordem e do poder. Portanto, nem predestinação, nem ruptura com as visões de mundo, pois acreditamos que ele não se tornou católico e nem conservador, ao vestir as batinas, ele já o era bem antes disso.

Basta pensarmos no contexto intelectual das primeiras letras em que os professores régios de Ibiapina foram padres. Apesar disso, também teve contato com a revolta de 1817 e a Confederação de 1824, ambas com caráter republicano. Dois projetos políticos e visões de mundo diferentes, mas que foram apropriadas por Ibiapina e fizeram surgir outras representações. Essa diversidade de ideias foi ampliada no Curso Jurídico, cujo espaço físico, era dos beneditinos, mas as leituras extrapolavam os limites do convento, seja na relação com os autores e livros, seja no compartilhamento com os colegas e professores, oriundos de várias províncias⁶⁰². Por isso, a prática acadêmica não se esgotou nas aulas e atividades formais do ensino, ampliaram-se para uma experiência entre realidades locais e internacionais, experiências vocabulares e comportamentais diferentes.

Esse ambiente fez Ibiapina criar interpretações próprias e originais, como a relação com o Direito e os autores estrangeiros, a exemplo do jurista Melo Freire, utilizado para construir argumentos criminais na defesa do agricultor, Felipe José da Silva, em Bananeiras, em 1838. Melo Freire circulou como leitura no curso de Coimbra, durante o século XVIII, portanto, em período e ambiente bastante diferente do Brasil, no século XIX. No entanto, o problema não foi a atualização ou não desse autor, mas as apropriações, as circunstâncias que viabilizaram o seu uso, como no caso do agricultor, defendido por Ibiapina.

Na Câmara dos Deputados ou como juiz de direito, as participações políticas de Ibiapina não estavam distantes das proposições hegemônicas, que eram burocráticas e passaram a ser revisitadas com a alcunha de *regressista*. O fato é que o vocabulário comum, o ambiente intelectual e as instituições formais estavam marcadas pela religião oficial da época, o catolicismo, determinado não só pelas práticas dos religiosos, mas da sociedade brasileira

⁶⁰² A primeira turma de formados em Direito em Olinda contou com 17 alunos de Pernambuco, 10 da Bahia, 2 de Alagoas, 2 do Ceará, 2 do Rio de Janeiro, 1 da Paraíba, 1 do Maranhão, 1 de Minas Gerais, 1 do Rio Grande do Sul, 1 do Piauí e 2 alunos estrangeiros (1 português e 1 angolano). Cf. BEVILAQUA, 1977, p. 32-33.

como um todo, até mesmo os que não eram adeptos. Contudo, é preciso considerar que nesse contexto, o catolicismo possuía uma capacidade elástica, adaptando-se aos movimentos intelectuais ou políticos, alcançando as instâncias sociais, supostamente menos visíveis, como é o caso das leituras, dos autores lidos, entre outros.

Por isso autores como Chartier (2002)⁶⁰³, Petrucci (1999)⁶⁰⁴, Darnton (2011)⁶⁰⁵ e Grafton (1999)⁶⁰⁶, que conduziram a nossa perspectiva teórico-metodológica nessa tese, ofereceram não só os instrumentos para análise das fontes, mas também a concepção de “mundo moderno”, onde o monopólio da violência pelo Estado, contribuiu para uma crescente importância das lutas por representação, que implicava o poder de grupos ou indivíduos de classificar e hierarquizar uma sociedade.

Por isso, na sociedade em que Ibiapina viveu, essas lutas ocorreram, sobretudo, nos espaços de poder que ele frequentou, como a Faculdade de Direito, o Seminário de Olinda, a Câmara dos Deputados. Nesses espaços, estavam concentrados os grupos privilegiados, e na instância final, sujeitos que determinaram a organização política do império. Isso não exclui espaços como as rodas de conversa, as bibliotecas, as cafeterias, as redações de jornais e outros como produtores de sentidos sociais, mas eles não determinavam, ao final, quais seriam os autores hegemônicos, os livros traduzidos, os temas estudados, enfim, a ideologia dominante. Finalmente, acreditamos que a trajetória educacional, jurídica e parlamentar de Ibiapina, para além das atividades religiosas, foram e são uma chave privilegiada, para interpretação da realidade brasileira e do Nordeste, especificamente, das instituições formais de poder do século XIX.

⁶⁰³ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

⁶⁰⁴ PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, G. & CHARTIER, R. *História da Leitura no Mundo Ocidental*. Vol. 2. São Paulo: Ática, 1999. p. 203-227.

⁶⁰⁵ DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 203-242.

⁶⁰⁶ GRAFTON, Anthony. O leitor humanista. In: CAVALLO; CHARTIER, op. cit., 1999. p. 5-46.

REFERÊNCIAS

FONTES

A CONFEDERAÇÃO do Equador no Ceará. **Manuscritos**. Vol. 2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará. Livros 01-B e 05-b, 1823-1876.

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados: Primeiro ano da terceira legislatura. Sessão de 1834. **Discurso do Deputado José Antônio de Pereira Ibiapina**. Coligido por Jorge João Dodsworth. Rio de Janeiro: Tipografia de Viuva Pinto e Filho, 1887.

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados: Segundo ano da terceira legislatura. Sessão de 1835. **Discurso do Deputado José Antônio de Pereira Ibiapina**. Coligido por Jorge João Dodsworth. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto e Filho, 1887.

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados: Terceiro ano da terceira legislatura. Sessão de 1836. **Discurso do Deputado José Antônio de Pereira Ibiapina**. Coligido por Jorge João Dodsworth. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto e Filho, 1887.

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Senhores Deputados: Quarto ano da terceira legislatura. Sessão de 1837. **Discurso do Deputado José Antônio de Pereira Ibiapina**. Coligido por Jorge João Dodsworth. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Pinto e Filho, 1887.

ATAS da Congregação de Lentes do Curso Jurídico de Olinda, 1833.

BRASIL. Lei de 11 de Agosto de 1827. **Cria dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm Acesso em 15 out. 2020.

CARVALHO, Adélia. Mapa das missões do padre Ibiapina. In: HOORNAERT, Eduardo (Org). **Crônica das Casas de Caridade fundadas pelo padre Ibiapina**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

CARTAS do deputado José Antônio de Pereira Ibiapina ao presidente José Martiniano de Alencar. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**, 1888.

CARTAS do ministro Manoel do Nascimento Castro e Silva ao presidente José Martiniano de Alencar. **Revista do Instituto do Ceará**, 1908.

COUTINHO, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo. **Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da cidade de Olinda de Pernambuco**. 132f. Lisboa, 1798.

DOCUMENTOS da Revolução de 1817 do arquivo do Barão de Studart. In: **Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza**, 1917.

LIVRO de Batismos de Sobral, 1804-1808, fl. 12.

LIVRO de Casamentos de Sobral, 1803-1811, fl. 11.

LIVRO de Correspondências da corte, nº 11, p. 166, de 03 de outubro de 1798.

LIVRO de Matrículas dos porcionistas do Seminário de Olinda, ano 1823, fl. 2v.

PADRE Ibiapina. **Estatuto para as Casas de Caridade pelo padre Ibiapina para conseguir-se o fim da instituição**. 6f. Santa Fé/Paraíba, 1860.

PADRE Ibiapina. O padre Ibiapina solitário falando só consigo. In: HOORNAERT, Eduardo (Org). **Crônica das Casas de Caridade fundadas pelo padre Ibiapina**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006. pp. 217-218.

PADRE Ibiapina. Reflexão feita por ele. In: HOORNAERT, Eduardo (Org). **Crônica das Casas de Caridade fundadas pelo padre Ibiapina**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006. pp. 181-182.

REGISTRO de Batismo de José Antônio Pereira. **Livro de Batismos de Sobral**, 1804-1808, fl. 12.

REGISTRO de Casamento de Francisco Miguel Pereira e Tereza Maria de Jesus. **Livro de Casamentos de Sobral** 1803-1811, fl. 11.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Júlio. O Padre Domingos da Mota Teixeira e a Vigaria do Icó. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 144-148, 1954.

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALBUQUERQUE, Pedro Autran da Matta. **Elementos de Direito Natural Privado**. Recife: Livraria e Papelaria Parisiense, 1883.

ALMEIDA, Ednaldo Fernandes de. **Padre Ibiapina e as casas de caridade: contribuições educação no Nordeste do século XIX**. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação) – Universidade Estadual da Paraíba, 2014.

ALMEIDA, Felipe Pessanha de. **Eusébio de Queirós e a chefia de polícia da corte: Um laboratório saquarema (1830-1840)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. **Pelas tramas da política: A constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês e o plano de estudos do seminário de Olinda (1800-1836)**. 201f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1991.

ALVES, Guarino. Claras figuras do passado. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, vol. 100, p. 44-80, jan./dez. 1980.

ALVES, Joaquim. O vale do Cariri. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, p. 94-133, 1945.

ANDRADE, Manoel Correia. As sedições de 1831 em Pernambuco. In: **Revista de História da USP**. São Paulo, nº 28, 1956. pp. 337-407.

ANDRADE, Valmir & ANDRADE, Orlando. **Os Andrades: De Goiana-PE a Maranguape-CE**. 2ª ed. Clube de Autores, 2019.

ARAÚJO, Antônio Gomes de. Os Arnaud no Cariri. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1953. P. 68-80.

ARARIPE, Tristão Alencar. Notícia sobre a Maioridade. In: **O golpe parlamentar da maioria**. Brasília: Senado Federal, 1978.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Padre Ibiapina: Peregrino da Caridade**. Fortaleza: Gráfica Tribuna do Ceará, 1995.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. Padre Ibiapina e o Seminário de Olinda. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 267-280, 1992.

ARAÚJO, Reginaldo Alves. **A parte no partido: Relações de poder e política na formação do estado nacional brasileiro, na província do Ceará (1821-1841)** 445f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

ARIÈS, Philippe. As atitudes diante da morte. In: ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente: Da Idade Média aos nossos dias**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 29-98.

AQUINO, Maurício de. O conceito de romanização do catolicismo brasileira e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, out./dez. 2013.

AQUINO, Viviane de Fátima. **Em busca da ‘paraibanidade’**: Celso Mariz e a construção da identidade sertaneja em *Através do Sertão*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

AQUINO, Viviane de Fátima. **A construção de um povo e de um lugar**: estratégia da criação da identidade sertaneja paraibana na obra *Através do Sertão* de Celso Mariz e sua diferença do projeto do IHGP. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

AZEVEDO, Aldo M. Lord Cochrane. Primeiro Almirante Brasileiro. *Revista de História*. São Paulo, v. 9, nº 19, p. 101-130, 1954.

AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono**: um projeto conservador. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BANDEIRA, Andréa. **As beatas de Ibiapina: do mito à narrativa histórica**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. **Dimensões e fronteiras do estado brasileiro no oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 37-62.

BASILE, Marcello. O Laboratório da Nação: A Era Regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo-Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2ª ed. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo: Travessias do Padre Ibiapina nas Narrativas da Irmandade da Cruz, Barbalha-CE. **Anais do X Encontro de História Oral – Testemunhos: História e Política**. Recife: UFPE, 26 a 30 de abril de 2010.

BEZERRA, Osicleide de Lima. **Trabalho, pobreza e caridade: as ações do Padre Ibiapina nos sertões do Nordeste**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 183-191.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla (Org.). 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 44, p. 282-299, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BRASIL, João Pompeu de Souza. Sobral: Tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizada sobre a região. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. 3, nº 2, p. 105-121, 1972.

BRÍGIDO, João. Povoamento do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 241-248, 1900.

BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. **A rebelião de Joaquim Pinto Madeira: Fatores políticos e sociais**. 91f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1979.

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos Históricos**, vol. 19, 1996, p. 83-97.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. **O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança no Brasil no século XIX**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

CAMPOS, Adriana Pereira. Magistratura leiga no Brasil independente: a participação política municipal. In: CARVALHO, José Murilo et al. (Orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 257-271.

CAMPOS, Adriana Pereira, VELLASCO, Ivan. Juízes de paz, mobilização e interiorização da política. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 377-408.

CARVALHO, Cláudio Sousa de. **Padre Ibiapina: A construção de um santo**. 132f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB, 2007.

CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira de. **Ibiapina e Santa Fé nos desafios do tempo: um manuscrito do século XIX em confronto com outros textos**. João Pessoa: Ideia, 2015.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. O padre Ibiapina, um homem que viveu e morreu pelo seu povo. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 43, fasc. 169, março de 1983.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **A liderança do clero nas revoluções republicanas 1817-1824**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura**. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. *Dados*, vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de.; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. **Almanack Braziliense**, n. 8. Novembro, 2008. p. 5-38.

CASTELO, Plácido Aderaldo. História da Instrução e da Educação do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 52-70, 1943.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer**. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A operação histórica*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-48.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. 2ª ed. Trad. Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1998.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul. dez./2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 11, n. 5, p. 172-191, 1991.

COMBLIN, José (Org.). **Instruções espirituais do Padre Ibiapina**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

COMBLIN, José. **Padre Cícero de Juazeiro**. São Paulo: Paulus, 1991.

COMBLIN, José. **Padre Ibiapina**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2011.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Geografia cultural**: uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. pp. 219-237.

COSTA, João Paulo Peixoto. A disciplina nos sertões: Manuel Ignácio de Sampaio e um projeto de civilização no Ceará (1812-1820). **Revista História**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, 2011.

COSTA, João Paulo Peixoto. **Disciplina e invenção**: civilização e cotidiano indígena no Ceará (1812-1820). 284f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

COSTA, João Paulo Peixoto. Mata que é corcunda! Os índios do Ceará na Guerra de Independência do Piauí. **Habitus**, Goiânia, v. 14, nº 2, p. 243-262, jul./dez. 2016.

COUTO E SILVA, Almiro do. Romanismo e Germanismo no Código Civil Brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**. Vol. 13, 1997. p. 7-27.

CUNHA, John E. de B. L. et. al. Dinâmica da cobertura vegetal para Bacia de São João do Rio do Peixe, PB, utilizando-se sensoriamento remoto. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, vol. 16, nº 5, p. 539-548, 2012.

CLIO, **Revista de Pesquisa Histórica da Universidade Federal** de nº 16. Recife, UFPE, 1996. 187 p.

DAECTO, Marisa Midori. **O império dos livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: Edusp, 2011.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 203-242.

DESROCHERS, Georgette e HOORNAERT, Eduardo (Orgs.). **Padre Ibiapina e a igreja dos pobres**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. Representação política no Império. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

DUARTE, Paulino. Padre Ibiapina: traços biográficos encontrados no arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé/Arara. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, 1913.

DUARTE, Paulino. O Padre Ibiapina, notas sobre sua vida extraídas do arquivo da Casa de Caridade de Santa Fé. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, 1915.

DUVERGER, Maurice. **Introdução à política**. Lisboa: Estúdios Cor, 1974.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. A atuação do professor Borges da Fonseca no jornal Abelha Pernambucana (1829-1830): intelectuais e impressos. In: **Anais do XVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, 2015.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gêneses e lutas**. Rio Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Trad. Dorothee de Bruchard. São Paulo: Três estrelas, 2012.

FELIX, Keile Socorro Leite. **“Espíritos inflamados”**: A construção do Estado Nacional Brasileiro e os Projetos Políticos no Ceará (1817-1840). 229f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FÉRRER, Francisco Adegildo. Pombal e os oratorianos. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1998. pp. 231-242.

FERREIRA JÚNIOR, Francisco. **O rei dos falsários: a trajetória de um moedeiro falso no Brasil Imperial (1830-1861)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Manoel Barros da Motta (organizador). Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. pp. 264-298.

FREITAS, Décio. **A miserável revolução das classes infames**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Olinda 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O império do Belo Monte: Vida e morte de Canudos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (Orgs.). **A Micro-História e outros ensaios**. Trad. António Narino. Lisboa: Bertrand Brasil, 1989.

GIRÃO, Raimundo. Tentativa de interpretação do Cariri. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, p. 34-41, 1953.

GONZALBO, Fernando Escalante. **Ciudadanos imaginarios**. México: El Colegio de México, 1993.

GRAFTON, Anthony. O leitor humanista. In: CAVALLO, G. & CHARTIER, R. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. Vol. 2. São Paulo: Ática, 1999. p. 5-46.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 103-120.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 85-102.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Os nomes do poder: A Faculdade de Direito de Porto Alegre, o Ensino Jurídico e Política no Brasil (1900-1937)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. Trad. Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HARTOG, François. **O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”**. Anos 90, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, julho 1997.

HERMANN, Jaqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 121-160.

HOBSBAWN, Eric. **Rebeldes primitivos**. Trad. Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico, tomo II: o processo de emancipação**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOORNAERT, Eduardo. **Crônicas das Casas de Caridade fundadas pelo Padre Ibiapina**. São Paulo: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

HOORNAERT, Eduardo. Ibiapina e os desclassificados. In: DESROCHERS, Georgette e HOORNAERT, Eduardo (Orgs.). **Padre Ibiapina e a igreja dos pobres**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. P. 69-84.

HOORNAERT, Eduardo. O pensamento mestiço do padre Ibiapina. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 76, n. 302. Petrópolis, Abr./Jun., 2016. p. 481-494.

KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**. Trad. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, nº 64, 2007. pp. 164-167.

LARA, Tiago Adão. **Tradicionalismo católico em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. A economia pastoril e as vilas coloniais no Ceará. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. 12/13, n. 1/2, p. 75-106, 1981/1982.

LEOPOLDO E SILVA, Dom Duarte. **O clero e a independência**. São Paulo: Edições Paulinas, 1972.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2ª ed. Editora FGV, 2003.

LIMA, Danielle Ventura Bandeira de. **A caridade segundo Ibiapina: História e Imaginário na Casa de Santa Fé**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, 2009.

LIMA, Danielle Ventura Bandeira de. **Devoção e Santidade nas Casas de Caridade: a idealização mariana do Padre Ibiapina**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

LYNCH, Christian. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e o conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, n. 10. Guarulhos, agosto de 2015. p. 314-334.

MAIA, Lígio José de Oliveira. **Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: Vassalagem e identidade no Ceará Colonial – século XVIII**. 409f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MACEDO, Ubiratan Borges de. **A liberdade no império: o pensamento sobre a liberdade no império brasileiro**. São Paulo: Editora Convívio, 1977.

MADEIRA, Maria das Graças de Lioila. **Entre orações, letras e agulhas: a pedagogia feminina nas Casas de Caridade do padre Ibiapina – sertão cearense (1855-1883)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2003.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-221.

MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaya**. Goiás: Tipografia provincial, 1863.

MARIZ, Celso. **Ibiapina, um apóstolo do Nordeste**. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

MARTINS, Vicente. Notas biográficas do Clero Sobralense (Partes 1 e 2). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1920;1945.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: A formação do estado imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEDEIROS, Maria do Céu. O ensino dos oratorianos: um ensino empenhado. In: MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e Dominação no Brasil escravista: o caso dos oratorianos no Pernambuco 1659-1830**. João Pessoa: Idea, 1993. pp. 151-167.

MELLO, Evaldo Cabral de. A briga dos Néris. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, nº 20, p. 153-181, 1994.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco 1666-1715**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: O federalismo pernambucano de 1817 e 1824**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira de. **Crônica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849**. Rio de Janeiro: Tipografia do Brasil, 1830.

MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. **Apreciação da revolta praieira em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1849.

MORAIS, Cleidiane da Silva. **De antídoto da desordem a obstáculo do progresso: ensino moral e religioso na Instrução Pública Primária do Ceará Imperial (1874-1890)**. 219f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MOREL, Marco. Vestimentas patrióticas, identidade nacional e radicalismo político no Brasil em torno de 1831. In: CARVALHO, José Murilo et al. (Orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 155-171.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideia de revolução no Brasil (1789-1801)**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O Liberalismo Radical de Frei Caneca**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

NASCIMENTO, Diógenes Faustino do. **O imaginário da libertação pela caridade: Ibiapina e as missões em Santa Fé na Paraíba.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, 2017.

NASCIMENTO, Maria Célia Marinho do. **Filhas e irmãs do padre Ibiapina: Educação e devoção na Paraíba (1860-1883).** 2009. 167f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

NASCIMENTO, Michel Galdino. **Memórias entrelaçadas em um patrimônio: a Santa Fé de Padre Ibiapina.** Monografia (Especialização em História Local) – Universidade Estadual da Paraíba, 2020.

NEEDEL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense**, nº 10, São Paulo, 2009. p. 5-22.

NEDER, Gizlene & CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Os filhos da lei. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, nº 45. São Paulo, fevereiro/2001. pp. 113-125.

NEVES, Gilvan Gomes das. **“O passado é a morte das coisas” – Padre Ibiapina: Ante o esquecimento, a memória em construção.** Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Pernambuco, 2019.

NEVES, Guilherme Pereira das. A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: idéias ilustradas ou conflitos tradicionais? **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 2, t. XXXIII, p. 439-481, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das.; NEVES, Guilherme Pereira das. Independência e liberdade antes do liberalismo no Brasil (1808-1831). In: CARVALHO, José Murilo de et. al. (orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 99-114.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e prática (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013. p. 73-100.

NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. **O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho.** Recife: FUNDARPE, 1985.

NOGUEIRA, Paulino. O padre Ibiapina. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 157-220, 1888.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. Ceará Colonial – Primórdios de um projeto formativo civilizador. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 1, nº 45, p. 52-61, 2003.

OLIVEIRA, Alberto Rodrigues de. **Da fé à promoção social: a atividade missionária do padre Ibiapina.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco, 2007.

OLIVEIRA, Anastácio Ferreira de. **Igreja dos pobres e imagens de Deus à luz da teologia do povo de Deus em José Comblin: convite à práxis cristã emergentes da Missão Ibiapina**

no semiárido nordestino. Dissertação (mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, 2013.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira. **Zacarias de Góis e Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 2002.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **O catolicismo plural: a Congregação da Missão e a construção do ultramontanismo oitocentista**. Curitiba: Ed. Prismas, 2019.

OLIVEIRA, Noemia Dayana. Conciliar para consolidar: As disputas do partido Liberal Moderado cearense no parlamento brasileiro (1836). **Temporalidades**, Revista de História, ed. 28, v. 11, n. 1, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, Noemia Dayana. **O parlamentar do silêncio: atuação política do deputado Ibiapina na Assembleia Legislativa Brasileira (1834-1837)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, 2019.

OLIVEIRA, Noemia Dayana. “Para se curar da ação do tempo é necessário voltar atrás”: As memórias existenciais do Padre Ibiapina. **Bilros**, Fortaleza, v. 7, n. 14, p. 131-145, jan.-abr., 2019.

OLIVEIRA, Noemia Dayana. **Um intelectual à deriva: O padre Ibiapina e as articulações intelectuais no Nordeste oitocentista**. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2017. 66f.

OLIVEIRA, Pedro Aragão Ribeiro de. Religião e dominação de classe: O caso da “romanização”. In: **Revista Religião e Sociedade**, nº 6. Copacabana/RJ: Novembro de 1980.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: movimento dos sentidos**. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2015.

PAIM, Antônio. Uma visão renovada do tradicionalismo. **Convivium**, nº 02, 1985. pp. 141-153.

PAULO FILHO, Pedro. **O bacharelismo brasileiro (da colônia a república)**. Campinas: Bookseller, 1997.

PEREIRA, Ana Paula Lopes. O relato hagiográfico como fonte histórica. *Revista do Mestrado de História*, **Vassouras**, v. 10, p. 191-204, 2008.

PEREIRA, Nilo. **A Faculdade de Direito do Recife**. 1º Volume Ensaio Biográfico (1927-1977). Recife: Editora Universitária UFPE, 1977.

PETRUCCI, Armando. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, G. & CHARTIER, R. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. Vol. 2. São Paulo: Ática, 1999. p. 203-227.

PINA, Ana Maria. Liberdade: Vicissitudes de um conceito no Portugal liberal (1820-1910). In: CARVALHO, José Murilo de et. al. (Orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 70-80.

PINTO, José Marcelo. Eleição de senador na vaga do padre Domingos da Mota Teixeira. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 156-160, 1958.

PINTO, Sousa. Instrução Pública Primária do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 63-110, 1939.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, agricultores, artesões: Origens do trabalho livre no Ceará colonial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20/21, n° 1/2, p. 1-29, 1989/1990.

RAMENZONI, Gabriela Lima. **A construção de uma cultura jurídica**: análise sobre o cotidiano do bacharel na Academia do Largo de São Francisco entre 1857-1870. Dissertação – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Identidade ou Causa Nacional? Uma discussão a partir dos sequestros tratado e comissão mista Brasil-Portugal (1822-1828). In: CARVALHO, José Murilo de (et al) (Orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 186-198.

RIBEIRO, Josiane Maria de Castro. **Entre a penitência do corpo e o corpo em festa**: uma análise das missões do Padre Ibiapina no Ceará (1860-1883). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ceará, 2003.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. **Assombrações de um padre-regente**: Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 1998.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, n° 22, 2006.

RODRIGUES, Lígia Santos da Silva. **Memória da faculdade de direito do Recife**: formação do acervo bibliográfico (1828-1835). Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. 391f.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*: um desafio histórico-cultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RODRIGUES, José Honório. **O parlamento e a evolução nacional. Introdução histórica (1826-1840)**. Brasília: Senado Federal, 1972.

ROIZ, Diogo da Silva. A coleção Perfis Brasileiros: um estudo da biografia no mercado editorial brasileiro. **História Social**, n. 21, 2º semestre de 2011, p. 121-150.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e esquecimento**: seis ensaio da história das ideias. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva. Hugo Grotius: direito natural e dignidade. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, nº 15, 2009. pp. 181-191.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. *Max Weber: Entre a paixão e a razão*. 3ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O paradigma tridentino e a Igreja Católica no Brasil oitocentista: modernidade e secularização. **Revista Reflexão**, vol. 42, n. 2. Campinas: julho-dezembro, 2017.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). **Itinerantes. Revista de História y Religión**, n. 5. Tucumán, Argentina, 2015.

SANTOS, André Maranhão. A atividade tipográfica e a construção da biblioteca pública no século XIX. **Cadernos de Olinda**, v. 3, pp. 42-47, 2006.

SANTOS JÚNIOR, Ivan Soares dos. **Entre a harmonização e a federação: sociedades públicas em Pernambuco (1831-1834)**. 207f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.

SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. São Paulo: Hucitec, 2009.

SCHEINER, Livia Mauricio. Redes de Poder e Elites Locais: O Espírito Santo nos quadros do império luso-brasileiro. 16f. **Anais do XXIX Simpósio de História Nacional**, Brasília, 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 2, n. 3. Jan./Jun. 2003, p. 57-72.

SILVA, Mozart Linhares da. **O império dos bacharéis: o pensamento jurídico e a organização do Estado-Nação no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

STUDART, Barão de. Ouvidoria e Ouvidores do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 60-73, 1922.

STUDART, Barão de. A Confederação do Equador no Ceará – Parte cronológica. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1924.

TAVARES, Francisco Muniz. **História da Revolução de Pernambuco em 1817**. 5ª ed. Recife: Editora CEPE, 2017.

TÁVORA, Manoel Nascimento Fernandes. Personalidade moral e cívica do padre Ibiapina. In: **Revista do Instituto do Ceará**, 1952. p. 241-251.

THÉBERGE, Pedro. Esbôço histórico sobre a província do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, p. 104-118, 1970.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Juízes de paz, mobilização e interiorização da política: algumas hipóteses de investigação das formas de justiça local e participação política no Império (1827-1842). In: CARVALHO, José Murilo et al. (Orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 286-300.

VEIGA, Gláucio. A Biblioteca dos Oratorianos. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambuco**. Vol. I. Recife, 1978. pp. 51-66.

VEIGA, Gláucio. Capítulo XIII Síntese do Período de Olinda. In: VEIGA, Gláucio. **História das ideias da Faculdade de Direito do Recife**. Vol. IV. Recife: Editora da UFPE, 1984. pp. 299-362.

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VERAS, Elias Ferreira. **O “Echo das Maravilhas”**: O jornal A Voz da Religião no Cariri e as missões do padre Ibiapina no Ceará (1860-1970). 146f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Tinta sobre papel**: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

VIANNA, Hélio. **Contribuição à História da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VICTOR, Plínio Araújo. **Ibiapina e os Donos da Memória**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ANEXO A

Preciso (Manifesto da Revolução Pernambucana, 1817)

“Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos 6 do corrente mês de Março, em que o generoso esforço de nossos bravos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o mostrou infernal da tirania real.

Depois de tanto abusar de nossa paciência por um sistema de administração combinado acinte para sustentar as vaidades de uma Corte insolente sobre toda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos, restava caluniar agora a nossa honra com o negro labéu de traidores aos nossos mesmos amigos, parentes e compatriotas naturais de Portugal; e era esta por ventura a derradeira peça que faltava de se pôr a máquina da política do insidioso governo extinto de Pernambuco.

Começou o pérfido por ilaquear a nossa singeleza, proclamando publicamente a 5 deste mês que era amigo sincero dos pernambucanos, que tinha repartido o seu coração com eles, escrevendo no segredo do seu gabinete listas de proscritos, que tinha de entregar nas mãos do algoz brasileiro de todas as classes, a mocidade de mais espíritos do país, os oficiais mais bravos das tropas pagas, em uma palavra: os filhos da Pátria de maior esperança e mais distinto merecimento pessoal.

Amanheceu enfim o dia 6, em que as enxovias haviam de ser atulhadas de tantos patriotas honrados e suas famílias alagadas de dor e de lágrimas: convoca o maldito um Conselho de Oficiais de Guerra, todos invejosos da nossa glória, e depois de ter assinado com eles a atroz condenação daquelas inocentes vítimas, despacha dali mesmo os que lhe pareceram mais capazes de lhe dar execução. Uns correm aos quarteis militares, outros as casas particulares; fervem prisões por toda a parte, e já as cadeias começam se abrir para ir engolindo um por um dos nossos bons compatriotas.

Aqui, porém, mostraram os nossos como tinham capacidades para saber conhecer, que a desobediência tem todo o preço do heroísmo em certos casos e é quando com ela se salva a causa da Pátria. Um bravo capitão deu o sinal do dever de todos, fazendo descer aos infernos o principal agente da injustíssima execução. Corre-se as armas e poucas horas daquele mesmo dia foram todo o tempo de começar e acabar tão ditosa revolução, que mais pareceu festejo de paz, que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido toda obra da providência, e benefício da benção do todo poderoso.

O ex-general tinha-se recolhido a Fortaleza do Brum, e onde supunha achar uma praça de defesa, achou a prisão da sua pessoa e dos seus. Recorreu a proposições pacíficas, que

acabaram n'um *conclusum*, com que foi obrigado a conformar-se no dia 7 pelas seis horas da manhã. Desde logo foi reestabelecida toda a ordem pública; não se ouviram mais outras vozes, que de aclamações gerais, dignas do dia em que um imenso povo entrava na posse de seus legítimos direitos sociais. Foi consequência disto não ter havido até agora sequer um só distúrbio, nem motivo qualquer de queixa.

A 8 se instalou o Governo Provisório composto de cinco patriotas tirados das diferentes classes, o qual governo tem sido sempre permanente em suas sessões. O seu primeiro cuidado foi desabutar os nossos compatriotas de Portugal dos medos e desconfianças com que os tinham inquietado os partidistas da Tirania, recebendo a todos com abraços e ósculos, segurando as suas famílias, pessoas e propriedades de toda a sorte de injúria, fazendo-os continuar em seu comércio, tráfegos e ocupações com maior liberdade que antes, proclamando enfim por um bando os sentimentos do governo e do povo, e não haver mais daqui por diante diferença entre nós de brasileiros à europeus, mas deverem todos ser tidos em conta de uma só e única família com igual direito a uma só e a mesma herança, que é a prosperidade geral de toda esta província.

A 9 tudo se achava no mesmo espírito de concórdia e pacificação geral, sem o povo se ressentir de outra novidade, que das bondades do governo todo aplicado a promover a segurança interior e exterior por medidas acertadas, buscando esclarecer a sua marcha com dividir as matérias de maior capacidade conhecidas para cada uma delas, com que tem obtido ao mesmo tempo popularizar as suas deliberações o mais possível.

Naquele mesmo dia o governo foi permanente até a meia noite para continuar diversos despachos que hoje apareceram, sendo dos mais importantes fazer entrar os funcionários públicos nas suas ocupações como antes, sem tirar ninguém do seu ofício, proscrever as fórmulas de tratamento até agora usadas, sem admitir nenhuma outra que a de nós mesmos com ele governo, abolir certos impostos modernos de manifesta injustiça, e opressão para o povo sem vantagem nenhuma da nação, etc. E tal é o nosso estado político e civil até hoje 10 de março de 1817.

Viva a Pátria, viva os patriotas e acabe para sempre a tirania real.

O Padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro

Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Mendonça

Manuel Correia de Araújo

Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque

Luiz Francisco de Paula Cavalcante

Domingo José Martins”.

ANEXO B

Manifesto de proclamação da Confederação do Equador (1824)

“Brasileiros. - A salvação da honra da pátria, e da liberdade, a defesa de nossos imprescritíveis e inalienáveis direitos desoberania, instam, urgem e imperiosamente comandam que com laços da mais fraterna e estrita união, nos prestemos recíprocos auxílios para nossa comum defesa.

É inato no coração do homem o desejo de ser feliz, e este desejo, como princípio de toda a sociabilidade, é bebido na natureza e na razão, que são imutáveis; para preenchê-lo é indispensável um governo que, dando expansão e coordenando todos os seus recursos, eleve os associados àquele grau de prosperidade e grandeza que lhe estiver destinado nos planos da Providência, sempre disposta em favor da humanidade. Reconhecendo estas verdades eternas, adotamos o sistema de governo monárquico representativo e começamos nossa regeneração política pela solicitude de uma soberana assembleia constituinte de nossa escolha e confiança.

Antes que se verificassem nossos votos e desejos fomos surpreendidos com a extemporânea aclamação do imperador; subscrevemos a ela tácita, ou expressamente, na persuasão de que isso era conducente a nossos fins, porque envolvia em seus princípios a condição de bem servir à Nação.

Reuniu-se a soberana assembleia, e quando nos parecia que havíamos entrado no gozo de nossos inauferíveis direitos, e apenas tinha ela dado principio à organização de nosso pacto social, vimos que o Imperador, postergando os mais solenes juramentos, e os mesmos princípios que lhe deram nascimento político, autoridade e força, insultou caluniosamente o respeitável corpo que representava a nova soberania, e desembainhando a homicida espada de um só golpe fez em pedaços aquele soberano corpo o dilacerou seus membros!

Não é preciso, brasileiros, neste momento fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do imperador, nem das desgraças que acarretamos sobre nossas cabeças por haveremos escolhido, enganados, ou preocupados, tal sistema de governo e tal chefe do poder executivo! Vós todos, e todo o mundo que os têm observado, os conhecem e enumeram; porém, conquanto estivessem prevenidos na expectativa de males, nunca a ninguém podia passar pela ideia, talvez como possibilidade que, o imperador havia trair-nos, e abandonar-nos ao capricho de nossos sangrentos e implacáveis inimigos lusitanos, no momento em que teve notícia de estar fazendo-se à vela a expedição invasora! E é crível que não fosse preparada de acordo com ele? É possível, mas não provável.

Na portaria, que abaixo transcrevo, tendes, ó brasileiros, uma prova indelével de quanto devemos ao perpétuo defensor do Brasil, e que jamais ousamos pensar! Nela vereis nímio temor de reações internas (efeitos da consciência do mal que tem obrado), vergonhosa confissão de fraqueza em recursos pecuniários, exército e esquadra; e ao fim dizer "É indispensável que cada província se valha dos próprios recursos no caso de ataque!" Acredita-lo-eis vindouros! Não tem recursos uma capital que e o empório e receptáculo de quase todas as rendas de oito províncias, que de todas as outras tem tirado quanto tem podido em dinheiro, efeitos e construções navais; e há de ter recurso cada uma província isolada?

Brasileiros! Salta aos olhos a negra perfídia, são patentes os reiterados perjuros do imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas. Eia, pois, brasileiros, tratemos de constituirmos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos; o sistema americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligárquicas, só cabidas na encarnecida Europa.

Os pernambucanos, já acostumados a vencer os vândalos, não temem suas bravatas; doze mil baionetas manejadas por outros tantos cidadãos soldados de primeira e segunda linha formam hoje uma muralha inexpugnável; em breve teremos forças navais, e algumas em poucos dias.

Segui, ó brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona tórrida, vossos irmãos, vossos amigos, vossos compatriotas; imitai os valentes de seis províncias do norte que vão estabelecer seu governo debaixo do melhor de todos os sistemas - representativo -; um centro em lugar escolhido pelos votos dos nossos representantes dará vitalidade e movimento a todo nosso grande corpo social.

Cada Estado terá eu respectivo centro, e cada um destes centros, formando um anel da grande cadeia, nos tornará invencíveis.

Brasileiros! Pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas; o momento é este, salvemos a honra, a pátria e a liberdade, soltando o grito festivo:

Viva a Confederação do Equador!

Manoel de Carvalho Paes de Andrade, Presidente”.

ANEXO C

Relação de deputados da terceira legislatura do império (1834-1837)

MARANHÃO
Joaquim Vieira da Silva e Souza/Frederico Magno Abranches Vital Raymundo da Costa Pinheiro Antonio Pedro da Costa Ferreira (Barão de Pindaré)/Manoel Odorico Mendes Estavão Raphael de Carvalho
PIAUI
Francisco de Souza Martins José Joaquim de Lima e Silva (Visconde de Magé)
PARAIBA
José Maria Idefonso Jacome da Veiga Pessoa João de Albuquerque Maranhão José da Costa Machado Bernardo Lobo de Souza/João Ribeiro de Vasconcellos Pessoa Antonio da Cunha Vasconcellos/Domingo Alvares Vieira
PERNAMBUCO
Sebastião do Rego Barros Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista) Ignacio de Almeida Fortuna Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque) João Barbosa Cordeiro Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) Venancio Henriques de Rezende Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque Francisco de Paula de Almeida e Alburqueque Antonio Peregrino Maciel Monteiro Luiz Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque Antonio Joaquim de Mello/Luiz Carlos Coelho da Silva Manoel do Monte Rodrigues de Araujo (Bispo do Rio de Janeiro e Conde de Irajá)/Manoel de Carvalho Paes de Andrade
RIO GRANDE DO NORTE
Francisco de Brito Guerra
CEARÁ
José Antonio Pereira Ibiapina Manoel do Nascimento Castro e Silva José Marianno de Albuquerque Cavalcanti Antonio Pinto de Mendonça Vicente Ferreira de Castro e Silva Jeronymo Martiniano Figueira de Mello Joaquim Ignacio da Costa Miranda

Francisco Alves Pontes
ALAGOAS
Ignacio Joaquim da Costa Manoel Joaquim Fernandes Barros/Antonio de Castro Vianna José Vicente de Macedo/José Raphael de Macedo Francisco Remigio de Albuquerque Manoel Messias de Leão/Antonio Pinto Chichorro da Gama (optou pela província de MG)
SERGIPE
Antonio Fernandes da Silveira Joaquim Martins Fontes
BAHIA
Ernesto Ferreira França João Gonçalves Cesimbra/Francisco Gonçalves Martins (Visconde de S. Lourenço) Antonio Ferreira França Honorato José de Barros Paim Innocencio José Galvão D. Romualdo Antonio de Seixas (arcebispo da Bahia e Marquês de Santa Cruz)/Francisco Ramiro de Assis Coelho Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto José Lino Coutinho/Francisco de Paula Araujo e Almeida Antonio Augusto da Silva/José Florindo de Figueiredo Rocha/Francisco Ramiro de Assis Coelho Cornelio Ferreira França Luiz Paulo de Araujo Basto (Visconde de Fiaes)/Francisco Gonçalves Martins (Visconde de S. Lourenço)/Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes) Paulo José de Mello de Azevedo e Brito Manonel Maria do Amaral/João José de Moura Magalhães Antonio Pereira de Rebouças (tomou assento em 1837)
PARÁ
Antonio Corrêa Seara Bernardo José da Gama (Visconde de Goyana) José Thomaz Nabuco de Araujo
RIO DE JANEIRO
Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) Bento de Oliveira Braga Joaquim Francisco Vianna Saturnino de Souza e Oliveira José Maria Pinto Peixoto José Rodrigues Barbosa Antonio João de Lessa José Joaquim Vieira Souto Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguay) (tomou assento em 1837) Antonio Pereira Barreto Pedroso (tomou assento em 1837)

MINAS GERAIS
<p>Antonio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) José Custodio Dias/Manoel Ignacio de Mello e Souza (barão de Pontal)/Manoel Soares do Couto Candido José de Araujo Vianna (Visconde de Sapucahy) Bernardo Pereira de Vasconcellos Francisco de Paula Cerqueira Leite José Bento Leite Ferreira de Mello/José Antonio de Lemos (Barão do Rio Verde) Batista Caetano de Almeida Bernardo Belisario Soares de Souza Evaristo Ferreira da Veiga/José Cesario de Miranda Ribeiro (Visconde de Uberaba)/Antonio Joaquim Forte de Bustamante Honorio Hermeto Carneiro Leão (Marquês de Paraná) José Pedro Dias de Carvalho Manoel Gomes da Fonseca Gabriel Mendes dos Santos Antonio Maria de Moura Antonio José Ribeiro Bhering José Joaquim Fernandes Torres Gabriel Francisco Junqueira (Barão de Alfenas)/Manoel Ignacio de Mello (Barão de Pontal)/Paulo Barbosa da Silva João Dias de Quadros Aranha José Alcibiades Carneiro</p>
GOIÁS
<p>Manoel Rodrigues Jardim/João Gomes Machado Corumbá Felippe Antonio Cardoso/João Gomes Machado Corumbá/José de Assis Mascarenhas</p>
SÃO PAULO
<p>Raphael Tobias de Aguiar/Rodrigo de Antonio Monteiro de Barros José Corrêa Pacheco e Silva/Martim Francisco Ribeiro de Andrada Lourenço Pinto de Sá Ribas/Manoel Joaquim do Amaral Gurgel Joaquim Floriano de Toledo Manoel Dias de Toledo Francisco Alvares Machado de Vasconcellos Valerio de Alvarenga Ferreira Lourenço Marcondes de Sá Francisco de Paula Souza e Mello/José Antonio dos Reis (Bispo de Cuyabá)</p>
MATO GROSSO
<p>Antonio Luiz Patricio da Silva Manso</p>
SANTA CATARINA
<p>Diogo Duarte Silva</p>
SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL
<p>Manoel Paranhos da Silva Velloso/Antonio Rodrigues Fernandes Braga José de Araujo Ribeiro/Candido Baptista de Oliveira/Antonio Rodrigues Fernandes Braga João de Santa Barbara</p>

ESPÍRITO SANTO
João Climaco de Alvarenga Rangel
FORAM PRESIDENTES DA CÂMARA
Bento de Oliveira Braga Venancio Henriques de Rezende Antonio Maria de Moura Pedro de Araujo Lima

ANEXO D

Resultado das eleições para deputado no Ceará – quarta legislatura do império (1838-1841)

ELEIÇÕES GERAIS – CEARÁ (Candidatos Mais Votados)	
CANDIDATO	VOTOS
André Barros de Oliveira	584
Manoel do Nascimento Castro e Silva	577
João Capistrano Bandeira de Melo	564
Joaquim Inácio da Costa Miranda	563
Vicente Ferreira de Castro e Silva	564
Carlos Augusto Peixoto de Alencar	549
José Ferreira de Lima Sucupira	549
José Mariano de Albuquerque Cavalcanti	499
Antônio José Machado	186
Jerônimo Martiniano Figueira de Melo	184
José Antônio Pereira Ibiapina	179
André Luiz de Araújo Chaves	155
Antônio Pinto de Mendonça	155
José Pereira da Graça	145
Francisco Domingos da Silva	132
José da Costa Barros	108

FONTE: Jornal do Comércio (07 de março de 1837)